



FLÁVIO M. HEINZ

FLÁVIO M. HEINZ
organizador

Por outra história das elites

BUSCANDO FORNECER AO LEITOR UM CAMINHO SEGURO PARA AVENTURAR-SE NO TERRITÓRIO DAS BIOGRAFIAS COLETIVAS, FLAVIO HEINZ REUNIU AQUI NOVE ESTUDOS: TRÊS SOBRE AS DIMENSÕES HISTORIOGRÁFICA E TEÓRICA DO DEBATE SOBRE AS ELITES E SOBRE O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO E SEIS EXPONDO SITUAÇÕES DE INSTRUMENTALIZAÇÃO METODOLÓGICA DAS BIOGRAFIAS COLETIVAS, NA MAIOR PARTE DOS CASOS ANALISANDO ELITES POLÍTICAS OU GRUPOS ATUANTES NA ESFERA DO POLÍTICO.

Por outra história das elites

ISBN 85-225-0545-4



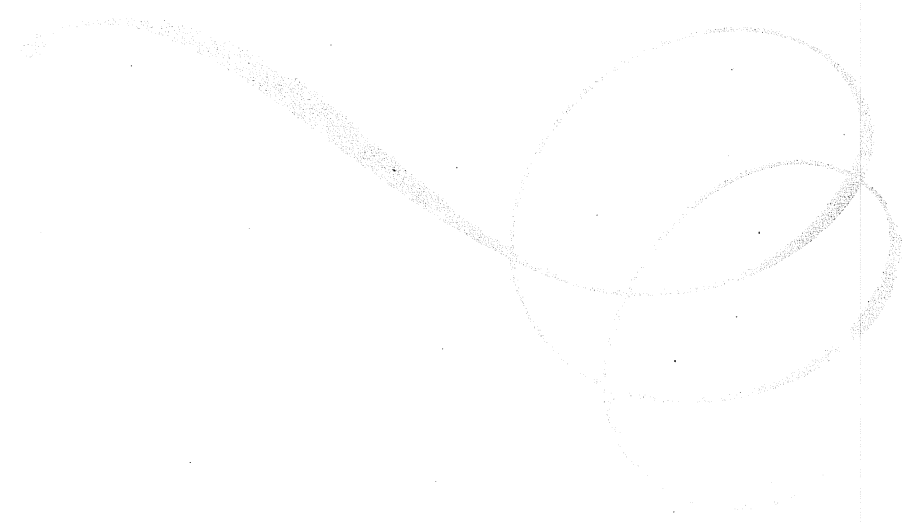
9 788522 505456

FGV
EDITORA

FLÁVIO M. HEINZ
organizador



Por outra história das elites



ISBN 85-225-0545-4

Copyright © Flávio M. Heinz

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 — 14º andar
22250-900 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-21-7777 — 21-2559-5543

Fax: 21-2559-5532

e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br

web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição — 2006

Revisão de originais: Claudia Martinelli Gama

Editoração eletrônica: Cristiana Ribas

Revisão: Aleidis de Beltran e Marco Antonio Corrêa

Capa: Studio Creamcrackers

Todas as traduções foram feitas por Flávio Madureira Heinz, exceto a do capítulo “A elite nacional” (“The national elite”), de Michael Conniff, realizada por Geraldo Korndörfer.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Por outra história das elites / Flávio M. Heinz, organizador. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.
224p.

Inclui bibliografia.

1. Elites (Ciências sociais). I. Heinz, Flávio Madureira. II. Fundação Getúlio Vargas.

CDD — 301.4492

Sumário

O historiador e as elites — à guisa de introdução	7
Parte I — História de elites e método prosopográfico	17
Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea <i>Christophe Charle</i>	19
A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas <i>Christophe Charle</i>	41
Do exemplo à série: história da prosopografia <i>Jacqueline Lalouette</i>	55
Parte II — Ensaios prosopográficos	75
Elites regionais <i>Joseph L. Love e Bert J. Barickman</i>	77
A elite nacional <i>Michael L. Conniff</i>	99
Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico <i>Flávio M. Heinz</i>	123

Dirigentes políticos cordobeses nos tempos da república verdadeira, 1916-30: uma aproximação prosopográfica <i>Marcela P. Ferrari</i>	143
Representação política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal <i>Paul-André Linteau</i>	177
A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920) <i>Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre</i>	203
Sobre os autores	223

O historiador e as elites — à guisa de introdução

O objeto deste livro são as elites e seu estudo na história, embora se admita que não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza.¹ Trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”. De fato, como afirma um especialista do tema, o termo elite aponta tão-somente para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular”.²

A noção de elite, pouco clara e seguidamente criticada por sua imprecisão, diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. Se, em outros momentos, sua imprecisão conceitual pôde ser percebida como uma deficiência por cientistas sociais e historiadores ciosos em dotar suas

¹ Segundo o sociólogo suíço Giovanni Busino, autor de um pequeno livro de vulgarização sobre o tema, o termo faz referência à “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade” (Busino, 1992:4).

² Scott, 1995:9.

análises de “consistência científica”, esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção.³

A utilização da noção de elite não é recente nas ciências sociais. Desde os trabalhos clássicos de Pareto acerca da “circulação das elites”, esta noção manteve-se presente nos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou à representação política. Como bem lembrou o historiador Christophe Charle, a propósito da retomada do interesse nos estudos sobre as elites, estes foram “(re)introduzidos nas ciências humanas pelos sociólogos, sobretudo norte-americanos, após uma utilização puramente ideológica na primeira metade do século XX”. Com efeito, para este autor, a noção de elite tinha para aqueles sociólogos o mérito de, “em um período de confronto com a visão marxista do mundo, escapar da terminologia das classes e ser suficientemente abstrata para se aplicar a todos os tipos de sociedade”. Ainda, sua retomada pelos historiadores nos anos 1970 estaria ligada ao “enfraquecimento da hegemonia marxista no cenário ideológico e ao cuidado de melhor dar conta das realidades das sociedades contemporâneas cuja diferenciação poderia dificilmente ser percebida através apenas do estudo de grupos definidos unicamente pelas relações de produção”. As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar “quais são os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes”.⁴

A apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria assim dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social. Tal procedimento não difere fundamentalmente daqueles de outras ciências sociais contemporâneas: trata-se de compreender, através da análise mais “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade. O enfoque metodológico preferencial desta abordagem, que recolocou as elites novamente

³ As observações destes primeiros parágrafos foram mais detidamente discutidas e desenvolvidas na conferência de abertura do Simpósio História Política Hoje, promovido pela Associação Nacional de História — Núcleo RS, em Porto Alegre, jun. 1997 (Heinz, 1998).

⁴ Charle, 1994:46.

no centro de interesse da comunidade dos historiadores, é o da prosopografia ou das biografias coletivas.⁵

A prosopografia, ou o método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos — de recrutamento, seleção e de reprodução social — que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos.⁶

O historiador de elites empreende o estudo dos processos históricos nos quais elas se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar — mediante mecanismos de reconversão social — um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta. Com as biografias coletivas, os historiadores fazem sociologia no passado.⁷

⁵ Os termos *prosopografia*, *método prosopográfico* e *método das biografias coletivas* são aqui utilizados indistintamente. Atualmente, observa-se entre historiadores de origem anglo-saxônica a preferência pela utilização do termo *prosopography* para estudos relacionados à antiguidade e ao medievalismo, enquanto os estudos contemporâneos privilegiariam a designação *biografia coletiva*; entre os historiadores franceses ou de influência francesa, a preferência tem sido pelo uso generalizado do termo *prosopographie*; ainda, encontram-se referências ao método como *biografia social* e *biografia quantitativa*.

⁶ Nas palavras de Lawrence Stone, naquela que se tornou quase uma definição canônica do termo: “A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas — sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante (...). O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior” (Stone, 1981:45-46; tradução minha). Este excerto encontra-se igualmente citado, numa tradução de Edgar S. De Decca, na apresentação que este historiador faz do livro de Peter Burke (1991).

⁷ Heinz, 1998.

A perspectiva desta coletânea situa-se, portanto, antípoda à de uma velha história das elites, heróica e heroizante, fixada em personagens e atos excepcionais. A *outra* história das elites que advoga este livro se orienta, ao contrário, pela busca das regularidades, dos sinais comuns, dos condicionamentos sociais e culturais na história de homens e coletividades. A *opção pelas elites* é, aqui, antes de tudo, uma *solução de escala*, uma chave metodológica para perscrutar a complexidade do social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais. Encontramo-nos aqui incluídos numa vertente que poderíamos chamar micro-histórica, embora guardando distância metodológica do *mainstream* da micro-história, a saber, a tradição italiana fundada em Ginzburg, Levi e nos *Quaderni Storici*.⁸ Na verdade, tal como apresentado em vários dos trabalhos reunidos neste livro, trata-se de pensar os estudos biográficos coletivos, e o estudo de elites — tomadas aqui em sentido amplo, sociológico e mesmo “não-elitista”, com perdão do trocadilho —, como um método para realizar uma *micro-história social*, como a definiu Christophe Charle em um artigo de 1989.⁹ Na verdade, a inclusão das biografias coletivas sob este vasto guarda-chuva conceitual e temático que é a micro-história não revela imediata aproximação com a experiência italiana e pode antes ser vista como uma derivação quase “natural” dos processos de transformação da história social francesa dos anos 1970-80. Segundo Charle, “os historiadores da última década desejaram, cada vez mais, conhecer intimamente, e, diríamos, sob todos os recortes, as pequenas coletividades representativas de um problema”.¹⁰ Não se insistirá aqui, contudo, nesta vinculação entre prosopografia e micro-história, uma vez que, embora potencialmente positiva para um eventual sucesso do método no mercado historiográfico, a divulgação da prosopografia aqui empreendida busca apenas oferecer subsídios metodológicos pouco conhecidos a potenciais interessados. Recusa-se assim a polêmica sobre vínculos e filiações, e remete-se ao leitor a formulação de opinião a esse respeito.¹¹

Pouco se tem discutido, na literatura em língua portuguesa — entre historiadores —, acerca de biografias coletivas ou prosopografia, sobretudo em se tratando de história contemporânea.¹² Claro, há inúmeros trabalhos que recuperam a análise quantitativa e as abordagens de natureza coletiva nos estudos biográficos e históricos. Vários jovens pesquisadores têm se ocupado do tema das elites e muitos, intuitivamente, apli-

⁸ Ginzburg (1987, 1989); Levi (2000).

⁹ Charle, 1993.

¹⁰ *Ibid.*, p. 49.

¹¹ Ronaldo Vainfas, por exemplo, afirma que micro-história e prosopografia não se confundem. Ver Vainfas (2002:139).

¹² Excetuando talvez o momento de lançamento do conhecido estudo de Peter Burke sobre as elites de Veneza e Amsterdã no período moderno.

cado procedimentos prosopográficos em suas pesquisas. Não se poderia fazer aqui um breve inventário da produção atual sem que se cometesse alguma injustiça. Dispersos nacionalmente e redigindo trabalhos de porte diversificado — de monografias de conclusão de curso a teses de doutoramento —, os historiadores têm cultivado crescente interesse pelas dinâmicas das elites, sejam elas políticas, sociais ou profissionais. Do interesse pela ação das elites, inscrito no ambiente intelectual de disseminação da história social renovada dos anos 1980-90 no Brasil, derivou a preocupação com a composição social dos grupos de elite.

Embora não seja o propósito aqui oferecer uma bibliografia sobre o assunto, poderíamos citar, a título de ilustração, dois historiadores consagrados cujos trabalhos — de reconhecido valor, embora muito diferentes entre si — incorporam em grau variado essa perspectiva biográfica coletiva. Um exemplo seria o já clássico estudo de José Murilo de Carvalho sobre a elite política do Império.¹³ Outro exemplo, em um registro absolutamente diferente, poderia ser o capítulo IV da obra de João Luís Fragoso sobre o comércio e os comerciantes do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e na primeira parte do século XIX.¹⁴ Em ambos, revela-se uma característica comum à maior parte dos estudos de orientação prosopográfica: trata-se de trabalhos que focalizam as elites em suas ações e relações sociais e econômicas.

O recurso à expressão quantitativa daquilo que a ciência social denominou *propriedades sociais* dos atores históricos, característica central do método prosopográfico, não constitui uma característica exclusiva do método e é comum ao conjunto das disciplinas do social. A prosopografia não é, portanto, “descoberta”, tampouco panacéia para historiadores ávidos de objetivação em um meio profissional amplamente seduzido pelos encantos dos discursos da subjetivação. Tal estratégia não poderia ser mais equivocada, remetendo-nos forçosamente à falsa oposição entre objetivismo e subjetivismo.¹⁵ A prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social: as biografias coletivas não se prestam, por exemplo, à apreensão dos fluxos de opinião ou aos movimentos do mercado. Em contrapartida, são muito eficientes em dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar.

Como em todo método de pesquisa histórica, a prosopografia também é, de certa forma, refém da documentação de que faz uso. Digo de certa forma porque parte do fascínio do método é exatamente o de lançar o pesquisador a *construir* em boa medida

¹³ Carvalho, 1996.

¹⁴ Fragoso, 1998.

¹⁵ Sobre este ponto, conferir o instigante debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier (Bourdieu e Chartier, 1989).

o dado de que faz uso, através de uma operação equilibrada de prospecção, coleta e padronização da informação histórica, enfim, da elaboração daquilo que Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre chamam, no último dos textos aqui reunidos, de *metafonte*.

Portanto, há que se ter cuidado com o consumo imoderado do método. Visto que o modismo é invariavelmente um mau conselheiro metodológico, a prosopografia deve ser administrada de forma cautelosa, e sua aplicação deve seguir rigorosamente estas prescrições, via de regra adequadas, que nos são sugeridas pelo exame das potencialidades das fontes e pela avaliação das necessidades da pesquisa. Normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar *apenas um momento* da operação historiográfica — rico, instigante, *científico*, ousaria dizer —, nunca o seu fim. As temáticas das “representações” e dos “imaginários” utilizam, por exemplo, escassa documentação útil à produção de biografias coletivas — dados seriais, informação biográfica abundante e generalizada a um número extenso de indivíduos etc. —, ao passo que os estudos de grupos profissionais, grupos políticos, instituições educacionais, por exemplo, tendem a oferecê-los em abundância. Ainda, parece-me importante que a pesquisa em história social das elites possibilitada pelo método das biografias coletivas não venha a representar uma nova alternativa “da moda”, mas que se possa constituir numa área privilegiada de observação histórica dos grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com os outros grupos e com o espaço do poder, somando métodos e resultados de pesquisa que apontem para uma compreensão cada vez mais ampla dos processos históricos. Neste sentido, essas elites devem nos interessar não apenas como novo possível microobjeto — que sem dúvida são —, mas como partes, “nós de uma rede” na arquitetura precária e instável das sociedades na história.

O livro

Este livro reúne autores cujo trabalho é perpassado pelos dois temas, elites e prosopografia. A inclusão dos textos obedeceu, portanto, à decisão liminar de lançar luz sobre estes temas e fornecer ao leitor um caminho seguro para incursionar em seu território, para aventurar-se no desvelamento de sua história acumulada de pesquisa. Procurei, na seleção dos textos, guiar-me pela sua utilidade, seja como referência historiográfica, seja pelo seu caráter instrumental e metodológico. Esta não é uma coletânea cuja organização se tenha orientado pela busca aos “últimos” trabalhos publicados, embora a maioria dos textos aqui reunidos seja recente. Antes, partiu-se de uma perspectiva “pedagógica”, didática mesmo — várias destas traduções foram feitas originalmente para o uso de meus alunos —, buscando o equilíbrio entre a oferta de balanços historiográficos densos — que expusessem um certo estado-da-arte dos temas elites e prosopografia — e aquela de estudos pontuais que sugerissem “modelos” para se pensar a aplicabilidade do método.

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, reunimos três estudos de autores franceses sobre a dimensão historiográfica e teórica do debate sobre as elites e sobre o método prosopográfico. Os dois textos iniciais, de Christophe Charle, não apenas se sucedem, mas também se completam. O autor, um dos mais conhecidos historiadores contemporâneos a investir no tema da história social das elites através da perspectiva prosopográfica, oferece-nos um amplo panorama historiográfico da área, através de um artigo publicado na Alemanha, em 1991, e de outro, inédito, redigido na forma de um verbete historiográfico sobre prosopografia, concluído em 2002. O panorama oferecido por esses dois textos fornece o lastro historiográfico contemporâneo para a abordagem de ambos os temas de interesse da coletânea.

O texto seguinte, de Jacqueline Lalouette, constitui-se em uma sofisticada arqueologia do termo prosopografia, percorrendo a evolução de sua utilização ao longo dos séculos. Com um texto denso, por vezes difícil ao leitor desavisado, Lalouette restitui a história desta palavra-método e os significados que vai incorporando ao longo do tempo, numa aventura etimológica que deveria servir de exemplo àqueles que se deixam tentar, e que, com frequência, sucumbem às conveniências da moda e incorporam de forma apressada e acrítica certas categorias do discurso historiográfico. Minucioso, o texto situa o debate sobre a noção de elite e sobre o método escolhido em um quadro cronológico e histórico mais amplo, extrapolando o foco contemporâneo dos trabalhos empíricos concentrados na parte seguinte da coletânea.

Na segunda parte do livro, estão reunidos seis estudos cuja diversidade temática esconde uma extraordinária continuidade metodológica. Com efeito, os seis textos expõem situações de instrumentalização metodológica da prosopografia ou biografias coletivas, na maior parte dos casos referindo-se à análise de elites políticas ou de grupos atuantes na esfera do político.

O primeiro deles, de Joseph Love e Bert Barickman, representa com efeito uma amostra generosa das possibilidades do método, reunindo um extraordinário volume de informações sobre as elites políticas regionais no Brasil da Primeira República. Retomando dados de três pesquisas importantes, levadas a cabo durante os anos 1970 pelo próprio Love, por John Wirth e por Robert Levine, sobre a inserção de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco — e de suas elites — no concerto da Federação brasileira, os autores obtêm um retrato de 753 membros da elite política brasileira. Aplicando novas técnicas informacionais a dados preexistentes, Love e Barickman oferecem um panorama riquíssimo dos estratos superiores do poder em nossa juventude republicana. Ainda é importante ressaltar, o estudo não recusa as possibilidades comparativas que esses “retratos” provisórios — e sujeitos a aperfeiçoamento — da elite republicana permitem em relação a elites de outros países, oferecendo resultados surpreendentes.

O segundo estudo, de Michael Conniff, investe na análise da elite política brasileira através de uma amostra de 5% dos verbetes do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, do Cpdoc/FGV, aproximadamente 250 indivíduos. Em ambos os textos, a preo-

cupação é com um tratamento unificado dos dados biográficos, permitindo estabelecer um certo perfil familiar, escolar e político dos membros da elite política brasileira, de sua trajetória e do peso da herança familiar. Em ambos, ainda, duas técnicas diferentes de constituição das biografias coletivas ressaltam: a seleção de uma amostra representativa da elite através da definição prévia dos critérios de escolha — o critério posicional, em Love e Barickman —, ou de uma amostra constituída a partir dos personagens de um dicionário biográfico, indivíduos que já tinham, portanto, sido objeto de uma seleção prévia da parte de biógrafos ou historiadores — o caso de Conniff.

O capítulo seguinte, de minha autoria, esboça uma biografia coletiva dos dirigentes patronais rurais no Brasil dos anos do pós-guerra, articulando a definição dos perfis das elites associativas com a dinâmica do espaço político, e sugerindo uma íntima e provavelmente promíscua ligação entre o mundo da política e aquele da representação dos interesses econômicos e sociais. Estudei as relações entre elites proprietárias e Estado no pós-guerra através de entidades “de classe” que, além de representarem “posições” díspares acerca do mundo rural, encarnavam as diferentes trajetórias de suas elites e as transformações objetivas que sofreram em sua inserção no cenário social e político nacional dos anos de governo Vargas.

No texto seguinte, Marcela Ferrari, talentosa historiadora argentina, analisa um caso de política regional — o da província de Córdoba —, a partir da análise justaposta da trajetória de representantes e eleitores de dois partidos na política regional (e de sua repercussão em âmbito nacional) das primeiras décadas do século passado: o Partido Democrático e a União Cívica Radical. Com rigor metodológico, a autora relaciona variáveis que ajudam a explicar a conformação de determinados perfis políticos e a trajetória ascendente ou descendente dos percursos partidários.

Encerram este volume dois estudos de autores canadenses cujos méritos não se restringem à riqueza dos dados empíricos ou ao eficaz tratamento metodológico do tema, mas que se devem igualmente à clareza e à objetividade de seu estilo. Assim, o texto de Paul-André Linteau, sobre a política e os políticos de Montreal entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, e o de Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre, sobre os jornalistas em posição de destaque na província do Quebec, em um ambicioso recorte temporal de cerca de 70 anos, de meados do século XIX a 1920, são duas pequenas jóias para o entendimento do método prosopográfico. Claros, metodologicamente vigilantes e abundantes no plano empírico, os dois estudos são possivelmente a expressão mais simples e didática de *know-how* prosopográfico que este livro oferece.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. Gens à histoires, gens sans histoires — dialogue entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. *Politix — travaux de science politique*, Paris, n. 6, p. 53-60, 1989.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BUSINO, Giovanni. *Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CHARLE, Christophe. Micro-histoire sociale et macro-histoire sociale. Quelques réflexions sur les effets des changements de méthode depuis quinze ans en histoire sociale. In: _____ (Org.). *Histoire sociale, histoire globale?* Paris: Éditions de MSH, 1993. Actes du Colloque de l'Institute d'Histoire Moderne et Contemporaine, 27-28 janv. 1989.
- _____. Les élites culturelles en France au XIXème siècle. Inventaire des recherches récentes sur la genèse des intellectuels contemporains. In: HUDEMANN, Rainer; SOUTOU, Georges-Henri (Org.). *Eliten in Deutschland und Frankreich im 19. und 20. Jahrhundert*. Strukturen und Beziehungen, Band 1. München: R. Oldenburg Verlag, 1994.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos, Canoas*, v. 11, n. 1, p. 41-52, maio 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCOTT, John. Les élites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN, Ezra; MENDRAS, Henri. *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: Editions la Découverte, 1995.
- STONE, Lawrence. *The past and the present*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Parte I
História de elites e método
prosopográfico

Como anda a história social das elites e da burguesia?

Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea*

Christophe Charle**

A história social das elites e da burguesia é certamente hoje um dos campos da historiografia francesa mais freqüentados, embora no passado tivesse permanecido por muito tempo abandonado. Convém previamente indagar acerca das razões desse abandono e, depois, dessa voga, para que possamos dar conta das tendências dominantes da produção contemporânea. A história social passou por quatro fases principais.

- ♦ A história social, no seu sentido mais amplo de história da sociedade em movimento, emerge com o início da historiografia romântica. Como Marx já notara, a luta de classes entre aristocracia e burguesia é de alçada da história em Guizot. Mas as classes são vistas nessa historiografia sobretudo como etiquetas políticas ou polêmicas, mais do que como conceitos de análise das realidades sociais.
- ♦ Em seguida, até o início do século XX, a predominância, entre os historiadores universitários, de especialistas da época medieval ou moderna interrompeu o desenvolvimento de uma história social contemporânea de tipo científico. Esta foi primeiramente o apanágio de não-historiadores (reformadores sociais, ensaístas, jornalistas, militantes, primeiros “sociólogos”) que desprezaram as categorias dominantes, consideradas demasiadamente conhecidas, ou que se acreditava conhecer através dos estereótipos sociais. Também, a história social permaneceu por muito

* Publicado originalmente sob o título “*Où en est l’histoire sociale des élites et de la bourgeoisie – essai de bilan critique de l’historiographie contemporaine*” (Charle, 1991c).

** Professor da Universidade de Paris I — Panthéon Sorbonne; diretor do Instituto de História Moderna e Contemporânea.

tempo sinônimo, na França, de história do movimento social, das “classes operárias”, servindo este gênero de ferramenta de análise da questão social ou de uma “gesta” do movimento operário em formação.

- ♦ Com a revolução dos *Annales*, a renovação da reflexão entre os historiadores universitários e a extensão dos campos de estudo, a história social foi anexada à história econômica, concebida como primeiro motor dos movimentos sociais, especialmente para Ernest Labrousse, o único dessa geração a se interessar profissionalmente pelo período contemporâneo (Marc Bloch era medievalista, Lucien Febvre e Fernand Braudel especialistas no período moderno, assim como seus principais discípulos). As greves e os protestos populares perdiam em heroísmo militante mas, graças a François Simiand, passavam a ser fundados na razão, e isto contra a historiografia clássica conservadora, que via nesses acontecimentos apenas o fruto de complôs e de agitadores. Em função dos engajamentos políticos mais ou menos explícitos de seus dois pais fundadores (Simiand e Labrousse são dois socialistas mais ou menos confessos, segundo a época de suas vidas), a história social de novo tipo (aquela dos anos 1930 aos anos 1960) privilegiou o estudo das classes dominadas ou aquele das relações entre as classes fundamentais na visão “marxista” da sociedade.
- ♦ Com a crise do marxismo e o declínio da história quantitativa e estrutural dos *Annales*, a partir de meados dos anos 1970, assiste-se a uma dissociação entre estas duas irmãs, a história econômica e a história social. A autonomização da história social leva os historiadores a renunciar a tratar a globalidade do social e a se limitar a uma história social segmentada em grupos socioprofissionais ou em “elites”; às teses regionais da era Labrousse, sucederam-se as teses sobre os diferentes meios sociais: os médicos, os professores, os operários, a greve, os grevistas, os oficiais etc.

Como acontece com frequência, por desconfiança das sínteses muito rápidas ou mecânicas, esse movimento no sentido de uma análise cada vez mais intensa engendrou perversões de outra ordem. Restringindo sua pesquisa a meios cada vez mais limitados, o historiador da época contemporânea perdeu seu quadro de referência e foi crescentemente influenciado pelas ciências sociais vizinhas de seu objeto: etnologia, sociologia, psicologia social etc.¹

A autonomização desejada em face dos determinismos macroeconômicos foi substituída por uma heteronomização em benefício de outras disciplinas que fornecem modelos de substituição. Portanto, para resumirmos este breve panorama antes de testarmos a realidade dessa tendência na produção, parece-me que a história social francesa atravessa uma tripla crise:

¹ Desenvolvo esta análise em Charle (1993).

- ♦ uma crise de vocação — servirá ela apenas para irrigar o terreno de outros setores das ciências sociais, através do seu número crescente de monografias?
- ♦ uma crise de objeto — a deriva microsocial induz uma pulverização de pontos de vista e uma dificuldade crescente em elaborar sínteses que não sejam mais que coleções de visões parciais, pois não mais existe, como antes, consenso sobre os princípios de recorte da realidade histórica;²
- ♦ uma crise de temporalidade — a redução do campo de análise leva a uma indiferenciação do tempo histórico rumo a um tempo puramente biográfico que exclui o tempo coletivo da história social clássica.³

Tentativa de balanço historiográfico

O início da voga de trabalhos sobre as elites pode ser datado da segunda metade dos anos 1960, ou seja, no momento em que decai a influência de Ernest Labrousse, com sua aposentadoria. Esse é também o momento em que começam as polêmicas sobre a interpretação da Revolução Francesa que contribuem para aclimatar a noção de elite em história social, em detrimento do conceito marxista de classe: a primeira edição do livro iconoclasta de François Furet e D. Richet data de 1966, e é seguida de um artigo de D. Richet nos *Annales*, em 1969, ao qual responderiam Albert Soboul e seus discípulos através de uma série de livros e, sobretudo, Michel Vovelle, através de um artigo publicado nos *Annales* em 1974.⁴ Nessa polêmica, o termo elite não é realmente utilizado no sentido atribuído pelos sociólogos norte-americanos, mas guarda, ao contrário, suas reminiscências paretianas. D. Richet escreve, por exemplo, na conclusão de seu artigo:

Precocemente unidas em relação à exclusão das massas do país “legal”, se entendemos por isto as leis da História e da razão, as elites se dividiram em relação à questão do privilégio. Nem a Revolução nem o Império, nem as monarquias censitárias cimentaram esta brecha que provocou surpreendentes oscilações da curva política do século XIX francês. É talvez quando começou a segunda revolução, a revolução democrática, graças a Napoleão III e depois ao radicalismo, que

² Tive neste caso uma experiência pessoal, com minha tentativa de síntese sobre o século XIX (Charle, 1991).

³ Este tema da crise dos pressupostos da história tal como era praticada depois das inovações dos *Annales* aparece, no tocante a outras áreas, na recente série de artigos metodológicos publicados pelos *Annales* por ocasião de seu sexagésimo aniversário (*Annales ESC*, 1989, especialmente o artigo de G. Noiriel, p. 1435-1459).

⁴ Furet e Richet (1966); Richet (1969); Soboul (1981, especialmente a partir da p. 338, capítulo escrito em 1974 sobre os livros e artigos precedentes); Vovelle (1974).

as elites se reconciliaram. Para elas foi muito tarde. Não era ainda o “advento” das massas.⁵

Esse texto é significativo de uma época de transição entre uma visão que busca a si própria e uma visão marxista ainda dominante. Sua confusão conceptual e suas aproximações históricas sobre o século XIX mereceriam um longo comentário que não tem lugar aqui.⁶ Não surpreende que Michel Vovelle deforme ainda mais a tese de Denis Richet, ao suprimir o “s” de elite não apenas no título de seu artigo, mas na referência equivocada que dá do artigo de Richet.⁷ O jogo sobre o duplo sentido de elite no plural e no singular é de fato constante em Richet, ao passo que Vovelle, ao suprimir o “s”, tira do conceito sua pertinência sociológica, para dar a entender que Richet quer através disto pôr entre parênteses “burguesia” e “nobreza”: “resta-nos da elite apenas a banalidade de um lugar-comum e de uma idéia feita ou ainda a ilusão sofisticada de uma época”⁸.

Apesar dos limites dessa polêmica, plena de segundas intenções políticas mais do que de elucidações teóricas, esse episódio da historiografia revolucionária teve ao menos um mérito, o de introduzir novas ferramentas de análise em uma história em vias de abrandamento depois das investidas realizadas por Georges Lefebvre e Ernest Labrousse. É a ocasião de afirmar, contra a imagem pejorativa da historiografia da Revolução Francesa — sobre a qual se diz ser excessivamente ligada aos debates políticos contemporâneos —, que é com freqüência sobre esse período que foram testadas as inovações metodológicas em história: os primeiros passos da história econômica para clarear a história política e social com Jaurès, Mathiez, Lefebvre e Labrousse; a sociabilidade com os trabalhos de Maurice Agulhon; as mentalidades com a renova-

⁵ Richet, 1969:23.

⁶ Propus, em minha tese, uma concepção pragmática da utilização do conceito de “elite” que, sem descartar obrigatoriamente as análises em termos de classe, mantém o valor heurístico dessa outra forma de apreender os meios superiores e evita de ser apanhada nessas polêmicas ideológicas feitas de falsas alternativas, herdadas precisamente dos debates do final do século XIX entre os partidários da visão marxista e os precursores da visão paretiana. Para mais detalhes, ver Charle (1987, Introdução, e 1990, cap. 2). Em minha história da França no século XIX (Charle, 1991), tento igualmente associar a dinâmica das classes sociais e as lutas internas às elites que, contrariamente ao que pensa Richet, não realizaram verdadeiramente sua unidade, mesmo quando era muito tarde, não apenas por causa do “privilégio”, mas em razão das oposições ao mesmo tempo religiosas e de visão do mundo entre frações extremistas e grupos centristas.

⁷ Vovelle, 1974:49, n. 1.

⁸ Ibid., p. 72.

ção da história religiosa da época revolucionária (trabalhos de M. Vovelle e T. Tackett) e, enfim, como acabamos de ver, as elites.

A investida das elites (anos 1970)

A emergência dos trabalhos sobre as elites (e, indiretamente, sobre a burguesia, principal viveiro das elites) aconteceu, sobretudo, nos anos 1970, embora as pesquisas que estavam em sua origem datassem já de alguns anos. A transição entre as duas perspectivas pode ser percebida na tese de André-Jean Tudesq, *Les grands notables en France (1840-1849)*, de 1964, principalmente se a comparamos com a tese de Adeline Daumard, *La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848*, publicada no ano anterior.⁹ A segunda é uma tese que responde aos princípios de trabalho enunciados por Ernest Labrousse e especificados em seu relatório ao Congresso Internacional de Ciências Históricas de Roma, em 1955: espaço geográfico delimitado (Paris), período histórico longo (ao menos na escala da época contemporânea, dois regimes), quantitativismo, fontes seriais, recortes em estratos hierarquizados e codificações socioprofissionais rigorosas.¹⁰ A primeira é também uma tese da escola Labrousse, mas ela marca uma série de rupturas voluntárias ou involuntárias, como se o tema impusesse ao autor uma problemática das elites subjacente que obterá reconhecimento apenas alguns anos mais tarde: período curto (1840-49), espaço nacional e não mais local, fontes prosopográficas prioritariamente às fontes seriais, passagem do anônimo ao nominativo nos exemplos, ênfase nas representações, bem como a psicologia social em sua segunda parte. Mas André-Jean Tudesq permanece a meio caminho, preservando uma preocupação com o estudo exaustivo de todos os tipos de elites, de toda a França — preocupação que ninguém mais teria nos dias atuais —, e conservando uma problemática dominada pela história política que ocupa metade de sua tese.¹¹

Esse exemplo de um trabalho precursor coloca em evidência as diferenças com o método atual de pesquisa sobre as elites francesas. André-Jean Tudesq analisa amos-

⁹ Editada em Paris.

¹⁰ Sabe-se que Adeline Daumard formula uma tipologia da burguesia fundada sobre uma hierarquização essencialmente financeira: burguesia popular, média burguesia, boa burguesia, alta burguesia e notáveis. Ela a retoma em seu primeiro livro (Daumard, 1987). Conferir também as discussões do colóquio de Saint-Cloud (*L'histoire sociale, source et méthodes*. Paris, 1967).

¹¹ O contraste com um puro estudo de elite aparece se a comparamos com a tese recente de Heinrich Best dedicada a um período quase idêntico, sobre os parlamentares da Assembléia Nacional constituinte. Ver Best (1989).

tras nominativas, mas se deixa aprisionar no recorte das séries que utiliza: por exemplo, listas eleitorais censitárias, dossiês pessoais de funcionários etc. Ele não tenta construir “biografias sociais”, para retomarmos uma expressão de Louis Bergeron e Guy Chaussinand-Nogaret em sua pesquisa sobre os notáveis do Primeiro Império. Também, sua caracterização dos indivíduos citados é sumária: os únicos indicadores sistematicamente comparados são a idade, as cifras do censo, às vezes a profissão dos pais, com lacunas, e raramente os estudos; as carreiras não são evocadas de forma sistemática. Logo, é ainda a fonte que comanda o ponto de vista e as questões formuladas. Ainda não há cruzamento de dados, nem análises exaustivas de todos os aspectos sociais de uma população selecionada. Seria, aliás, provavelmente impossível fazê-lo em uma população de milhares de indivíduos. Tomado pelo quiasmo clássico da escolha contraditória entre a extensão e a abrangência de uma amostra, Tudesq escolheu a primeira a expensas da segunda, em conformidade aos preceitos de Ernest Labrousse. Os trabalhos posteriores que marcam a segunda fase da história das elites apresentam cada vez mais a tendência de fazer a escolha inversa.

Citemos em primeiro lugar a pesquisa de Louis Bergeron e Guy Chaussinand-Nogaret sobre os notáveis do Primeiro Império, em suas duas partes, *Les masses de granit*, e a série, ainda em curso, de dicionários departamentais de notáveis.¹² Paralelamente, mas em uma perspectiva mais erudita, a IV Seção da Escola Prática de Altos Estudos publicou, por efeito de um tipo de emulação de instituição com sua “irmã inimiga”, a VI Seção,¹³ uma série de monografias prosopográficas sobre as elites administrativas,¹⁴ sem contar os diversos colóquios organizados em conjunto com o Conselho de Estado, sob a direção de Jean Tulard e Guy Thullier, sobre os prefeitos, os diretores de ministérios etc.¹⁵

Na mesma época, sob inspiração de Louis Girard, o Centro de História do Século XIX preocupou-se em realizar pesquisas prosopográficas dedicadas essencialmente às elites políticas. Citemos as pesquisas dirigidas por Antoine Prost sobre os conselheiros gerais, a obra coordenada por Louis Girard e S. W. Serman sobre *La Chambre des Députés en 1837-39*, a pesquisa coletiva recentemente publicada sobre os prefeitos municipais desde o Consulado, coordenada por Maurice Agulhon, e, enfim, aquela sobre os parlamentares da Terceira República, coordenada por Alain Corbin e Jean-Marie Mayeur.

¹² Bergeron e Chaussinand-Nogaret (1979). A publicação dos dicionários biográficos departamentais está em curso desde 1978.

¹³ Atual Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). (N. do T.)

¹⁴ Todisco (1969); Szramkiewicz (1974); sob inspiração semelhante, Pinaud (1983, 1989).

¹⁵ *Les directeurs de ministère en France au XIX^{ème} et au XX^{ème} siècles*. Genève, 1977; Col. *Les préfets en France (1800-1940)*. Genève, 1979. É preciso igualmente citar os belos trabalhos de prosopografia administrativa de Wright (1972) e de Wright e Le Clère (1973).

Por fim, em Toulouse, em 1978, foi defendida a tese de Jean Estèbe, *Les ministres de la République (1871-1914)*, publicada em 1981.¹⁶

A segunda geração de trabalhos sobre as elites tem, no entanto, a tendência a abandonar uma problemática política por um recorte sociológico em termos de corpos administrativos e de instituições escolares. Observam-se aqui os efeitos da problemática sociológica da reprodução, difundida entre os historiadores durante os anos 1970.¹⁷ Os estudos de elites podem vincular-se a um grande corpo administrativo do Estado ou a uma *grande escola*.¹⁸ Os trabalhos neste caso são, sobretudo, de origem anglo-saxônica e dizem respeito antes de mais nada à Escola Politécnica e à Escola Normal Superior, ou ainda às escolas de engenharia mais prestigiosas do século XIX. As pesquisas sociológicas de Pierre Birnbaum, de Jean-Luc Bodiguel, de Pierre Bourdieu e de Monique de Saint-Martin, sobre as elites e as grandes escolas da segunda metade do século XX, serviram com freqüência de inspiração para os historiadores.¹⁹

As elites intelectuais podem, por sua vez, ser percebidas coletivamente como uma corporação intelectual, e isto contra a visão idealista e individualista tradicional: multiplicam-se, assim, nos últimos 10 anos as prosopografias de professores universitários, *normaliens*²⁰ ou não,²¹ que associam diversos métodos de abordagem e delimitação

¹⁶ Prost (1967); Girard et al. (1976); Agulhon et al. (1986); Mayeur e Corbin (s.d.); ver a comunicação de Jean-Marie Mayeur no Colóquio de Roma (Mayeur, 1988); Estèbe (1981).

¹⁷ Bourdieu e Passeron, 1970. Esta problemática influenciou sobretudo a jovem geração de historiadores nascidos no final dos anos 1940 e no início dos anos 1950 e que fizeram seus estudos no clima intelectual pós-1968. Paralelamente, há a tradição anglo-saxônica de trabalhos sobre as profissões ou a fascinação dos pesquisadores desses países, descentralizados e liberais, por um Estado centralizado e corporativo. Ver Geison (1983).

¹⁸ “Grandes escolas” (*grandes écoles*) é a forma pela qual são conhecidos os principais institutos e escolas superiores de alto prestígio no meio acadêmico francês; estão em sua ampla maioria situadas em Paris. (N. do T.)

¹⁹ Shinn (1980); Smith (1982); Sirinelli (1988); Weiss (1982); sobre os diferentes corpos administrativos, ver os volumes comemorativos publicados pelos grandes corpos na coleção de história administrativa francesa (Paris, Editions du CNRS/Conseil d’Etat, 1974); Brunot e Coquand (1982, 1984); Baillou (1985); Malberg (1985); Chadeau (1987); a síntese de Kessler (1986); Birnbaum (1977); Birnbaum et al. (1978); Bodiguel (1978); Bourdieu (1989); retoma artigos publicados a partir de 1977. Bodiguel acaba de publicar um estudo sobre os magistrados contemporâneos, a partir da análise dos alunos da Escola de Magistratura (Bodiguel, 1991).

²⁰ Da Escola Normal Superior, instituição superior de grande prestígio entre os intelectuais franceses. Estudaram na ENS, entre outros, Jean-Paul Sartre e Raymond Aron. (N. do T.)

²¹ Karady (1972); Bourdieu (1984); Fabiani (1988); Smith, Fabiani e Charle (1965, 1986); Charle e Telkès (1988, 1989); Charle e Ferré (1985); Karady (1983).

das elites. No entanto, essa esquematização comporta riscos, principalmente aquele de recorte entre uma análise externa, monopólio do sociólogo ou do historiador, e uma análise interna, reservada, segundo uma divisão tradicional do trabalho, aos intelectuais da literatura, aos filósofos ou aos historiadores da arte. Os trabalhos mais recentes, incluídos aqueles de história das ciências, tentam fugir dessa alternativa redutora e deformante.²²

Profissões burguesas

Paralelamente, as pesquisas sobre a burguesia abandonaram progressivamente os modelos labroussianos por recortes sociológicos próximos daqueles utilizados nos estudos de elite. A transformação aparece quando se comparam os procedimentos de Jean-Pierre Chaline e de Adeline Daumard, cujos temas são similares: de um lado, a burguesia parisiense; do outro, a burguesia de Rouen. Chaline partira, como fizera Daumard antes dele, de uma problemática simples: o estudo do meio social dominante de uma grande cidade em todas as suas dimensões, uma história social total, portanto, reveladora de mecanismos sociais gerais de hierarquização. Mas, progressivamente, seu método, cada vez mais prosopográfico, fê-la insistir sobre as hierarquias internas ao meio burguês, não mais verticais, porém horizontais: isolamento progressivo da burguesia manufatureira do algodão, dissociação desta entre empresários, freqüentemente de origem exterior e de religião protestante, e os industriais, de origem normanda transformados em *rentiers*, que abandonam progressivamente os negócios pela propriedade fundiária, autonomização da burguesia de capacidades e atração permanente da capital sobre ela.²³ A meio caminho da biografia social de elite e dos estudos de uma profissão, estão as pesquisas sobre os engenheiros, de André Thépot, ou aquelas, já mencionadas, de Charles R. Day, de Terry Shinn e de John H. Weiss, bem como os trabalhos sobre a magistratura.²⁴

²² Ver Pestre (1988). Para um panorama mais detalhado dos trabalhos sobre elites culturais, ver minha comunicação ao colóquio franco-alemão de Arc-et-Senans, a ser publicada nas atas desse colóquio: “*Les élites culturelles en France au XIXe siècle. Inventaire des recherches récentes sur la genèse des intellectuels contemporains*”.

²³ O título inicial da tese era *La bourgeoisie rouennaise au XIXe siècle* (Universidade de Paris IV, 1978). A versão impressa introduz no título o termo elite, o que é significativo da mudança de perspectiva associada ao clima intelectual à época da publicação — *Les bourgeois de Rouen: une élite urbaine au XIXe siècle* (Paris, 1982).

²⁴ Day (1987); Shinn (1980); Thépot (1985); Weiss (1982); Richard e Carasso (1982); Royer, Martinage e Lecocq (1983); Couailliac (1988). Sobre a elite dos magistrados, ver Duchesne (1979); Charle (1987, sobretudo as p. 200-204, e 1985); Bodiguel (1991).

Essa primeira relação mostra-nos que a maneira de lançar o debate sobre as elites na historiografia francesa continua a influenciar o campo de análise. Preferimos as elites públicas, mais suscetíveis de revelar, em sua evolução social, os efeitos da mudança política sobre seu recrutamento, ou os grupos profissionais ou burgueses mais ligados à esfera pública. A comodidade no acesso às fontes e também o peso considerável do Estado na organização das hierarquias sociais pós-revolucionárias o explicam (que se pense na Legião de Honra, distinção ambicionada mesmo nos grupos não-administrativos).²⁵

Existe, no entanto, outra corrente de investigação sobre as elites ou sobre a burguesia, não diretamente influenciada por essas preocupações políticas, a corrente que busca, através da análise da burguesia econômica, as causas das particularidades do processo de industrialização na França e do desenvolvimento do capitalismo. Devemos citar aqui os trabalhos de Alain Plessis sobre a Banque de France, de Louis Bergeron sobre os capitalistas, de Maurice Lévy-Léboyer e de seus alunos sobre o patronato francês. A continuidade dos estudos foi garantida seja por uma nova geração de autores de teses, seja através de pesquisas coletivas sobre períodos, regiões ou setores abandonados. O patronato da Alsácia, graças a Michel Hau, o patronato do Norte, graças a Frédéric Barbier, aquele de Marselha, com Roland Caty e Eliane Richard, de forma mais geral aquele do Segundo Império, através da pesquisa, em vias de finalização, do Instituto de História Moderna e Contemporânea, dirigida por Dominique Barjot, os proprietários dos *grands magasins* e da construção e obras públicas, os mestres-ferreiros da Lorena, os empresários do setor têxtil ou da “segunda industrialização” completam o quadro que era sobretudo conhecido através de algumas grandes figuras de empresários, algumas grandes famílias ou firmas, ou ainda dos meios empresariais na direção de sociedades anônimas.²⁶

No entanto, mais difícil para resolver que o problema do recorte horizontal das elites é aquele de seu recorte vertical. Onde começam e onde terminam as elites? A abordagem em termos de grandes corpos administrativos ou grandes escolas permite, em um primeiro momento, resolver este problema, mas começa a mostrar seus limites

²⁵ No entanto, minhas pesquisas, como aquelas de Jean Estèbe, mostram o desacordo entre a periodização política das elites e aquela de sua real evolução social. A democratização da representação política se faz, por exemplo, bem depois da chegada dos republicanos ao poder, ao passo que, para o conjunto das elites, a extensão da meritocracia tem o efeito contrário de fechar os corpos sobre eles mesmos, em benefício daqueles mais bem providos em capital cultural ou social segundo os campos.

²⁶ Bergeron (1978a, 1978b, 1983, 1990); Plessis (1982); Caron (1983); Lévy-Léboyer (1979 — muito original, graças a uma dimensão comparativa —, 1974, 1985); Hau (1985, 1987); Barbier et al. (1989, 1991); Barjot (1988, 1991, 1989); Moine (1989); Bourienne (1989); Chassagne (1986); Caty e Richard (1980, 1986); Jobert (1991).

no tocante às elites menos rígidas, como o patronato, os intelectuais ou os políticos. Devido a estes fatores, as pesquisas sobre uma burguesia de profissões tornam-se também delicadas, o que explica seu relativo retardo na França em relação ao exterior. A maior parte destas profissões estende-se na hierarquia social das classes médias até a elite propriamente dita. As primeiras pesquisas foram realizadas na perspectiva dos trabalhos de Ernest Labrousse. No entanto, mais tardias, foram influenciadas pela incorporação da perspectiva das elites em sua problemática. Pode-se citar, entre os principais trabalhos, a tese de Jacques Léonard sobre os médicos do oeste da França no século XIX, publicada em 1978 mas desenvolvida a partir do início dos anos 1960. O autor não pôde realizar adequadamente a análise do meio médico como segmento da mobilidade social em função de lacunas nas fontes. Por outro lado, o estudo interno do meio médico graças a documentos de origem privada permanece muito inovador, assim como a avaliação da posição da profissão médica no conjunto da sociedade em diferentes épocas e as questões que orientam o debate sobre a formação médica.²⁷

Paralelamente, uma série de grupos de funcionários, próximos dos professores universitários, e posteriormente afastando-se destes, foi analisada na perspectiva do estudo da realidade ou dos limites da mobilidade social, mas também da permanência ou da evolução dos valores culturais no interior das classes médias. Além do já antigo (1965) trabalho de Paul Gerbod sobre os professores, daquele mais prosopográfico de Françoise Mayeur sobre as professoras, devemos assinalar, sobretudo, o belo trabalho de Serge William Serman sobre os oficiais da Segunda República e do Segundo Império.²⁸ Este valoriza, graças a uma sociologia dos corpos de oficiais, a tensão entre o modelo tradicional de recrutamento e de promoção nos meios militares e o ideal democrático e meritocrático imposto pelo pouco entusiasmo das classes dirigentes em servir por longo tempo o Exército, ainda que nos escalões superiores. Assim, paradoxalmente, este corpo tradicional e tradicionalista pode ser, como a área do ensino, mas em função de outro sistema de valores, um veículo importante da promoção das classes médias, como também da frustração, pois o topo da pirâmide permanece nas mãos dos oficiais com origem privilegiada: a noção de mérito físico, através da noção de bravura ou de postura, prima sobre aquela de competência intelectual.

²⁷ Léonard, 1978 (ver minha nota crítica, Charle, 1979). O livro mais recente de Goldstein (1987) o completa, no tocante à medicina hospitalar. No que se refere aos aspectos políticos, ver Ellis (1990); conferir também as pesquisas em curso de George Weisz (1988) e o *Dictionnaire biographique des professeurs de la Faculté de Médecine de Paris*, de François Huguet, a ser publicado pelo CNRS-INRP.

²⁸ Gerbod (1965); Mayeur (1977). A biografia recente de Eric Fauquet (1990) constitui também uma contribuição ao painel do meio profissional universitário da primeira metade do século XIX. Serman (1978, 1979, 1980).

Já há algum tempo, as profissões cujos limites são os mais difíceis para definir entram, por sua vez, no campo historiográfico, através das pesquisas sociológicas sobre os artistas, de Marie-Claude Genet, sobre os escritores, de Rémy Ponton, de Anne-Marie Thiesse e de mim mesmo, sobre os intelectuais em geral, de Jean-François Sirinelli, Pascal Ory, Jean-Louis Fabiani ou Louis Pinto. Note-se, contudo, que as profissões jurídicas permanecem abandonadas, e é por isso que decidi recentemente preencher esta lacuna através de uma nova pesquisa do Instituto de História Moderna e Contemporânea (IHMC).²⁹ Provavelmente mais do que as pesquisas sobre as elites, estas novas pesquisas fornecem uma contribuição ao estudo da mobilidade social, uma vez que praticam cortes transversais que negligenciam as estratificações clássicas em níveis de fortuna ou em posição geográfica ou, ainda, em *status*. Os recortes são de fato puramente formais (um título acadêmico, uma função no Estado). Esses cortes internos à burguesia mostram como esta se renova ou se reproduz, como se operam as passagens de uma fração à outra entre as gerações; eles derivam, portanto, de problemáticas explicitamente sociológicas.

Enfim, existe uma última corrente de estudo da burguesia em um sentido amplo e que, na origem, não se define pela burguesia como objeto, mas antes pelas relações sociais. Indiretamente, essas pesquisas tornam-se uma contribuição ao estudo da classe dominante. Essa corrente tem, em parte, origem no clima intelectual posterior a maio de 1968 e foi fortemente influenciada pelas problemáticas do poder de Michel Foucault. Apesar dos excessos de alguns discípulos muito zelosos, ela abriu, graças à invenção de novas fontes, campos de trabalho por vezes negligenciados pelos historiadores clássicos: sobre o urbanismo, a moradia, as formas de sociabilidade, as relações senhores/serviçais, patrões/trabalhadores. Orientados para o estudo das classes populares, esses trabalhos, que utilizam fontes oriundas dos meios dirigentes, acabam por melhor nos informar acerca do olhar e da mentalidade das classes dominantes que estão na origem das fontes em questão. Os trabalhos sobre os empregados domésticos, sobre a vida privada, sobre o paternalismo, sobre a persistência do sistema nobiliário em certas regiões, sobre a relação entre os sexos no interior da burguesia, sobre os diversos empreendimentos de moralização das classes populares constituem uma contribuição igualmente importante para a revisão de uma imagem puramente estanque e econômica da burguesia do século XIX ou das elites em geral.³⁰

²⁹ Genet-Delacroix (1987, e sua tese, 1988); Ory e Sirinelli (1986); Pinto (1984); Charle (1979b); Ponton (1977). Sobre as profissões jurídicas, conferir as primeiras perspectivas que traço em minha comunicação ao Colóquio de Bielefeld, "*Des 'capacités' aux 'intellectuels', les professions libérales entre l'économie et la politique (1830-1900)*", traduzida em alemão (Siegrist, 1988:127-144), e em artigos (Charle, 1989:117-119, 1988:167-175, 1991a).

³⁰ Cf. Petitfrère (1986); Pourcher (1987); Noiriel (1984); Moine (1989); Perrot (1987); Smith (1989).

Tentativa de avaliação de conjunto

A diversidade e o número dos trabalhos existentes possibilitam que se tente uma avaliação global. A mudança de perspectiva em relação aos meios burgueses ou às elites, em curso nos últimos 15 ou 20 anos, resolveu os problemas de método que a antiga abordagem quantitativa colocava? A mudança de perspectiva renovou nossa visão da sociedade burguesa ou dos meios dirigentes?

Questões de método

A onda de trabalhos sobre as elites ou de orientação prosopográfica, nos últimos 10 anos, remete a três fatores que condicionam a resposta à primeira questão. Em primeiro lugar, a fascinação exercida pelo poder sobre os historiadores: analisar as elites é procurar a fundo penetrar em um dos meios que detêm o poder e conhecer seus mecanismos concretos.

A outra sedução do tema é combinar uma abordagem objetivista e um substrato individualizado porque repousa sobre um fundamento biográfico, com os dois percursos possíveis segundo o temperamento dos historiadores: teorista e sociologizante ou, ao contrário, empirista e monográfico. O historiador reencontra-se, assim, com a genealogia e a biografia, os dois gêneros históricos primeiros.

Enfim, a difusão dessa metodologia coincidiu com o desenvolvimento de softwares e equipamentos leves de informática, em vias de difusão à época.³¹ O empirismo biográfico corre o risco de fortalecer a deriva positivista contida na utilização imoderada da máquina. Por um momento, o historiador sonha fazer, como Balzac, concorrência ao Registro Civil, introduzindo no computador todos os indivíduos da sociedade.

Aliás, encontra-se aí uma certa constante dos efeitos das inovações metodológicas ou técnicas em história. Por efeito de um certo tropismo, os historiadores tendem a tomar o meio pelo fim, deixando a outros a preocupação com a síntese. As últimas sínteses de história social disponíveis não foram, desse ponto de vista, bem-sucedidas em integrar os novos aportes de todos os trabalhos históricos que, ao não levarem em conta as pesquisas paralelas, tornaram os resultados obtidos não comparáveis entre si. Todo novo método em história só tem sentido se modifica os dados da síntese final, sem o que ele se torna um ramo morto da disciplina. Ora, nesse setor da biografia social, a não construção dos dados é com frequência uma prática cômoda para evitar que o historiador vizinho ou sucessor se intrometa no setor aberto pelo predecessor. A pesquisa já citada do IHMC sobre os empresários do Segundo Império teve, por exem-

plo, muita dificuldade em preservar a coerência entre os diferentes *corpora* regionais do patronato, nem sempre construídos segundo os mesmos princípios, cada universidade ou pesquisador encarregado de uma região apresentando dificuldades em se submeter a uma mínima disciplina comum.

Para o tipo de história social constituída pela biografia social dos grupos dominantes, não tomar em consideração esses problemas é algo particularmente lastimável. Com efeito, a história social inspirada em Labrousse não tinha problemas de delimitação. Ela tomava a sociedade como um todo, arriscando-se a delimitar seu objeto por critérios geográficos arbitrários. Ela utilizava fontes estatísticas preparadas por outros, no caso a administração. Seu principal problema residia nas eventuais lacunas das séries utilizadas ou em sua fiabilidade estatística, ligada com frequência às mudanças de nomenclatura segundo as diferentes épocas.

Os problemas que a biografia social afronta são bem diferentes. O historiador social é seu próprio estatístico. Ele deve, em um primeiro momento da pesquisa, coletar dados como o faz um funcionário do censo. Ele deve ir de um arquivo a outro para cruzar fontes que resultarão na informação final que será tratada. Mais seu questionário é longo, mais sua população-alvo deve ser precisa: a escolha do alvo é primordial, pois uma amostragem arbitrária pesará permanentemente sobre os resultados. Esta é uma perspectiva angustiante, pois é, com frequência, em meio à pesquisa que percebemos os erros existentes nos recortes previamente realizados. A preocupação do exaustivo ou das grandes amostras que caracterizam ainda tantas pesquisas me parece, neste caso, restos de nostalgia “labroussiana” do todo social. A multiplicidade das pequenas amostras, saturadas de informações e, se possível, comparáveis entre si ou com aquelas de outros pesquisadores, me parece preferível — para ser fiel à reorientação metodológica que é a biografia social — ao tratamento exaustivo das grandes amostras com poucas variáveis. A pesquisa sobre os prefeitos na França, desenvolvida ao longo de um período em que as duas problemáticas de história social estão presentes, parece dar-me razão. O mais novo e o mais esclarecedor no volume final é menos a grande pesquisa estatística, que termina em alguns truísmos ou incertezas ligadas à multiplicidade de pesquisadores e às fontes desiguais, que as monografias regionalizadas onde as amostras são estudadas em profundidade. A elite política municipal torna-se, então, um revelador das estruturas sociais concretas.

A contribuição dos novos métodos

Mesmo se essas questões não são sempre resolvidas da melhor forma, é preciso, para terminar, insistir sobre o aporte positivo desses novos trabalhos. Modificou-se nossa visão da burguesia e das elites do século XIX? Não tanto quanto poderia ter sido, se a inclinação monográfica tivesse tido como contrapartida um cuidado de comunicação suficientemente importante que ajudasse a avançar as teses seguintes. Nosso

³¹ Sobre isto, conferir os textos do Colóquio Prosopografia e Informática, organizado pelo CNRS em 1985 (Millet, 1986).

quadro das classes burguesas e dos diversos meios ou estratos que as compõem tem atualmente muito mais nuança: compreendemos melhor o que as divide, o que as hierarquiza e as opõe, portanto quais são as raízes das oposições políticas ou ideológicas entre as elites ou as frações da classe dominante. Em particular, temos condições de reconstituir o jogo da antiguidade social, das redes familiares, das tradições regionais que influenciam sua visão de mundo e que não são redutíveis a determinismos puramente econômicos. As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam. A dinâmica dominante interna às elites, do pólo intelectual ao pólo econômico (pela ascensão), ou inversamente, do pólo econômico ao pólo cultural (pelo enobrecimento), dá conta de muitos processos anteriormente julgados em termos morais: traição de sua classe de origem, aburguesamento de um lado, traição do progresso, fuga para uma vida “de rendas” de outro. A história cega dos dominantes que era a história política clássica pode atualmente ser reinvestida graças a esse aporte de mediações finas entre posição social, posição ideológica e dinâmica social. Os historiadores começam a se engajar em definir as redes sociais que ligam as diversas elites, em delimitar os grupos de pressão, os movimentos de criação de diversas sociedades de pensamento ou partidos, colocando-os em relação com as divisões do espaço social da classe dominante nas diferentes épocas.

Em sua totalidade, essas pesquisas permitem transferir o velho esquema de oposição aristocracia/burguesia, contra o qual a história das elites foi inventada, para o interior das diversas frações da burguesia ou dos tipos de elite; como uma das molas fundamentais de sua visão de mundo, aparece o que chamei de antagonismo entre uma elite aberta e uma elite fechada. O processo de promoção, de agregação, de renovação ou de reprodução das diversas elites ou burguesias é, com efeito, traspassado em cada época por essa contradição que reaparece de forma mais ou menos aguda segundo a conjuntura histórica (é atenuada em período de fasto quando há lugar para todo o mundo, é agravada em período de crise quando as inclinações malthusianas voltam à tona).³²

Desse ponto de vista, a história recente das elites e da burguesia — suplantando a história social tal como concebida por Ernest Labrousse — preencheu, na verdade, o programa da própria história social: compreender a dinâmica social contemporânea da democracia. Por outro lado, ela não foi muito bem-sucedida, me parece, em realizar uma de suas ambições iniciais, que era compreender as articulações entre o individual e o social. As pesquisas no campo da história cultural são, sem dúvida, as que melhor poderão dar conta deste objetivo, especialmente no que se refere à história social das disciplinas intelectuais ou aos intelectuais, de forma geral.

³² Para maiores detalhes, conferir meus últimos livros (Charle, 1987, 1990b, 1991b).

Numerosas publicações recentes ilustram essa hipótese. A história social das disciplinas universitárias deve, com efeito, não apenas reconstituir a relação entre as instituições, os homens e as obras, mas igualmente compreender as condições favoráveis ou desfavoráveis à inovação. A história da sociologia, da ciência política, da geografia, a história da historiografia, a história do CNRS,³³ da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais ou do Collège de France, da Escola Livre de Ciências Políticas, quando querem ir ao fundo das coisas, tornam-se, de fato, em estudos de elites e investigações sobre as questões que dividem as frações da burguesia. Essas pesquisas em história intelectual ou história da educação são obrigadas a praticar, a exemplo dos trabalhos de sociologia literária, a biografia diferencial, mas devem também compreender as ligações entre as elites universitárias e intelectuais e as elites em geral, uma vez que todo processo de inovação, quando quer se institucionalizar, implica fazer alianças com outras frações da classe dominante.³⁴ Pode-se perceber aí um ponto de convergência com as problemáticas atuais da história social e cultural tal como estas se desenvolvem na Alemanha e nos Estados Unidos. Resta-nos apenas desejar que este encontro internacional desemboque em uma verdadeira história comparada das sociedades européias, clamada por Marc Bloch em 1928.³⁵

Referências bibliográficas

AGULHON, M.; ROBERT, J. L.; SERMAN, W. et al. *Les maires en France du Consulat à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986.

ANNALES ESC. Histoire et sciences sociales, un tournant critique. Paris, v. 44, n. 6, 1989.

AT SMA, Hartmut; BURGUIÈRE, André (Org.). *Marc Bloch aujourd'hui, histoire comparée et sciences sociales*. Paris: Ehes, 1990.

BAILLOU, Jean (Org.). *Le ministère des affaires étrangères et le corps diplomatique*. Paris: CNRS, 1985.

BARBIER, Frédéric. *La maison Fould: finances et politique en France à l'époque contemporaine*. Paris, 1991.

³³ Sigla do Conseil National de la Recherche Scientifique, principal agência francesa de fomento à pesquisa. (N. do T.)

³⁴ Conferir Besnard (1979, 1981); Charle (1986:389-424, 1989a:7-44); Dammame (1987:31-46); Favre (1989); Mazon (1988); Pestre (1988).

³⁵ Esbocei uma comparação com a história social das burguesias, tal como aparece nas obras organizadas por Jürgen Kocka, em “A la recherche des bourgeoisies européennes” (Charle, 1990a); sobre as concepções de Marc Bloch, ver Atsma e Burguière (1990, especialmente a partir da p. 255).

_____ et al. *Le patronat du Nord sous le Second Empire: une approche prosopographique*. Genève: Droz, 1989.

BARJOT, Dominique (Dir.). Les entrepreneurs de Normandie, du Maine et de l'Anjou à l'époque du Second Empire. *Annales de Normandie*, n. 2-3, 1988.

_____. *La grande entreprise française de travaux publics (1883-1974), contraintes et stratégies*. Paris: Université de Paris IV, 1989. 7 v.

_____. *Le patronat de la Normandie, du Maine et de l'Anjou sous le Second Empire*. Le Mans, 1991.

BERGERON, Louis. *Banquiers, négociants e manufacturiers parisiens du Directoire à l'Empire*. Paris: Mouton, 1978a.

_____. *Les capitalistes en France (1780-1914)*. Paris: Gallimard, 1978b.

_____. La société. In: LEQUIN, Yves (Dir.). *Histoire des français (XIX^e et XX^e siècles)*. Paris: Armand Colin, 1983. t. 2.

_____. *Les Rothschild et les autres*. Paris: Perrin, 1990.

_____; CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. *Les masses de granit: cent mille notables du Premier Empire*. Paris: Editions de l'EHESS, 1979.

BESNARD, Philippe. Les durkheimiens. *Revue Française de Sociologie*, v. 20, 1979. Numéro especial.

_____. Sociologies françaises au tournant du siècle. *Revue Française de Sociologie*, v. 22, 1981. Numéro especial.

BEST, Heinrich. *Die Männer von Bildung und Besitz: Struktur und Handeln parlamentarischer Führungsgruppen in Deutschland und Frankreich, 1848/49*. Düsseldorf: Droste, 1989.

BIRNBAUM, Pierre. *Les sommets de l'Etat*. Paris: Le Seuil, 1977.

_____ et al. *La classe dirigeante française*. Paris: PUF, 1978.

BODIGUEL, J.-L. *Les anciens élèves de l'ENA*. Paris: Éditions de la FNSP, 1978.

_____. *Les magistrats, un corps sans âme*. Paris: PUF, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.

_____. *La noblesse d'Etat, grands écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

_____; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1970.

BOURIENNE, Véronique. Boucicaut, Chauchard et les autres, fondateurs et fondation des premiers grands magasins parisiens. *Paris et Île-de-France*, mémoires publiés par la Fédération des Sociétés Historiques et Archéologiques de Paris et Île-de-France, n. 40, p. 257-335, 1989.

BRUNOT, André; COQUAND, René. *Les corps des ponts et chaussées*. Paris: CNRS, 1982.

_____; _____. *La Cour des comptes*. Prefácio de André Chandernagor e Introdução de Pierre Moinot. Paris: CNRS, 1984.

CARON, François (Dir.). *Entreprises et entrepreneurs aux XIX^e et XX^e siècles*. Paris: Presses de la Sorbonne, 1983.

CATY, R.; RICHARD, E. Contribution à l'étude du monde du négoce marseillais de 1815 à 1870. *Revue Historique*, v. 264, n. 2, p. 337-364, 1980.

_____; _____. *Armateurs marseillais au XIX^e siècle*. Marseille: CCI, 1986.

CHADEAU, Emmanuel. *Les inspecteurs des finances au XIX^e siècle (1850-1914)*. Paris: Economica, 1987.

CHARLE, Christophe. Histoire professionnelle, histoire sociale? Les médecins au XIX^e siècle. *Annales ESC*, v. 34, n. 4, p. 787-794, 1979a.

_____. *La crise littéraire à l'époque du naturalisme, roman, théâtre, politique*. Paris: Pens, 1979b.

_____. Justice et politique; la carrière du procureur général Victor Delise. *Revue Administrative*, n. 222, p.132-137, 1985.

_____. Le Collège de France. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. II. La nation, volume 3. Paris: Gallimard, 1986. p. 389-424.

_____. *Les élites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.

_____. La toge ou la robe? Professeurs de la Faculté de droit de Paris à la Belle Époque. *Revue d'Histoire des Facultés de Droit et de la Science Juridique*, v. 7, p.167-175, 1988.

_____. Le personnel dirigeant du CNRS (1937-1966). *Cahiers pour l'Histoire du CNRS*, v. 4, p. 7-44, 1989a.

_____. Pour une histoire sociale des professions juridiques à l'époque contemporaine. Notes pour une recherche. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 77, p. 117-119, 1989b.

_____. A la recherche des bourgeoisies européennes. *Le Mouvement Social*, n. 153, p. 91-97, 1990a.

_____. *Naissance des "intellectuels" (1880-1900)*. Paris: Minuit, 1990b.

_____. Élite intellectuelle ou élite sociale, les professeurs de la Faculté de droit de Paris (1901-1932). In: _____. KEINER, E.; SCHRIEWER, J. (Ed.). *À la recherche de l'espace universitaire européen*. Frankfurt: Peter Lang, 1991a.

_____. *Histoire sociale de la France au XIX^e siècle*. Paris: Points Seuil, 1991b.

_____. Où en est l'histoire sociale des élites et de la bourgeoisie — essai de bilan critique de l'historiographie contemporaine. *Francia — Forschungen zur Westeuropäischen Geschichte*, Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, Band 18/3, 1991c.

- _____. Micro-histoire sociale et macro-histoire sociale. Quelques réflexions sur les effets des changements de méthode depuis quinze ans en histoire sociale. In: _____ (Ed.). *Histoire sociale, histoire globale?* Paris: Éditions de MSH, 1993. Actes du Colloque de l'Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine, 27-28 janv. 1989.
- _____; FERRÉ, R. (Org.). *Le personnel de l'enseignement supérieur en France aux XIX^e e XX^e siècles*. Paris, 1985.
- _____; TELKÈS, Eva. *Les professeurs du Collège de France (1901-1939)*. Paris: INPP, 1988.
- _____; _____. *Les professeurs de la Faculté des sciences de Paris (1901-1939)*. Paris: INPP, 1989.
- CHASSAGNE, Serge. *Trois générations d'entrepreneurs*. Tese de Estado. Paris: EHESS, 1986.
- COUAILHAC, Marie-Josée. *Les magistrats dauphinois au XIX^e siècle*. Grenoble: Chresi, 1988.
- DAMMAME, Dominique. Genèse sociale d'une institution scolaire, l'École libre des sciences politiques. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 70, p. 31-46, 1987.
- DAUMARD, Adeline. *Les bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*. Paris: Flammarion, 1987.
- DAY, Charles R. *Education for the industrial world: the Ecoles d'Arts et Métiers and the rise of French industrial engineering*. Cambridge, Mass., 1987.
- DUCHESNE, Denise. *Le personnel de la Cour de cassation de 1800 a 1930*. Paris: EPHE (IV Section), 1979.
- ELLIS, Jack D. *The physician legislators: medicine and politics under the early Third Republic, 1870-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ESTÈBE, Jean. *Les ministres de la République*. Paris: Presses de la FNSP, 1981.
- FABIANI, Jean-Louis. *Les philosophes de la République*. Paris: Minuit, 1988.
- FAUQUET, Eric. *Michelet ou la gloire du professeur d'histoire*. Paris: Édition du Cerf, 1990.
- FAVRE, Pierre. *Naissances de la science politique en France (1870-1914)*. Paris: Fayard, 1989.
- FURET, F.; RICHET, D. *La Révolution française*. 2. ed. Paris: Fayard, 1966, 1973.
- GEISON, Gerald L. (Org.). *Professions and the French State (1700-1914)*. Chicago, 1983.
- GENET-DELACROIX, Marie Claude. Le statut de l'artiste professionnel aux XIX et XX siècles. In: *La condition sociale de l'artiste*. Saint-Etienne: Université de Saint-Etienne, 1987.
- _____. *Art et Etat sous la Troisième République*. Paris: Université de Paris I, 1988. 4 v.
- GERBOD, Paul. *La condition universitaire au XIX siècle*. Paris: PUF, 1965.
- GIRARD, L.; CADET, E.; GOSSEZ, R.; SERMAN, W. *La Chambre des députés en 1837-39*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1976.
- GOLDSTEIN, Jan. *Console and classify: the French psychiatric profession in the 19th century*. New York: Cambridge University Press, 1987.

- HAU, Michel. La longévité des dynasties industrielles alsaciennes. *Le Mouvement Social*, n. 132, p. 9-26, 1985.
- _____. *L'industrialisation de l'Alsace (1803-1939)*. Strasbourg: Association des Publications Prés des Universités de Strasbourg, 1987.
- JOBERT, Philippe (Dir.). *Les patrons de la Bourgogne sous le Second Empire*. Paris: Éditions Picard; Le Mans: Éditions Cénomane, 1991.
- KARADY, Victor. Normaliens et autres enseignants à la Belle Époque. *Revue Française de Sociologie*, v. XIII, n. 1, p. 35-58, 1972.
- _____. Les professeurs de la République. Le marché scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale à la fin du XIX^e siècle. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 47-48, p. 90-112, 1983.
- KESSLER, Marie-Christine. *Les grands corps d'Etat*. Paris: Presses de la FNSP, 1986.
- LÉONARD, Jacques. *Les médecins de l'ouest au XIX siècle*. Lille: Atelier des Thèses de Lille III, 1978.
- LÉVY-LÉBOYER, Maurice. Le patronat français a-t-il été malthusien? *Le Mouvement Social*, n. 88, p. 3-49, 1974.
- _____. (Dir.). *Le patronat de la seconde industrialisation*. Paris: Éditions Ouvrières, 1979.
- _____. Le patronat français a-t-il échappé à la loi des trois générations? *Le Mouvement Social*, n. 132, p. 3-8, 1985.
- MALBERG, Natalie Carré de. Le recrutement des inspecteurs des finances de 1892 et 1946. *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, p. 67-91, oct./déc. 1985.
- MAYEUR, Françoise. *L'enseignement secondaire des jeunes filles sous la Troisième République*. Paris: Presses de la FNSP, 1977.
- MAYEUR, Jean-Marie. Une enquête sur le personnel parlementaire sous la Troisième République. *Mélanges de l'École Française de Rome — Moyen Age Temps Modernes*, v. 100, n. 1, p. 175-179, 1988.
- _____; CORBIN, Alain (Dir.). *Enquête sur les parlementaires de la Troisième République*. Paris: RCP du CNRS, Université de Paris I — Paris IV, [s.d.].
- MAZON, Brigitte. *Aux origines de l'École des hautes études en sciences sociales*. Paris: Éditions du Cerf, 1988.
- MILLET, Hélène (Org.). *Prosopographie et informatique*. Paris: Éditions du CNRS, 1986.
- MOINE, Jean-Marie. *Les barons du fer, les maîtres de forge en Lorraine du milieu du XIX^e siècle aux années 30: histoire sociale d'un patronat sidérurgique*. Nancy: Serpenoise, 1989.
- NOIRIEL, Gérard. *Longwy, immigrés et prolétaires*. Paris: PUF, 1984.
- ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. *Les intellectuels en France de l'affaire Dreyfuss à nos jours*. Paris: Armand Colin, 1986.

- PERROT, Michelle (Org.). *Histoire de la vie privée*. Paris: Le Seuil, 1987. t. 4.
- PESTRE, Dominique. *Physique et physiciens dans l'entre-deux-guerres*. Lausanne, 1988.
- PETITFRÈRE, Claude. *L'oeil du maître*. Bruxelles: Complexe, 1986.
- PINAUD, Pierre-François. *Les trésoriers-payeurs-généraux au XIX^{ème} siècle, 1865-1914*. Paris: Éditions de l'Érudit, 1983.
- _____. *Les receveurs généraux des finances*. Genève: Droz, 1989.
- PINTO, Louis. *L'intelligence en action, le Nouvel Observateur*. Paris: Anne-Marie Metaillié, 1984.
- PLESSIS, Alain. *La Banque de France et ses deux cents actionnaires*. Genève: Droz, 1982.
- PONTON, Rémy. *Le champ littéraire de 1865 à 1905*. Thèse EHESS. Paris, 1977.
- POURCHER, Yves. *Les maîtres de granit, les notables de Lozère du XVIII^e siècle à nos jours*. Paris: Orban, 1987.
- PROST, Antoine. *Les conseillers généraux en 1870*. Paris: Publications de la Faculté des Lettres de Paris, 1967.
- RICHARD, Michel; CARASSO, Marie-Françoise. La Cour d'appel de Colmar sous le Second Empire. *Revue d'Alsace*, p.133-155, 1982.
- RICHET, D. Autour des origines idéologiques lointaines de la Révolution Française: élites et despotisme. *Annales ESC*, v. 24, n. 1, p. 1-23, 1969.
- ROYER, Jean-Pierre; MARTINAGE, Renée; LECOCQ, Pierre. *Juges et notables au XIX^e siècle*. Paris: PUF, 1983.
- SERMAN, Serge William. *Le corps des officiers français sous la Deuxième République et le Second Empire*. Lille: Atelier de Reproduction des Thèses de Lille III, 1978. 3 v.
- _____. *Les origines des officiers français (1848-1970)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1978b.
- _____. *Les officiers français dans la nation (1848-1914)*. Paris: Aubier, 1980.
- SHINN, Terry. *Savoir scientifique et pouvoir social: l'Ecole polytechnique, 1794-1914*. Paris, 1980.
- SIEGRIST, Hannes (Hg.). *Bürgerliche Berufe*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988.
- SIRINELLI, Jean-François. *Génération intellectuelle, khâgneux et normaliens des années 1920*. Paris: Fayard, 1988.
- SMITH, Bonnie. *Les bourgeoises du Nord*. Paris: Perin, 1989.
- SMITH, Robert J. *The Ecole Normale Supérieure in the Third Republic*. Albany: University of New York Press, 1982.
- _____; FABIANI, Jean-Louis; CHARLE, C. *Les professeurs de la Faculté des lettres de Paris (1809-1939)*; dictionnaire biographique. Paris, 1965 e 1986. 2 v.

- SOBOUL, Albert. *Comprendre la Révolution*. Paris: Maspero, 1981.
- SZRAMKIEWICZ, Romuald. *Les régents et censeurs de la Banque de France sous le Consulat et l'Empire*. Genève: Droz, 1974.
- THÉPOT, André (Dir.). *L'ingénieur dans la société française*. Paris: Éditions Ouvrières, 1985.
- TODISCO, Umberto. *Le personnel de la Cour des Comptes, 1807-1830*. Genève: Droz, 1969.
- VOVELLE, M. L'Elite ou le mensonge des mots. *Annales ESC*, v. 29, n. 1, p. 49-72, 1974.
- WEISS, John H. *The making of technological man; the social origins of French engineering education*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.
- WEISZ, George. Les transformations de l'élite médicale aux XIX^e et XX^e siècles. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 74, p. 33-47, 1988.
- WRIGHT, Vincent. *Le Conseil d'Etat sous le Second Empire*. Paris: Armand Colin, 1972.
- _____; LE CLÈRE, Bernard. *Les préfets du Second Empire*. Paris: Presses de la FNSP, 1973.

A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*

Christophe Charle

A prosopografia ou biografia coletiva é um método que, após ter sido inventado e praticado sobretudo em história antiga e medieval, muito se desenvolveu nos últimos 40 anos em história moderna e contemporânea. Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. Lawrence Stone o diz à sua maneira: “*prosopography is the investigation of the common background characteristics of a group of actors in history by means of a collective study of their lives*”.¹ Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário e das fontes.

Para compreender o sucesso desse método e sua extensão aos diferentes ramos da história, convém evocar alguns pontos historiográficos. Para perceber seus aportes e seus limites, é preciso analisar alguns exemplos de trabalhos que tomaremos, sobretudo, de períodos recentes onde podem concorrer outros métodos de história social, o que permite medir as vantagens e os inconvenientes de uns e outros. Enfim, tentaremos sugerir as possibilidades ainda não exploradas desse método na abordagem comparativa, aquela que menos foi utilizada até aqui.

* Título original em francês “*La prosopographie ou biographie collective — bilan et perspectives*” (2002, inédito).

¹ Stone, 1971:46. [Uma tradução sugerida: “A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas”. (N. do T.)]

Evocação historiográfica

Os historiadores da antiguidade reivindicam a paternidade da prosopografia.² O termo é utilizado no seu sentido moderno por Theodor Mommsen na apresentação da *Prosopographia Imperii romani* publicada em 1997.³ Esta obra, ainda em curso de publicação, foi imitada para outros períodos da história antiga ao longo de todo o século XX, seja sob a forma de empreendimentos coletivos, seja sob forma de monografias individuais. Citaremos aqui especialmente *The prosopography of the later Roman Empire*, de A. H. M. Jones e J. R. Martindale, e *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire*, com dois volumes publicados por André Mandouze e por Charles Pietri e Luce Pietri.⁴ As monografias de elites da antiguidade baseadas em prosopografia são incontáveis. Uma das primeiras é a de Jean Kirchner, *Prosopographie attica* (1991), seguida daquelas de Paul Poralla, sobre os lacedemônios, e os clássicos de Friederich Münzer, de Ronald Syme ou de Claude Nicolet etc.⁵ Para o período medieval, a prosopografia se desenvolveu a partir do entreguerras e tratou especialmente o pessoal administrativo e a *entourage* dos soberanos dos principais Estados da Europa ocidental. A partir dos anos 1960, a produção tornou-se extremamente abundante, como provam diferentes balanços.⁶ O mesmo acontece em história moderna, onde o precursor foi *sir* Lewis Namier, com trabalhos sobre as elites políticas inglesas.⁷ Seus trabalhos estão na origem de uma série de estudos sobre a Câmara dos Comuns, da Idade Média ao ano de 1832, ainda em processo de elaboração.⁸ Nos casos francês e italiano, foram, sobretudo, os diferentes corpos de funcionários ou de magistrados que suscitaram o interesse dos pesquisadores, assim como as elites eclesásticas, intelectuais ou financeiras e comerciais.⁹

Em história contemporânea, os trabalhos se iniciaram sobretudo na segunda metade dos anos 1960. Eles se devem ao interesse pela questão das elites, introduzida pela sociologia, especialmente americana, onde as teses de Pareto e Mosca fizeram sentir sua influência a partir dos anos 1950. Na França, um dos pontos de partida das pesquisas foi o debate sobre a Revolução Francesa suscitado pelas teses de F. Furet e D. Richet.¹⁰ Estes dois autores propunham uma visão alternativa à interpretação marxis-

² Chastagnol (1970); Nicolet (1970).

³ Groag e Stein (1897); Lalouette (1999).

⁴ Jones e Martindale (1971, 1980, 1992); Mandouze (1982); Pietri e Pietri (1999).

⁵ Kirchner (1991); Poralla (1913); Münzer (1920); Syme (1939); Nicolet (1966).

⁶ Bulst (1986); Griffiths (1986).

⁷ Namier, 1929, 1930.

⁸ Cruickshanks, 1986.

⁹ Ver os balanços de Charle et al. (1980) e Nagle (1986).

¹⁰ Richet (1969), discutido por Vovelle (1974).

ta então dominante na França, partindo do estudo prosopográfico das elites antes e depois da Revolução Francesa. Esta é sobretudo a origem da pesquisa de Louis Bergeron e Guy Chaussinand-Nogaret sobre os notáveis da época napoleônica.¹¹ Outros trabalhos similares sobre os notáveis do século XIX ou sobre a burguesia recorreram, a partir dos anos 1960, sob a inspiração de Ernest Labrousse, ao método prosopográfico: assim, André-Jean Tudesq estudou os grandes notáveis da Monarquia de Julho; Louis Girard e seus alunos, os Conselheiros Gerais de 1870.¹² A sociologia da educação francesa, sob a influência dos trabalhos de Pierre Bourdieu,¹³ esteve também na origem de numerosas prosopografias intelectuais e universitárias.¹⁴ Na Grã-Bretanha, na Alemanha, nos Estados Unidos, mais recentemente na Itália, na Espanha e na Suíça, multiplicaram-se, em função dos grandes debates historiográficos nacionais, as biografias coletivas de elites políticas, econômicas, religiosas, intelectuais, artísticas ou da militância política: origem das clivagens políticas no Parlamento britânico, evolução e função da nobreza inglesa, especificidades das burguesias alemã, suíça ou italiana,¹⁵ formação e renovação das elites americanas¹⁶ etc. Em história contemporânea, o método foi igualmente aplicado a grupos mais amplos que as elites, domínio anteriormente privilegiado pela história antiga, medieval ou moderna por questões documentais. A história de mulheres, a história das classes médias e populares, mesmo aquela dos marginais, recorreram igualmente à biografia coletiva nas últimas décadas graças à abundância da documentação impressa, à ajuda da história oral ou à reutilização dos grandes arquivos biográficos já existentes.¹⁷

Aportes e limites

A multiplicação dos trabalhos de história contemporânea ou de sociologia histórica utilizando o método prosopográfico obedece a razões intelectuais e técnicas próprias dos últimos 30 anos. O declínio associado dos métodos estatísticos globais e da influência intelectual do marxismo, que privilegiavam as classes sociais de grandes contingentes (operariado, camponeses, burguesia), e o cuidado, próprio de sociedades cada vez mais fundadas sobre o indivíduo, de se aproximar da experiência individual e da diver-

¹¹ Bergeron e Chaussinand-Nogaret, 1979.

¹² Tudesq (1964); Girard et al. (1967). Para um balanço geral, ver Charle (1992).

¹³ Bourdieu e Passeron (1970); Bourdieu (1989).

¹⁴ Karady, 1972, 1973.

¹⁵ Kocka e Frevert (1988); Tanner (1990); Augustine (1994); Banti (1989); Malatesta (1995).

¹⁶ Baltzell (1958); Jaher (1973).

¹⁷ Pudal (1992); Dreyfus, Penetier e Viet-Depaule (1996); Omnès (1997); Wagniar (1999).

sidade das trajetórias sociais conduziram os historiadores dos períodos recentes a praticar a micro-história social, que implicava ter como método privilegiado a prosopografia ou a biografia coletiva. Enfim, o uso generalizado da microinformática possibilitou tratar de maneira mais complexa bancos de dados cada vez mais ricos.¹⁸ Enquanto, em períodos anteriores, a falta de documentação de massa implicava a coleta paciente de dados em nível individual para, depois, passar-se à generalização coletiva, para os períodos recentes o recurso à prosopografia foi concebido como uma mudança de perspectiva em relação à história social tradicional, fundada sobre a documentação serial.

Graças a ela, os historiadores das três últimas décadas buscaram crescentemente conhecer de forma aprofundada as pequenas coletividades representativas de um problema. Assim, através do estudo dos oficiais franceses da Segunda República e do Segundo Império, S. W. Serman pôs em evidência o enfrentamento persistente, ao longo do século XIX, na França, entre o ideal aristocrático e o crescimento da orientação democrática no seio do Exército.¹⁹ Com as pesquisas sobre as elites — os grandes notáveis da Monarquia de Julho,²⁰ o patronato do Segundo Império,²¹ os setores dirigentes da Terceira República,²² os deputados nacionais de Paris e de Frankfurt em 1848/49²³ —, tentou-se compreender a evolução dos modelos de reprodução dominantes de um regime a outro, a distância entre os mitos justificadores da ordem social e os mecanismos sociológicos, o efeito social eventual das revoluções políticas, as razões da especificidade da via francesa para a industrialização, da via alemã para o parlamentarismo incompleto, as relações dos empresários ingleses com as antigas elites.²⁴ Logo, essas biografias coletivas permitem renovar as respostas às grandes questões, assim como auscultar os grandes batalhões da antiga história social, sem se fechar na estrutura pré-construída das fontes seriais e quantificáveis. Nessas novas abordagens, os grupos se definem por suas propriedades relacionais ou por suas imagens recíprocas, ou ainda por sua capacidade em impor uma imagem de si mesmos aos outros mas também à maior parte de seus membros. A noção de construção do objeto torna-se, assim, decisiva nessa micro-história social baseada nas biografias coletivas.

É precisamente este ponto que suscitou, a partir de 1971, as primeiras críticas à prosopografia, formuladas por Lawrence Stone em relação aos trabalhos de história

¹⁸ Stone (1971); Millet (1985).

¹⁹ Serman, 1978.

²⁰ Tudesq (1964); Girard, Serman e Gossez (1976).

²¹ Plessis (1985); Barjot (1991-2000).

²² Estèbe (1982); Charle (1987).

²³ Best, 1990.

²⁴ Berghoff, 1991.

moderna inspirados em *sir* Lewis Namier: os vieses das fontes oficiais sobre as quais repousam as biografias induzem uma visão parcial da realidade; a delimitação das populações é bastante arbitrária; os critérios definidos para as biografias são com frequência redutores. Tudo isso conduziria a uma visão elitista, cínica e conformista dos grupos dirigentes e de suas relações com a sociedade que os envolve.²⁵ Essas críticas são válidas apenas se o historiador confunde o método com seu fim e esquece que ele sempre examina apenas uma fração da realidade, em função das fontes que escolheu e dos limites do seu próprio questionário biográfico. O historiador arrisca menos cair nessas armadilhas quando trata de períodos recentes, onde os resultados das biografias coletivas podem ser confrontados com outras fontes, onde as prosopografias parciais podem ser comparadas e cruzadas entre si e onde a diversidade dos grupos suscetíveis de serem estudados vai bem além das elites das épocas antigas.

O historiador prosopógrafo navega, todavia, entre dois rochedos: aquele da biografia indefinida de indivíduos (com o risco da perda da dimensão coletiva) e aquele, inverso, da ampliação das grandes amostras com as dimensões de toda a sociedade (com risco de reduzir o questionário a sua mais simples expressão). Para sair dessa contradição, o trabalho coletivo por meio de grandes enquetes que adotam princípios comuns foi a solução tentada, com resultados diversos, em diferentes países: assim a pesquisa, ainda em curso, sobre a Câmara dos Comuns inglesa,²⁶ a pesquisa sobre os prefeitos na França,²⁷ aquelas sobre os parlamentares da Terceira República²⁸ e as biografias coletivas dos parlamentares do Zentrum für Historische Sozialforschung de Colônia.²⁹ Todavia, essas pesquisas supõem o apoio institucional de longa duração, cada vez mais difícil de ser obtido a partir da introdução de critérios de rentabilidade na pesquisa universitária. Elas implicam também a permanência do pessoal envolvido na pesquisa, cada vez menos compatível com a renovação habitual das equipes. É por isso que o princípio das monografias coordenadas, mais leves e descentralizadas, parece mais realista na conjuntura universitária contemporânea. Ele permite também não sacrificar a originalidade do trabalho de cada um no anonimato de um empreendimento hierarquizado. Contudo, para não se arriscar à dispersão ou à não comparabilidade dos resultados parciais, ele supõe o mínimo de concertamento e de encontros para definir os questionários, as codificações e as análises comuns. Quando se pratica a biografia coletiva, medem-se, portanto, não apenas as condições de validade das

²⁵ Stone, 1971.

²⁶ Namier e Brooke, 1964.

²⁷ Agulhon et al., 1986.

²⁸ Corbin, Mayeur e Schweitz (1995); Guillaume e Lachaise (1998); Chaline e Sohn (2000); Ménanger et al. (2000).

²⁹ Schröder, Weege e Zech (2000); Best e Cotta (2000).

amostras, mas se toma igualmente consciência dos limites das estruturas aplicadas *a priori* aos dados. Uma vez que as respostas às questões colocadas constituem objetos de disputa social, o trabalho de interpretação leva a marca do historiador que — mais do que em outros campos — age consciente ou inconscientemente sobre seus resultados em todos os níveis da pesquisa: a amostra, a coleta, a codificação e o tratamento dos dados.

Rumo à prosopografia comparada

Na França e cada vez mais na maioria dos países desenvolvidos, quase todos os grupos suscetíveis de serem objeto de biografias coletivas encontraram seu biógrafo: nobrezas, notáveis, burguesias urbanas, elites administrativas, elites financeiras, comerciais ou patronais, elites intelectuais ou universitárias, artistas, profissões de classe média (médicos, juristas, jornalistas, professores), estudantes, funcionários de todos os níveis, militantes operários ou feministas, marginais etc.

Em nome da lei inelutável dos rendimentos decrescentes, e da volta ao primeiro plano dos temas historiográficos pouco adequados a essa abordagem (história cultural, história da memória, história das sensibilidades coletivas), estaria próximo o declínio do método das biografias coletivas? Três considerações autorizam a recusa deste diagnóstico prematuro em relação às virtudes declinantes de um método tão fecundo para a história social recente.

Em primeiro lugar, fora das elites, outros grupos sociais que começam a ver sua história social renovar-se a partir de seu interior graças às biografias coletivas — classes médias e, cada vez mais, as classes populares através de suas elites militantes, mas igualmente de histórias de vida de suas testemunhas privilegiadas³⁰ — estão longe de ser completamente conhecidos. A aplicação do método a esses novos campos implica uma nova reflexão sobre a constituição das amostras (que não podem mais ser exaustivas) e sobre a relação entre trajetórias individuais e morfologia: a diversidade interna dos casos é tanto maior quanto mais extensa for a população-alvo, o que recoloca o problema da “representatividade”, que desaparecera com o recurso às listas exaustivas da prosopografia de elites. Considerando-se todos esses grupos como grupos de passagem, uma vez que as elites, por definição, situando-se no topo, constituem-se em grupos-alvo, as características dos indivíduos que os compõem não podem ser compreendidas em si mesmas, mas como vetores de estratégias múltiplas.

Em segundo lugar, as historiografias européias apresentam descompassos que supõem a necessidade de pesquisas complementares para se chegar a uma visão homogênea dos grupos comparáveis de uma sociedade a outra. Assim, a pesquisa compara-

tiva dirigida por Jürgen Kocka sobre as burguesias européias pôs em evidência o fato de que uma parte da dificuldade da análise desse grupo em escala internacional provinha não apenas do avanço desigual dos trabalhos, mas sobretudo da persistência, lado a lado, de pesquisas inspiradas, em alguns casos, nos métodos clássicos da história social — especialmente nos países germânicos ou anglo-saxônicos — e, em outros, especialmente na França, em pesquisas baseadas em biografias coletivas, resultando em problemáticas descompassadas e comparações em parte inadequadas.³¹ A abordagem por grupos definidos em termos ou recortes “locais” na Alemanha (Wirtschaftsbürgertum, Bildungsbürgertum, burguesia de Berlim ou de Hamburgo) tende a acentuar a impressão de fechamento social de cada subconjunto. Na França, ao contrário, a abordagem sobretudo profissional ou em termos de elite permite visualizar as mobilidades e as passagens entre as diversas categorias, fenômeno acentuado pela tendência centrípeta de Paris para as elites francesas.

A biografia coletiva dispõe, portanto, de um campo ainda amplamente virgem, o da prosopografia comparada. A principal e eterna objeção feita ao método comparativo em história é a necessidade, devido à abundância do material, de se trabalhar com informações de segunda mão, a partir de monografias elaboradas por terceiros, com o duplo risco da generalização precipitada de conclusões extraídas de seu contexto similar e da inadequação permanente dos dados comparados, especialmente em história social, em função do problema recorrente das codificações. Apesar desses problemas, pesquisadores alemães já deram o exemplo e, desde os anos 1990, certos historiadores franceses ou especialistas britânicos fazem o mesmo — como Best, Berghoff e Möller, Charle, Siegrist, Joly, Cassis, Ruggiu.³² Respectivamente, eles trabalharam sobre os políticos, o empresariado das grandes cidades provinciais inglesas, os professores universitários de Paris e Berlim, os advogados na Suíça, na Itália e na Alemanha, ou ainda o empresariado europeu durante o século XX.

A biografia coletiva é uma metodologia particularmente exigente em relação a tempo de pesquisa e rigor na organização dos dados. Uma prosopografia comparada multiplica por dois — para dois países — ou mais — se se deseja comparar um maior número de casos — o tempo de coleta dos dados. É preciso acrescentar aí o tempo suplementar necessário para colocar em funcionamento a estrutura de levantamento e análise dos dados e de adaptação a fontes por vezes heterogêneas. Para testar a hipótese inicial da exequibilidade e da fecundidade do projeto comparativo, convém portanto partir de um terreno sobre o qual um dos dois países considerados disponha já de uma massa crítica de dados examináveis, da qual deduzir-se-á, por homologia, a

³¹ Kocka e Frevert (1988); Charle (1990).

³² Best (1990); Berghoff e Möller (1994); Charle (1994); Siegrist (1995); Joly (1996); Cassis (1997); Ruggiu (1997).

³⁰ Ozouf et al. (1992); Pudal (1992); Gribaudi (1987); Join-Lambert (2001).

estrutura³³ da pesquisa do outro país escolhido, que, por sua vez, deverá comportar um interesse comparativo evidente para a elite selecionada. Assim se explica o fato de que as prosopografias comparativas tratam sobretudo as elites mais bem documentadas e mais estudadas (grande empresariado, políticos, professores universitários, nobreza), como nos exemplos citados anteriormente. As biografias coletivas de âmbito nacional permitiram melhor compreender as clivagens internas dos diferentes grupos estudados e suas dinâmicas sociais e geracionais, ou ainda as redes sociais dominantes.³⁴

No melhor dos casos, pode-se associar essas clivagens com tomadas de posição políticas, ideológicas ou religiosas, ou melhor compreender certos fracassos ou certos sucessos: assim, o livro de Siegrist mostra por que os advogados italianos e suíços conquistaram grande influência política já no século XIX, quando seus pares alemães permanecem subordinados às elites administrativas até a época de Weimar. Uma prosopografia comparada deve permitir ir ainda mais longe nessa análise explicativa ao relativizar as correlações que parecem dadas ou óbvias em um certo recorte nacional ou social; deve ocupar-se das evoluções comuns para além das fronteiras e das especificidades de um momento, de um meio ou de uma nação. Assim, a idéia preconcebida de que a expansão do ensino superior se traduz em uma certa abertura social do recrutamento dos professores universitários é desmentida quando comparamos biografias coletivas dos professores da Universidade de Berlim (letras e ciências) e de seus pares da Sorbonne na passagem do século XIX para o século XX. O que conta aqui é mais a existência de uma continuidade de carreira entre ensino secundário e superior que permite a promoção de novos homens ao topo da hierarquia universitária, ou um sistema de postos subalternos ou de bolsas no ensino superior durante o período de acumulação de títulos universitários necessários ao acesso às cátedras. A ausência dessas duas ajudas à mobilidade explica por que o recrutamento social dos professores ordinários alemães permanece notavelmente elitista ao passo que o corpo universitário francês (letras e, sobretudo, ciências) se abre progressivamente. Esse descompasso esclarece por um lado as incompreensões entre as duas comunidades universitárias, mesmo quando buscam cooperar entre si, mas igualmente os laços variados que mantêm com as demais elites por ocasião de crises políticas.³⁵

O objetivo da prosopografia comparada, como em toda a prosopografia, é apreender, através das biografias coletivas, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados.³⁶ O grande perigo da prosopografia compa-

³³ Cadre, no original. O termo que melhor traduz cadre é enquadramento. No caso em questão, refere-se à forma, ao “âmbito” da pesquisa. (N. do T.)

³⁴ Magri (2001); Zalio (1999).

³⁵ Charle, 1994.

³⁶ Genet e Lottes, 1996.

rada é de encontrar, ao fim de muitos esforços eruditos, apenas verdades já conhecidas ou admitidas sobre cada país. Em geral, chega-se a esse impasse ou resultado decepcionante quando operamos recortes excessivamente globais, não suscetíveis de comparações controladas que permitam relativizar ou pôr em perspectiva certo traço dominante. Isso implica, portanto, uma escolha particularmente vigilante das variáveis comparadas e uma profunda reflexão sobre as codificações que se lhes aplica. Em particular, e para não ceder ao prestígio das datas clássicas ou aos estereótipos sociais que a biografia coletiva tem precisamente a ambição de desmontar, é necessário determinar previamente o grau de autonomia relativa dos grupos, das elites e dos campos que se estão comparando, os recortes cronológicos pertinentes das coortes que se analisam.

Assim, abre-se uma série de questões metodológicas comuns e transversais em relação aos períodos históricos cuja resolução permitiria lançar um debate mais amplo sobre as fundações possíveis de uma história sociocultural comparada das sociedades contemporâneas.

Referências bibliográficas

- AGULHON, M. et al. *Les maires en France du Consulat à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986.
- AUGUSTINE, D. L. *Patricians and parvenus: wealth and high society in Wilhelmine Germany*. Oxford: Berg, 1994.
- AUTRAND, F. (Ed.). *Prosopographie et genèse de l'Etat moderne*. Paris: L'Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986.
- BALTZELL, E. D. *Philadelphia gentlemen: the making of a national upper class*. Glencoe: Free Press, 1958.
- BANTI, A. M. *Terra e denaro: una borghesia padana dell'Ottocento*. Venise: Marsilio, 1989.
- BARJOT, D. (Ed.). *Les patrons du Second Empire*. Paris, 1991-2000. 7 v. Alsace (N. Stoskopf), Anjou-Normandie-Maine (D. Barjot), Bordeaux (H. Bonin), Bourgogne (P. Jobert), Franche-Comté (J.-L. Mayaud), Marseille (R. Caty, E. Richard, P. Echinard), Paris, banquiers (N. Stoskopf).
- BERGERON, L.; CHAUSSINAND-NOGARET, G. *Les "masses de granit": cent mille notables du Premier Empire*. Paris: Editions de l'EHESS, 1979.
- BERGHOF, H. *Englische Unternehmer 1870-1914: Eine Kollektivbiographie führender Wirtschaftsbürger in Birmingham, Bristol und Manchester*. Goettingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1991.
- _____; MÖLLER, R. Tired pioneers and dynamic newcomers? A comparative essay on English and German entrepreneurial history, 1870-1914. *Economic History Review*, v. 47, n. 2, p. 262-287, 1994.

- BEST, H. *Die Männer von Bildung und Besitz: Struktur und Handeln parlamentarischer Führungsgruppen in Deutschland und Frankreich, 1848/49*. Düsseldorf: Droste, 1990.
- _____; COTTA, M. (Ed.). *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'Etat, grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____; PASSERON, J.-C. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1970.
- BULST, N. La recherche prosopographique récente en Allemagne (1250-1650). Essai d'un bilan. In: AUTRAND, F. (Ed.). *Prosopographie et genèse de l'Etat moderne*. Paris: L'Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 35-52.
- _____; GENET, J.-Ph. (Ed.). *Medieval lives and the historian: studies in medieval prosopography*. Kalamazoo, 1986.
- CASSIS, Y. *Big business: the European experience in the twentieth century*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CHALINE, J.-P.; SOHN, A.-M. (Dir.). *Dictionnaire des parlementaires de Haute Normandie, 1871-1940*. Rouen: Presses de l'Université de Rouen, 2000.
- CHARLE, C. *Les élites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.
- _____. A la recherche des bourgeoisies européennes. *Le Mouvement Social*, v. 153, p. 91-97, 1990.
- _____. The present state of research on the social history of elites and the bourgeoisie, a critical assessment on middle class and elites. *Contemporary European History*, v. 1, n. 1, p. 99-112, 1992.
- _____. *La République des universitaires (1870-1940)*. Paris: Le Seuil, 1994.
- _____. Du bon usage de la biographie sociale comparée. In: DREYFUS, M.; PENNETIER, C.; VIET-DEPAULE, N. (Ed.). *La part des militants, biographie et mouvement ouvrier: Autour du Maître, Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*. Paris: Editions de l'Atelier, 1996. p. 51-72.
- _____. et al. *Prosopographie des élites françaises (XVI^e-XX^e siècles): guide de recherche*. Paris: CNRS, Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine, 1980.
- CHASTAGNOL, A. La prosopographie, méthode de recherche sur l'histoire du Bas Empire. *Annales ESC*, v. 25, n. 5, p. 1229-1235, 1970.
- CORBIN, A.; MAYEUR, J.-M.; SCHWEITZ, A. (Ed.). *Les immortels du Sénat, 1875-1918: les cent seize inamovibles de la Troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.
- CRUIKSHANKS, E. Multi-biographical analysis as an approach to parliamentary history. In: AUTRAND, F. (Ed.). *Prosopographie et genèse de l'Etat moderne*. Paris: L'Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 335-344.

- DREYFUS, M.; PENNETIER, C.; VIET-DEPAULE, N. (Ed.). *La part des militants, biographie et mouvement ouvrier: Autour du Maître, Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*. Paris: Editions de l'Atelier, 1996.
- ESTÈBE, Jean. *Les ministres de la République (1871-1914)*. Paris: Presses de la FNSP, 1982.
- GENET, J.-Ph.; LOTTES, G. (Ed.). *L'Etat moderne et les élites, XIII^e-XVIII^e siècles: apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.
- GIRARD, L.; GOSSEZ, A. M.; PROST, A. *Les conseillers généraux en 1870*. Paris: PUF, 1967.
- _____; SERMAN, W.; GOSSEZ, R. *La Chambre des Députés en 1837-39*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1976.
- GRIBAUDI, M. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX^e siècle*. Paris: Editions de l'EHESS, 1987.
- GRIFFITS, R. Bureaucracy and the English State in the later Middle Ages. In: AUTRAND, F. (Ed.). *Prosopographie et genèse de l'Etat moderne*. Paris: L'Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 52-65.
- GROAG, E.; STEIN, A. (Ed.). *Prosopographia Imperii Romani Saec I, II, III Pars I*. Berlin: Walter de Gruyter, 1897.
- GUILLAUME, S.; LACHAISE, B. (Dir.). *Dictionnaire des parlementaires d'Aquitaine sous la Troisième République*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1998.
- JAHNER, F. C. (Ed.). *The rich, the well-born, and the powerful: elites and upper classes in history*. Urbana: University of Illinois Press, 1973.
- JOIN-LAMBERT, O. *Le receveur des postes entre l'Etat et l'usage (1944-1973)*. Paris: Belin, 2001.
- JOLY, H. *Patrons d'Allemagne*. Paris: Presses de la FNSP, 1996.
- JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R. (Ed.). *The prosopography of the later Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, 1980, 1992.
- KARADY, V. Normaliens et autres enseignants à la Belle Epoque. Note sur l'origine sociale et la réussite dans une profession intellectuelle. *Revue Française de Sociologie*, v. 13, n. 1, p. 35-58, 1972.
- _____. L'expansion universitaire et l'évolution des inégalités devant la carrière d'enseignant au début de la III^e République. *Revue Française de Sociologie*, v. 14, n. 4, p. 443-470, 1973.
- KOCKA, J.; FREVERT, U. (Ed.). *Bürgertum im 19. Jahrhundert*. Munique: Deutsche Taschenbuch Verlag, 1988.
- LALOUTTE, J. De l'exemple à la série: histoire de la prosopographie. *Siècles, cahiers d'histoire des entreprises et des communautés*, v. 10, p. 3-20, 1999.
- MAGRI, S. Bourgeoisies; emprunts interdisciplinaires dans l'étude d'un groupe social. *Genèses*, v. 44, p. 145-164, sept. 2001.

- MALATESTA, M. (Ed.). *Society and the professions in Italy, 1860-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MANDOUZE, A. (Ed.). *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire*. 1 Prosopographie de l'Afrique chrétienne (303-533). Paris: Editions du CNRS, 1982.
- MÉNAGER, B.; FLORIN, J.-P.; GUISLIN, J.-M. (Ed.). *Les parlementaires du Nord-Pas-de-Calais sous la III^e République*. Villeneuve d'Ascq: Centre de Recherche sur l'Histoire de l'Europe du Nord-Ouest, Université Charles de Gaulle-Lille III, 2000.
- MILLET, H. (Ed.). *Informatique et prosopographie*. Paris, Editions du CNRS, 1985.
- MÜNZER, F. *Römische Adelsparteien und Adelsfamilien*. Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1920. Tradução americana: Baltimore, PA: Johns Hopkins University Press, 1999.
- NAGLE, J. Prosopographie et histoire de l'Etat: la France moderne XVI^e-XVIII^e siècles. In: AUTRAND, F. (Ed.). *Prosopographie et genèse de l'Etat moderne*. Paris: L'Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 77-90.
- NAMIER, L. *The structure of politics at the accession of George III*. London: Macmillan, 1929.
- . *England in the age of the American revolution*. London: Macmillan, 1930.
- ; BROOKE, J. *The House of Commons, 1754-1790*. London: Published for the History of Parliament Trust by Her Majesty's Stationery Office, 1964.
- NICOLET, C. *L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 avant J.-C.)*. Paris: De Boccard, 1966.
- . Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie à l'époque républicaine. *Annales ESC*, v. 25, n. 5, p. 1209-1228, 1970.
- OMNÈS, C. *Ouvrières parisiennes: marchés du travail et trajectoires professionnelles au 20^e siècle*. Paris: Editions de l'EHESS, 1997.
- OZOUF, J. et al. *La République des instituteurs*. Paris: Gallimard: Le Seuil, 1992.
- PIETRI, C.; PIETRI, L. (Ed.). *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire*, 2: Prosopographie de l'Italie chrétienne (303-533). Rome: Ecole Française de Rome, 1999.
- PLESSIS, A. *Régents et gouverneurs de la Banque de France (1852-1870)*. Genève: Droz, 1985.
- PORALLA, P. *Prosopographie der Lakedaimonier bis auf die Zeit Alexanders des Grossen*. Breslau: Max, 1913.
- PUDAL, B. *Prendre parti, pour une sociologie historique du PCF*. Paris: Presses de la FNSP, 1992.
- RICHET, D. Autour des origines idéologiques lointaines de la Révolution française. *Annales ESC*, v. 24, n. 1, p. 1-23, 1969.

- RUGGIU, F.-J. *Les élites des villes moyennes en France et en Angleterre XVII^e-XVIII^e siècles*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- SCHRÖDER, W.-H.; WEEGE, W.; ZECH, M. Historische Parlamentarismus-, Eliten- und Biographieforschung, Forschung und Service am Zentrum für Historische Sozialforschung. *Historische Sozialforschung Supplement/ Beiheft*, Köln, Zentrum für Historische Sozialforschung, n. 11, 2000.
- SERMAN, S.-W. *Le corps des officiers sous la Deuxième République et le Second Empire*. Lille: Atelier de Reproduction des Thèses de Lille III, 1978.
- SIEGRIST, H. *Advokat, Staat und Bürger: Sozialgeschichte der Rechtsanwälte in Deutschland, Italien und der Schweiz (18.-20. Jh.)*. Frankfurt: V. Klostermann, 1995.
- STONE, L. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.
- SYME, R. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1939.
- TANNER, A. Aristokratie und Bürgertum in der Schweiz im 19. Jahrhundert: Verbürgerlichung der "Herren" und aristokratische Tendenzen im Bürgertum. In: BRÄNDLI, S. et al. *Schweiz im Wandel: Studien zur neueren Gesellschaftsgeschichte*. Basel: Helbing & Lichtenhahn, 1990. p. 209-228.
- TUDESQ, A.-J. *Les grands notables en France (1840-49): étude historique d'une psychologie sociale*. Paris: PUF, 1964.
- VOVELLE, M. L'élite ou le mensonge des mots. *Annales ESC*, v. 29, n. 1, p. 49-72, 1974.
- WAGNIART, J.-F. *Le vagabond à la fin du XIX^e siècle*. Paris: Belin, 1999.
- ZALIO, P. P. *Grandes familles de Marseille au XX^e siècle*. Paris: Belin, 1999.

Do exemplo à série: história da prosopografia*

Jacqueline Lalouette**

Prosopografia: ainda hoje este termo culto, ou pelo menos um pouco “precioso”,¹ permanece bastante desconhecido, mesmo junto ao público mais instruído. Isso não surpreende, já que ele esteve por longo tempo ausente dos dicionários e, ainda hoje, alguns não o incluíram em suas colunas. Assim, buscávamo-lo, em vão, no *Grand dictionnaire de la langue française* de 1976, no *Grand Larousse* publicado na mesma data, no *Dictionnaire du français* de 1987, no *Petit Robert* de 1990, no *Petit Larousse illustré* de 1999 etc.

Outros dicionários reservaram-lhe um lugar, mas unicamente em sua acepção primeira de figura de retórica. É assim que o *Grand Robert de la langue française* define a prosopografia como “a descrição de uma pessoa”;² a primeira ocorrência citada data de 1797, ao passo que as primeiras notícias são bem anteriores. Por sua vez, o *Trésor de la langue française* propõe a seguinte definição: “descrição das qualidades físicas de um personagem real ou fictício”.³ Esta acepção única é ainda mais surpreendente quando se percebe, mais abaixo, na parte do verbete dedicada à utilização da palavra, a citação de um artigo de Lucie Fossier, publicado em 1983 na revista *Le médiéviste et l'ordinateur*, no qual a palavra toma um sentido totalmente diferente. Esta definição corresponde àquela que tivera curso exclusivamente ao longo dos séculos anteriores.

A prosopografia pertencia de fato, primitivamente, às figuras do discurso e, de forma mais precisa, às figuras do pensamento. Distinguiam-se as descrições do mundo

* Publicado originalmente sob o título “*De l'exemple à la série: histoire de la prosopographie*” (Lalouette, 1999).

** Professora da Universidade de Paris XIII.

¹ Fossier, 1983:1.

² *Grand Robert de la langue française*, 1985, t. 7, p. 843.

³ *Trésor de la langue française*, 1988, t. 13, p. 1358.

(cosmografia), da terra (geografia), de uma região (corografia), de um lugar (topografia) e, extensivamente, foi criado o termo “prosopografia”, relativo à descrição de uma pessoa, com a palavra grega *προσωπον* que significa “máscara”, “rosto”, ou ainda “pessoa”. Da mesma forma que a topografia é “uma descrição que tem por objeto um lugar qualquer, tal como um vale, uma montanha, uma planície, uma cidade, um povoado, uma casa, um templo, uma gruta, um jardim, um pomar, uma floresta etc.”,⁴ que a cronografia é “uma descrição que caracteriza vivamente o tempo de um evento pelo concurso das circunstâncias que a ele estão ligadas”,⁵ a prosopografia é “uma descrição que tem por objeto a figura, o corpo, os traços, as qualidades físicas ou somente o exterior, o porte, o movimento de um ser animado, real ou fictício, quer dizer, de pura imaginação”.⁶ Reencontra-se esta definição de Fontanier, nos seus aspectos essenciais, sob a pluma de Littré: “Espécie de descrição que tem por objeto fazer conhecer os traços exteriores, a figura, o porte de um homem, de um animal”. Em *Han d’Islande*, Victor Hugo não hesita em recorrer a este velho termo especializado.⁷ Por volta de 1870, o *Grand dictionnaire universel* de Pierre Larousse dedica aproximadamente uma coluna ao termo “prosopografia” e dele oferece uma definição clássica: “Descrição que tem por objeto fazer conhecer os traços exteriores, a figura, o porte, de um homem, de um animal”.⁸ Acrescentemos que, para certos autores, a prosopografia é da alçada da hipotipose, essa arte de pintar “as coisas de maneira tão viva e tão enérgica que as coloca à vista, sob os olhos”,⁹ assim, Joseph-Victor Le Clerc reúne, sob o nome geral de “hipotipose”, a prosopografia, a etopéia — que é o retrato moral de um indivíduo —, o retrato — que conjuga a descrição física e a descrição moral —, a cronografia e a topografia.¹⁰

⁴ Fontanier, 1977:422.

⁵ *Ibid.*, p. 424.

⁶ *Ibid.*, p. 425.

⁷ Hugo, 1910:104. (O acaso levou à casa do carrasco Orugix o bandido Han da Islândia e o guarda da morgue, Benignus Spiagudry, ambos irreconhecíveis pelo uso de disfarces. Orugix alimentava um forte rancor em relação a Spiagudry, em razão das pretensões deste em tomar posse, no momento oportuno, do cadáver de Han da Islândia; ele expressa seu rancor e diz que gostaria muito de saber a que se assemelha o guarda. Han da Islândia, que conhece Spiagudry, inicia então uma descrição e, comenta o narrador, o interessado está “justamente atemorizado desta prosopografia”.)

⁸ *Grand dictionnaire universel*, t. XIII (I), p. 286.

⁹ Fontanier, 1977:390.

¹⁰ Le Clerc, 1827:309-310. Da mesma forma, nas anotações do curso de retórica de um aluno em 1825, encontramos as seguintes linhas: “Quando a hipotipose representa os exteriores de uma pessoa, nós a chamamos prosopografia” (coleção particular).

Termo de retórica, portanto. Permanece, contudo, um elemento não conhecido: a data na qual apareceu este termo, que, observemos, não figura nos dicionários clássicos de grego ou latim.¹¹ Tampouco o encontramos em Hermógenes¹² ou em Aftônio,¹³ ou no *Tratado sobre a oratória* de Quintiliano.¹⁴ Séculos depois, ele permanecia ignorado por Georges de Trébizonde¹⁵ e por Henri Estienne.¹⁶ Por outro lado, ele aparece na obra de Jean Susenbrot, *Epitome troporum ac schematum et grammaticorum et rhetoricorum, ad auctores tam profanos tam sacros intelligendos non minus utilis quam necessaria*,¹⁷ com esta definição: “[A prosopografia consiste] em descrever como num quadro e colocar frente aos olhos um homem real ou fictício, pintando sua forma, sua atitude corporal, seus costumes e outras circunstâncias em relação com o tema trata-

¹¹ Consultamos, para o grego: Planche (1858); Bailly; Liddell-Scott. Para o latim: *Totius latinitatis lexicon consilio et cura Jacobi Facciolati opera et studio Aegidii Forcellini seminarii patavini alumni lucubratum in hac tertia editione auctum et emendatum a Josepho Fulanetto alumno ejusdem seminarii* (Patavii, Typis Seminarii, 1830); o *Dictionnaire latin-français*, de Theil (1852), redigido principalmente a partir da grande obra de Freund, *Oxford Latin dictionary*; Gaffiot.

¹² Retórico do século I d.C. Ver Hermógenes (1614). O termo não aparece no índice (p. 563 sq), assim como não aparecem cosmografia, topografia etc. Não o encontramos tampouco nas passagens relativas a *persona* e *descriptio*.

¹³ Retórico do século III d.C., recompôs os *Progymnasmata* de Hermógenes. Ver Aphthonii (1643).

¹⁴ Em um capítulo dedicado às figuras do pensamento, Quintiliano cita a hipotipose e a topografia (Quintilien, 1934, livro IX, ii, t. III, p. 291).

¹⁵ Trapezunti (1532). O termo prosopografia não aparece no *index capitum ac rerum*, da mesma forma, aliás, que não constam cosmografia, topografia etc. Nós o procuramos nos trechos correspondentes a *descriptio* e *persona*, mas não o encontramos.

¹⁶ A entrada *προσωπον* encontra-se no t. 2, p. 1400-1401 (sob a raiz OP).

¹⁷ Susenbrot (1541:52). Não podemos, portanto, concordar com Neithard Bulst quando diz: “o primeiro traço de sua utilização no singular [do termo prosopografia] remonta ao ano de 1565, data na qual é publicada, na Basileia, uma *Prosopographia heroum atque virorum totius Germaniæ*” (Bulst, 1996:467). O autor dedicou 15 linhas de seu artigo à história do termo prosopografia e faz referência a um artigo de K. F. Werner: “*Problematik und erste Ergebnisse des Forschungs-vorhabens ‘PROL’*” (*Prosopographia Regnorum Orbis Latini*). *Zur Geschichte der west-und mitteleuropäischen Oberschichten bis zum 12. Jahrhundert. Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken*, n. 57, 1977. (A Biblioteca Nacional da França possui apenas os sumários desta revista, relativos ao período 1898-1971.)

do”.¹⁸ Pode-se ainda encontrar o termo — da mesma forma que topografia e cronografia — em um tratado de retórica de Martin Crusius, *Quæstionum, in Philippi Melancthonis Elementorum Rhetorices libros duos Epitome additis duabus ejusdem orationibus, exempli causa*.¹⁹ “O que é a prosopografia?”, pergunta o mestre, sendo a resposta correta: “A descrição de uma pessoa verdadeira ou fictícia”.²⁰ Enfim, Lorichius introduziu o termo em um de seus escólios, nos *Progymnasmata* de Aftônio; segundo ele, é possível descrever as pessoas, os lugares, os tempos, as coisas e, acrescenta, “os gregos chamam a descrição de uma pessoa de prosopografia”.²¹

No entanto, ao mesmo tempo em que aparece como termo de retórica — se, todavia, não for o caso de ter sido criado apenas na Renascença —, o termo prosopografia tendeu a tomar outro sentido e a designar um conjunto de retratos de indivíduos unidos por um elemento comum: ter sido ilustre. Essa ampliação aproxima o termo da acepção utilizada pelos historiadores desde a segunda metade do século XIX, uma vez que se passa de uma pessoa a uma coletividade.²² Mas a prosopografia do século XVI é radicalmente diferente da prosopografia contemporânea: ela persegue objetivos de ordem exclusivamente literária e moral; a lista de indivíduos reagrupados em uma mesma obra não é estabelecida a partir de critérios rigorosamente definidos, nada foi feito para harmonizar a coleta de informações

¹⁸ “*Effictio est cum persona hominis tum veri, tum fabulosi, a forma, a corporis habitu, a moribus ac aliis circumstantiis, ad id quod agis appositis, veluti pictura*” (Susenbrot, 1541:52). Note-se que a definição dada por Jean Susenbrot é ampla e inclui elementos — os costumes — que outros autores designam pelo termo etopéia. Agradecemos a Jean Céard, que gentilmente traduziu os trechos que lhe submetemos e dos quais havíamos percebido apenas precariamente o sentido. Aliás, agradecemos a Céard todos os conselhos que nos ofereceu em matéria de história da retórica.

¹⁹ Crusius, 1611:165-166.

²⁰ Ibid. No cap. XVI: “*Ex circumstancis et signis: — Quid est προσωπογραφία? — Descriptio personæ, seu veræ, seu fictæ.*”

²¹ Aphthonii, 1643:589. Esta referência aos “gregos” — provavelmente os bizantinos — prova que não encontramos a primeira notícia; a mais antiga que apuramos — sob a forma plural — não se encontra em um autor grego, mas em um autor alemão, Justin Gobler, em 1537 (esta data precisa, portanto, precede em pouco a data da edição do livro de Jean Susenbrot).

²² Contudo, é necessário assinalar que, atualmente, os historiadores podem ainda utilizar o termo prosopografia para designar uma pesquisa desenvolvida sobre uma pessoa. Assim, notando que “os procedimentos prosopográficos permitem afinar o conhecimento do funcionamento antroponímico”, Monique Bourin e Pascal Chareille acrescentam: “Prosopografia individual para situar o momento onde o apelido se faz nome. [...] Prosopografia familiar também” (Bourin e Chareille, 1995:219).

sobre sua vida, o que, aliás, teria sido absolutamente impossível; enfim, para retomar uma imagem utilizada por ocasião de uma mesa-redonda sobre a prosopografia, os indivíduos apresentados nas prosopografias do século XVI são tratados como “mônadas”.²³

Pode-se assim assinalar uma obra de Justin Gobler, publicada em Mogúncia em 1537, intitulada *Prosopographiarum libri quatuor, in quibus personarum illustrium descriptio-nes aliquot, seu imagines ex optimis quibusdam authoribus per Justinum Goblerum selectæ continentur*. Esse conjunto de quatro livros compreende trechos de Tucídides, Xenofonte, Políbio, Salústio etc., bem como trechos relativos às vidas de Protésilas, Temístocles, Catão, César, Sócrates etc. Em seguida, Henri Pantaléon, da Basiléia, publicou em 1565/66 uma *Prosopographia heroum atque illustrium virorum totius Germaniæ*. Ainda, é preciso mencionar, desta vez em francês, de autoria de um pequeno nobre da região do Forez, Antoine Du Verdier, a *Prosopographie ou description des hommes illustres et autres renommés*,²⁴ cuja primeira edição apareceu em 1573, em Lyon, pelo famoso impressor Antoine Gryphe. Uma segunda edição, profundamente modificada, saiu das prensas de Barthélemy Honorat, em 1586 e em 1589, e Claude Du Verdier, filho de Antoine, publicou uma terceira edição com o impressor Paul Frelon, em 1603. A narração de cada vida inicia-se por um medalhão contendo o rosto do interessado, embora em alguns casos esses medalhões permanecessem vazios. Antoine Du Verdier estimava ser essencial a presença dos perfis, pois, dizia ele, a narração é mais eficaz quando “o que nos é escrito nos é proposto e expresso em pintura, gravura, escultura ou de outra forma”. O termo prosopografia encontra, então, todo seu sentido já que, em grego, o termo γραφειν significa não apenas “escrever”, mas também “desenhar” ou “pintar”. Em 1583, o grande impressor Léon Cavellat publicou uma obra anônima, por vezes atribuída a Du Verdier, intitulada *La biographie et prosopographie des roys de France où leurs vies sont briefvement descrites et narrees en beaux, graves et elegans vers françoys: et pour mieux entendre l’histoire et les points remarquables, sont adjoutees plusieurs annotations à la fin de chacune d’icelles. Plus y sont figurez et pourtraits tous iceux, au plus vif et naïf naturel qu’il nous a esté possible les représenter en leurs ornemens royaux, et selon les temps. Avec la Chronologie et nombre*

²³ “*Pour une prosopographie des élites françaises (XVIe-XXe siècles)*”. Mesa-redonda, com resumo dos trabalhos redigido por Denis Woronoff. Paris, 27 oct. 1979. “*Discussion générale*”, p. 35. Esta referência às “mônadas” pode ser encontrada também em Wolikow (1994:10).

²⁴ Ver o abade Reure (1897) e Longeon (1975, especialmente as p. 555-559, para o que diz respeito à *Prosopographie*, sobre a qual Claude Longeon emite um julgamento muito severo, estimando-a “desprovida de qualidade literária, relativamente despojada de sentido histórico”, p. 555).

*des ans qu'ils ont régné.*²⁵ Esta obra foi reeditada em 1586. Como no caso precedente, o emprego do termo prosopografia é interessante; é claramente tomado em seu sentido primeiro de representação figurada e aparece no título não porque o autor narre a vida dos reis — o termo “biografia” seria suficiente —, mas porque enriqueceu sua obra de “figuras e retratos”. Léon Cavellat comenta aliás esta dupla apresentação da vida dos reis, pela escrita e pelo desenho, na sua “saudação” dirigida ao leitor: “a memória dos homens heróicos e ilustres certamente é conservada e transmitida à posteridade por dois meios principais, que são a história e a pintura: aquela tanto mais que supera em excelência todas as outras espécies de escritos. [...] Quanto à pintura, e sua utilidade, ela segue de perto aquela da história. Pois ela representa quase ao vivo os personagens ilustres, com seus gloriosos e elevados feitos, vitórias e triunfos magníficos. E no início Deus deu aos homens a arte da pintura e da escultura para representar coisas de excelência, que são por sua natureza mortais, e que não podem jamais ser vistas ao olhar em sua essência e vivacidade”. Notemos que, no caso desta obra, os personagens apresentados exerceram todos a mesma função, a de rei da França, mas evitemos de ver nisso uma “população” rigorosamente definida, no sentido utilizado pelos atuais especialistas da prosopografia ao isolarem um grupo homogêneo — magistrados, cônegos, parlamentares. Os reis da França desta *Biographie et prosopographie* não constituem uma série, mas apenas uma simples seqüência.

Em 1581, também Théodore de Bèze utilizou essas duas abordagens para compor uma obra dedicada aos homens ilustres, mas não fez uso do termo prosopografia para o título — *Les vrais portraits des hommes illustres*²⁶ —, preferindo outro termo de retórica, aquele de “retrato”.²⁷ Três anos mais tarde, André Thevet, primeiro cosmógrafo

²⁵ Tradução sugerida deste título, do original francês do século XVI: A biografia e prosopografia dos reis de França onde suas vidas são brevemente descritas e narradas em belos, graves e elegantes versos franceses: e para melhor entender a história e os pontos notáveis, são acrescentadas várias anotações ao fim de cada uma delas. E são figurados e retratados todos aqueles ao mais vivo e verdadeiro natural em que nos foi possível representá-los em seus ornamentos reais, e segundo os tempos. Com a Cronologia e número de anos que eles reinaram. (N. do T.)

²⁶ *Les vrais portraits des hommes illustres en piété et doctrine, du travail desquels Dieu s'est servi en ces derniers temps, pour remettre sus la vraye religion en divers pays de la Chrestienté. Avec les descriptions de leur vie et de leurs faicts les plus remarquables. Plus quarante quatre symboles chrestiens* (Bèze, 1581). [Tradução sugerida deste título: Os verdadeiros retratos dos homens ilustres em piedade e doutrina, do trabalho dos quais Deus se serviu nestes últimos tempos para reconduzir à verdadeira religião em diversos países da Cristandade. Com as descrições de suas vidas e de seus feitos mais notáveis. (N. do T.)]

²⁷ Fontanier assim define retrato: “É a descrição tanto moral quanto física de um ser animado, real ou fictício” (Fontanier, 1977:428). Para este autor, uma descrição puramente moral responde pelo nome de “etopéia” (ibid., p. 427).

do rei, compôs uma série de vidas de homens ilustres, aqui ainda reunidos sob o título de *Les vrais portraits et vies des hommes illustres grecz, latins, et payens recueillis de leurs tableaux, livres, medalles antiques, et modernes*;²⁸ no entanto, o termo prosopografia aparece por duas vezes em sua dedicatória “ao muito cristão rei de França e da Polônia” e, entre as peças endereçadas ao autor, há um soneto assinado G. L. M., no qual encontramos estes versos:

Mas eu aprecio bem mais tua Prosopografia
Sobre a qual o tempo não tem poder nem inveja.²⁹

É interessante, aliás, constatar que, para André Thevet, a prosopografia era da alçada da cosmografia: “para cumprir com as obrigações de cosmógrafo, para o qual Vossa Majestade apreciou designar-me, restava-me esta última parte da Cosmografia, a saber, a prosopografia”.³⁰ Primeiro cosmógrafo do rei, ele buscava conferir o máximo de prestígio político à sua função. Fundamentalmente cosmógrafo, ele estudava o mundo criado em sua totalidade, e nele incluía os próprios homens.

O que pensavam fazer todos esses autores ao reunir, em uma mesma obra, notas dedicadas a homens que pertenciam a épocas diferentes, e tendo, na maior parte das vezes, realizado ações as mais variadas? “Os sábios”, explica Justin Gobler, “acham que os historiadores precisam examinar, antes de tudo, as descrições de pessoas porque elas são uma poderosa incitação aos bons costumes e à eloquência”,³¹ contudo, acrescenta, “é possível ver nesta coletânea imagens de homens bons e maus a fim de que, mirando nos dois sentidos, abracemos e sigamos o que é da ordem da virtude e evitemos o que é da ordem do vício”.³² Por sua vez, Antoine Du Verdier explica na dedicatória que, para ele, as vidas de homens ilustres constituem “um modelo inimitavelmente imitável”, ao qual os homens deveriam recorrer para encontrar “belos exemplos a seguir tanto quanto maus exemplos a proscreever”, pois, continua, um homem pode ser ilustre “seja pela virtude, seja pelo seu contrário” e “o incêndio do templo de Éfeso se

²⁸ Thevet (1584). Esta obra foi parcialmente traduzida em inglês, em 1657, sob o título *Prosopographia: or, some select pourtraitures and lives of Ancient and Modern Illustrian Personages*. Informado por Jean Céard.

²⁹ Ibid., p. cij vo.

³⁰ Ibid., p. aiiij vo.

³¹ *Putant enim eruditi homines personarum descriptiones apud historicos in primis observandas esse quod et ad mores, et ad eloquentiam non mediocriter conducant.*

³² *Videre quoque in hoc collectaneo licet et bonorum et malorum hominum imagines quasdam, quo in utramque partem intuentes, quæ virtutis sunt amplectamus et sequamur quæ vero vitiosum fugiamus.*

eterniza, assim como o domador da Ásia”. Quanto a Thevet, após ter escrito em sua dedicatória a Henrique III que a prosopografia “jaz a ressuscitar e recolher do sombrio e esquecido túmulo da antiguidade as cinzas, ações, gestos e notoriedade de tantos ilustres personagens que floresceram em virtude, magnanimidade, erudição singular, sensibilidade e indústria”,³³ define a maneira pela qual ele entende o termo “ilustre” em sua advertência ao “benévolo leitor”: “eu não entendo utilizá-lo em outro sentido posto que, universalmente, significa e representa toda pessoa que é renomada por qualquer feito que seja, bom ou mau”.³⁴ Mas, como aliás também em Justin Gobler, a intenção moral está lá, pois “os retratos e imagens possuem uma energia e virtude inteirior que nos fazem adorar a virtude e detestar o mal”.³⁵ É assim que sua obra foi recebida; com efeito, em um soneto liminar, Gilles Bouguier proclama:

Tu estabelececes um modelo para os séculos vindouros
A fim de que virtuosos eles possam se tornar
Seguindo passo a passo a honra e a glória,
Daqueles que teu quadro nos remete em memória.

Também Théodore de Bèze insiste no caráter edificante das vidas e dos retratos dos homens bons: “Que a viva voz toca o coração dos que a escutam, não se poderia negar, já que não podemos ouvir senão aqueles que vemos, que a presença das pessoas muito nos comove, a ponto de reverenciarmos as pessoas de autoridade mesmo que palavra alguma elas digam. Portanto, o que pode impedir que, por meio dos livros, nós escutemos a concepção dos bons e sábios personagens que, após seu passamento, conosco comuniquem de forma assim tão familiar, que também através de seus retratos nós possamos contemplar e, por assim dizer, conversar com aqueles cuja presença em vida tanto nos honrava? [...] Posso dizer de mim mesmo que, lendo os livros de tais personagens e, sobretudo, lançando o olhar sobre suas efigies, me sinto tão comovido, e tão profundamente tomado por santos pensamentos, que é como se os visse ainda pregando, admostando e reprendendo os ouvintes. Ora, o desejo que tive de tomar parte de tão grande bem a todos que amam a piedade é a causa que me levou a pôr em evidência os retratos de alguns homens ilustres de nosso tempo, apenas dos mais notáveis”.³⁶ Assim, para todos esses autores, se um homem se notabilizou por sua virtude, dever-se-á imitar suas belas ações; no caso contrário, dever-se-á evitar a reprodução de seus erros. A narração e a prosopografia — *stricto sensu* — aí estão para edificar e guiar a posteridade.

³³ Thevet, 1584, p. aiiij vo.

³⁴ Ibid, p. biiij vo.

³⁵ Ibid.

³⁶ Bèze, 1581, p. ij vo-ijj.

Observemos que, figurando no título de algumas das obras mencionadas, o termo “prosopografia” serviu para designar todo livro dedicado a um conjunto de indivíduos; está talvez aí — esta é apenas uma hipótese — a origem do paulatino deslocamento em direção ao sentido que os historiadores progressivamente atribuíram ao termo a partir do século XIX.

A prosopografia contemporânea persegue um objetivo bem diferente, de natureza científica. É que uma evolução do sentido deste termo se produziu durante a segunda metade do século XIX.³⁷ Nessa época, especialistas do mundo romano — pois são “os historiadores do Império Romano [que] deram à prosopografia suas *letras de nobreza*”³⁸ — estimaram que só se poderia fazer progredir a análise política, relativa ao período do qual eram especialistas, através de um estudo sistemático das famílias e dos indivíduos. Eles empreenderam então o estabelecimento e a justaposição de um conjunto de notas individuais. Segundo Claude Nicolet, o primeiro a perceber a utilidade de tal procedimento foi Émile Belot (1829-86), professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lyon. Este historiador da antiguidade romana publicou um livro, que Claude Nicolet qualifica como “magistral”,³⁹ dedicado à *História dos cavaleiros romanos considerada em suas relações com aquela das diferentes constituições de Roma*.⁴⁰ No segundo tomo, Belot recenseou os casos individuais e esboçou a história das famílias, “o que se chamará doravante prosopografia”, comenta Claude Nicolet.⁴¹ Com efeito, o termo não aparece na obra de Émile Belot; o procedimento está lá, ainda que em estágio embrionário, mas o termo só será utilizado, em seu novo sentido, mais tarde. Sem dúvida, ele primeiro circulou oralmente, nos meios concernentes; de fato, quando aparece, em 1897, para designar uma obra famosa, a P.R.I. (*Prosopographia Imperii*

³⁷ No entanto, a função moral da vida dos grandes homens não desapareceu. O *De viris illustribus* do abade Lhomond foi ainda por muito tempo utilizado nos estabelecimentos secundários. Em 1928 apareceu uma nova edição, de E. Aniel, que reproduz, em francês, o prefácio do abade Lhomond. Dele destacamos estas linhas: “traços de valor, de clemência, de desinteresse, de grandeza d’alma, de benemerência, são muito mais apropriados [que as histórias militares] para atrair a curiosidade das crianças e para formar os costumes”. Ao longo da Terceira República, o ensino de história na escola primária devia contribuir para a formação dos cidadãos: “nós queremos hoje que a história contribua a preparar os cidadãos, o que, bem pensado, não é uma pretensão quimérica, visto que a leitura de Plutarco foi suficiente, por longo tempo, para formar grandes homens” (Lemmonier, 1889, t. IV, p. 264, apud Meissonnier, 1999:42).

³⁸ Genet e Lotter, 1996, quarta capa.

³⁹ Nicolet, 1966, t. I, p. 5.

⁴⁰ Paris: Durand et Pedone Lauriel, 1873.

⁴¹ Nicolet, 1966:6.

Romani), Theodor Mommsen constata, na sua advertência à Academia de Ciências do Reino da Prússia, que não se podia evitar este nome, “que, sem ser o melhor, é [comumente] aceito”.⁴²

A partir de quando, precisamente, o termo encontrou sua nova acepção? É difícil precisar. Quando, em 1823, Gulielmo Groen van Prinsterer publica em Leyden uma *Prosopographia platonica*,⁴³ o termo já não tem o sentido que possuía no século XVI; inventariando todos os personagens presentes na obra de Platão, van Prinsterer publicou sob o nome de *Prosopographia* o que teria igualmente podido chamar-se *Onomasticon* ou *Index nominum*. Ora, para Claude Nicolet, esse tipo de obra constitui “a primeira etapa da pesquisa prosopográfica”, destinada a fornecer “o material de base”.⁴⁴ Este novo uso do termo desconcertou e escandalizou o autor do verbete Prosopografia do *Grand dictionnaire universel*: “alguns autores atribuíram ao termo prosopografia um sentido diferente do seu verdadeiro sentido. Eles o empregaram para significar a pintura da vida e das características dos diferentes personagens quando se trata das obras de um mesmo escritor. Por exemplo, há a *Prosopographie de Platon*, de Groen van Prinsterer (1823), e a *Prosopographie d’Horace*, de d’Estrée (1844). Seguindo o significado comum do termo, por estes títulos se entenderia um retrato físico de Platão e de Horácio. É através de um lamentável abuso que se transforma assim o sentido de uma palavra e que os próprios eruditos se expõem a erros”.⁴⁵ Se o autor deste verbete teve posteriormente conhecimento do trabalho de Littré dedicado à evolução do sentido das palavras, deve ter aprovado seu primeiro título: “Patologia verbal ou lesões de certos termos no curso de sua utilização”...⁴⁶

⁴² “*Prosopographia haec quam appellavimus vocabulo non optimo, sed recepto*” (*Prosopographia imperii romani. Saec. I. II. III. Pars I. Edidit Elimarus Klebs. Berlin: George Reimer, 1897. p. VI*). Na edição de 1897, o prólogo à Academia de Ciências da Prússia não está assinado; mas ele é retomado na edição de 1933, atribuída a Edmond Groag e Arthur Stein, e seguido, desta vez, da assinatura de Mommsen.

⁴³ Prinsterer, 1823.

⁴⁴ Nicolet, 1970:1212. Claude Nicolet cita, na área da literatura latina, diversas obras comparáveis àquela de Gulielmo Groen van Prinsterer, como, por exemplo, o *Onomasticon Tullianum*, publicado em 1838, no qual são inventariados os nomes próprios das obras de Cícero, Varrão, César, Salústio etc.

⁴⁵ *Grand dictionnaire universel*, t. XIII (I), p. 286.

⁴⁶ Este artigo apareceu inicialmente em *Études et glanures* (Littré, 1880). Depois, foi editado em 1888 por Delagrave et Hachette, sob um título completamente modificado: “*Comment les mots changent de sens*” (coleção de Memórias e Documentos Escolares publicados pelo Museu Pedagógico, fascículo 45), com prefácio e notas de Michel Bréal. Infelizmente, o termo prosopografia não figura neste fascinante artigo de Littré.

Por volta de 1900, foram empreendidas várias grandes aventuras prosopográficas de longo curso. Sob a patronagem da Academia de Ciências de Berlim, Mommsen e Harnack imaginaram a redação de um dicionário prosopográfico do Baixo Império — “sem dúvida concebido de maneira muito ambiciosa, vítima também das seqüelas da I Guerra Mundial, este projeto foi definitivamente abandonado em 1933”.⁴⁷ Pouco depois de 1900, C. Cichorius, seus alunos e seus colegas pensaram em uma *Prosopographia liberae Republicae*; este projeto deu origem a diversas “dissertações” realizadas na Universidade de Breslau.⁴⁸ Além disso, a prosopografia havia ganhado a história grega. Em 1901, Jean Kirchner publicou o primeiro volume de uma *Prosopographia Attica*.⁴⁹ Em 1913, em Breslau, foi editada a tese de Paul Poralla, intitulada *Prosopographie der Lakedaimonier bis auf die Zeit Alexanders des Groben*.⁵⁰ Em seus prefácios, os autores dão informações sobre a população estudada e sobre os documentos necessários, mas não se lançam em nenhum comentário de fundo sobre a prosopografia.⁵¹

Para os canteiros prosopográficos da história romana do século XX, convém ainda mencionar os trabalhos de historiadores ingleses e franceses. O grande projeto relativo à prosopografia do Baixo Império foi retomado por volta de 1950, em Cambridge, sob a tríplice direção de A. H. M. Jones, J. R. Martindale e J. Morris, e, na França, sob a patronagem da Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, com o apoio do CNRS,⁵² sendo Henri-Irénée Marrou, a quem André Mandouze sucedeu, o primeiro a dirigir esses trabalhos. Em 1971, foi publicado o primeiro tomo de *The prosopography of the Later Roman Empire*, que examina “a classe dirigente do Império, ou seja, os membros da ordem senatorial e da ordem equestre, os titulares das *dignitates* civis ou militares, os membros dos diversos *officia*, assim como os personagens da família destes diversos funcionários”;⁵³ no período 260-395.⁵⁴ Do lado francês, a *Prosopographie de l’Afrique chrétienne*, primeiro volume da *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire (303-533)*, foi publicada apenas em 1982; nela se

⁴⁷ Marrou, 1982:7.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Kirchner, 1901.

⁵⁰ Poralla, 1913.

⁵¹ Agradecemos a Michèle Duma e Bruno Haas, que traduziram, respectivamente, as duas primeiras e as duas últimas páginas do prefácio do livro de Paul Poralla.

⁵² Sigla do Conseil National de la Recherche Scientifique, principal agência de fomento à ciência da França.

⁵³ Marrou, 1982:7.

⁵⁴ O segundo tomo, relativo ao período 395-527, foi publicado em 1980, sob a assinatura de J. R. Martindale.

encontram reunidos verbetes relativos “a cada membro do clero — qualquer que seja o seu nível —, a todo homem ou toda mulher portadores de títulos diversos do estado monástico ou, mais comumente, ascético, enfim, a todo personagem laico — cristão ou não — que tenha desempenhado um papel na história do cristianismo”.⁵⁵ Precisemos que, na França, o termo prosopografia, entendido em sua nova acepção, era ainda recente nesse momento. Ignorado por Hans Georg Pflaum,⁵⁶ cuja tese dedicada aos procuradores equestres romanos foi publicada em 1950, ele parece ter começado a se espalhar por volta de 1970, após a publicação nos *Annales* de dois artigos de Claude Nicolet e de André Chastagnol.⁵⁷ Neithard Bulst observa — a reflexão é interessante — que a palavra não figura no índice da *Bibliographie annuelle de l'histoire de France du cinquième siècle à 1945* e que ela “está ausente também da *Nouvelle Histoire* (ed. J. Le Goff, Paris, 1978)”.⁵⁸

Contudo, a partir de 1950, publicaram-se muitos outros trabalhos prosopográficos dedicados à história romana, nos quais certos grupos sociais ou institucionais foram repetida e exaustivamente esquadrihados pelos historiadores: os oficiais por Suolahti,⁵⁹ os magistrados por Broughton,⁶⁰ os questores por Marinone.⁶¹ Também em 1966 foi publicada a obra maior de Claude Nicolet, *L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.-C.)*, que consagrou uma evolução da prosopografia, evolução não mais da palavra mas do procedimento, que, inicialmente aplicado à história política, a partir de então o foi à história social. Não temos como indicar aqui todos os outros trabalhos que, posteriores à tese de Claude Nicolet, deveriam ser lembrados; citemos, como exemplo, *L'essai sur l'évolution des carrières sénatoriales dans la seconde moitié du IIIe siècle après Jésus-Christ*, de Michel Christol, editado em 1986. Esta penetração da história romana pelo método prosopográfico permite compreender por que, a partir de 1963, o *Grand Larousse encyclopédique* definia a prosopografia (*sic*) como “uma ciência auxiliar da epigrafia e da história antiga que estuda a filiação e a carreira dos grandes personagens”.⁶²

⁵⁵ Marrou, 1982:7.

⁵⁶ Pflaum, 1950.

⁵⁷ Nicolet (1970:1209-1228); Chastagnol (1970:1229-1235). Para Jean Nagle, o termo prosopografia foi inicialmente “naturalizado” por Henri-Irénée Marrou e, em seguida, “popularizado pelos artigos e pelos trabalhos de André Chastagnol, Claude Nicolet e Pierre Petit” (Nagle, 1986:77).

⁵⁸ Bulst, 1996:467, n. 5.

⁵⁹ Suolahti, 1955.

⁶⁰ Broughton, 1968-1986.

⁶¹ Marinone, 1965-1966.

⁶² Referido por Claude Nicolet (1970:1.211, continuação da n. 3 da p. 1.210. Esse erro pode já ser percebido na *Rhétorique française à l'usage des jeunes demoiselles* (4. ed. cor. e aum. Paris, Bauche, 1771. p. 269, 357).

Contudo, a prosopografia não permanecera limitada à história antiga. De forma mais ou menos rápida, todos os outros períodos históricos encontraram-se implicados por esta abordagem. Uma parte da tese de Raymond Cazelles, tratando da realeza sob Filipe de Valois, é amplamente tributária dos métodos prosopográficos; nela, o autor estuda as origens locais, sociais e intelectuais do grupo de políticos, assim como a qualificação, a nomeação e a carreira de seus membros.⁶³ Durante os anos 1970, congressos de medievalistas realizados em Tübingen, Paris, Roma etc. “testemunha[ram] a importância que pare[cia] doravante se querer atribuir” à prosopografia.⁶⁴ Em 1980, G. Beech criou a revista *Medieval Prosopography*; em 1983, o décimo número de uma revista intitulada *Le médiéviste et l'ordinateur* — o que coloca em evidência os laços que a prosopografia mantém com os métodos quantitativos e a importância do recurso à informática — foi dedicado à prosopografia. Na área da história moderna, esteve em primeira linha, desde o início do século XX, o estudo dos corpos e das comunidades, do recrutamento de seus membros, da reconstrução de carreiras. Na Inglaterra, em 1929/30, Lewis Namier publicou dois livros buscando interpretar o sistema político bipartidário inglês à luz das inter-relações familiares.⁶⁵ Na França, a tese de François Bluche⁶⁶ deu um novo elã às pesquisas de tipo prosopográfico e vários trabalhos necessitariam ser citados. Em história contemporânea, é preciso assinalar o estudo realizado sobre os conselheiros gerais de 1870, publicado em 1967 por Louis Girard, Antoine Prost e Rémi Gossez. Tudo neste livro leva a crer que se trata de um estudo que qualificaríamos, hoje, de prosopográfico (definição de uma população, pesquisa de informações homogêneas); contudo, nele não se fala em “método estatístico”, em “métodos estatísticos” ou em “estatística diferencial”.⁶⁷ O primeiro grande canteiro prosopográfico francês foi dedicado, por iniciativa de Rosalba Davico, de Emmanuel Le Roy Ladurie e de François Furet, “[a]os grandes notáveis do Primeiro Império”. Essa pesquisa deu origem a vários dicionários departamentais publicados sob a direção de Louis Bergeron e de Guy Chaussinand-Nogaret. Essas obras não deviam nem se apresentar como dicionários biográficos individuais, nem representar algo do gênero “curiosidades de antiquário”, nem apresentar-se a um “*who's who* das mundanidades ou semimundanidades imperiais”.⁶⁸ Tratava-se de “reencontrar os homens para preparar a definição de tipos” e trabalhar de manei-

⁶³ Cazelles, 1958. Ver especialmente os caps. I e II da segunda parte. Obra referida por Mathias Bernard.

⁶⁴ Bulst, 1996:469.

⁶⁵ Namier, 1929.

⁶⁶ Bluche, 1956.

⁶⁷ Girard, Prost e Gossez, 1967 (ver especialmente a conclusão, p. 181-187). Ler-se-á também a descrição das operações, saborosamente arcaicas, necessárias à triagem das fichas em função de um ou outro critério.

⁶⁸ Bergeron e Chaussinand-Nogaret, 1978, t. I, p. VI.

ra a poder, na seqüência, “correlacionar fatores que definem a identidade coletiva de uma população específica”.⁶⁹ Notar-se-á que esses dicionários departamentais são apresentados como uma empresa de “biotipologia social”, de “biologia social”, de “biologia coletiva” e que se lhes supõe opostos “às prosopografias elitistas”.⁷⁰ Não se encontra tampouco o termo prosopografia em outros trabalhos que manifestamente se enquadram no gênero prosopográfico. É o caso dos dicionários biográficos dos *Professeurs du Collège de France*,⁷¹ dos *Professeurs de la Faculté des Lettres de Paris*⁷² e dos professores da Faculté des Sciences de Paris,⁷³ publicados por Christophe Charle e Éva Telkès, em que o termo prosopografia neles não aparece nem no título nem na introdução.⁷⁴ Por outro lado, em *La République des Universitaires*, Christophe Charle anuncia claramente que seu trabalho de análise, visando conhecer “a lógica das estruturas” e identificar “os dados sociais e culturais que permitem ou não às estruturas evoluir”, assenta-se na “abordagem prosopográfica e diferencial”.⁷⁵ Da mesma forma, a pesquisa sobre os parlamentares da Terceira República, realizada por uma Unidade de Pesquisa associada ao CNRS, no âmbito do Centro de Pesquisas sobre a História do Século XIX, está nitidamente identificada como de orientação prosopográfica, como mostra a introdução de um trabalho dedicado aos senadores inamovíveis.⁷⁶ Enfim, é interessante notar que o *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier*, concebido já em 1955 por Jean Maitron, também se encontra identificado com a orientação prosopográfica, sem, no entanto, renegar outros tipos de abordagem.⁷⁷ A redação dos verbetes obedece doravante a prescrições do mesmo tipo que aquelas que encontramos em todos os grandes empreendimentos prosopográficos.⁷⁸

⁶⁹ Bergeron e Chaussinand-Nogaret, 1978, t. I, p. VI.

⁷⁰ *Ibid.*, p. VI, XI.

⁷¹ Charle e Telkès, 1988.

⁷² Charle, 1985, 1986.

⁷³ Charle, 1985.

⁷⁴ O editor destes dicionários, considerando que o termo não seria compreendido pelos leitores, se opôs à sua utilização. Explicação dada por Christophe Charle (que nos autorizou a relatar este comentário).

⁷⁵ Charle, 1994:13.

⁷⁶ “A originalidade deste procedimento é reunir, segundo os métodos da prosopografia, um conjunto de informações de primeira mão sobre os deputados e senadores, recolhidas por uma rede de correspondentes, professores universitários, pesquisadores, eruditos” (Mayeur, 1995:11).

⁷⁷ Ver Penetier, 1994:31-43.

⁷⁸ Ver CNRS. URA 1738. *Histoire sociale: territoires et militants. Prosopographie des militants, 1940-1968. Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*. Documento de trabalho n. 6, jul. 1998. p. 3-10, 28-29.

No todo, através dos diferentes períodos históricos, muitos grupos, de variada importância numérica, foram escolhidos como objetos de estudo prosopográfico: os cônegos,⁷⁹ os duques e pares,⁸⁰ os prelados,⁸¹ as elites municipais,⁸² mas também os criminosos⁸³ e, até mesmo, o conjunto dos habitantes de uma cidade.⁸⁴ Podemos dar apenas alguns exemplos, uma vez que a lista das populações estudadas, se não é infinita, é pelo menos bastante longa.

A prosopografia alimenta várias interrogações de caráter científico que não nos compete aqui examinar. Ela é um método, uma abordagem, uma técnica, uma ciência auxiliar?⁸⁵ Que relações mantém com a biografia, a antropologia, a demografia? A que tipos de populações pode ser aplicada? Pode-se, legitimamente, trabalhar a partir de amostras? Existem limites numéricos, inferiores ou superiores, que não devem ser ultrapassados? Como construir o imprescindível questionário prévio a toda pesquisa prosopográfica? Como coletar todas as informações necessárias? A partir de que materiais? Como corrigir a heterogeneidade das fontes? Que fatores devem ser correlacionados na análise? Deve-se esperar que um trabalho de orientação prosopográfica inclua, obrigatoriamente — ou pelo menos preferencialmente —, verbetes ou notas biográficas que restituam um pouco de carne, de cor, de vida e de originalidade a cada um dos indivíduos desumanizados em virtude da passagem pelo — nos permitimos chamar — calibrador prosopográfico? Como essas notas devem ser redigidas? É preciso preservar o caráter de ficha, para facilitar as comparações entre um ou outro aspecto da vida e da carreira de diferentes personagens, ou é preciso privilegiar um tipo de nota redigida de maneira a reencontrar o homem — em sua especificidade, sua personalidade — por detrás do magistrado, do professor, do senador etc.?

Os oradores da jornada organizada pelo CHEC (Centre d’Histoire “Espaces et Cultures”) sobre o tema da prosopografia, em 12 de dezembro de 1998, cujas comunicações estão reunidas neste número de *Siècles*,⁸⁶ tentaram responder a algumas dessas questões. Pierre Pégeot apresenta uma pesquisa ora em curso na Universidade de Nancy

⁷⁹ Loupès, 1984.

⁸⁰ Levantal, 1996.

⁸¹ Boudon, 1996.

⁸² Dumons, Pollet e Saunier, 1997.

⁸³ Gauvard, 1996:445-452.

⁸⁴ Luzzati, 1985.

⁸⁵ Neithard Bulst afirma que “suas definições são múltiplas” (Bulst, 1996:473). Ele acrescenta que um elemento-chave é “comum a todas as definições”: “a análise do indivíduo em função da totalidade da qual faz parte”.

⁸⁶ Refere-se ao nº 10, de 1999.

2; adotando uma perspectiva de ordem regional, o Ateliê de Pesquisa sobre os Textos Medievais dessa universidade empreendeu uma pesquisa prosopográfica explorando não uma população claramente identificada e circunscrita, mas o conjunto das elites da Lorraine do final do século XIII ao início do século XVI. Essa escolha inicial levou a uma ampliação da noção de elite, esta não mais se aplicando somente à fina categoria das “elites dirigentes”, mas também a uma camada média de “elites subordinadas” que mantêm relações de subordinação — que convém analisar — com as precedentes. A coleta de informações sobre um número importante de indivíduos — mais de 3 mil fichas individuais foram examinadas — implica a elaboração de uma ficha destino, não para recolher tudo o que se pode conhecer sobre um indivíduo, mas para possibilitar cruzamentos ulteriores entre todos os dados relativos ao conjunto dos indivíduos. Quanto a Claude Grimmer, ela também se situa em um espaço geográfico bem definido, aquele da cidade de Aurillac, cujas elites segue do século XVI ao século XVIII, sem se impedir de fazer algumas breves incursões no século XIX. Sua proposta é centrada essencialmente na definição e na evolução das elites de uma cidadezinha da Auvergne: como nasce uma família de notáveis, de que qualidades deve fazer uso seu fundador? Como perduram essas famílias de notáveis, graças a quais estratégias? Como, pelo contrário, desmoronam? É conveniente adotar um estilo de vida para mostrar que se pertence ao mundo das elites? Essa vinculação é apenas uma etapa, na espera de acesso a uma situação social mais elevada, ou se constitui num fim em si mesma? Claude Grimmer tenta responder da melhor forma possível essas questões, apresentando os percursos de mobilidade, analisando as marcas institucionais, profissionais, financeiras e mobiliárias do sucesso e as causas de certos fracassos, insistindo na importância das redes de parentesco e de clientela que, sozinhas, permitem uma verdadeira inserção na cidade. Por sua vez, Mathias Bernard se lança numa reflexão sobre o lugar, recente e ainda limitado, da prosopografia na história contemporânea. Seu artigo apresenta diferentes trabalhos de cientistas políticos e de sociólogos que inspiraram e renovaram os trabalhos de história contemporânea, assim como algumas pesquisas importantes sobre os conselheiros gerais, os prefeitos ou o conjunto dos parlamentares da Terceira República; esses trabalhos suscitaram um grande número de monografias (biografias, estudos dedicados aos representantes políticos analisados no âmbito municipal, cantonal, distrital e departamental) que, por sua vez, vieram enriquecer a pesquisa. Mathias Bernard mostra também como as pesquisas prosopográficas aplicadas à história contemporânea evoluíram progressivamente, encontrando novos campos de aplicação, como, por exemplo, os militantes, e possibilitando análises políticas mais finas; assim, é através de um procedimento de tipo prosopográfico que ele pôde explicar, graças a fatores internos e não mais apenas externos (a influência das ligas de extrema direita, a fascinação pelo Estado mussoliniano), a progressiva evolução dos moderados da Federação Republicana do Reno em direção a uma direita autoritária e nacionalista. Espírito avisado e vigilante, ele sabe todavia mostrar os limites de um

método que, aplicado a populações muito grandes, corre o risco de terminar seja em “uma justaposição impressionista de percursos”, seja em “uma tipologia redutora”. Enfim, em um artigo dedicado às contribuições do epitáfio à prosopografia, nós quisemos dar valor a uma fonte que acreditamos ser, com frequência, negligenciada pelos historiadores.

Referências bibliográficas

- APHTHONII sophistæ progymnasmata partim a Rodolpho Agricola, partim a Ioanne Maria Catanaeo Lætinatate donato cum luculentis et utilibus in eadem Scholiis Reinhardi Lorichii Hadamarij. Rouen: Jean le Boullenger, 1643.
- BERGERON, Louis; CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. (Dir.). *Grands notables du Premier Empire: notices de biographie sociale*. Paris: CNRS, 1978.
- BÈZE, Théodore de. *Les vrais portraits des hommes illustres en piété et doctrine, du travail desquels Dieu s'est servi en ces derniers temps, pour remettre sus la vraie religion en divers pays de la Chrestienté. Avec les descriptions de leur vie et de leurs faicts les plus remarquables. Plus quarante quatre symboles chrestiens*. Traduzido do latim. Genève: Jean de Laon, 1581.
- BLUCHE, François. *L'origine des magistrats du Parlement de Paris au XVIIIe siècle*. Paris: C. Klincksieck, 1956.
- BOUDON, Jacques-Olivier. *L'Épiscopat français à l'époque concordataire (1802-1905)*. Paris: Le Cerf, 1996.
- BOURIN, Monique; CHAREILLE, Pascal. Le choix anthroponymique: entre hasards individuels et nécessités familiales. In: _____; _____ (Orgs.). *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, 3: Enquêtes généalogiques et données prosopographiques. Tours: Publications de l'Université de Tours, 1995.
- BROUGHTON, T. R. S. *The magistrates of the Roman Republic*. New York: American Philological Associations, 1951-1986.
- BULST, Neithard. Objet et méthode de la prosopographie. In: GENET, Jean-Philippe; LOTTER, Günther (Eds.). *L'État moderne et les élites, XIIIe-XVIIIe siècles: apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.
- CAZELLES, Raymond. *La société politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois*. Tese (Doutorado em Letras) — Paris: Librairie d'Argences, 1958.
- CHARLE, Christophe. *Les professeurs de la Faculté des Lettres de Paris: dictionnaire biographique, 1809-1908*. Paris: CNRS-INRP, 1985.
- _____. *Les professeurs de la Faculté des Lettres de Paris: dictionnaire biographique 1909-1939*. Paris: CNRS-INRP, 1986.
- _____. *La République des Universitaires, 1870-1940*. Paris: Seuil, 1994.

- _____; TELKÈS, Éva. *Les professeurs du Collège de France*: dictionnaire biographique 1901-1939. Paris: CNRS-INRP, 1988.
- CHASTAGNOL, André. La prosopographie, méthode de recherche sur l'histoire du Bas-Empire. *Annales*, p. 1229-1235, sept.-oct. 1970.
- CRUSIUS, Martin. *Quaestionum, in Philippi Melanchthonis Elementorum Rhetorices libros duos Epitome additis duabus ejusdem orationibus, exempli causa*. Tubingen: Philippe Gruppenbach, 1611.
- DUMONS, Bruno; POLLET, Gilles; SAUNIER, Pierre-Yves. *Les élites municipales sous la IIIe République*: des villes du sud-est de la France. Paris: CNRS, 1997.
- FONTANIER. *Les figures du discours*. Introdução de Gérard Genette. Paris: Flammarion, 1977. (Coleção Champs).
- FOSSIER, Lucie. Qu'est-ce que la prosopographie? *Le médiéviste et l'ordinateur*, n. 10, automne 1983.
- GAUVARD, Claude. La prosopographie des criminels en France à la fin du Moyen-Age: méthodes et résultats. In: GENET, Jean-Philippe; LOTTER, Günther (Eds.). *L'État moderne et les élites, XIIIe-XVIIIe siècles*: apports et limites de la méthode prosopographique. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996. p. 445-452.
- GENET, Jean-Philippe; LOTTER, Günther (Eds.). *L'État moderne et les élites, XIIIe-XVIIIe siècles*: apports et limites de la méthode prosopographique. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.
- GIRARD, L.; PROST, A.; GOSSEZ, R. *Les conseillers généraux en 1870*. Travaux du Centre de Recherches sur l'Histoire du XIXe Siècle. Paris: PUF, 1967.
- HERMOGENIS ars oratoria absolutissima, et libri omnes cum nova versione latina a regione contextus Graeci et commentariis Gasparis Laurentii. Genève: Pierre Aubert, 1614.
- HUGO, Victor. *Œuvres complètes*, 1: Han d'Islande Paris: Ollendorf, 1910.
- KIRCHNER, Jean. *Prosopographia Attica*. Berlin: George Reimer, 1901. v. 1.
- LALOUETTE, Jacqueline. De l'exemple à la série: histoire de la prosopographie. *Cahiers Siècles*, n.10, 4. trim. 1999.
- LE CLERC, Joseph-Victor. *Nouvelle rhétorique*. Paris: Imp. Aug. Delain, 1827.
- LEMMONIER, Henri. L'enseignement de l'histoire dans les écoles primaires. *Recueil de monographies pédagogiques publiées à l'occasion de l'Exposition universelle de 1889*. Paris, 1889. t. IV.
- LEVANTAL, Christophe. *Ducs et pairs et duchés-pairies laïques à l'époque moderne, 1519-1790*: dictionnaire prosopographique, généalogique, chronologique, topographique et heuristique. Paris: Maisonneuve et Larose, 1996.
- LITTRÉ, Emile. *Études et glanures*. Paris: Didier, 1880.

- LONGEON, Claude. *Une province française à la Renaissance: la vie intellectuelle en Forez au XVIe siècle*. Saint-Étienne: Centre d'Études Foréziennes, 1975.
- LOUPÈS, Philippe. *Chapitres et chanoines de Guyenne aux XVIIe et XVIIIe siècles*: étude de compagnies ecclésiastiques sous l'Ancien Régime. Lille: ANRT, 1984.
- LUZZATI, Michele. La reconstruction nominative et prosopographique d'une ville médiévale: projet de constitution d'une banque de données pour l'histoire de Pise au XVe siècle. In: MILLET, Hélène. *Informatique et prosopographie*. Actes de la table ronde du CNRS, 25-26 oct. 1984, Paris. Paris: CNRS, 1985. p. 147-158.
- MARINONE, N. *I questori e i legati di Vere in Sicilia*. Turim, 1965-1966.
- MARROU, Henri-Irénée. Préface. In: MANDOUZE, André. *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire*, 1: Prosopographie de l'Afrique chrétienne (303-533). Paris: Éditions du CNRS, 1982.
- MAYEUR, Jean-Marie. Introduction. In: _____.; CORBIN, Alain (Dir.). *Les immortels du Sénat, 1875-1918*: les cent seize inamovibles de la Troisième République. Colaboradora Arlette Schweitz. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.
- MEISSONNIER, Marc. *L'enseignement de l'histoire en France sous la Troisième République*: manuels et directives, 1876-1940. Dissertação (Mestrado) — Direção J. Lalouette. Université Blaise Pascal — Clermont-Ferrand II, 1999.
- NAGLE, Jean. Prosopographie et histoire de l'État: la France moderne, XVIe-XVIIIe siècles. In: AUTRAND, F. *Prosopographie et genèse de l'État moderne*. Actes de la table ronde organisée par le CNRS et l'ENSJF, 1986. Paris: L'Ecole Normale Supérieure des Jeunes Filles, 1986. (Coleção da ENS de Jeunes Filles, n. 30).
- NAMIER, Lewis. *The structure of politics at the accession of George III*. London, 1929.
- NICOLET, Claude. *L'Ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.C.)*, 1: Définitions juridiques et structures sociales. Paris: E. de Boccard, 1966.
- _____. Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie à l'époque républicaine. *Annales*, p. 1209-1228, sept./oct. 1970.
- PENNETIER, Claude. Singulier-pluriel: la biographie se cherche. L'exemple de l'histoire ouvrière. In: WOLIKOW, Serge (Dir.). *Écrire des vies*: biographie et mouvement ouvrier, XIXe-XXe siècles. Colaboradores Thomas Bouchet e Jean Vigreux. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 1994. p. 31-43.
- PFLAUM, Hans Georg. *Essai sur les procurateurs équestres sous le Haut-Empire romain*. Paris: Maisonneuve, 1950.
- PLANCHE, J. P. *Dictionnaire grec-français composé sur le Thesaurus graecae linguae de H. Estienne*. Revisto e aumentado por L. A. Vendel-Heyl e A. Pillon. Paris: Librairie Le Normant, 1858.
- PORALLA, Paul. *Prosopographie der Lakedaimonier bis auf die Zeit Alexandres des Groben*. Breslau, 1913.

PRINSTENER, Gulielmo Groen van. *Prosopographia platonica sive expositio iudicii, quod Plato tulit de iis, qui in scriptis ipsius aut loquentes inducuntur, aut quavis de causa commemorantur*. Leyde: H. W. Hazenberg le Jeune, 1823.

QUINTILIEN. *L'institution oratoire*. Tradução Henri Bornecque. Paris: Garnier, 1934.

REURE, abade. *Le bibliographe Antoine Du Verdier (1544-1600)*. Paris: Alphonse Picard, 1897.

SUOLAHTI, J. *The junior officers of the Roman Army in the republican period: a study on social structure*. Helsinki, 1955.

SUSENBROT, Jean. *Epitome troporum ac schematum et grammaticorum et rhetorum, ad authores tam prophanos tam sacros intelligendos non minus utilis quam necessaria*. Zurich: Chr. Froschoverus, 1541.

THEIL, Jean-François-Napoléon. *Dictionnaire latin-français*. Paris: Firmin Didot Frères, 1852.

THEVET, André. *Les vrais portraits et vies des hommes illustres grecz, latins, et payens recueilliz de leurs tableaux, livres, medalles antiques, et modernes*. Paris, 1584.

TRAPEZUNTI, Georgii. *Rhetoricum libri quinque, ad manu scriiptum exemplar diligemis fime repurgati*. Paris: Christian Wechel, 1532.

WOLIKOW, Serge. Avant-propos. In: _____ (Dir.). *Écrire des vies: biographie et mouvement ouvrier, XIXe-XXe siècles*. Colaboradores Thomas Bouchet e Jean Vigreux. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 1994.

Parte II

Ensaio prosopográfico

Elites regionais*

Joseph L. Love
Bert J. Barickman

Os estudos sobre elites conheceram um rápido avanço desde o advento do computador, cuja capacidade de análise e de armazenamento de informações permitiu colocar novas questões a dados preexistentes. Este capítulo foi construído a partir de três estudos de John Wirth, Robert Levine e Joseph Love, que reuniram um banco de dados biográficos sobre centenas de lideranças políticas ativas do início da República brasileira até o Estado Novo, cobrindo os anos 1889-1937. Suas histórias paralelas dos estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo analisam esses dados, buscando retratar as elites políticas do período. Os autores definiram as elites com relação a um conjunto de posições formais julgadas relevantes para o exercício de poder político e clientelismo, isto é, eles usaram o critério posição preferencialmente ao critério reputação ou tomada de decisão.¹

Este capítulo vai além desse esforço, realizando comparações sistemáticas *entre* as três elites regionais e analisando uma elite ampliada resultante; adicionando e analisando novos dados; colocando — com novas técnicas estatísticas — novas questões a velhos dados; e comparando a elite ampliada resultante com outras elites políticas.²

Alguns esclarecimentos sobre os três conjuntos regionais de dados se fazem necessários: mais do que amostras das elites estaduais, essas elites constituem populações e são inteiramente comparáveis entre si. Ainda, elas são apenas uma amostra de todos os

* Publicado originalmente sob o título “*Regional elites*” (Conniff e McCann, 1991).

¹ Os estudos originais são: Wirth (1977), Levine (1978) e Love (1980). Para uma discussão dos três métodos de definição de elites políticas, ver o clássico artigo de Dahl (1958). Gostaríamos ainda de agradecer aos professores Levine e Wirth o suprimento de informações adicionais relativas à ocupação dos pais.

² Utilizaremos doravante a expressão “elite ampliada” para designar o conjunto das três amostras regionais (*composite elite*, no original). (N. do T.)

estados e da elite nacional. Esses estados não podem ser considerados “típicos” — se algum o é — nem sua seleção é aleatória. Foram escolhidos estados cujas elites exerceram poder real durante um período em que os partidos estaduais se constituíam na única unidade coesa de organização política. São Paulo e Minas Gerais, com as maiores populações e economias, dominavam a política federal. Pernambuco, o mais importante estado do Nordeste, talvez seja o que melhor representa os dilemas políticos, sociais e econômicos que sua região, assim como hoje, colocava para o resto do país. Os estudos originais foram além da simples comparação biográfica de idade, educação e ocupação, no intuito de descobrir como esses políticos atuaram como elites. Outras variáveis foram acrescentadas, incluindo a participação em eventos políticos-chave, os atributos sociais, os vínculos com o exterior, laços com outros estados, as ligações familiares, as características intra-estaduais (como origens urbanas e rurais ou procedência sub-regional) e os aspectos relativos à geração. Variáveis combinadas expandiram de tal forma a análise que cerca de 100 variáveis foram codificadas ou derivadas.³

Populações de 263 (São Paulo), 276 (Pernambuco) e 214 (Minas Gerais) pessoas podem parecer pequenas em comparação com alguns outros estudos sobre elites, mas os três estudos exploraram dimensões que estudos de grupos maiores haviam ignorado.⁴ Por exemplo, os trabalhos trataram de família e vínculos com o exterior, ambos os aspectos exigindo rigorosa análise contextual. Esse maior aprofundamento talvez compense uma menor extensão do estudo, possibilitando uma visão de relações que uma abordagem mais inclusiva — em termos de número — possivelmente deixaria passar. A análise de Love sobre a elite de São Paulo, por exemplo, fez surgir uma intrincada rede de laços de família e negócios, mostrando como 97 dos 263 membros do conjunto estavam interligados (ver figura).

Os contornos da elite ampliada

Após esta breve introdução, voltamos para o comportamento da elite e as características de sua origem. Um importante exemplo de comportamento é a proporção em que os membros da elite se mantêm fiéis ao partido no poder (situação) ou rompem suas fileiras. Este tópico foi tratado após se ter determinado como membros das três elites atuaram em momentos críticos. Primeiro, como as lideranças políticas se posicionavam quanto à escravidão um ano e meio antes da Abolição? Apenas 15% da coorte de idade relevante (N = 322) tinham facilitado a libertação de escravos, com pequena variação regional. Segundo, quais eram as filiações políticas dos membros da elite antes do golpe que pôs fim à monarquia, em 1889? Apenas 42% eram republicanos “históricos”, isto é, aqueles que eram

³ Definições explícitas e uma lista de variáveis estão em Love (1980:277-287).

⁴ Smith (1979), por exemplo, inclui 6 mil pessoas em um estudo do período 1900-71.

favoráveis à mudança do regime antes da queda do Império (N = 268). Os outros 58% eram *adesistas* que se converteram ao republicanismo depois que a República se tornara um fato, presumivelmente para continuar a habilitar-se a postos políticos. (Variações regionais eram notáveis, como uma maioria de “históricos” entre os paulistas, contra apenas 23% entre os pernambucanos.) Por essas duas medidas, a elite ampliada revelava então que a República seria comandada pelos conservadores desde seu início.

Outros testes confirmaram a natureza cautelosa da elite ampliada. Durante a tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca, em 1891, e durante as únicas eleições presidenciais em que houve efetiva disputa — 1910, 1922 e 1930 —, *pelo menos* 86% dos membros da elite, em cada uma das disputas, adotaram a posição oficial dos respectivos partidos estaduais. Do mesmo modo, apenas 8% da elite ampliada identificavam-se com os tenentes após a Revolução de 1930. (Os pernambucanos eram relativamente menos cautelosos, já que 19% se juntaram à facção tenentista.) Novamente, os dados mostram elites estaduais pouco inclinadas a romper fileiras com os grupos dominantes.

Houve pouca sobreposição entre as elites políticas e as lideranças sociais, ainda que dados incompletos possam parcialmente corroborar esta afirmação. Quase ninguém esteve associado ao movimento operário, e nenhum membro da elite pertencia às classes operária ou camponesa. Surpreendentemente, poucos membros da elite ocuparam posições em associações agrícolas, comerciais ou de advogados (5%, 3% e 4%, respectivamente). Menos de 20% pertenciam a clubes sociais de destaque. Essa ausência de correspondência pode ser parcialmente atribuída mais ao aparecimento tardio de muitas dessas organizações — após a I Guerra Mundial — que à falta de preeminência social dos políticos. Além disso, a sobreposição cresce de baixos 11% em Minas para 27% em São Paulo, fato que deve primordialmente ter resultado da maior urbanização do último estado.

Quanto à educação, 70% da elite ampliada cursaram faculdades de direito, a maioria esmagadora escolhendo realizar esses estudos em seu próprio estado. Em medicina graduaram-se 8% e quase 8% diplomaram-se em engenharia. Apenas 2% seguiram formação militar. No total, 93% dos membros das elites possuíam formação universitária, fazendo delas as elites políticas mais “educadas” para as quais pudemos localizar dados comparativos. Por volta de 1940, apenas uma em 370 pessoas nesses três estados possuía títulos universitários, o que significa que a probabilidade de um membro da elite ampliada ser diplomado por uma universidade era 345 vezes maior do que em relação ao cidadão comum.⁵

A importância dos títulos universitários na política brasileira antecede a República. O modelo dos “mandarins” da elite política imperial, proposto por Eul-Soo Pang e Ron Seckinger, mostra que a educação universitária era virtual requisito para um alto posto político.⁶ No entanto, com o advento da República, outro requisito imperial

⁵ Os dados educacionais e ocupacionais são do censo de 1940.

⁶ Pang e Seckinger, 1972: 217-218.

para a ocupação de altos postos — experiência política transregional — desapareceu, embora permanecesse a necessidade de educação universitária.

No que concerne à ocupação, dois terços da elite política eram compostos de advogados, incluindo-se aqui aqueles que eram juizes. O político comum possuía 2,5 ocupações (e, em São Paulo, quase três); isso sem considerar “político” uma ocupação. O pequeno número de universitários formados fazia frente a um número muito expressivo de demandas e oportunidades para deixar-se confinar em uma simples carreira; eles, então, duplicavam ou triplicavam suas áreas de atividade.

Engenheiros e médicos representavam, cada categoria, aproximadamente 10% das elites, enquanto militares constituíam apenas 3%, e clérigos menos de 1%. Além do mais, 28% dos membros trabalhavam como jornalistas e 27% como professores do ensino médio e superior. Quando todas essas categorias são fundidas em uma só, descobre-se que 91% dos membros das elites exerciam uma profissão. Por volta de 1940, a probabilidade de esses membros das elites possuírem uma profissão é 285 vezes maior do que o é para o cidadão comum.

Voltando-se para as ocupações associadas à propriedade, encontramos um quarto da elite ampliada formado por fazendeiros. Essa proporção parece reduzida, dado o caráter predominantemente rural da economia. Além disso, diferenças acentuadas ocorrem entre os estados: os fazendeiros constituíam 38% da elite paulista, aproximadamente o dobro de sua participação entre as elites de Minas e Pernambuco. Industriais compunham 20% da elite ampliada, mas, novamente, em São Paulo ocorre uma participação muito superior àquela dos outros estados. Comerciantes e banqueiros correspondiam respectivamente a 12% e 14% do todo. Da elite ampliada, 34% eram homens de negócio (comerciantes, industriais, banqueiros e intermediários ou *comissários*, investidores em estradas de ferro e proprietários de minas). Reagrupando as categorias, encontramos 28% ligados ao setor exportador agrícola (lideranças de associações rurais, exportadores, proprietários de terras e *comissários*). Uma categoria composta chamada “proprietário”, e que inclui todos os detentores de propriedade, conta com 47% dos membros de todas as elites. Novamente, a elite paulista apresenta um envolvimento muito maior nessa categoria (56%) que as elites dos outros estados.⁷

A análise das ocupações dos pais dos membros da elite fornece informações sobre as origens de classe da elite e sobre sua mobilidade social (ver tabela 1). Entre as 344

⁷ Seguindo o texto original, utilizaremos “proprietário” para designar o conjunto daqueles indivíduos que detêm propriedade privada, correspondendo esta a diferentes setores da atividade econômica, rural ou urbana, como definido no corpo do texto; quando se tratar de designar fazendeiros, por exemplo, utilizaremos sempre a categoria adjetivada “proprietário rural”; ainda, para traduzir a categoria *businessmen*, utilizaremos o termo “homens de negócio”. Preferimos, neste caso, não utilizar o termo mais comum de “empresário”, ao qual recorreremos posteriormente apenas em duas situações, para traduzir *entrepreneur*. (N. do T.)

pessoas cuja ocupação dos pais pôde ser identificada (46% do total), a esmagadora maioria era composta de profissionais liberais ou de proprietários de algum tipo, ou de ambos. Nove ou menos (3%) tinham pais cuja ocupação pode ou não ter sido de classe inferior (*tropeiro* e “outra”). Assim, como esperado numa sociedade rural tradicional, os membros da elite política derivam em larga escala dos estratos superior e médio superior da sociedade.

Tabela 1
Ocupação do pai: São Paulo, Minas Gerais,
Pernambuco e elite ampliada

Ocupação do pai	São Paulo		Minas Gerais		Pernambuco		Ampliada	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Advogado	45	34,6	17	18,3	22	18,2	84	24,4
Médico	6	2,3	3	3,2	3	2,5	12	3,5
Jornalista	9	6,9	1	1,1	—	—	10	2,9
Fazendeiro	61	46,9	53	57,0	83	68,6	197	57,3
Comerciante	10	7,7	7	7,5	10	8,3	27	7,8
Industrial	8	6,2	2	2,2	—	—	10	2,9
Banqueiro	8	6,2	—	—	1	0,8	9	2,6
Educador	10	7,7	—	—	3	2,5	13	3,8
Engenheiro	2	1,5	3	3,2	1	0,4	6	1,7
Clérigo	—	—	—	—	1	0,8	1	0,3
Oficial do Exército	8	6,2	3	3,2	3	2,5	14	4,1
Magistrado	9	6,9	6	6,5	3	2,5	18	5,2
Negociante de terras	2	1,5	—	—	—	—	2	0,6
Comissário	4	3,1	—	—	—	—	4	1,2
Administrador de estrada de ferro	6	4,6	—	—	—	—	6	1,7
Burocrata de baixo escalão	4	3,1	2	2,2	2	1,7	8	2,3
Burocrata de alto escalão	1	0,8	2	2,2	1	0,8	4	1,2
Tropeiro	3	2,3	—	—	—	—	3	0,9
Farmacêutico	1	0,8	—	—	—	—	1	0,3
Outra ocupação	—	—	—	—	6	5,0	6	1,7
Posições sociais								
Oficial da Guarda Nacional	7	5,4	42	45,2	—	—	49	14,2
Membro da elite imperial	17	13,1	8	8,6	10	8,3	35	10,2
Total	130		93		121		344	

Obs.: Todos os percentuais foram arredondados. Ocupações foram multicodificadas. Ver as definições em Love (1980:285), exceto para as seguintes: burocrata de baixo escalão (funcionário público local ou provincial); burocrata de alto escalão (alto funcionário imperial) e tropeiro. O teste qui-quadrado de ajustamento indica que esta amostra não é influenciada pelas características dos membros da elite mais bem-sucedidos.

A alta proporção de fazendeiros entre os pais merece uma nota especial. A maioria absoluta (197 em 344) era composta de proprietários de terra. O segundo maior grupo era o de advogados. Ainda entre os filhos (isto é, os membros da elite), quase dois terços eram advogados e apenas um quarto era de proprietários de terra. Como se poderia prever, os fazendeiros, uma vez que exercem uma ocupação “hereditária”, também “reproduzem a si mesmos” na maior proporção, como revela a tabela 2.

Tabela 2
Membros da elite com a mesma ocupação de seus pais

Ocupação	Percentual (%)	Qui-quadrado*
Fazendeiro	79,0	0,0000
Oficial do Exército	33,3	0,0106
Comerciante	27,7	0,0000
Médico	20,0	0,0001
Industrial	8,9	0,0018
Engenheiro	7,5	0,0238

* Um nível de significância de 0,05 ou menor indica haver no mínimo 19 chances em 20 de que a relação não seja casual.

As relações da elite com o estrangeiro são obviamente um aspecto importante — ainda que com freqüência negligenciadas nos estudos sobre elites —, sobretudo em países economicamente dependentes. Nossa comparação revela que aproximadamente um terço de todo o grupo tinha algum tipo de vínculo com o exterior.⁸ Além disso, aqueles que dispõem de conexões com o estrangeiro tendem a ser os políticos mais proeminentes. Um quinto do conjunto viveu no exterior ao menos seis meses. Dos três estados, São Paulo tem a elite exportadora com mais conexões com o estrangeiro, enquanto Minas é o que tem menos conexões.

Um tipo de vínculo com o estrangeiro é interessante em função de sua baixa incidência: nascimento no exterior. Menos de 1% da elite política nasceu no estrangeiro, e apenas 4% tinham ao menos um dos pais nascidos no exterior. Isso é surpreendente dada a experiência de imigração de massa vivida pelo Brasil naquele período. Além disso, havia pouca diferença entre os estados. Apesar do fato de São Paulo haver recebido metade de todos os imigrantes do período estudado, sua elite possuía apenas um membro nascido no exterior (N = 239) — Miguel Costa, que acompanhara seus pais da Argentina para o Brasil ainda criança.

Os dados sobre conexões interestaduais das elites revelam muitos vínculos. Um quarto de todo o grupo desempenhou fora de seu estado de origem outras atividades

⁸ Vínculos com o exterior incluem importação e exportação; interesses econômicos em firmas estrangeiras ou esquemas de imigração; representação de firmas ou governos estrangeiros; nascimento no exterior; nascimento da esposa ou dos pais no exterior; período de residência ou estudo fora do país, distinções ou títulos estrangeiros.

além de postos no governo federal ou mandatos no Congresso. Dos membros da elite política pernambucana, 44% possuíam tais conexões, enquanto esse percentual é de 17% entre membros das elites paulista e mineira. Aparentemente, essa descoberta reflete oportunidades econômicas relativamente escassas em Pernambuco. Dezesesseis por cento do grupo ampliado nasceu em um estado da Federação diferente daquele onde construiu sua carreira, com pouca diferença entre os três casos. Quase a mesma parte percentual realizou sua educação secundária fora do estado de origem. Uma variável ampliada comparando todas as ligações fora do estado de origem mostrou que 57% do total possuíam tais ligações.⁹ Separadamente, os mineiros possuíam mais ligações (72%), enquanto os paulistas apresentavam menor incidência (39%) destas. Entre os últimos havia, aparentemente, menor propensão que entre os primeiros a trabalhar no Rio de Janeiro, a ligação fora do estado de origem mais freqüente entre os mineiros.

Laços familiares eram um importante elemento que mantinha próximas as elites. Dois quintos do total possuíam parentes na elite do mesmo estado. Surpreendentemente, um estado de perfil tradicional como Pernambuco apresentou a menor incidência (34%), comparado com os 46% de Minas Gerais e 43% de São Paulo. Em compensação, a elite de Pernambuco possuía a maior incidência de parentes em outros estados. São Paulo surpreende talvez por apresentar-se tão semelhante aos demais estados a este respeito, como também na ausência de penetração estrangeira. Um quinto de todo o grupo pertencia, ou estava intimamente relacionado, à elite imperial, e quase metade possuía algum tipo de parentesco com outros membros da própria elite, com outras elites estaduais ou com a elite imperial.¹⁰ Os níveis superiores de liderança parecem apresentar maiores ligações familiares: 81% dos governadores possuíam laços de parentesco com outros membros da elite, comparados com apenas 46% dos não-governadores.

Sexo, raça e religião da elite apresentam poucas surpresas. Apenas uma mulher aparece entre 753 membros da elite, e seu papel era menor: Maria Tereza de Azevedo participou durante apenas um ano do Comitê Executivo do Partido Constitucionalista de São Paulo. Raça era um tema sensível para a elite do período, e ser branco, uma condição assumida ou atribuída na esmagadora maioria dos casos. Em São Paulo, apenas duas pessoas eram reconhecidas como não-brancas: Francisco Glicério e Armando Prado; em Pernambuco, comentava-se que Manoel Lubambo possuía ancestrais africanos. Muitos mais devem ter

⁹ Laços interestaduais incluem nascimento, escolarização secundária, carreiras profissionais ou postos governamentais em outros estados ou no Distrito Federal, excluindo o Congresso ou postos no gabinete.

¹⁰ Parentesco foi definido de modo a incluir relações de sangue, relações familiares criadas por matrimônio e primos. A definição de elite imperial inclui senadores e possuidores de títulos de barão ou superior.

tido origem mestiça, mas tais assuntos eram raramente evocados em público e não aparecem na maior parte das biografias. O mesmo era verdade para a religião, já que praticamente todo mundo assumia ser católico ou de tradição católica, ainda que um certo número fosse de não-praticantes. Encontramos apenas um número insignificante de não-católicos (incluído um declarado ateu), mas nenhum protestante.

Uma classificação das bases políticas entre rural e urbano mostra que três quintos do total desenvolviam atividades nas cidades, normalmente na capital estadual. A variação era contudo ampla, de 44% em Minas Gerais a 67% em São Paulo e 71% em Pernambuco (visto que Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, foi construída na década de 1890, incluímos Juiz de Fora na categoria “urbano”). Em geral, a probabilidade de um membro da elite residir em cidades era oito vezes superior à de um cidadão comum dos três estados: 61% da elite, comparados com apenas 8% da população em geral, viviam nas capitais (ou em Juiz de Fora) em 1920.

Movimentação geográfica foi uma característica de pelo menos duas das elites estaduais estudadas (as informações sobre Pernambuco não estão disponíveis). Das elites mineiras e paulistas, 70% tinham bases políticas em municípios diferentes daqueles onde haviam nascido. Esse movimento não era, contudo, sempre direcionado às cidades: em São Paulo, 63% da elite vivendo ainda no interior (n = 71) não mais residiam em seu município de origem.

Para as elites, diferentemente das massas, a dicotomia rural-urbano era talvez pouco significativa. Em São Paulo, por exemplo, metade daqueles membros da elite que eram fazendeiros (n = 89) possuía suas bases políticas na capital estadual. Jorge Tibiriçá, o pai do esquema de valorização do café, duas vezes governador de São Paulo, e o ateu anteriormente mencionado, não era menos fazendeiro por ter nascido em Paris. Mas a conexão urbana garantiu às elites o acesso às informações e oportunidades negadas às massas rurais.

A idade média com a qual os membros da elite ingressavam na política era de 44,2 anos, com pouca variação nos três casos. Isso parece surpreendente se considerarmos que a grande maioria primeiro ocupava postos no âmbito estadual e que 44 anos era a idade média com a qual ministros do gabinete assumiram suas funções durante o Império (1822-89), isto é, em âmbito nacional.¹¹ Para a elite republicana aqui considerada, 35% do grupo ampliado, distribuído entre os três estados, ocuparam seu primeiro posto político antes dos 40 anos. Quarenta por cento de mineiros e pernambucanos ocuparam postos antes dos 40 anos, comparados a apenas 25% dos paulistas. O último caso pode ser em parte explicado pela natureza mais formalmente burocrática do processo político naquele estado.¹²

Uma análise das gerações revela outros aspectos do comportamento da elite. As três gerações foram definidas como: pessoas nascidas em 1868 ou antes, que alcançaram a maturidade antes da queda do Império; pessoas nascidas entre 1869 e 1888, que chegaram à maioria em meados do período de quatro décadas da República Velha e testemunharam a primeira campanha presidencial, disputada em 1910; pessoas nascidas durante a República (1889 e depois). Quase metade de toda a elite incluiu-se na primeira geração, aproximadamente um terço na segunda geração e um quinto na terceira geração. A tabela 3 classifica a elite ampliada por gerações e apresenta os valores das variáveis que eram significantes quando cruzadas por gerações (teste qui-quadrado no nível 0,05).

As primeiras duas colunas mostram que, ao longo dos anos, a parte da elite pertencente às lideranças do Partido Republicano diminuiu, enquanto cresceu a parte dos membros que eram líderes da oposição. Em São Paulo, a terceira geração encontrava-se completamente excluída da liderança republicana do período anterior a 1930. Esse fato foi provavelmente um fator significativo no descontentamento que levou à fundação do Partido Democrático em São Paulo, em 1926.¹³

As três colunas seguintes mostram resultados previsíveis: membros da terceira geração eram três — ou mais — vezes mais propensos a romper com a situação que os primeiros; a experiência legislativa declinou através das gerações, mas uma maioria da terceira geração ainda cumpriu mandatos nos níveis estadual e federal; e o ingresso na elite antes dos 40 anos cresceu muito com a terceira geração, que tendeu a afastar os mais velhos após a Revolução de 1930.

As três colunas seguintes demonstram que homens de negócio, fazendeiros e outros que estavam ligados à exportação, mais todos aqueles com vínculos com o exterior, tiveram maior importância na segunda geração. Isso parece semelhante à experiência argentina: a geração de 1880 — correspondendo aproximadamente à nossa primeira geração — estudou no país, mas seus filhos estudaram e viajaram para o exterior. Entre as profissões, a maioria dos cruzamentos por geração não alcançou significância estatística. Das três que a apresentaram, a participação dos juizes declinou ao longo das gerações, a dos educadores cresceu em 50% e a dos engenheiros mais que dobrou.

A elite que emergiu da revolução de Getúlio Vargas, em 1930, merece tratamento à parte, já que o evento se constituiu num divisor de águas. Aproximadamente um quarto de toda a elite ingressou no grupo após o golpe. Acentuadas diferenças separam as experiências dos três estados. São Paulo possui a maior proporção de recém-chegados, 37%. Esse padrão deve muito à formação de novos partidos políticos assim como à intervenção federal. Minas não sofreu intervenção federal, ainda que tenha um percentual maior de recém-chegados que Pernambuco, onde o *establishment* foi deposto.

¹¹ Carvalho, 1974.

¹² Ver Love (1980:162-163, 165).

¹³ Ver Love (1980:117-118).

Comparações entre os períodos anterior e posterior a 1930 mostram mudanças tanto em educação quanto em ocupação. Apenas 2% dos membros da elite ampliada que ingressaram na política antes de 1930 eram militares, comparados com 5% daqueles que ingressaram após esse ano. Ainda, é notável que esse percentual não seja ainda maior, visto a dívida de Vargas com seus apoiadores militares. O grupo dos bacharéis (graduados em direito ou medicina) caiu de 80%, entre as elites do período anterior a 1930, para 68%, entre aqueles que ingressaram na política durante o governo Vargas. Da mesma forma, a proporção de homens de negócio caiu de 37% para 26%, o que se deu paralelamente à diminuição de sua participação entre as elites da terceira geração, antes mencionada.

Tabela 3

Cruzamento das gerações da elite com variáveis selecionadas (%)

Geração	Experiência política				
	Comitê executivo do Partido Republicano	Comitê executivo de partido de oposição	Ruptura com o establishment durante crise nacional	Experiência legislativa	Ingresso na elite antes dos 40 anos
1	32,5	5,8	13,3	71,7	25,6
2	29,2	17,7	25,5	60,0	29,3
3	8,5	33,3	48,6	52,6	69,0
χ^2	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000

Geração	Ocupação		Vínculos com exterior	Profissão		
	Negócios	Exportação		Juiz	Educador	Engenheiro
1	32,5	27,2	27,2	31,9	24,8	7,1
2	41,9	34,7	46,6	10,9	26,6	12,5
3	25,9	21,9	32,5	6,0	37,1	15,5
χ^2	0,011	0,044	0,000	0,000	0,041	0,021

Obs.: Vínculos com o exterior, Negócios e Exportação são variáveis ampliadas (ver definições acima).

Sucesso na elite

Após esboçar as linhas gerais da elite ampliada e das elites dos três estados, podemos perguntar: que características distinguem os membros da elite mais bem-sucedidos daqueles menos bem-sucedidos? Tomando emprestado um procedimento do estudo de Peter Smith, podemos estratificar as posições atingidas para colocar a questão: há correlações entre *sucesso* (definido como o mais alto posto ocupado) e outros atributos? Podemos codificar os postos políticos na seguinte classificação:

- ♦ presidentes, vice-presidentes e ministros;
- ♦ governadores e juízes do Supremo Tribunal Federal;
- ♦ outros postos diferentes de ministro no Legislativo e no Executivo federal;
- ♦ membros dos comitês executivos dos partidos;
- ♦ secretários estaduais e presidentes dos tribunais estaduais;
- ♦ outros postos diferentes de secretário no Legislativo e no Executivo estadual.

Essa classificação parece estar em consonância com o poder dos cargos. A participação em comitês executivos era mais importante que qualquer outro posto estadual, exceto o de governador, porque os membros desses comitês lançavam candidatos para muitos outros postos.¹⁴ Porém, o governo foi sempre uma posição-chave no sistema político estadual e mesmo na constelação federal do poder. Os juízes do Supremo garantem sua inclusão no segundo nível em razão de seu prestígio e relativa independência em face do Executivo durante o período.

Podemos, com tal classificação, correlacionar a ocupação do mais alto posto com as variáveis codificadas para membros da elite, no intuito de se conhecerem os atributos que parecem mais úteis ao avanço na carreira política.¹⁵ Consideramos significantes todas as correlações de nível 0,05.¹⁶ Também exigimos para inclusão, de forma algo arbitrária, um valor gama de mais ou menos 0,3.

Entre as variáveis políticas mencionadas, a experiência legislativa possui uma associação razoavelmente forte com o sucesso, em especial para a elite de São Paulo (+0,35). Esse fato reforça nossa visão de que há aí uma progressão de carreiras mais ordenada que em Pernambuco. Não há resultados estatisticamente significantes distinguindo abolicionistas de não-abolicionistas, ou republicanos históricos de monarquistas.

Entre lideranças não-políticas, o papel de advogados e magistrados prestigiosos é especialmente notável em Pernambuco: de fato, há uma correlação perfeita entre sucesso e liderança da entidade dos procuradores (+1,0). Laços econômicos com o exterior eram aparentemente importantes apenas em São Paulo (+0,32 para exportador e

¹⁴ Ver Love (1982:63-64).

¹⁵ Depois de Smith, utilizaremos o coeficiente gama de correlação. Ver Smith (1979:107-108).

¹⁶ Formação universitária completa e exercício de profissão liberal não produziram resultados estatisticamente significantes quando correlacionados com o mais alto posto obtido porque havia pouca variância: mais de nove décimos do conjunto da elite se compunham de indivíduos formados em universidades e profissionais, estes atributos eram quase assumidos como critérios para presença na elite.

+0,31 para gerente de uma companhia estrangeira); laços interestaduais de vários tipos aparecem mais intimamente correlacionados com sucesso em Pernambuco (+0,37 para ocupantes de postos políticos fora do estado). Padrões educacionais mostram que os bacharéis tinham melhor desempenho em Pernambuco (+0,33), que os farmacêuticos tinham mau desempenho em Minas (-0,45), que os engenheiros iam igualmente mal nesses dois estados (-0,61) e que, surpreendentemente, uma educação militar se constituía no pior título (uma correlação negativa perfeita, -1,0) para galgar posições de sucesso no estado nordestino.

Entre as ocupações, é notável que apenas duas estivessem positivamente correlacionadas acima do nível +0,3. Atividade bancária e negócios imobiliários estavam mais associados com a propriedade do que com profissões, e ambos estavam correlacionados com o sucesso exclusivamente em São Paulo, com os níveis +0,33 e +0,51, respectivamente (neste estado, os industriais também chegaram próximo ao nível +0,3). Conexões familiares estavam associadas ao sucesso em Minas Gerais (+0,36 para laços no interior da elite mineira).

Contudo, “sucesso” não precisa — como no estudo de Smith — ser definido em termos do mais alto posto ocupado. Oferecemos aqui uma definição alternativa: o grau de sucesso numa elite é indicado pelo número de posições ocupadas. Por esta definição, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador de Minas que teria dito, em 1930, “façamos a revolução antes que o povo a faça”, era o mais bem-sucedido: dos 753 membros das elites dos três estados, apenas ele ocupou 11 postos. Quase dois terços de todo o grupo ocuparam apenas um posto.¹⁷

Utilizando esse parâmetro para sucesso, observamos uma constelação algo diferente de variáveis “úteis”. Quanto à “longevidade” na elite, era decididamente prejudicial (-0,59) ter sido um republicano histórico em Pernambuco, da mesma forma que era bastante prejudicial para um membro da elite paulista ter apoiado o golpe abortado de Deodoro da Fonseca (-0,64). Experiência legislativa era claramente útil nos estados mais ordenados de Minas Gerais e São Paulo (+0,47 e +0,62, respectivamente), ao passo que ter sido líder da oposição era fator fortemente negativo em Pernambuco (-0,54) — embora não o fosse nos outros estados. Nas atividades não-políticas, a liderança em uma entidade agrícola era importante em São Paulo, mas o era duplamente a liderança em uma associação de advogados em Pernambuco (+0,90).

Quanto aos laços externos, ser um exportador era útil para permanecer na elite em Pernambuco (+0,41), enquanto possuir interesses em uma firma estrangeira era importante em São Paulo (+0,34). No tocante aos laços interestaduais, era previsivelmente prejudicial para os mineiros ter nascido fora do estado (-0,36) e, surpreendentemente, ainda mais prejudicial ter frequentado um colégio fora de Minas (-0,57); da

mesma forma, uma carreira no Distrito Federal e, especialmente, numa agência interestadual parece prejudicar os pernambucanos (-0,38 e -1,0). Se a ocupação de um posto em outro estado ajudava os nordestinos na escalada ao “posto mais alto”, isto sugere que talvez necessitassem de ajuda externa para essa ascensão; no entanto, deixar sua base estadual pode ter encurtado suas carreiras. (Esta visão é também apoiada pela muito baixa correlação de sucesso, nas duas definições, de Pernambuco em relação aos outros dois estados, como mostrado adiante.)

Em relação à educação, a formação em direito no próprio estado era importante apenas em Pernambuco (+0,37) e uma atividade anterior como de bacharel (no próprio estado e fora dele) importante em Pernambuco e Minas (+0,32 para ambos). Surpreendentemente, a ausência de educação superior possuía correlação perfeitamente negativa em São Paulo (-1,0), ainda que estatisticamente não significativa nos outros dois estados.

Quanto às ocupações, era importante para os mineiros serem advogados para sobreviver na elite (+0,57); eles tinham muito menores chances de avançar na política se fossem médicos (-0,48). Ser fazendeiro em Pernambuco era útil (+0,51). Como já foi dito, banqueiros saíam-se bem nas elites paulista e mineira (+0,34 para ambos). Laços de família na mesma elite estadual eram, como esperado, positivamente correlacionados em São Paulo (+0,37) e ainda mais em Minas Gerais (+0,53), onde qualquer laço familiar codificado (para as elites estaduais contemporâneas ou para a elite imperial) era também fortemente positivo (+0,45). Contrariamente ao esperado, laços no interior da mesma elite estadual estavam negativamente correlacionados em Pernambuco (-0,45). Não obstante, laços familiares com a elite imperial eram úteis (+0,34) no estado do Nordeste.

Assim como para o grau de correspondência entre atributos de sucesso pelas duas definições — mais alto posto obtido e número de postos ocupados —, há considerável dispersão entre os valores das duas classificações. Contudo, as seguintes regularidades eram observáveis: para Minas e São Paulo, a experiência legislativa era importante em ambas as definições de sucesso, assim como o era a liderança da associação de advogados em Pernambuco. Associação a uma firma estrangeira era importante em São Paulo, em ambos os tipos de definição, e uma experiência prévia ajudava para ambos os tipos de sucesso nos outros dois estados.

Um teste para o grau de associação entre as duas definições de sucesso produziu um valor relativamente alto: +0,53.¹⁸ Este valor é ainda superior para as amostras de São Paulo e Minas Gerais (+0,63 e +0,69), mas muito mais baixo (+0,14) e estatisticamente não significativo em Pernambuco. Assim, os pernambucanos que foram bem-sucedidos nessas duas formas de sucesso político eram muito menos parecidos entre si que o eram aqueles de São Paulo e Minas Gerais.

¹⁷ Para uma análise do movimento de uma posição a outra, ver Love (1982:59-64).

¹⁸ Foi usado gama.

Comparações internacionais

Nas considerações finais deste texto, exploraremos as formas pelas quais as elites regionais brasileiras eram similares ou diferentes de outras elites políticas. Este exercício é uma tentativa, pois todos os estudos aqui levados em conta definem elite diferentemente. A maioria das elites é nacional (embora algumas incluam quadros executivos estaduais ou provinciais). A maioria é de elites parlamentares, embora algumas poucas se constituam em mesclas de membros do Executivo, do Legislativo e de outros grupos.¹⁹ Estas comparações irão realçar o que parecem ser os contornos distintivos da elite política brasileira, que é como nos iremos referir, daqui em diante, ao grupo ampliado das três elites estaduais.

Com respeito à ocupação dos pais, o padrão brasileiro revela pais de classe média alta e de classe alta (95%), contrastando com as elites políticas em três regimes alemães (Weimar, regime nazista e República Federal), onde os pais dos membros da elite política possuíam ocupações de classe média baixa e de classe baixa nas seguintes proporções: 47% em 1925, 59% em 1940 e 54% em 1955.²⁰ Mesmo no México de Porfirio Díaz (1900-11), 11% dos membros da elite política tinham pais com ocupações de classe baixa, como “operário” e “camponês”. A parte de membros com pais de classe baixa cresce para 17% no México revolucionário (1917-40) e para 24% na era pós-revolucionária (1946-71).²¹ Levando em conta o nascimento no exterior, a elite brasileira pode ser também contrastada com deputados e senadores argentinos em três momentos de transição estudados por Darío Cantón (1889, 1916 e 1946). No estudo de Cantón, nos três conjuntos de senadores e deputados, os nascidos no exterior cresceram de 10% a 53%, atingindo este percentual em 1946. Em contraste, apenas 0,6% da elite brasileira se compunha de pessoas nascidas fora do país e menos de 4% possuíam pelo menos um pai estrangeiro. Ambos os países tiveram a experiência de imigração de massa, mas os imigrantes na Argentina foram mais bem-sucedidos na política, talvez em parte devido à menor base populacional naquele país.

Legisladores argentinos chegaram a altos postos mais cedo que seus pares brasileiros. Em 1889, 85% dos últimos haviam ingressado no Parlamento nacional antes dos 40 anos e 4% tinham ocupado postos provinciais antes dos 35 anos. No estudo de Cantón sobre a elite argentina, em 1889, 89% haviam ocupado postos regionais ou

¹⁹ Estes estudos são: Cantón (1966); Campo, Tezanos e Santín (1982); Daalder e Van Den Berg (1982); Lasswell, Lerner e Rothwell (1952); Frey (1965); Higonnet e Higonnet (1969); Imaz (1970); Putnam (1976); Smith (1979); Zapf (1965).

²⁰ Ocupações de classe baixa eram, sozinhas, 14,5% e 16%, respectivamente (Zapf, 1965:182).

²¹ Smith, 1979:77.

federais antes dos 40 anos, comparados com 35% entre a elite brasileira. No entanto, entre os congressistas argentinos de 1916 e 1946, a participação daqueles que ingressaram na política antes dos 40 anos caiu de 69% para 41%. Ainda assim, o último percentual era superior ao da elite brasileira.²²

Os estudos de outras elites latino-americanas citados na nota 19 não oferecem dados sobre parentesco, mas as elites brasileiras não eram provavelmente as únicas a possuir extensas redes de relações. Robert Putnam observou que “43% dos ministros dos gabinetes que governaram a Holanda entre 1848 e 1935 eram ligados por parentesco a outros ministros; (...) aproximadamente um sétimo dos deputados da Terceira República francesa (1870-1940) possuía relações entre si; e (...) cerca de um décimo de todos os congressistas norte-americanos entre 1790 e 1960 possuía parentes que também haviam sido congressistas”.²³ Suspeitamos que parentesco permaneça como uma variável imerecidamente negligenciada na maioria dos estudos de elites políticas. Se os líderes políticos latino-americanos fossem também proprietários de fábricas, plantações ou fazendas (como no caso de São Paulo), este fato não alteraria drasticamente nossa visão sobre os conflitos setoriais?²⁴

Assim como se dá no tocante ao passado escolar, as diversas elites políticas para as quais comparamos informações mostravam uma sobre-representação de graduados universitários em face da população em geral, numa proporção de 8 por 1 nos Estados Unidos para mais de 100 por 1 para os países subdesenvolvidos.²⁵ A elite brasileira situa-se próxima ao final deste espectro, já que 93% de seus membros possuíam título universitário.

A comparação de ocupações é complicada, visto que nem todos os autores utilizaram múltipla codificação e que as definições eram diferentes. De qualquer forma, profissionais universitários²⁶ predominam em toda parte. A elite brasileira sobressai-se em razão da alta proporção de seus membros que eram proprietários rurais ou homens de negócios de algum tipo. O contraste é especialmente acentuado com relação à elite mexicana, onde os proprietários rurais não constituíram mais que 4% e homens de negócios alcançaram 6%, respectivamente 25% e 34% no caso do Brasil (Smith dedica de fato um capítulo inteiro de seu livro à ausência de integração entre as elites econômica e

²² Cantón, 1966:46, 77. Recalculamos os percentuais para eliminar não-respostas e obter um valor único para cada coorte, ponderando deputados e senadores pelo número em cada câmara por ano em questão.

²³ Putnam, 1976:61.

²⁴ Ver “*Topical review: the theory of sectoral clashes*” (*Latin American Research Review*, v. 4, n. 3, p. 1-114, 1969).

²⁵ Putnam, 1976:27.

²⁶ *Professionals*, no original. (N. do T.)

política). O mesmo padrão se manifesta no último Parlamento da Monarquia de Julho, na França (1846-48), na qual apenas 13% dos deputados eram homens de negócios. De todos os deputados burgueses, apenas um décimo tinha ocupações nos negócios. Patrick e Trevor Higonnet comentam que “estes últimos números são surpreendentemente baixos para um regime que era (...) descrito por Marx e Tocqueville como uma sociedade anônima governando muitos com vistas à vantagem material de alguns poucos (...) a grande maioria não possuía ligação direta com o mundo dos negócios”.²⁷

Duas outras elites parlamentares para as quais dispomos de dados ocupacionais são as câmaras de deputados da Espanha e dos Países Baixos. Em sete parlamentos espanhóis, 1879-1979, “empresário” e “fazendeiros”, os dois únicos grupos proprietários identificados no estudo desta elite, representavam juntos, em média, 18% do total dos membros. Na câmara holandesa dos anos 1848-1967, a média em quatro períodos (definidos pela extensão do sufrágio) era de 11%.²⁸

Talvez o mais curioso de todos seja o caso da elite política dos Estados Unidos (1877-1934), consistindo no presidente, vice-presidente e membros do gabinete, dos quais 13% eram homens de negócios e 2% proprietários rurais. Putnam observa, sobre as lideranças nacionais norte-americanas no período 1790-1940, que “a proporção de homens de negócios (ou filhos de homens de negócios) que ingressaram na elite política se manteve relativamente pequena e não se modificou essencialmente ao longo do período no qual a América passou de uma sociedade predominantemente agrícola para uma sociedade predominantemente industrial”.²⁹ Esses dados estão em aparente contradição com um estudo anterior, sobre os membros do gabinete dos Estados Unidos, no qual a maioria era identificada como de empresários durante o período 1889-1949. De qualquer forma, este último estudo mostra que profissionais, mais do que proprietários, dominaram mesmo nas elites governamentais (gabinetes nacionais) do Reino Unido, França e Alemanha.³⁰

Se excetuarmos as constatações conflitantes relativas à elite de definição mais restrita que é esta dos Estados Unidos (isto é, uma elite exclusivamente do Executivo), o baixo nível de participação dos proprietários é notável em toda parte, à exceção do Brasil. A única elite que se aproxima à do Brasil no concernente à participação de proprietários é a da Argentina. Eram proprietários entre 24% e 45% dos parlamentares argentinos nos três estudos de Cantón, com a média ponderada de 31%. Estes números ainda são inferiores em um terço ao resultado brasileiro de 47%. O estudo de José Luis de Imaz sobre a elite argentina inclui empresários em suas “equipes gover-

²⁷ Higonnet e Higonnet, 1969:132.

²⁸ Campo, Tezanos e Santín (1982:129); Daalder e Van Den Berg (1982:225, 227).

²⁹ Putnam, 1976:188.

³⁰ Lasswell, Lerner e Rothwell, 1952:30.

nantes” que, presumivelmente, incluem também os proprietários de terra. Empresários constituíram entre 8% e 16% das equipes de 1936, 1941 e 1946, caíram em 1951 e subiram, então, para 24% e 32% nas equipes de 1956 e 1961.³¹

Assim, a elite política brasileira parece ter sido mais amplamente penetrada pelos proprietários do que foram outras elites. Ainda que não haja tendência de predomínio de proprietários nas elites políticas ocidentais, as pesquisas não provaram definitivamente sua não-representatividade. A literatura mostra que as elites políticas tendem igualmente a ser formadas por profissionais de origem relativamente privilegiada, ligados a proprietários através de laços econômicos e sociais, ou ser formadas (em menor número) pelos proprietários eles mesmos.³² Como afirma Ralph Miliband, “a razão para atribuir importância considerável à composição social da elite do Estado em países capitalistas avançados reside na forte suposição de que esta influencia seus pontos de vista, suas disposições ideológicas e suas tendências políticas”.³³ Esta afirmação parece em princípio válida para a elite brasileira, que manifestamente não se sentia muito pressionada para representar os interesses das classes trabalhadoras do campo e da cidade, isso para não citar outros grupos excluídos — não-brancos, mulheres e imigrantes.

Para ser claro, nossa descoberta sobre a relativamente elevada participação de proprietários no Brasil deve ser percebida como aproximada. A codificação profissional múltipla no caso de algumas elites (incluindo a brasileira) aponta para percentuais maiores que a codificação simples. Os dados de Putnam, para os Estados Unidos, e de Smith, para o México, eram, quanto à ocupação, codificados apenas no momento de entrar na elite, e as definições ocupacionais não eram idênticas. A elite brasileira possui maior proporção de paulistas do que realmente haveria em um estudo nacional, ainda que Minas Gerais e mesmo Pernambuco apresentem uma participação relativamente ampla de proprietários. Paulistas e mineiros pesaram mais no processo político do que indica o seu número de ministros e presidentes. Não obstante, dentro destes limites, o fato de o Brasil sobressair-se em relação ao grau de ocupação de posições políticas pelos proprietários tende a levantar dúvidas — ao menos no que é concernente aos anos estudados — quanto à tão propalada hipótese da “relativa autonomia” do Estado brasileiro em face dos interesses econômicos.³⁴

³¹ Imaz, 1970:27.

³² Nagle (1977:233, 248-49); Miliband (1969:66).

³³ Miliband, 1969:68.

³⁴ Sobre a idéia da “relativa autonomia” no Brasil, ver Faoro (1975). Sobre o período em análise, conferir Font (1987). Para a literatura sobre a “relativa autonomia” em outros períodos da história brasileira e o argumento de que as políticas do Estado favoreceram interesses econômicos representados no governo, ver Love e Barickman (1986), e a réplica de Joseph Love a Maurício Font (Love, 1989).

Referências bibliográficas

- CAMPO, Salustiano del; TEZANOS, José Félix; SANTÍN, Walter. The Spanish political elite: permanency and change. In: CZUDNOWSKI, Moshe (Ed.). *Does who governs matter? Elite circulation in contemporary societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p. 125-153.
- CANTÓN, Darío. *El parlamento argentino en épocas de cambio: 1890, 1916 y 1946*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. *Elites and State-building in Brazil*. Tese (Doutorado) — Stanford University, 1974.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996.
- CONNIFF, Michael L.; McCANN, Frank. *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.
- DAALDER, Hans; VAN DEN BERG, Joop. Members of the Dutch Lower House: pluralism and democratization, 1848-1967. In: CZUDNOWSKI, Moshe (Ed.). *Does who governs matter? Elite circulation in contemporary societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982. p. 214-242.
- DAHL, Robert A. A critique of the ruling elite model. *American Political Science Review*, n. 52, p. 463-469, June 1958.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1975. 2 v.
- FONT, Mauricio. Coffee planters, politics, and development in Brazil. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 3, p. 69-90, 1987.
- FREY, Frederick W. *The Turkish political elite*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- HIGONNET, Patrick L.-R.; HIGONNET, Trevor B. Class, corruption and politics in the French Chamber of Deputies, 1846-1848. In: ROWNEY, Don Karl; GRAHAM JR., James (Eds.). *Quantitative history*. Homewood, Ill.: Dorsey, 1969. p. 129-147.
- IMAZ, José Luis de. *Los que mandan (those who rule)*. Albany: State University of New York Press, 1970.
- LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel; ROTHWELL, C. Easton. *The comparative study of elites: an introduction and bibliography*. Stanford: Stanford University Press, 1952.
- LEVINE, Robert M. *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1978. Edição brasileira: *A velha usina: Pernambuco na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LOVE, Joseph L. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1980. Edição brasileira: *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- _____. Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa. In: *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: Editora da UnB, 1982. (Coleção Temas Brasileiros, 54).
- _____. Of planters, politics, and development. *Latin American Research Review*, v. 24, n. 3, p. 127-135, Fall 1989.
- _____; BARICKMAN, Bert J. Rulers and owners: a Brazilian case study in comparative perspective. *Hispanic American Historical Review*, v. 66, n. 4, p. 743-765, Nov. 1986.
- MILIBAND, Ralph. *The State in capitalist society*. New York: Basic, 1969.
- NAGLE, John D. *System and succession: the social bases of political elite recruitment*. Austin: University of Texas Press, 1977.
- PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron. The mandarins of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, v. 14, n. 2, p. 217-218, Mar. 1972.
- PUTNAM, Robert D. *The comparative study of political elites*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1976.
- SMITH, Peter H. *Labyrinths of power: political recruitment in twentieth-century Mexico*. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- WIRTH, John. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1977. Edição brasileira: *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ZAPF, Wolfgang. *Wandlungen der deutschen Elite: Ein Zirkulationsmodell deutscher-führungsgruppen, 1919-1961*. Munich: Piper, 1965.

A elite nacional*

Michael L. Conniff**

Todas as sociedades organizadas selecionam elites para administrar os negócios públicos e tomar decisões que afetam suas populações. Desde a virada do século XIX para o século XX, os brasileiros recorreram a diversos métodos, com resultados variados, para escolher sua elite política. Este capítulo enfocará as características e a seleção de funcionários no Poder Executivo do governo, desde prefeitos até presidentes.¹

Antes do golpe republicano de 1889, a tradição política no Brasil reservava os cargos mais altos para uma pequena elite escolhida pela monarquia hereditária e seus assessores. Procedimentos democráticos somente eram empregados para preencher cargos locais, provinciais e alguns parlamentares. Mas a tendência de longo prazo era o emprego crescente de eleições e a expansão gradual do eleitorado.² Após a derrubada da monarquia, a Constituição de 1891 estabeleceu que se realizassem eleições para praticamente todos os postos executivos e legislativos. Mas veremos que essa ordem não foi imediatamente cumprida. Num sentido amplo, a história política do século XX foi acompanhada por tentativas de aperfeiçoar um sistema democrático para a seleção de líderes. Falando em termos gerais, a isso resistiram políticos no exercício do poder, que tentavam prolongar seu tempo no cargo ou escolher seus sucessores.

* Publicado originalmente sob o título "*The national elite*" (Conniff e McCann, 1991).

** Michael Conniff é historiador e dirige o Instituto de Estudos Globais da San José State University (SJSU), na Califórnia.

¹ Congressistas foram analisados de forma mais completa do que políticos do Executivo; ver levantamento de literatura feito por Fleischer (1976:8-11). É claro que há muita sobreposição entre os conjuntos, pois muitos políticos ocupavam ora cargos executivos, ora cargos legislativos.

² Love, 1970.

A democracia não é um absoluto: as pessoas selecionam seus líderes com variados graus de representação, votação secreta, ausência de coerção e disputa aberta para cargos públicos. A experiência brasileira durante o século XX variou desde uma ausência virtual de procedimentos democráticos, no começo, até sua ampla prevalência, durante a década de 1950. Talvez seja mais claro empregar o termo “seleção” quando nos referimos à escolha de líderes políticos no Brasil, para evitar a aplicação de critérios pelos quais se julgam eleições nos Estados Unidos e na Europa ocidental. Tampouco a conquista da democracia é permanente. Durante as décadas de 1960 e 1970, os brasileiros perderam a maioria de seus direitos políticos sob um regime militar-tecnocrático. Esses direitos foram restabelecidos apenas em meados da década de 1980.

Cabe uma generalização final. Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas. Essa tendência trouxe um certo grau de democratização à sociedade brasileira, porque a liderança não mais estava restrita a um pequeno número de pessoas.

Biografias coletivas

O moderno processamento de dados tornou mais fácil comparar um grande número de indivíduos, usando uma técnica chamada prosopografia ou biografia coletiva. O texto anterior, de Joseph Love e Bert J. Barickman, descreve as elites de três estados importantes durante o período de 1889-1937, usando este método. Este capítulo oferece descrições demográficas e de carreira de várias gerações da elite política nacional.

Qual é exatamente o tamanho do universo de líderes políticos no Brasil? Vários anos atrás, Aspásia Camargo estimou que eram aproximadamente 15 mil pessoas, desde os níveis locais até os nacionais, incluindo pessoas influentes que não necessariamente ocupavam cargos públicos. Desse total, só aproximadamente mil indivíduos podiam ser designados como importantes tomadores de decisão. Por fim, ela estimou que mais ou menos 300 podiam ser considerados membros do “círculo restrito” de pessoas que formulavam e executavam estratégias políticas de longo prazo.³ Nosso estudo concentra-se no nível intermediário, isto é, no nível dos principais tomadores de decisão.

³ Camargo, 1984:12.

Criei um perfil geral da elite política em cargos executivos, baseado numa amostra de 5% de verbetes do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*.⁴ O *Dicionário* contém dados sobre aproximadamente 5 mil pessoas, que podem ser consideradas a elite política desse período.⁵

Os primeiros dados surpreendentes a respeito da elite política nacional são o sexo e a idade avançada de seus membros: na maioria, eram homens de meia-idade ou idosos. Em média, entravam na vida pública logo depois dos 40 anos, de modo que a política era praticamente uma segunda carreira. Uma vez iniciados, permaneciam por anos, mudando de uma função para outra. Quase a metade ocupou quatro cargos, e três ocuparam 12! A maioria deles iniciou sua carreira em posições federais (55%), em vez de começá-la em um cargo estadual ou local. Além disso, quanto mais tempo eles ficavam na política, tanto mais provável era sua presença na folha de pagamento federal: no décimo cargo, 88% estavam no governo nacional. Portanto, essa elite era composta, em sua grande maioria, de homens de meia-idade ou idosos e se concentrava na esfera federal.

Mas, à medida que o século avançava, os aspirantes à elite política ingressavam cada vez mais jovens na vida pública. A idade média da primeira geração, ao assumir seu primeiro cargo público, era de 55 anos; a da segunda, 37; e a da terceira, 32. (As gerações incluíam: 93 nascidos antes de 1900; 136 entre 1901 e 1920; e 21 depois de 1921.)

Uma pequena maioria da elite política provinha do Sudeste, dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O Nordeste contribuiu com 25% e o Sul com 19%. Mas isso se alterou significativamente com o passar do tempo, pois, para a terceira geração, o Sudeste forneceu apenas 30% e o Nordeste, 35%. Esse novo perfil talvez se deva a melhores carreiras alternativas no Sudeste e ao tratamento preferencial dado aos estados rurais do Nordeste pelos governos militares pós-1964.

Diversas características não se alteraram muito entre as gerações. Quase todos (93%) nasceram em regiões urbanas (como definidas pelo censo de 1950), e a maioria (56%) se estabeleceu profissionalmente fora de seus estados natais. Essa mobilidade

⁴ Beloch e Abreu, 1984-1986. Sonny Davis forneceu uma valiosa ajuda de pesquisa para esta parte do estudo, e Joe Love generosamente nos permitiu usar parte do livro de códigos de seu estudo do texto anterior.

⁵ Observe-se que políticos locais que não chegaram à política de nível nacional estão sub-representados e que excluí alguns políticos que não ocuparam posições no Executivo pelo menos uma vez em suas carreiras. Além disso, o banco de dados está limitado aos que se destacaram depois da Revolução de 1930, de modo que a informação sobre aqueles que também exerceram um cargo antes é necessariamente incompleta. Apenas uma minoria dos que exerciam um cargo em 1930 e se opuseram à revolução continuou na política. Indicarei qualquer viés evidente no texto.

geográfica se assemelha à experiência da população em geral, que parece “levantar acampamento” e migrar a cada geração.⁶ Além disso, os membros da elite possuíam algum diploma pós-secundário. O fato de virtualmente todos (94%) procederem de famílias intactas é relevante, pois as relações familiares desempenhavam um papel importante na política. Finalmente, os pais da maioria eram brasileiros e tinham sobrenomes lusos. Mas era possível observar o ingresso de filhos de imigrantes na elite política pela presença de pais estrangeiros (5%) e pelos sobrenomes não lusos (18%).

Quanto à educação, o diploma pós-secundário mais comum entre os membros da elite era o de direito (44%); um quarto desses diplomas foi obtido em escolas fora do estado natal. Surpreendentemente, o segundo mais freqüente era o de militar (32%). Engenharia e medicina ocupavam o terceiro e o quarto lugares (12% e 5%). Quanto ao *timing*, o ano mediano e modal da formatura foi o de 1930, o que parece constituir uma coincidência notável com a revolução daquele ano.

O treinamento para a elite política modificou-se com o passar do tempo. A alteração mais acentuada foi um declínio na formação militar da primeira geração para a terceira, de 37% para 10%. Isso reflete parcialmente o fato de que os políticos da primeira geração com experiência militar tinham chance maior de sobreviver a 1930 e, por isso, estavam super-representados. Isso valia sobretudo para os *tenentes* da década de 1920, ou oficiais radicais do Exército, que ajudaram Getúlio Vargas a chegar ao poder em 1930. Eles representavam 6% de toda a amostra e 11% da primeira geração. A segunda geração também apresentava uma parcela significativa de pessoas com diploma militar (34%), o que se deve em parte à ascensão dos oficiais que apoiaram Vargas em 1937 ou lutaram na Itália durante a II Guerra Mundial, os chamados *pracinhas*. Os últimos desempenharam um papel importante nas administrações pós-1964. Esses oficiais, diferentemente de seus antecessores, também buscaram uma formação militar avançada. Mas a incidência menor de diplomas militares entre os políticos da terceira geração sugere que a instrução civil está substituindo a militar como caminho para os cargos políticos mais altos.

Uma preparação final para se unir à elite política parece ter sido alguma exposição à vida no exterior. A maioria dos membros tinha tais contatos, por terem morado ou estudado um longo tempo no exterior, ou por causa de negócios.

A maioria dos membros da elite política exerceu as profissões em que se haviam formado, especialmente aqueles com diploma de advogado, médico, engenheiro e militar. Além disso, a maior parte se dedicou ainda a outras atividades, pois o político exercia, em média, 2,4 profissões, segundo meus dados baseados em códigos múltiplos. As carreiras adicionais mais comuns eram, em ordem decrescente, magistério, jornalismo, atividades bancárias e industriais.

A tendência mais marcante no que concerne às profissões da elite política foi o declínio das profissões tradicionais, como as de advogado e militar, e a ascensão de novas, por exemplo, as de professor, engenheiro, empresário e afins. A década de 1950 viu, por exemplo, a multiplicação de engenheiros e industriais, muitos dos quais ocupariam altos cargos no regime militar-tecnocrático pós-1964. Talvez a descoberta mais notável tenha sido a de que mais da metade da terceira geração exerceu profissões diferentes daquelas antes mencionadas.⁷

A participação em associações e sociedades profissionais parece ter sido essencial para a elite política. *Todos* pertenciam a um grupo profissional. Ademais, 95% pertenciam a clubes sociais e 86% a associações comerciais (especialmente importantes depois de 1950). A maior parte também participava das diretorias. Contudo, uma parcela surpreendentemente pequena (16%) pertencia à associação dos advogados, o que sugere que muitos haviam abandonado o exercício de sua profissão. Somente 11% eram membros de uma academia de letras, o tradicional bastião da elite cultural.

Por último, podemos obter alguns *insights* da elite política, examinando o comportamento de seus membros em momentos de crise nacional. Nada menos que 87% apoiaram a Revolução de 1930, como era de esperar, pois nossos dados estão baseados naqueles que estão ativos após esta data. Dois anos mais tarde, mergulhados na depressão e com o país sacudido por distúrbios, os líderes de São Paulo declararam guerra a Vargas e sua administração no Rio. Nada menos do que 26% dos indivíduos da amostra apoiaram a revolta, especialmente os da primeira geração. Eles lograram continuar na política por causa da postura conciliatória de Vargas depois da guerra.

De 1937 até 1950, Vargas aparentemente polarizou a elite política. Em termos gerais, a geração mais velha (a geração de Vargas) agora o apoiava mais do que os políticos mais jovens. Por exemplo, a elite se dividiu em partes mais ou menos idênticas com relação ao golpe do Estado Novo, em 1937, mas os políticos da primeira geração o apoiavam enquanto os da segunda em grande parte se opunham a ele. Estes últimos talvez tenham sentido que suas oportunidades de ascensão seriam tolhidas. Sua hora veio em 1945, quando a segunda geração apoiou o golpe militar contra Vargas mais do que a primeira geração. Em 1950, *todos* os políticos da primeira geração sobre os quais havia dados disponíveis apoiaram a eleição de Vargas, enquanto a segunda geração se dividiu em partes iguais. Finalmente, em 1954, a diferença entre as duas gerações aparentemente desapareceu, pois políticos da primeira e da segunda gerações se dividiram em partes iguais quanto à deposição de Vargas.

O golpe de 1964 não dividiu seriamente a elite: 82% o apoiaram, embora os políticos da segunda e terceira gerações o apoiassem mais do que os da primeira. Como era de esperar, estes sofreram uma incidência mais alta de retaliação (prisão, exílio,

⁶ Ver Merrick e Graham (1979).

⁷ Cf. Fleischer (1976:21-25).

perda de direitos políticos) nas mãos dos líderes do golpe do que aqueles (18% contra 12%). Portanto, 1964 assinalou, à semelhança de 1930, uma passagem de gerações. Visto que a maioria da elite política deu respaldo ao golpe, ela também preencheu as fileiras do partido oficial, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), depois de 1966.

Podemos comparar esse quadro geral da elite política com o estudo detalhado feito por Sérgio Miceli sobre as pessoas que participaram da Assembléia Constituinte de 1946.⁸ O momento foi importante porque revelou uma divisão na elite política, causada em parte pelas profundas modificações introduzidas por Getúlio Vargas nos 15 anos precedentes. Esse ano também marcou o início de uma política efetivamente moderna no Brasil, porque, em 1945, foram criados os primeiros partidos nacionais.

Miceli constatou algumas semelhanças entre os dois partidos principais, o Partido Social Democrático (PSD), pró-Vargas, e a União Democrática Nacional (UDN), de oposição. Por exemplo, ambos recebiam proporcionalmente mais votos dos estados rurais e menos desenvolvidos do Nordeste do que do Sudeste urbano e industrial. Além disso, ambos tinham uma representação substancial da classe de proprietários rurais, fonte tradicional de recrutamento político.

Miceli encontrou, porém, nítidas diferenças entre os delegados dos dois partidos rivais. O PSD tinha um grande contingente de industriais, assim como muitos ex-funcionários estaduais vinculados a máquinas políticas regionais. O PSD também atraía políticos experientes, sobretudo ex-prefeitos de cidades médias e grandes. Estes, embora ainda estivessem vinculados aos clãs rurais, muitas vezes por laços familiares, estavam acostumados a estilos políticos mais novos e mais sintonizados com eleitores da classe trabalhadora. O PSD era a favor da expansão dos poderes estatais, da proteção da indústria e da regulação da iniciativa privada.

A UDN, por seu turno, estava estreitamente vinculada a grupos financeiros do Rio, de Minas e da Bahia. Além disso, a delegação da UDN contava com mais intelectuais e advogados da classe alta, dos quais muitos tinham suas raízes em elites políticas anteriores a 1930. Contudo, não eram reacionários — a maioria apoiara a Aliança Liberal de Vargas em 1930 —, sendo antes revolucionários desapontados que não haviam recebido empregos e favores do regime de Vargas. Miceli constatou que interesses financeiros e empresariais usaram abertamente a UDN para fins lobistas. Por isso, considerava-se a UDN corretamente como favorável ao empresariado e ao capital e contrária à regulação.

É possível contrastar os dois perfis esboçados anteriormente com os resultados de uma pesquisa sobre prefeitos realizada, em 1973, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal.⁹ Respondendo a questionários, aproximadamente 2.600 prefeitos

⁸ Miceli, 1983.

⁹ Loyola e Brasileiro, 1975.

de cidades de diferentes tamanhos forneceram informações sobre si mesmos, suas jurisdições e suas atitudes para com o governo.

Na maioria, os prefeitos brasileiros eram de meia-idade, haviam exercido outros cargos eletivos e tinham recebido tão-somente uma educação escolar primária. Geralmente haviam crescido ou vivido muito tempo na cidade em que exerciam o mandato. Aproximadamente a metade era composta de proprietários de terras e comerciantes, e os demais eram profissionais liberais, funcionários públicos ou industriais. A esmagadora maioria era filiada ao partido do governo, a Arena. Os prefeitos do partido opositor tendiam a ser um pouco mais jovens e a ter um grau de escolaridade um pouco mais alto e representavam cidades maiores. Todos os prefeitos mostravam-se muito interessados em promover a educação, a saúde e a assistência social e em construir estradas.

Podemos considerar o nível de administração representado pelas prefeituras como a sementeira da política local ou estadual. A partir do cargo de prefeito, um político ambicioso podia alçar vôo para a assembléia estadual, para uma posição no Executivo estadual ou ocasionalmente para um mandato nacional. Exemplos disso são Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros: após terem sido prefeitos em Belo Horizonte e São Paulo, respectivamente, chegaram por fim à presidência. Mas pouquíssimos prefeitos de cidades pequenas podiam sonhar com uma participação na elite nacional, porque careciam de qualificações essenciais.

Chegar ao poder antes de 1930

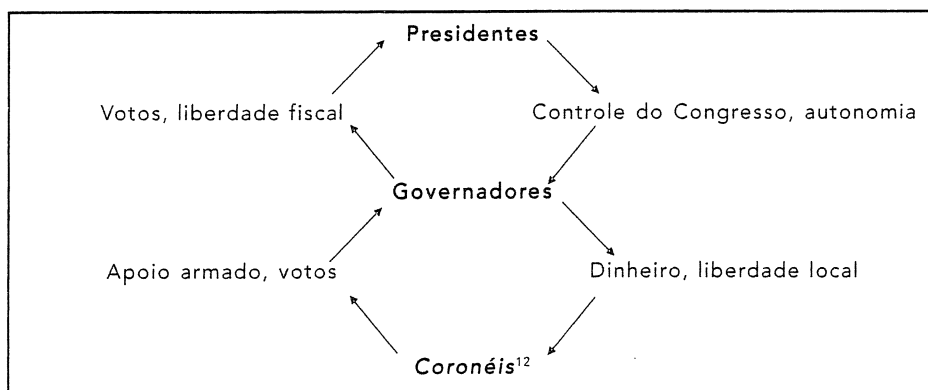
O apadrinhamento e a ameaça do emprego da força caracterizaram a seleção da elite política durante a República Velha.¹⁰ O presidente Campos Salles (1898-1902) criou um sistema conhecido como a “política dos governadores”. Os governadores dos grandes estados instruíam suas delegações no Congresso (cuja eleição era controlada por eles) para que concedessem ao presidente autoridade absoluta para tomar e implementar decisões na área financeira. Em troca, o presidente permitia que esses governadores fossem ditadores em seus respectivos estados. Eles podiam fraudar eleições, recrutar forças militares, escolher a dedo seus deputados federais e senadores, esmagar a oposição e manipular o Judiciário sem temer uma intervenção federal. Os governadores podiam recorrer ao presidente a fim de receber reforços militares federais em caso de necessidade. Por último, os governadores poderosos decidiam entre si quem seria o candidato “oficial” à presidência. Essa pessoa raramente tinha oposição, pois esses governadores tinham votos suficientes à sua disposição para ganhar as eleições.

¹⁰ Ver o estudo clássico sobre a política da República Velha realizado pelo recentemente falecido Victor Nunes Leal (Leal, 1977, esp. p. 132-135). Cf. Soares (1973, caps. 1 e 5).

A maioria dos presidentes havia sido governador em um dos estados principais — geralmente São Paulo ou Minas Gerais. De fato, de 1900 a 1930 existiu, entre estes dois estados, um sistema informal de alternância, conhecido como *café-com-leite*.

Um segundo sistema de recrutamento da elite funcionava no nível estadual e regional, a chamada política dos coronéis ou *coronelismo*. Chefes regionais, ostentando patentes militares honorárias da Guarda Nacional, estabeleciam vínculos de apoio recíproco com os governadores estaduais. Os coronéis mantinham a paz local, realizavam eleições fraudulentas para os candidatos dos governadores e ocasionalmente contribuíam com jagunços para as milícias estaduais. Em troca desses serviços, os coronéis recebiam verbas para obras públicas e uma autonomia local praticamente completa. Segundo Victor Nunes Leal, “o coronelismo residia exatamente nesta reciprocidade: *carte blanche* na municipalidade para o chefe local em troca de seu apoio eleitoral para os candidatos do governo estadual”.¹¹ A política dos governadores e o coronelismo podem ser representados como na figura, com as flechas indicando a transferência de poder e bens políticos escassos.

A política dos governadores e o coronelismo



As eleições rurais eram pouco democráticas. Os *coronéis* ou seus aliados urbanos (chamados de *doutores*) tinham as listas dos eleitores. Eles valorizavam a lealdade do eleitor mais do que o grau de alfabetização formal e outros requisitos. No dia da eleição, os coronéis e seus aliados proprietários de terra conduziam seus empregados aos locais de votação. Os votos eram dados oralmente e em público, de sorte que os coronéis pudessem estar seguros de que seus homens procediam da maneira como haviam sido instruídos. Favores posteriores — como bebida alcoólica, comida, uma festa ou

¹¹ Leal, 1977:41.

¹² Segundo Love (1971:120).

dinheiro — eram distribuídos aos eleitores leais. Em eleições mais acirradas, os coronéis recorriam à fraude, simplesmente preenchendo as listas com votos fictícios. Esses votos ilícitos eram caracterizados como *do bico de pena*.¹³

A Constituição de 1891 concedeu aos estados o direito de estabelecer e impor regras eleitorais. Funcionários estaduais seguiam os procedimentos eleitorais que beneficiavam o grupo no poder e ignoravam aqueles que ajudavam a oposição. Geralmente não eram sutis em seus métodos. Conspiravam com líderes do Congresso para desqualificar políticos da oposição que conseguiram ser eleitos, um procedimento tão comum que possuía sua própria designação: *degola*. No caso das eleições locais, era possível um coronel da oposição verificar que a polícia estadual fornecera a seu rival armas, munição e licença para usá-las com o propósito de intimidar a oposição. O grupo no poder, a *situação*, aparentemente tinha a faca e o queijo na mão.

Como a maioria dos votos se concentrasse nas áreas rurais dominadas pelos coronéis e a população rural fosse bem superior à urbana, os moradores das cidades raramente se davam ao trabalho de votar. Seus votos contavam pouco, inclusive nas eleições locais. Chefes e cabos eleitorais nos bairros conseguiam reunir um número suficiente de eleitores para ganhar uma eleição atrás da outra. Seus clientes geralmente eram pessoas pobres de populosos distritos urbanos ou de miseráveis áreas suburbanas. No Rio, no final da década de 1920, quando a cidade tinha aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, eram necessários apenas 17 mil votos para ser eleito senador, 1 mil a 3 mil para ser eleito congressista e um pouco mais de 600 para obter uma vaga na câmara municipal. Esse modelo vigorava na maior parte das principais cidades. As eleições urbanas geralmente eram mais pacíficas, porém não muito mais democráticas do que as rurais.¹⁴

Chegar ao poder depois de 1930

A Revolução de 1930 modificou e embaralhou os meios de chegar ao poder durante mais ou menos 15 anos.¹⁵ Em primeiro lugar, a participação no golpe — as chamadas credenciais revolucionárias — tornou-se uma qualificação primordial para ter acesso à elite política. Em segundo lugar, o líder da revolução, Getúlio Vargas, logo desmontou a política dos governadores e enfraqueceu o coronelismo. Depois disso, conhecer Getúlio ou seus nomeados nos estados e ministérios passou a ser um pré-requisito vital para as nomeações no Executivo. Em terceiro lugar, representando tal-

¹³ Leal, 1977:12, 124.

¹⁴ Conniff, 1981:65-69.

¹⁵ Soares, 1973, cap. 2.

vez, a longo prazo, o fator mais importante, houve, em 1932, a promulgação de um novo código eleitoral, a ser analisado mais detalhadamente a seguir. Em verdade, realizaram-se poucas eleições durante a primeira administração de Getúlio (1930-45), mas as expectativas por procedimentos democráticos cresceram por causa do novo sistema legal e da retórica do governo. Por fim, essas aspirações democráticas levaram, em 1945, à deposição de Getúlio.

Houve uma alteração mais específica do recrutamento da elite, porque o recurso à guerra civil, em 1930, trouxe muitos oficiais do Exército diretamente para a arena política, revertendo a tendência presente desde 1894 de profissionalizá-los e afastá-los da política. Os tenentes foram os oficiais do Exército mais famosos a emergir com poder da revolução, mas inúmeros outros foram igualmente seduzidos pela ambição. Depois de se fiar por algum tempo nos tenentes, Getúlio passou a basear seu regime sobre o Exército regular, especialmente no ministro da Guerra. A partir de então, mais ou menos uma dúzia dos generais de primeira linha normalmente fizeram parte da elite política do Brasil.¹⁶

O desaparecimento da política dos governadores e o enfraquecimento do coronelismo ocorreram durante os primeiros 15 anos da presidência de Getúlio. Empregando todos os meios, desde a superioridade militar até a manipulação pessoal, Getúlio passou a controlar os governadores dos estados mais importantes — São Paulo, em 1932; Minas, em 1933; e Rio Grande do Sul, em 1937. Isso significava que a condição de governador nesses estados não mais levava diretamente à presidência; igualmente significava que o acesso à elite política se dava mais facilmente pela via da burocracia federal do que pela via das máquinas partidárias estaduais. A extinção definitiva da política de governadores foi sinalizada em novembro de 1937, quando Getúlio promulgou a Constituição do Estado Novo e queimou publicamente as bandeiras estaduais, simbolizando a primazia do governo federal sobre os direitos dos estados.

O colapso da política dos governadores, na década de 1930, deixou os coronéis no limbo, mas Getúlio logo os recolheu sob suas asas paternalistas. Nos estados mais importantes, muitos se tornaram clientes dos seus governadores subservientes. Mas as novas disposições não mais incluíam o recurso à violência, porque Getúlio preferia concentrar o poder de fogo nas mãos do Exército regular. O federalismo armado da Velha República desapareceu à medida que o Exército federal dominou as elites estaduais. O novo coronelismo enfatizava o patronato (federal e estadual) em troca da lealdade à elite política. Depois de 1946, a maioria dos coronéis ingressou no Partido Social Democrático (PSD) de Getúlio e entregou seus votos a ele e a seus candidatos. Dessa forma, o coronelismo subsistiu em algumas áreas até a década de 1950.¹⁷

¹⁶ Figueiredo, 1979.

¹⁷ Skidmore, 1967.

A longo prazo, a reforma eleitoral de 1932 foi altamente desestruturante para o recrutamento da elite, pois estabeleceu rigorosos procedimentos democráticos para a seleção de funcionários em todos os níveis governamentais. O impulso principal para a reforma era a crença dos revolucionários de 1930 de que a fraude amplamente difundida impedira o desenvolvimento nacional. Eles prometeram tornar as eleições mais honestas. Joaquim Francisco de Assis Brasil, um partidário da revolução, redigira uma veemente denúncia da fraude durante a República Velha e sugeriu métodos para corrigir essa situação.¹⁸ Seu afilhado político, Maurício Cardoso, tornou-se ministro da Justiça e promulgou um código eleitoral que significou uma revisão completa do sistema. O voto passou a ser secreto e sujeito à fiscalização federal. Confeccionaram-se novas listas de eleitores, manteve-se o requisito da alfabetização, mas a idade mínima foi reduzida para 18 anos. Pela primeira vez, as mulheres receberam o direito de votar. Tribunais eleitorais em todos os níveis eram responsáveis pelo registro dos eleitores, supervisão das eleições, tabulação e anúncio dos resultados eleitorais. Entre 1933 e 1935, realizou-se uma série de eleições em todo o país, as primeiras razoavelmente democráticas acontecidas no Brasil. (O código apresentava defeitos que foram corrigidos em 1935 e na Lei Agamenon, de 1945.) Mas o impacto do código eleitoral foi pequeno na década de 1930, porque Getúlio evitava as eleições como método de recrutar a elite política. Em todo caso, o precedente e o ideal haviam sido estabelecidos.¹⁹

Após a derrubada de Getúlio, em 1945, a vida política no Brasil floresceu, e as eleições se tornaram o principal meio de acesso à elite política. Thomas E. Skidmore denominou o período de 1945 a 1964 de um “experimento em democracia”. As eleições locais, estaduais e federais eram freqüentes. Partidos e coalizões proliferaram durante esse período, e o número de eleitores registrados subiu de 7,4 milhões para 19,4 milhões (ver tabela). A elite política permaneceu próxima ao centro moderado do espectro ideológico: excetuado o período de 1945-48, negou-se *status* legal aos comunistas, e tampouco surgiu algum partido fascista. A elite política ainda protegia os ricos e os grandes proprietários, não tolerando ameaças à ordem estabelecida. Da perspectiva da década de 1980, verificamos que a era liberal de 1945 a 1964 marcou o ponto alto dos procedimentos democráticos para a seleção de funcionários públicos.

Durante a era liberal, também houve experiências que visaram tornar as eleições mais representativas e honestas. O código de 1932 permaneceu como estrutura, mas se corrigiram suas diversas deficiências e se desenvolveram novas técnicas para promover a formação de partidos. Depois de 1945, aboliu-se o chamado registro de eleitores *ex officio*. Instituído para facilitar o registro que se seguiu a um expurgo das listas antigas, tal procedimento permitira que agências governamentais e empregadores sub-

¹⁸ Assis Brasil, 1983.

¹⁹ Soares, 1973, cap. 3.

metessem listas de empregados para registro coletivo, sem verificação de qualificações. Isso dera origem a muito abuso e foi abolido no final da década de 1940.

Participação eleitoral no Brasil, 1902-86*

Ano	População total**	Eleitorado**	Participação**	Participação em %	Taxa de crescimento participação
1902	18		0,6	3	
1906	21		0,3	1	
1910	23		0,6	3	
1914	26		0,6	2	
1918	29		0,4	1	
1922	32		0,8	2	
1926	33		0,7	2	
1930	36		2	5	
1934	38		2	6	
1945	46	7	6	13	
1950	52	11	8	16	6,4% ano
1955	60	15	9	15	
1960	71	16	13	18	
1966	83	22	17	21	
1970	91	26	22	25	6,6% ano
1974	104	36	29	28	
1978	116	46	38	33	
1982	125	59	48	40	
1984	132		55	42	
1986	140		69	49	

Fontes: Dados intercensuais sobre a população antes de 1934 e depois de 1978 foram extrapolados; os demais são de Pereira, Caropreso e Ruy (1984:66), assim como são os dados sobre o eleitorado. Dados sobre a participação são de Love (1970:9), Kinzo (1980:223) e recentes reportagens da imprensa.

Obs.: Percentagens, calculadas antes do arredondamento, talvez não confirmem. Indica-se a participação na eleição legislativa mais alta. Estão incluídos votos nulos e brancos.

* Eleições legislativas e executivas, exceto presidenciais.

** Em milhões.

No final da década de 1950, substituíram-se as chapas, cédulas impressas por particulares, por cédulas oficiais. Desde o início do século, os políticos distribuía listas com os nomes dos candidatos impressos para serem entregues como votos. Dessa maneira, o eleitor não precisava memorizar os nomes dos candidatos e cargos. A composição de listas levou a negociações pré-eleitorais extremamente complicadas. Nos estados em que a elite estava arregimentada em um partido disciplinado (como os partidos republicanos no Rio Grande do Sul e Minas Gerais), o comitê executivo simplesmente compunha uma lista oficial baseada em apadrinhamento, idade e lealdade à máquina. Eleições locais eventualmente se tornavam acirradas, mas a cédula oficial geralmente prevalecia.

Em áreas urbanas, uma formação fluida de coalizões precedia as eleições. Políticos concordavam em imprimir os nomes uns dos outros em suas cédulas, trocando um número mais ou menos igual de votos. Um político podia imprimir várias listas com os nomes de diferentes candidatos para representar vários acordos. Aconteciam acordos e traições de última hora. Um dos maiores jornais do Rio comentou, em 1926: "A política no Distrito Federal certamente é a mais difícil do país. Infinitamente fragmentada, sem um líder com apoio suficiente para ser eleito por seus próprios méritos, a política local vive de acordos, contrabalanços e combinações instáveis que, como bolhas, aparecem e desaparecem com facilidade".²⁰

Na década de 1950, acordos individuais se tinham tornado acordos partidários, e era praticamente impossível acompanhar as complexidades. Profissionais dos partidos eram os agentes desses acordos, tentando colocar suas cédulas nas mãos dos eleitores momentos antes de estes entrarem na cabine de votação. Entre 1955 e 1960, as autoridades eleitorais substituíram as cédulas particulares por cédulas oficiais, terminando com a confusão, mas não com a política de coalizão.

No início da década de 1960, o Brasil tinha um sistema razoavelmente eficiente e representativo para escolher a elite política. Suas principais deficiências eram a persistente manipulação de eleitores rurais por proprietários de terra e a exclusão de milhões de analfabetos.

Manter o poder

A obtenção de um alto cargo e, por conseguinte, o ingresso na elite política não significavam que o trabalho de um político estivesse concluído. Permanecer no cargo e ganhar a reeleição tornaram-se importantes tarefas contínuas. As ameaças à continuidade eram tripliques: um candidato da oposição podia derrotar, nas urnas, aquele que estava no poder; o partido deste podia ser derrotado por um partido rival e provocar uma substituição em grande escala; ou um movimento ou revolução generalizada podia eliminar, de uma só vez, todos os ocupantes de cargos. As defesas contra essas ameaças eram necessariamente diferentes.

A derrota individual em uma eleição era a preocupação mais imediata dos que estavam no poder, requerendo, por isso, a maior variedade de proteções. Nos estados em que a organização política estava bastante avançada, a solidariedade grupal na forma de um partido representava provavelmente a defesa mais segura. Enquanto se ativesse às regras e obedecesse aos chefes do partido, um político podia estar seguro de um lugar na cédula oficial e, portanto, da reeleição. Além disso, os políticos mantinham organizações de campanha latentes prontas para a mobilização, nomeando seus

²⁰ Conniff, 1981:68.

assessores e trabalhadores para cargos públicos. A burocracia, em grandes agências e jurisdições, podia transformar-se num partido virtual, caso o político peneirasse os nomeados cuidadosamente durante um longo período de tempo. Os funcionários públicos geralmente votavam naqueles que estavam no poder, em vez de correr o risco de uma exoneração em massa por parte de um político recém-chegado ao poder. Os políticos reforçavam essa tendência através da concessão de favores especiais aos seus empregados, como benefícios de seguridade social, férias, seguro contra invalidez e jornadas de trabalho mais curtas. Assim, era possível fazer muita coisa para diminuir o risco de perder o cargo para um desafiante.

Redes especiais de amigos em altos postos igualmente proporcionavam segurança e vantagens aos políticos. Anthony Leeds descreveu uma espécie de rede de velhos companheiros chamada de *panelinha*.²¹ Tratava-se geralmente de um punhado de homens que haviam estudado na mesma escola ou eram originários da mesma cidade e mantinham contato entre si ao longo de suas carreiras. Eles se consideravam reciprocamente *homens de confiança*, amigos discretos nos quais sempre era possível confiar. A típica *panelinha* era composta por um político, um financista, um corretor de imóveis, um jornalista e um empresário, estando cada qual em condições de prestar favores aos outros. Eles podiam criar sociedades, ou livrar um ao outro de situações difíceis. O político podia contar com seus amigos para financiar sua campanha e recrutar apoio externo. A *panelinha*, por seu turno, podia recorrer ao político para que ajudasse na redação de leis, ou usasse sua influência para a obtenção de contratos especiais ou outros favores. O político que representava um determinado grupo era conhecido como *testa-de-ferro*. Essas redes, embora difíceis de discernir, eram bastante comuns entre os profissionais e permaneciam intactas durante décadas. A *panelinha* era obviamente um modo de a elite política e outras elites interagirem.

Também a educação universitária criava grupos que agiam na política. Desde 1831, uma sociedade secreta de estudantes e graduados em direito de São Paulo, chamada A Bucha, formava uma grande rede de políticos e profissionais. Altamente influente em momentos críticos, A Bucha também serviu posteriormente de modelo para grupos em outros estados. Os graduados de academias militares igualmente se identificavam com sua turma e a usavam para favores políticos e profissionais.²²

Por se preferir uma abordagem *interna*²³ da ação política, o *lobby* no Brasil não se assemelhava ao modelo pluralista que encontramos em muitas democracias ociden-

²¹ Leeds (1965:379-404); McDonough (1981:22-23). [O autor usa o termo *panelinha* em português, no texto original. (N. do T.)]

²² Dulles, 1986:5-14, *passim*.

²³ *An insider's approach*, no original. (N. do T.)

tais. A política não era um fórum aberto para o choque de interesses em competição, onde líderes ponderavam os lados e tomavam decisões baseadas nos méritos de cada caso. Em vez disso, contatos pessoais e amizades, compromissos e laços familiares determinavam a posição de um líder. Grupos de interesse competitivos e autônomos agindo agressivamente no processo de tomada de decisão não prosperariam nesse ambiente. De fato, o cientista político Philippe Schmitter, que esperara encontrar tais associações no Brasil da década de 1960, provou que elas não floresceram. Sua descoberta fez com que muitos estudiosos repensassem suas noções de cultura política no Brasil e criassem a hipótese de uma abordagem corporativa e fechada da tomada de decisão.²⁴

O político típico, seja da República Velha ou da era liberal, cultivava um estilo suave e evitava a controvérsia. Ele era, nas palavras de Sérgio Buarque, o *homem cordial*, o homem afável que se dava com todos e aparava quaisquer arestas. Quando obrigado, ele era capaz de tomar uma posição e ser eloqüente na defesa de uma idéia, mas evitava instintivamente ações que pudessem ofender ou indispor seguidores. Frequentemente se usava o termo *conciliação* para descrever o objetivo do político brasileiro eficiente.²⁵ Usando meios não-ortodoxos (os famosos *jeitos*), ele reconciliava opostos e resolvia contradições. Posava de individualista e estadista, embora geralmente fosse devedor de seus amigos e estivesse sujeito à autoridade do partido. O político brasileiro tradicional criava relações pessoais com seus apoiadores, lembrando nomes, citando laços familiares, providenciando serviços profissionais gratuitos (especialmente advogados e médicos) e simulando um interesse genuíno pelos problemas de seus eleitores. Deveras, a ilusão de relações pessoais com inúmeros eleitores é chamada de *personalismo* tanto no Brasil quanto na América espanhola.

Duas defesas típicas contra a derrota individual ou partidária nas eleições sempre foram a fraude e a manipulação das regras. As variedades de fraude são praticamente infinitas e se assemelham àquelas de outras democracias. (Observe-se, por exemplo, a engenhosa infiltração de uma firma de computação de votos, em 1982, por agentes federais que desejavam fraudar a eleição contra Leonel Brizola.) A manipulação de regras eleitorais por aqueles que estão no poder também se encontra em outros lugares, mas aparentemente se tornou uma especialidade de políticos brasileiros do século XX. Tais táticas provavelmente inibiram a circulação de pessoas para dentro e para fora da elite política.

O desafio final aos que estão no poder é um golpe de Estado nacional que expurga os políticos que estão no exercício de seus mandatos. No século XX, ocorreram dois desses

²⁴ Schmitter, 1971:366 e conclusão.

²⁵ Rodrigues, 1965. Ver a explicação de Sérgio Buarque de Holanda relativa ao "cordial" estilo brasileiro (Buarque de Holanda, 1948:203-224).

golpes, as chamadas revoluções de 1930 e 1964 (lideradas, respectivamente, por Getúlio Vargas e pelo general Humberto Castello Branco). Em ambos os casos, os vencedores removeram um grande número de políticos de seus cargos e reconstituíram a elite política. Em 1930, a maioria dos paulistas e muitos mineiros se viram barrados de cargos federais e inclusive estaduais. Os gaúchos próximos a Vargas compuseram uma nova elite.²⁶ Em 1964, os militares afastaram altos mandatários do governo anterior, principalmente aqueles com tendências esquerdistas. Os generais mais graduados do Exército passaram a constituir o cerne da renovada elite política. Essas alterações coletivas não foram revolucionárias no sentido socioeconômico, mas acarretaram profundas mudanças no recrutamento, na estrutura, na filosofia e nas interações da elite política e de outras.

A prevenção é praticamente a única defesa contra um golpe de Estado. Em geral, os líderes de tais movimentos só têm êxito se explorarem as divisões existentes no interior da elite política, como aconteceu em 1930 e 1964. Para evitar essas divisões e, com isso, impedir guerras civis e golpes, a cultura política brasileira apresenta, embutidos em si mesma, procedimentos de acomodação. Em *Conciliação e reforma*, José Honório Rodrigues argumenta que a elite sempre procura cooptar os oponentes ou prevenir movimentos hostis, em vez de enfrentar uma exoneração em massa. Em toda a sua história, a elite brasileira foi visceralmente conservadora (isto é, avessa a mudanças sérias), mas se mostrou disposta a fazer reformas para impedir rupturas mais radicais. Isso significa que a elite brasileira geralmente empreende inovações muito tempo depois de terem sido adotadas em outros lugares. Rodrigues afirma que isso atrasa o Brasil mais ou menos 50 anos, mas também produz uma elite política altamente estável. Efetivamente, as duas “revoluções” brasileiras foram moderadas se as compararmos com outras experiências latino-americanas do século XX.²⁷

Durante o século XX, os que se encontravam no topo do sistema político decidiram duas vezes suspender as eleições ou impor drásticas restrições, a fim de controlar o acesso à elite política. A primeira vez foi durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945. Getúlio Vargas, que patrocinara um avançado código eleitoral e uma constituição democrática, decidiu substituir ambos por uma ditadura. A segunda vez foi depois que o alto-comando do Exército assumiu o poder em 1964 e constatou que não tinha condições de controlar as eleições. Ele então restringiu o acesso ao cargo político. Esses dois períodos, equivalentes a quase três décadas, não foram meramente afastamentos temporários da circulação democrática. Eles fazem parte daquilo que alguns teóricos chamam de tradição autoritária do Brasil.²⁸

²⁶ Cortes, 1974.

²⁷ Rodrigues, 1965.

²⁸ Ver, por exemplo, Chalmers (1972:51-76).

Conforme alguns autores, o peso do passado favorece um sistema de governo em que uma elite privilegiada controla os cargos públicos e zelosamente protege suas regalias.²⁹ Os advogados dessa abordagem autoritária negam a legitimidade das eleições e advertem contra os perigos da concorrência política. Idéias radicais, ambições desenfreadas, demagogia e instabilidade, tudo isto acompanha a política aberta. Segundo essa visão, a forma apropriada de governar consiste em os que estão no poder recrutarem seus próprios colegas e providenciarem um regime ordeiro e estável. Se esses líderes são sábios e sensíveis aos desejos públicos, o regime será mais representativo do que qualquer regime eleito. Um argumento forte para esse caso é o fato de que instituições importantes — a Igreja, o Exército, a burocracia e as associações profissionais — emprestarão seu apoio a um regime autocrático, em troca da garantia de privilégios institucionais. Em suma, a tradição de uma elite autoritária no Brasil é poderosa e se opõe à tendência democratizante iniciada em 1891. Aqueles que estão no poder são tentados a invocá-la, uma tática conhecida como continuísmo.

Por estranho que pareça, o regime militar recentemente concluído evitava o continuísmo individual — nenhum general permaneceu na presidência mais tempo do que o estabelecido —, mas era adepto incondicional do continuísmo institucional. O alto-comando do Exército controlava as nomeações e as eleições. Os generais faziam de tudo, inclusive coisas ridículas, no sentido de manipular as regras eleitorais. David V. Fleischer chama isso de “engenharia eleitoral”. Legendas, sublegendas, voto distrital, biônicos, cassação e chapa única fizeram seu *début*, muitas vezes promulgados como decretos e chamados de pacotes. Os generais também manipulavam a legislação relativa aos partidos, para manter o controle sobre a elite política. A manipulação governamental alternava entre o espalhafato e a farsa.

O eleitorado, tendo pouco controle sobre as regras do jogo político, recorreu a uma nova tática: o voto de protesto. Como o voto fosse obrigatório desde 1932 e a desobediência implicasse algumas sanções, a abstenção não representava uma opção viável. Em vez disso, milhões de eleitores depositavam nas urnas cédulas em branco ou alteradas. Esses votos em branco e nulos representavam uma acusação às táticas do governo e ajudaram a minar sua legitimidade. Parcialmente em resposta, os militares começaram a permitir opções mais sérias nas cédulas. A partir de então, o número de votos brancos e nulos diminuiu e praticamente desapareceu nos meados da década de 1980.³⁰

As razões para esses procedimentos bizarros do governo e para a reação dos cidadãos estão na natureza da coalizão militar-tecnocrata que governou o país durante 21 anos e em sua relação com a elite política civil. Os generais tomaram o poder em 1964 em parte por imposição da própria elite política. João Goulart lançara um desafio ine-

²⁹ Faoro, 1975.

³⁰ Pereira, Caropreso e Ruy (1984); Soares (1982); Lamounier (1980).

quívoco à classe política: jurar lealdade a ele e a seus consultores, ou perder o poder. A elite política (sem Goulart e sua gente) preferiu o golpe militar às ameaças de Goulart. A elite política esperava (e Castello Branco pretendia) que os militares permanecessem no poder apenas o tempo suficiente para remover a ameaça radical representada por Goulart e seus apoiadores. Depois disso, os militares voltariam para a caserna. A elite política se desapontou profundamente quando, no decurso de 1965 e 1966, oficiais radicais do Exército subverteram os planos de Castello e estabeleceram sua própria marca de continuísmo: os generais de patente mais alta escolheriam alguém do grupo para presidente e nomeariam civis para o ministério, os governos estaduais e as agências federais. A elite política obviamente perdera o controle sobre seu próprio destino.

Durante os anos militares, a elite política continuou a existir, ocupando muitas posições no governo, mas ela mudou de composição e não mais controlava o acesso, as relações interelites ou inclusive o grau de poder exercido. De certa forma, a elite sobrevivia das migalhas que caíam da mesa dos militares. Seu objetivo durante as três primeiras presidências militares (Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici) foi sobreviver, se possível com um mínimo de dignidade.

Começando com o general Ernesto Geisel, em 1974, os presidentes militares seguiram uma linha conhecida como distensão e, mais tarde, como abertura, visando a um retorno gradual dos civis ao poder. Então, a elite política procurou ampliar o controle sobre suas próprias fileiras, incluindo mais recrutamento através de eleições, nomeações para o Executivo de acordo com o patronato partidário, limites mais amplos para o discurso ideológico, liberdade da camisa-de-força do bipartidarismo e menos interferência na política por parte dos oficiais militares e seus aliados tecnocratas. Os anos 1974-85 viram a elite civil recuperar gradualmente esses direitos, à medida que os militares se retiravam do poder.

Portanto, fazendo uma retrospectiva das últimas nove décadas, podemos generalizar que a elite política foi bastante exitosa em se manter no poder. Durante a República Velha, os chefes nos principais estados e no Rio administraram o sistema com raros desafios e recursos à força. Vargas revirou o sistema e reconstituiu a elite política, baseando-se em alguns elementos existentes, mas introduzindo também muitos atores novos. Durante as duas décadas do experimento democrático, a elite política controlou os negócios públicos quase sem interrupção. O golpe de 1964 sacudiu o controle da elite quase tanto quanto a revolução de Vargas, mas, por fim, uma elite reconso-lidada recuperou a hegemonia.

Um último aspecto da elite política requer discussão, antes de prosseguirmos. Iniciando na década de 1930 e se estendendo até a década de 1960, alguns políticos desenvolveram os chamados movimentos populistas. Alguns dos mais conhecidos foram Ademar de Barros, Carlos Lacerda, o próprio Getúlio na década de 1950, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Miguel Arraes e João Goulart. Esses líderes abandonaram as regras tradicionais do jogo e escreveram suas próprias regras. Os populistas desfruta-

vam de grande sucesso nas urnas e, por isso, não necessitavam do endosso dos chefes e intermediários habituais. O populismo era uma forma de avançar na política sem seguir os caminhos usuais. A elite mantinha seus regulamentos internos, mas suspendia as regras para acomodar os populistas.³¹

Os populistas geralmente não representavam uma ameaça para a ordem estabelecida; eles simplesmente arrebanhavam novos eleitores prometendo reformas e ampla representação. Eles prometiam democracia e uma vida melhor para todos. Pessoas com tendências autoritárias, porém, não simpatizavam com os populistas por várias razões. Em primeiro lugar, eles desestabilizavam o sistema, trazendo para dentro deste muitos eleitores da classe baixa e ignorando as regras do jogo. Em segundo lugar, eles freqüentemente criavam problemas nas relações exteriores, enfatizando o bem-estar nacional em contraste com os lucros dos investidores estrangeiros ou o cumprimento de obrigações internacionais. E, por último, os populistas eventualmente eram demagógicos e irresponsáveis em sua tentativa de conseguir novos eleitores.

Políticos de mentalidade autoritária afirmavam que os populistas ameaçavam a nação, sublevando as massas e perturbando o sistema. Em 1964, asseveravam que Goulart estava solapando a propriedade privada, o respeito pela lei e pela ordem e os valores tradicionais. Certamente desde o Estado Novo, pessoas autoritárias sempre se opuseram a populistas, no que se poderia chamar de contraponto populista-autoritário.³² É por isso provavelmente que o moderado Castello perdeu, em 1965, o controle dos generais da ala direita. Estes tinham como objetivo extirpar o próprio populismo da cultura política e não apenas eliminar um mau presidente. A elite política foi a perdedora, pois também ela foi marginalizada no processo.

Perder o poder

Até agora, discutimos as características da elite política brasileira do século XX e como ela chegou ao poder e o manteve. Já falamos de algumas maneiras mediante as quais os indivíduos são excluídos da elite: pela derrota eleitoral, pela queda de seu partido ou facção, ou por um golpe generalizado promovido por um grupo externo. Existiam, contudo, outras formas de perder o poder, e as abordaremos sucintamente.

A retirada voluntária constituía uma maneira bastante comum de perder o poder. O exemplo mais dramático foi a renúncia de Jânio Quadros à presidência, em agosto de 1961, depois de apenas sete meses no cargo. Seus motivos, nunca suficientemente explicados, parecem ter sido a frustração com a oposição no Congresso e uma esperança vã de que sua renúncia fosse recusada e lhe fossem concedidos poderes executi-

³¹ Conniff, 1981, Introduction.

³² Conniff (1981:135-138); Camargo (1979).

vos mais amplos. Políticos também se retiravam da cena devido à idade avançada, embora esta alternativa tenha sido menos comum do que poderíamos imaginar. A idade média dos políticos em geral e a de quando de sua aposentadoria parecem ser extraordinariamente altas.³³ O poder tem um forte apelo para os membros da elite política, tentando-os a permanecer indefinidamente.

O assassinato era outra maneira de tirar políticos de cena, embora se tenha tornado menos frequente a partir da década de 1930. Durante a República Velha, conflitos e guerras civis entre coronéis deixaram centenas, talvez milhares, de mortos. O assassinato do candidato a vice-presidente João Pessoa, em 1930, ajudou a desencadear a revolução mais tarde naquele ano. Outra tentativa famosa de homicídio, perpetrada contra Carlos Lacerda, em 1954, ajudou a precipitar a agitação militar contra Vargas. Mas, em geral, tais táticas extremas desapareceram por volta da década de 1950.

No final da década de 1960, o governo militar começou a recorrer à tortura e, por fim, ao assassinato para reprimir a guerrilha e as atividades terroristas. Ele não era indiscriminado nessas medidas repressivas, se o compararmos com os governos da Argentina e do Chile, por exemplo; no entanto, assassinou várias centenas de pessoas, muitas delas inocentes de qualquer crime.³⁴ A elite política brasileira praticamente não foi afetada por isso, pois as vítimas pertenciam a facções políticas que raramente haviam ganho eleições ou recebido nomeações para cargos públicos. Todavia, o terrorismo governamental lançou uma sombra sobre a maior parte das atividades políticas e certamente teve um efeito inibitório sobre o discurso.

Dois métodos definitivos de perda do poder político raramente foram vistos no Brasil: *impeachment* e suicídio. Pouco se tenta o *impeachment*, porque os setores do Executivo são mais fortes do que seus congêneres do Legislativo. Pelo que sabemos, o suicídio aconteceu tão-somente uma vez no cenário nacional: quando Getúlio Vargas se matou com um tiro, durante a crise militar de 1954. Os políticos brasileiros aparentemente têm o ego tão fortemente comprometido com suas carreiras que não conseguem contemplar a autodestruição. As mesmas defesas psíquicas que repelem a depressão depois da perda de eleições, da queda do poder e de derrotas pessoais também protegem contra impulsos suicidas. Os membros da elite política não parecem ter dúvidas quanto à legitimidade de sua liderança.

À guisa de resumo

Começando na década de 1890, as características da elite política brasileira mudaram bastante, assim como os métodos de acesso e permanência em altos cargos

³³ Fleischer, 1979:28.

³⁴ Archdiocese of São Paulo, 1986.

públicos. A elite política regionalizada do início do século XX passou a ser nacional. Os procedimentos democráticos gradualmente suplantaram os procedimentos baseados no apadrinhamento e na ameaça de violência. A elite política é agora parcialmente recrutada dos estratos socioeconômicos intermediários (em contraste com a prática vigente na virada do século XX) e não mais representa apenas os interesses de outras elites. As elites empresariais, intelectuais, culturais, religiosas e militares precisam barganhar com suas contrapartes políticas para proteger seus direitos e jurisdições. Com exceção do Estado Novo e da era militar — tempos de governo francamente autoritário, reminescente do Brasil colonial e do século XIX —, houve um progresso constante na expansão do eleitorado e no aperfeiçoamento dos métodos de votação. Deveras, em 1985, o governo civil recém-instalado estendeu o direito de voto aos analfabetos, o último grande grupo excluído deste direito. A fraude e a manipulação das regras eleitorais diminuíram, excetuando-se novamente o período militar.

No fim dos anos 1980, a elite política parece estar readquirindo a autoridade e a autoconfiança, recuperando-se de duas décadas de governo militar. Ela parece estar adotando as promessas liberais da década de 1890 e as práticas democráticas da década de 1950. Por ora, permanece aberta a questão se a liderança populista retornará ou não. Os militares certamente emitiram uma dura condenação de tais políticas. Mas as eleições de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro e de Jânio Quadros como prefeito de São Paulo sugerem que o populismo ainda constitui um caminho viável. Isso, por sua vez, evoca a possibilidade de uma reação autoritária, como as de 1937 e 1964. A elite política preferiria os populistas aos autocratas? A elite estaria em condições de controlar o debate e a divisão interna envolvendo outras questões importantes, como a dívida nacional, o investimento externo, a reforma agrária, a privatização de estatais, o alinhamento internacional ou a inflação? Considerando os problemas que o Brasil enfrentou na década de 1980 (herança, diriam amargamente alguns, da má administração dos militares), a elite política será mais desafiada do que em qualquer outro período do século XX. Só o tempo dirá se as velhas fórmulas vão funcionar ou se é possível elaborar novas fórmulas.

Referências bibliográficas

ARCHDIOCESE OF SÃO PAULO. *Torture in Brazil*. Compilação Jaime Wright. Tradução Joan Dassin. New York: Random House, 1986.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1983.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (Dir.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/Cpdoc/Finep, 1984-1986. 4 v.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. Authoritarianism and populism: bipolarity in the Brazilian political system. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *The structure of Brazilian development*. New Brunswick: Transaction, 1979. p. 99-125.

_____. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 12, 1984.

CHALMERS, Douglas A. Political groups and authority in Brazil: some continuities in a decade of confusion and change. In: ROETT, Riordan (Ed.). *Brazil in the sixties*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972. p. 51-76.

CONNIFF, Michael L. *Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1925-1945*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

_____. The national elite. In: _____; McCANN, Frank. *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.

CORTES, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

DULLES, John W. F. *The São Paulo Law School and the anti-Vargas resistance (1938-1945)*. Austin: University of Texas Press, 1986.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1975. 2 v.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (Org.). *Os militares e a revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FLEISCHER, David V. *Thirty years of legislative recruitment in Brazil*. Baltimore: Johns Hopkins University, Center of Brazilian Studies, 1976. (Paper Series, 5).

_____. *As bases socioeconômicas do recrutamento partidário, 1945-1965*. Trabalho apresentado no Simpósio Partidos Políticos no Brasil, Rio de Janeiro, 28-30 mar. 1979.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo: the municipality and representative government in Brazil*. Tradução June Henfrey. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LEEDS, Anthony. Brazilian careers and social structure: a case history and model. In: HEATH, Dwight B.; ADAMS, Richard N. (Eds.). *Contemporary cultures and societies of Latin America*. New York: Random House, 1965. p. 379-404.

LOVE, Joseph L. Political participation in Brazil, 1881-1969. *Luso-Brazilian Review*, v. 7, n. 2, p. 3-24, Dec. 1970.

_____. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

LOYOLA, Cleuler de Barros; BRASILEIRO, Ana Maria (Orgs.). *O prefeito brasileiro: características e percepções*. Rio de Janeiro: Ibam, 1975.

McDONOUGH, Peter. *Power and ideology in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

MERRICK, Thomas W.; GRAHAM, Douglas H. *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, 10: O Brasil republicano. 2. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1983. p. 557-596.

PEREIRA, Raimundo; CAROPRESO, Álvaro; RUY, José Carlos. *Eleições no Brasil pós-64*. São Paulo: Global, 1984.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SCHMITTER, Philippe C. *Interest, conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. New York: Oxford University Press, 1967.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. The Brazilian political system: new parties and old cleavages. *Luso-Brazilian Review*, v. 19, n. 1, p. 39-66, 1982.

Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico*

Flávio M. Heinz

O modelo das relações políticas entre Estado e atores sociais emergentes, adotado pelos novos detentores do poder unguídos pela Revolução de 1930, é aquele do corporativismo, e os princípios e a base do acordo social sob qual se funda marcarão por muito tempo a vida política e sindical do país. A organização profissional nos meios urbano e rural sofrerá diferentemente seus efeitos. Assim, comparada a um sindicalismo operário em vertiginoso desenvolvimento, a organização profissional no meio rural é pouco expressiva, e apenas lentamente penetra nesse meio refratário aos modelos sociais fundados na realidade das sociedades de classe contemporâneas.¹

É ainda em 1930, e apenas um mês após a ascensão de Vargas ao poder, que é criado o instrumento principal que permitirá ao Estado revolucionário, nos anos subseqüentes, a introdução de um sindicalismo de tipo corporativista: o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio (MTIC). Três meses mais tarde será promulgada a primeira das leis sobre a organização da representação

* Versão resumida de artigo publicado sob o título "Elites rurais: representação profissional e política no Brasil, 1930/1960" (Heinz, 2001). Este texto retoma, com modificações, considerações feitas nos capítulos 3 e 7 de minha tese de doutorado (Heinz, 1998b). Em relação aos tópicos aqui desenvolvidos, a abordagem prosopográfica do tema já foi objeto de dois artigos (Heinz, 1998a e 1999).

¹ Sobre o corporativismo na agricultura brasileira, ver sobretudo o trabalho de Stein (1991). Para o debate relativo à representação dos grandes proprietários fundiários, no âmbito dos trabalhos da Comissão Sindical da Agricultura Brasileira, e às modalidades de organização sindical da agricultura, ver sobretudo o capítulo 2, "A emergência de um modelo de organização corporativa para a agricultura", de Esteves (1991:41-75).

sindical.² O regime de sindicato único, cujas linhas gerais estavam presentes já na legislação de 1931, é reforçado pelas novas medidas de 1932 e pela Assembléia Constituinte de 1934. Esta última dará ainda um novo estímulo ao processo de sindicalização de patrões e assalariados pelo reconhecimento da representação *classista*, isto é, da representação de organizações “de classe” oficialmente reconhecidas, para a qual doravante se destinava um quinto das cadeiras na Câmara dos Deputados.³

Uma legislação sindical para o campo

A partir da consolidação política do regime instalado com o golpe de novembro de 1937, o governo decide criar, em 1941, uma comissão encarregada de pensar e sugerir soluções para o problema da organização sindical do meio rural. A comissão tinha à frente o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura,⁴ Arthur Torres Filho, e

² A Lei nº 19.970, de 19 de março de 1931, constitui com efeito um primeiro esforço no sentido da estruturação de sindicatos de profissionais urbanos e sua subordinação à tutela estatal. Primeiramente, a nova lei reconhecia o direito de patrões e empregados a, paralelamente, constituir sindicatos. Em seguida, ela previa que cada “profissão” — a utilização do termo é retomada e vulgarizada pelos novos ideólogos e legisladores de 1930 — só poderia contar com um sindicato por base local. Para fazê-lo, o reconhecimento oficial das organizações representativas das “categorias econômicas” (o patronato), por um lado, e das “categorias profissionais” (assalariados em geral), por outro, é vinculado à observância das normas estabelecidas pelo MTIC.

³ Sobre a representação classista e profissional na Constituinte de 1934, ver Barreto (2001).

⁴ Criada em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) é a primeira entidade criada no Brasil com ambições de representação nacional dos interesses agrários (há referências a uma *Société Brésilienne pour l'Animation de l'Agriculture et de l'élevage*, fundada em Paris já em 1895, pelo diplomata e futuro ministro da Agricultura J. F. de Assis Brasil). Entidades locais (como os Clubs da Lavoura, do período imperial) e regionais já haviam sido criadas na segunda metade do século XIX e há pelo menos um registro de organização representativa de interesses agrícolas ainda na primeira metade do século XIX: a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (1832). Uma idéia geral da difusão de entidades agrícolas na segunda metade do século XIX pode ser obtida em Ridings (1994) e Pang (1981). Sobre a entidade fundada em Paris, há poucas informações (ver Scherer, 1973). A SNA nos interessa aqui menos por sua ação específica no campo da representação patronal que por ser a responsável pela idealização e pela promoção da grande entidade do patronato rural que será criada em 1951, a Confederação Rural Brasileira (CRB). É certo que a SNA segue existindo após 1951, mas sua ação será eclipsada pela CRB a ponto de se transformar, ao longo dos anos, em uma entidade de cunho mais “cultural” e “social” que profissional. Com efeito, a SNA será responsável pela gradativa incorporação, entre os representantes das elites regionais, da necessidade de que a representação patronal agrícola se investisse do modelo do sindicalismo corporativista já amplamente disseminado nos setores urbanos. Sobre a SNA, ver Poliano (1942 — história laudatória, mas bem documentada, escrita pelo ex-secretário da entidade) e Gomes (1988).

contava entre seus membros com representantes do governo e de diferentes setores representativos da grande propriedade fundiária. Essa comissão, que se reunira pela primeira vez entre agosto e setembro de 1941, elaborou um projeto de lei cuja iniciativa cabia em grande parte ao representante do Ministério da Agricultura e que, apesar de não ter a aprovação unânime de seus membros, acabou sendo enviado ao governo como resultado de seus trabalhos.⁵

Paralelamente, a Sociedade Nacional de Agricultura submetera, no final de maio de 1943, seu próprio esboço de projeto de lei, que estaria na origem do Decreto-Lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945, preconizando a utilização das estruturas rurais já existentes — ou seja, as associações e sociedades voluntárias de fazendeiros — como base de um sistema provisório destinado a preparar o terreno para uma futura sindicalização do meio rural. A SNA afirmava que, embora dificilmente se pudesse realizar a sindicalização rural naquele momento, era não obstante necessário prepará-la. No entanto, esse decreto-lei acabara por suscitar críticas entre os proprietários — sobretudo relacionadas ao estatuto futuro das associações e sociedades rurais na época existentes⁶ —, e uma nova comissão será constituída com o objetivo de avaliar a necessidade de novas modificações na lei e de proceder à sua regulamentação.⁷ De seus trabalhos, realizados durante o mês de agosto de 1945, resulta um novo projeto de lei, apresentado ao

⁵ Poliano, 1951:8. Depois de ter sido analisado no Ministério do Trabalho, o projeto foi transformado no Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. O projeto em questão dizia respeito à sindicalização do patronato e dos trabalhadores agrícolas, prevendo uma representação sindical do meio rural brasileiro em muito semelhante ao que já existia nos centros urbanos, mas ele permanecerá sem efeito. De fato, é apenas em 1963 que uma lei especificamente direcionada à sindicalização dos trabalhadores agrícolas, o Estatuto do Trabalhador Rural, é efetivamente promulgada. A reação dos fazendeiros a essa lei não será estranha ao clima de extrema tensão política que reinará no país nos anos 1963 e 1964. É, portanto, possível imaginar que a não-aplicação — o boicote institucional, de certa forma — da lei de sindicalização de 1944 evitara uma reação semelhante, ainda que a conjuntura política da primeira metade dos anos 1940 fosse bem diferente daquela do início dos anos 1960.

⁶ Com efeito, muitos fazendeiros e dirigentes locais temem a perda de autonomia de suas entidades uma vez que passassem a alguma esfera de fiscalização do Estado, como o Ministério do Trabalho ou o Ministério da Agricultura.

⁷ A comissão chamada a discutir as modificações no Decreto-Lei nº 7.449 era composta por Arthur Torres Filho, seu presidente e representante da SNA; Íris Meinberg, presidente da União Agropecuária do Brasil Central; Oscar Daudt Filho, representante da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; Cândido Gomes de Freitas, representante da Sociedade Mineira de Agricultura; Antônio Arruda Câmara, representante do Ministério da Agricultura; e Luiz Marques Poliano, secretário da comissão.

governo e promulgado apenas algumas semanas mais tarde: trata-se do Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945. Ele retomava um ponto importante e criticado da lei anterior, a saber, a criação de um sistema vertical de representação, controlado do alto por uma poderosa confederação nacional, mas que terá muita dificuldade para se impor: passados apenas cinco dias de sua promulgação, Vargas é afastado do poder por uma manobra dos chefes militares; é o fim da ditadura do Estado Novo.

Em relação ao Projeto de Lei nº 7.038, de 1944, os dois decretos de 1945 apresentavam profundas modificações: os trabalhadores agrícolas eram excluídos do sistema de representação sindical — a lei que finalmente irá reger a “profissão agrícola” não inclui os assalariados — e a sindicalização do mundo rural deixará a tutela do Ministério do Trabalho para voltar àquela do Ministério da Agricultura. Como resultado desse processo de regulamentação profissional, o conjunto da agricultura brasileira vai se encontrar implicado na constituição de uma “exceção rural” no seio do aparelho sindical do país. Contrariamente ao que ocorria nas cidades, onde empresários e trabalhadores se relacionavam em dois sistemas paralelos de representação de interesses, tutelados por um Estado que buscava consolidar seu papel de protetor social e agente do desenvolvimento econômico, no espaço rural anunciava-se, então, uma forma híbrida de representação. Pressionados pela ameaça de extensão pura e simples das leis sindicais urbanas às áreas rurais e de seus possíveis efeitos em termos de mobilização social dos trabalhadores rurais, os fazendeiros delineiam um sistema de representação sindical a meio caminho entre o sindicato e a associação civil, com a notável ausência de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. A fórmula encontrada irá ignorar a idéia de uma representação “de classe”, defendendo uma hipotética unidade do corpo social rural. Por ela, os fazendeiros atribuem a suas “associações rurais” o papel “sindical” de interlocutor do Estado nas questões relacionadas à “profissão agrícola” e assumem esta nova função de maneira exclusiva, sem abdicar de seu poder tradicional sobre as áreas rurais, poder reforçado pela impossibilidade legal de constituição de sindicatos de trabalhadores rurais.

Dessa forma, o fim do primeiro período Vargas (1930-45) inviabilizará a aplicação do dispositivo legal criado sob seu governo. Se a Lei nº 8.127 — como aliás sucedeu à maior parte da legislação varguista — não foi anulada por um Poder Legislativo que retomava suas funções após oito anos de ausência forçada, ela suscita não obstante questões quanto à sua legitimidade. Se é verdade que as leis trabalhistas e os sindicatos operários se haviam tornado tão onipresentes no cenário nacional que quaisquer pretensões a modificá-los em profundidade dificilmente prosperariam, o mesmo não acontece com a recente legislação sobre o direito à associação no mundo rural. De fato, o debate que se instaura desde os primeiros dias da nova democracia vai rapidamente tornar atual uma antiga clivagem entre dois pólos opostos da representação dos interesses fundiários no país: de um lado, aquele que poderíamos chamar estatista, representado sobretudo pela Sociedade Nacional de Agricultura, e, de outro, aquele que

chamaríamos privatista, representado pela Sociedade Rural Brasileira.⁸ Assim, a SNA se empenhara desde cedo em dotar o espaço rural do país de uma estrutura ampla e uniforme, à imagem do que se produzira nos meios sociais e econômicos urbanos ao longo do período 1930-45,⁹ ao passo que a SRB buscava, com raras exceções, pôr um freio nessas iniciativas e manter distância da cultura sindical corporativista. A ação de representação dessas entidades revelava ainda outras clivagens, sobretudo a atualidade da questão regional. Sobre este ponto, voltaremos mais adiante.

A criação da CRB e a concorrência pela representação dos fazendeiros

A Confederação Rural que nasce em 1951 é em todos os aspectos tributária da SNA: herda vários de seus dirigentes, ocupa suas instalações no Rio de Janeiro e se faz conhecer através das páginas de seu órgão oficial, *A Lavoura*.¹⁰ No seu conjunto, a criação da CRB é resultado de uma tenaz continuidade política e a organização que então surge não difere em nada daquela que fora idealizada seis anos antes. Se a Confederação Rural

⁸ Fundada em 1919, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), embora se apresentasse como entidade defensora dos interesses do conjunto de proprietários rurais do Brasil, recrutava seus membros, sobretudo, no estado de São Paulo e pode ser considerada a principal entidade patronal agrícola do país até o final dos anos 1940; representando formalmente diferentes setores da economia agrícola, a SRB priorizava como atividade a defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas e dos estados vizinhos. Desde o início dos anos 1920, a Sociedade Rural estivera intervindo diretamente junto aos governos federal e estadual, exigindo políticas de sustentação do preço do café nos mercados internacionais. Também, a SRB estará na origem da criação do Instituto do Café do Estado de São Paulo, em 1925, e vários de seus membros serão chamados nos anos subseqüentes a assumir postos administrativos e políticos, sobretudo o cargo de secretário da Agricultura de São Paulo. Vários autores afirmariam que a fundação da SRB fora inspirada na Sociedad Rural Argentina. Ver Silva (1992).

⁹ Cabe lembrar que um perfil “oficial” ou governamental nunca fora estranho à trajetória da SNA. Desde sua fundação, uma das principais demandas da entidade fora a reestruturação do Ministério da Agricultura, extinto desde os primeiros anos (1892) do regime republicano e considerado pela entidade de vital importância para os destinos da agricultura brasileira. Os caminhos da entidade e do Ministério da Agricultura (reestruturado em 1907) se cruzariam repetidas vezes: além de vários membros que eram também altos funcionários, seriam ministros da Agricultura antes de 1930 três presidentes da entidade, Ildefonso Simões Lopes, Germiniano Lyra Castro e Miguel Calmon du Pin e Almeida.

¹⁰ Com efeito, *A Lavoura* permanece como principal publicação a estimular o modelo sindical corporativo brasileiro até a criação pela CRB, em 1955, da revista *Gleba*.

prevista no Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, não foi desde logo estruturada, é porque o próprio projeto de criação de uma confederação sindical reunindo os proprietários fundiários se mostrava indissociável da iniciativa estatal na área da representação sindical rural tal como vigorava no Estado Novo. É a queda de Vargas, menos de uma semana após a promulgação desse decreto-lei, que irá bloquear a situação.¹¹ A extensão ao campo de um modelo sindical de representação profissional sofrerá viva contestação de parte significativa das elites proprietárias regionais. As elites rurais de São Paulo, e sobretudo os setores representados na SRB, desconfiavam de uma redistribuição de poder entre elites regionais, elites urbanas e grupos sociais emergentes.

O impasse que vive então o processo de criação da Confederação Rural não parece originar-se em uma ação coordenada de representantes do patronato rural. Trata-se antes de uma reação relativamente espontânea de líderes políticos e representantes de associações agrícolas identificados com o setor liberal e refratários ao ingresso do espaço rural na era corporativista. Também, trata-se de uma reação acentuadamente marcada pelo regionalismo paulista. Essa composição de forças diz respeito, é claro, a políticos udenistas,¹² radicais opositores de uma sindicalização calcada no bem-sucedido modelo dos sindicatos urbanos do pós-1930, mas também a representantes de um PSD¹³ politicamente vinculado a Vargas. O PSD, contudo, parecia encarnar na época uma visão menos “ideológica” que aquela da UDN, no sentido de que ele parece preocupar-se mais com a manutenção do *status quo* fundiário que com perigos eventuais que a expansão do corporativismo sindical pudesse representar para as liberdades democráticas. Além disso, é preciso lembrar que o PSD recuperara uma parte considerável do *establishment* político da Primeira República (1889-1930), portanto, um contingente expressivo de “coronéis” e chefes políticos locais.¹⁴

Os opositores à fundação da CRB irão contestar o decreto-lei que a instaurara. Um grupo de deputados, em sua maioria composto por paulistas e mineiros, tendo à frente o paulista Altino Arantes, do Partido Republicano, apresentará o Projeto de Lei nº 928, de 9

¹¹ Mesmo que a Lei nº 8.127 tenha definido o quadro jurídico, permitindo a criação de numerosas associações locais e estaduais — será este o caso da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp), reconhecida em 1946 —, a estruturação de um órgão nacional encontrar-se-á inviabilizada pela conjuntura desfavorável.

¹² De UDN, União Democrática Nacional, grande associação partidária liberal conservadora e principal opositora da herança política varguista no pós-1945.

¹³ Partido Social Democrático, criado por Vargas em 1945.

¹⁴ Ressalve-se, porém, que os engajamentos de representantes políticos e sindicais — no que tange a questões nacionais — sofrem forte influência de seus compromissos locais ou regionais. De fato, estes, seguidamente, pesam mais em suas decisões que eventuais obrigações de tipo partidário ou sindical.

de janeiro de 1948, visando revogar o Decreto-Lei nº 8.127, de 1945.¹⁵ Segundo eles, este último visava tão-somente à submissão da classe de proprietários rurais ao arbítrio do governo e ia de encontro aos princípios constitucionais de liberdade de organização. Eles criticavam ainda o recolhimento de uma taxa sindical generalizada ao conjunto dos proprietários rurais — membros ou não das entidades oficiais — e denunciavam o prejuízo sofrido pela Sociedade Rural Brasileira e outras associações de proprietários fundiários no tocante ao seu reconhecimento como legítimos representantes do espaço rural.

Três anos depois, 13 federações¹⁶ — além da Sociedade Nacional da Agricultura — participariam, em 26 e 27 de setembro de 1951, no Rio de Janeiro, da fundação da Confederação Rural Brasileira. Por ocasião da primeira eleição¹⁷ objetivando formar a direção nacional da CRB, a discussão sobre a presidência da entidade uma vez mais evidenciava as dificuldades de implantação de um projeto associativo federativo que não levasse em conta o peso político e econômico das elites agrárias paulistas. O impasse na primeira eleição foi resultado dessa situação. Os dois candidatos eram o gaúcho Luiz Simões Lopes, vice-presidente da SNA e liderança nacional do patronato, cuja trajetória fora muito marcada pela evolução política do pós-1930 e por sua participação junto a apoiadores das mudanças operadas na sociedade brasileira do período, e o paulista Íris Meinberg, deputado federal pela UDN, presidente da Faresp e um dos articuladores das modificações

¹⁵ Trata-se dos deputados Aureliano Leite (UDN), Toledo Piza (UDN), Morais Andrade (UDN), Plínio Cavalcanti (PSD), Baptista Pereira (PSD) e Antônio Feliciano, de São Paulo; Felipe Balbi (PR), José Maria Lopes Cançado (UDN), Jacy de Figueiredo (PR), Faria Lobato (PR), de Minas Gerais; Dolor de Andrade (UDN), de Mato Grosso; e Hamilton Nogueira (UDN), do Distrito Federal. É útil sublinhar a presença, entre os deputados paulistas, de três oponentes históricos de Vargas, os “constitucionalistas” de 1932: Leite, Arantes e Andrade, além do deputado Toledo Piza, que será, três anos mais tarde, eleito para a presidência da Sociedade Rural Brasileira.

¹⁶ É o número total de federações estaduais existentes na época: Rio de Janeiro, Pará, Paraíba, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Goiás, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, Ceará.

¹⁷ A direção da CRB era composta por um presidente, três vice-presidentes, um primeiro e um segundo secretários, um primeiro e um segundo tesoureiros, e 10 diretores técnicos, escolhidos entre os membros das federações associadas (mais dois representantes da SNA) pela assembléia geral da entidade. A assembléia era, por sua vez, formada de dois representantes de cada federação (um dos quais seu presidente), mais um representante de cada grupo de 30 associações municipais afiliadas em cada estado. Além da direção, a assembléia geral elegia os 30 membros do Conselho Superior da CRB (anualmente renovado em um terço). Os dirigentes das federações eram, por sua vez, escolhidos pelos presidentes das associações municipais entre seus membros. Os dirigentes das associações municipais eram escolhidos pelo conjunto dos membros, a lei facultando a proprietários e arrendatários a participação nas associações rurais.

efetuadas na lei de sindicalização de 1944 e das tentativas de reforma da Lei nº 8.127, de 1945. De fato, a eleição do primeiro presidente da Confederação Rural Brasileira acabaria resolvida, numa solução de compromisso, pela indicação de um terceiro candidato.¹⁸

Os esforços que a Confederação e suas associações realizam, durante os anos 1950-60, para impor-se como instâncias legítimas de representação dos interesses da agricultura, sofrem, reiteradas vezes, uma oposição firme da parte da Sociedade Rural Brasileira. De forma geral, a oposição entre as duas entidades se fará presente em temas como a reforma agrária e a sindicalização dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Na maior parte dos casos, essa oposição, no entanto, não remete a diferenças profundas de percepção acerca desses temas e ambas as entidades vêm com muitas reservas os processos que sinalizam mudanças no mundo rural. Assim, a reforma agrária e o processo de sindicalização de trabalhadores agrícolas só se constituem em objeto de debate entre as entidades à medida que estão vinculados à questão dos limites da interferência legítima do Estado nos espaços sociais, em geral, e no meio rural, em particular. Para a CRB, essa intervenção é necessária e o Estado é a única instituição capaz de corrigir distorções sociais e eliminar entraves estruturais à modernização da sociedade e da economia; para a SRB, a intervenção estatal é sobretudo interferência, mais cria distorções que as corrige.¹⁹

Quem são os representantes dos fazendeiros?

A biografia coletiva dos dirigentes patronais nos permite compreender o perfil social dessas entidades e esclarece sobre a existência de vínculos desses dirigentes com o setor político. É certo que as características gerais das entidades nos indicam já esses perfis. Assim, podemos definir a SRB como entidade cuja base era essencialmente regional, paulista, liberal-conservadora, fortemente identificada com a velha República oligárquica, nostálgica de um certo poder rural irreversivelmente declinante, antivarguista, constitucionalista em 1932 e sem partido em 1945 — embora “naturalmente” próxima aos

¹⁸ Trata-se do antigo vice-presidente da SNA, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura e representante da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul, Mário de Oliveira. A presidência da CRB conferia uma posição-chave a seus ocupantes. Em um característico arranjo de tipo clientelista, ela garantia ao titular as funções de comando de uma vasta estrutura de representação corporativa e, por conseguinte, a posição de interlocutor dos grandes proprietários e de suas associações nas demandas relativas à redistribuição dos favores do Estado.

¹⁹ Para uma análise comparada das posições das entidades no que se refere aos grandes “temas rurais” na política brasileira dos anos 1950-60, sugerimos a leitura dos capítulos 4, 5 e 6 de Heinz (1998b).

liberais udenistas. A SRB ainda era capaz de encarnar a recusa tipicamente “elitista” das mudanças sociais que abriam o caminho para o reconhecimento de novos atores no cenário político. No pólo oposto, a Confederação Rural Brasileira aparece como entidade não-oligárquica mas clientelista, de ambição transregional, partidarista e parlamentar, “oficial”, sindical e “moderna” na óptica das transformações do pós-1930.

A amostra com que trabalhamos reagrupa aproximadamente um terço da população de dirigentes da CRB e da SRB com, respectivamente, 64 de 194 (32,9%), e 27 de 76 (35,5%).²⁰ A população original era constituída pelo conjunto dos dirigentes — diretores, vice-presidentes, presidentes e membros dos conselhos superior e consultivo — de cada organização, correspondendo aos períodos 1951-67 para a CRB e 1949-66 para a SRB.²¹

²⁰ Para a preparação de 62 biografias de dirigentes da CRB (duas outras foram realizadas através da recuperação de informações diversas), consultamos 89 notas biográficas — 33 do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (Beloch e Abreu, 1983) e 28 do *Repertório biográfico dos deputados brasileiros*, 21 em publicações como *Quem é quem no Brasil*, *Who's who in Brazil* e *Who's who in Latin America* (Hilton, 1971), e sete em necrológios ou outros. Juntos, os dicionários históricos e políticos representam 68,5% das fontes que utilizamos contra 23,5% de dicionários “de sociedade”, o que traduz o viés acentuadamente “político” da amostra. Os números se invertem para os representantes da SRB, onde 27 das biografias elaboradas foram baseadas em 30 notas biográficas (21% ou 70% delas publicadas nos *Who's who* brasileiro e latino-americano).

²¹ Nossa escolha não se fez ao acaso; em face do problema fundamental da falta de informações gerais sobre as carreiras desses dirigentes, analisamos aqueles que estiveram no centro do movimento de representação patronal rural nos anos 1945-67 e cujas notas biográficas disponíveis, parciais ou integrais, nos possibilitavam reconstituir as estratégias profissionais e/ou políticas. Nossa escolha não é, pois, aquela que poderia garantir maior “confiabilidade sociológica”, uma vez que nossa amostra foi construída através de procedimentos não aleatórios de seleção, sujeita, portanto, à intervenção de critérios que não controlávamos. Se decidimos interessar-nos pelo estudo de dirigentes previamente “selecionados” por fontes do tipo *Who's who* — um procedimento imposto pelo caráter esparso ou incompleto de outros documentos —, é preciso reconhecer o quanto esta pré-seleção “editorial” pode orientar o resultado de nosso trabalho. Com efeito, o que aparece no *Who's who* ou nos dicionários biográficos — notoriedade pública, laços familiares, riqueza, influência política, excelência profissional — constitui capitais que não se encontram igualmente distribuídos ou disponíveis ao conjunto de dirigentes. Assim, a terça parte de dirigentes incluídos na amostra possuía provavelmente capitais mais importantes que as duas terças partes restantes, ao menos no que se refere a seu capital político de tipo predominantemente “nacional”. Realizamos uma escolha difícil, mas ponderada, entre o estudo de um grupo restrito e único, uma elite da elite dirigente, sobre o qual podíamos estabelecer um perfil, e aquele de uma amostra talvez mais “representativa” do conjunto dos dirigentes patronais, mas cuja exequibilidade era remota.

Entre os dirigentes oriundos da Confederação Rural Brasileira, 55 dos 64 dirigentes analisados (85,9%) possuem diploma de estudos superiores, dois deles possuindo, inclusive, uma segunda titulação universitária.²² Entre esses 57 diplomados, 23 (40,35%) haviam estudado direito; 17, agronomia; oito, medicina; seis eram engenheiros; dois, zootecnistas e um havia completado outra formação. Os números são diferentes no que tange à SRB. Entre os representantes da elite fundiária paulista, o diploma superior parece sensivelmente menos importante: apenas 17 dos 27 representantes estudados (62,9%) haviam concluído estudos superiores; também aqui, dois possuíam dupla formação universitária. Desses 19 diplomas, 12 eram de direito; as formações médica, agrônômica e de engenharia possuíam cada uma dois representantes, ao passo que um dirigente realizara outro percurso universitário não identificado.

Com formação “inferior” àquela dos representantes da CRB, os dirigentes da SRB revelam, no entanto, maior identificação com a sua região: 12 deles realizaram estudos no próprio estado de São Paulo, na maior parte dos casos na Faculdade de Direito de São Paulo; três estudaram no exterior, sobretudo nos Estados Unidos; dois no Rio de Janeiro, então capital federal; enfim, as informações sobre um último representante, cujo local de formação foi impossível precisar, indicam como provável região de formação também o estado de São Paulo. Observemos que essa “pequena” taxa de diplomados entre os dirigentes da SRB não parece, em princípio, indicar um modelo de carreira onde a estratégia escolar esteja deliberadamente ausente, mas simplesmente aponta seu caráter menos decisivo que entre os dirigentes mais “políticos” como os da CRB.²³ Se os números diferem bastante quando tratamos da CRB, é porque se trata de uma entidade que é a estrutu-

²² Apenas a título de comparação, e guardadas todas as ressalvas de ordem metodológica, lembramos os números levantados por Sylvain Maresca relativos ao capital escolar dos dirigentes camponeses franceses: em uma população de 175 dirigentes nacionais, 67% haviam realizado estudos secundários, 41% tinham obtido o *baccalauréat* e apenas 37% chegado ao ensino superior.

²³ É certo que neste caso se observa o efeito da sobre-representação, em nossa amostra, de um estrato de grandes fazendeiros paulistas, aqueles que os dicionários biográficos “de sociedade” escolhem retratar em razão de suas carreiras de projeção predominantemente econômica e privada. Assim, num extremo oposto, o estrato de representantes da SRB menos marcados por seu capital econômico e mais por seu capital político exclusivamente regional — no caso, os deputados exercendo mandatos na assembléia estadual — escapa à nossa grade excessivamente dependente dos critérios de seleção das notas biográficas consultadas. É preciso ter em mente que nossa análise é sempre influenciada pelas condições particulares de constituição de nossas fontes básicas, seja os dicionários históricos políticos, seja os dicionários “de sociedade”.

ra superior e diretiva de um sistema nacional de representação, cujo corpo dirigente está, pois, regionalmente disperso. É no Rio de Janeiro, a capital federal, que os dirigentes da Confederação realizaram prioritariamente seus estudos (31,5%). Esse número é bastante significativo, uma vez que apenas 9,3% dos dirigentes eram originários daquele estado e apenas 6,2% ali desenvolviam atividades profissionais.²⁴ Essa sobre-representação do Rio de Janeiro pode ser explicada pela participação de dirigentes filhos de parlamentares e altos funcionários nacionais que, mesmo guardando forte vínculo regional, construíram carreiras públicas na capital federal a partir de 1930.

O segundo estado em importância na formação universitária dos dirigentes é São Paulo, com 12 diplomados (21%). Recife, capital do estado de Pernambuco e “capital” cultural e política da região Nordeste, vem em terceiro lugar, com sete diplomados; seguem-se três outros grandes estados que também eram centros universitários regionais: Minas Gerais (com quatro diplomados), Bahia e Rio Grande do Sul (com três cada um).

Identities profissionais

Em um texto que retoma resultados de três extensos estudos sincrônicos sobre elites políticas regionais no Brasil, Joseph Love e Bert Barickman nos informam que, entre 1889 e 1937, dois terços da elite política brasileira eram compostos por advogados; a média do número de profissões por indivíduo dessas elites era de 2,5 e de quase 3 entre a elite paulista (“político” não se contabilizou para este efeito).²⁵ Para os autores, “o pequeno número de diplomados universitários fazia frente [à época] a um número muito elevado de demandas e de oportunidades para que estes permanecessem confinados em apenas uma carreira, o que os levava a multiplicar o campo de atividades”.²⁶ Ainda, essa média é muito próxima daquela que oferece Michael Conniff (2,4) em estudo sobre a elite política brasileira.²⁷ Em nossa pesquisa sobre os dirigentes

²⁴ Para efeitos da análise, reagrupamos o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal (onde estava a cidade do Rio de Janeiro), que se encontrava em seu interior.

²⁵ Love e Barickman, 1991.

²⁶ *Ibid.*, p. 7. Os autores apontam que, por volta de 1940, apenas uma em 370 pessoas num conjunto destes três estados (São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco) possuía título universitário, o que significa que a probabilidade de um membro da elite ampliada ser diplomado por uma universidade era 345 vezes maior do que em relação ao cidadão comum (dados educacionais e ocupacionais referentes ao censo de 1940).

²⁷ Conniff, 1991.

patronais rurais, essa média é um pouco inferior: 2,1 profissões por indivíduo, cifra idêntica para os dirigentes da CRB ou da SRB.²⁸

No que se refere à profissão ou ocupação (não foi feita distinção entre essas categorias), aquelas que aparecem com maior frequência entre os dirigentes da CRB são as de agricultor (50%), advogado (35,9%), agrônomo (26,5%), industrial (17,1%), funcionário (14%), médico (12,5%), engenheiro (9,3%), professor (12,5%) e jornalista (10,9%).²⁹ Os dirigentes da SRB são, em sua maioria, depois de agricultores, advogados (40,7%) e industriais (18,5%).

Como podemos constatar, encontramos uma maioria de “proprietários” entre os dirigentes da SRB, além do fato de que não encontramos funcionários entre seus dirigentes (eles são 14% na CRB); a média de profissões que poderíamos considerar “socialmente superiores” é de 1,18 (SRB) contra 0,76 (CRB).³⁰

²⁸ Sobre a questão das múltiplas profissões entre os membros das elites brasileiras, vale lembrar as palavras de Sérgio Buarque de Holanda, em seu ensaio clássico *Raízes do Brasil*: “Ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários que se limitem a ser homens de sua profissão. Revemos constantemente o fato observado por Burmeister nos começos de nossa vida de nação livre: ‘Ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro conseguem’. ‘O alferes de linha’, dizia, ‘sobe aos pulos a major e a coronel da milícia e cogita, depois, em voltar para a tropa de linha com essa graduação. O funcionário público esforça-se por obter a colocação de engenheiro e o mais talentoso engenheiro militar abandona sua carreira para ocupar o cargo de arrecadador de direitos de alfândega. O oficial de marinha aspira ao uniforme de chefe de esquadra. Ocupar cinco ou seis cargos ao mesmo tempo e não exercer nenhum é coisa nada rara” (Holanda, 1995:156).

²⁹ Em um estudo amplamente conhecido sobre recrutamento parlamentar federal no período 1946-65, David Fleischer, trabalhando com uma população de 1.047 deputados federais brasileiros, encontrou 14,2% de advogados ou magistrados, 13,2% de profissionais da saúde (sobretudo médicos), 11,3% de funcionários, 10,2% de profissionais de imprensa, 10,1% de comerciantes e financistas, 9,7% de professores, 9,1% de agricultores, 7,9% da indústria, 4,8% de militares, 9,5% exercendo outras profissões. Para compor este grupo e resolver o problema colocado pelas carreiras com múltiplas profissões, Fleischer decidiu deter-se apenas na ocupação principal, o que explica, sobretudo, a provável subestimação do número de advogados ou de agricultores. O próprio autor afirma que, no período 1945-75, mais da metade dos parlamentares brasileiros (51,2%) possuía diploma de direito (Fleischer, 1979:5).

³⁰ Consideramos aqui “proprietários” ou “socialmente superior” as categorias de banqueiro, agricultor, industrial e comerciante e a média obtida corresponde ao conjunto dos dirigentes estudados, 27 para a SRB, e 64 para a CRB.

Presença comparada de profissões representadas entre os dirigentes das duas entidades patronais*

Profissão	CRB	%	SRB	%
Agrônomo	17	26,5	2	+
Advogado	23	35,9	11	40,7
Banqueiro	3	4,6	3	11,1
Agricultor**	32	50	21	77,7
Funcionário	9	14	0	0,0
Industrial	11	17,1	5	18,5
Engenheiro	6	9,37	2	7,4
Jornalista	7	10,9	2	7,4
Médico	8	12,5	3	11,1
Magistrado	1	1,5	1	3,7
Comerciante	3	4,6	3	11,1
Professor	8	12,5	3	11,1
Outra	9	14	2	7,4
Total	137	100	58	100

* Percentagem dos dirigentes da CRB (n = 64) e da SRB (n = 27) que exerciam ou declaravam exercer a profissão.

** Categoria composta onde incluímos fazendeiro, grande proprietário fundiário, lavrador, empresário agrícola.

Fato curioso, em se tratando de dirigentes patronais rurais, diretamente ligados, portanto, à defesa e aos interesses da propriedade fundiária, apenas um em cada dois dirigentes da CRB declara-se ou é reconhecido, em sua biografia, como fazendeiro, produtor rural, proprietário de terras ou outra denominação equivalente, enquanto mais de três em cada quatro dirigentes da SRB se reconhecem ou são reconhecidos nessas categorias. Esta informação parece indicar uma identificação preferencial dos representantes da CRB ou do modelo corporativista oficial com as carreiras urbanas ou universitárias em detrimento das profissões do mundo rural, sobretudo a de agricultor. Com efeito, são muitos os casos de dirigentes cuja exibição do título de advogado “escondia” uma carreira essencialmente rural e agrícola. Mesmo se, como veremos em seguida, o perfil das equipes dirigentes (sobretudo no que se relaciona à CRB) é urbano — altos funcionários, industriais, profissões liberais, parlamentares e dirigentes políticos nacionais —, não podemos ignorar a origem igualmente rural dessa representação. Se é verdade que ela se manifesta de maneira mais sutil entre os responsáveis da CRB, entre os dirigentes da SRB há uma evidente ligação com certa identidade “aristocrática” rural. Essencialmente “políticas”, as biografias dos primeiros parecem ter relegado a faceta agrícola de suas carreiras a um segundo plano.

As definições que envolvem a profissão agrícola são particularmente complexas. Com efeito, mesmo que *fazendeiro* traduza uma representação mais “fundiária” e “política”, e *lavrador* ou *criador* expressem uma condição sobretudo “econômica”, vê-se com frequência esses termos serem usados para qualificar a atividade de um mesmo indivíduo. Note-se também que o emprego de novas denominações, como “empresá-

rio agrícola”, não significa uma ruptura com as representações tradicionais que continuam sendo utilizadas.

Vínculo regional e representação

As cifras sobre origem dos representantes indicam o peso acentuadamente regional da defesa dos interesses agrários. A CRB recruta dirigentes em diferentes regiões do país — embora com maioria oriunda dos grandes estados³¹ —, enquanto a SRB o faz quase exclusivamente em sua própria região: 24 dos 27 dirigentes estudados (ou 88,8% do total) provinham do estado de São Paulo e dois outros do vizinho estado de Minas Gerais. Com referência à região onde iniciaram suas carreiras públicas ou privadas, a maioria de dirigentes da CRB estava dispersa no país (com a exceção do estado de São Paulo, que concentra 12 dos 64 dirigentes estudados), ao passo que, em 13 casos, uma clara identificação quanto à origem geográfica na trajetória profissional não pode ser obtida. Quanto à Sociedade Rural Brasileira, os números são inquestionáveis: todos os 27 dirigentes estudados desenvolviam suas atividades no estado de São Paulo.

Entre os dirigentes da CRB, 62,5% deram início a suas carreiras em seu estado de origem, 17,1% em outros estados que não o seu estado de origem ou o Distrito Federal; os 20,3% outros constituíam um grupo de representantes políticos originários de diferentes regiões do país e instalados na capital federal (em vários casos, trata-se de filhos de parlamentares ou de altos funcionários do Estado). Os dirigentes da SRB não revelam, de sua parte, um grau ínfimo de mobilidade espacial em suas carreiras: 88,8% deles permaneceram econômica e profissionalmente ligados ao seu estado de origem, São Paulo.

O local onde foram realizados os estudos secundários e universitários constitui outro indicador de mobilidade a ser levado em conta: entre os dirigentes da Confederação Rural Brasileira, 25 dos 46 diplomados cujo percurso escolar pôde ser refeito seguiram estudos secundários e universitários em seu estado de origem, e os 21 restantes o fizeram em outros estados. Essa mobilidade bastante significativa pode ser explicada pelo cuidado das famílias de elite em integrar, na formação de seus filhos, instituições universitárias de maior prestígio, como a Faculdade de Direito de São Paulo ou do Recife, a Escola

³¹ Entre os 64 dirigentes estudados, 12 eram paulistas (18,7%), sete mineiros, sete gaúchos, seis fluminenses, seis pernambucanos, quatro cearenses e três baianos. Note-se que dois paulistas dirigiram a CRB entre 1952 e 1967: Alkindar Monteiro Junqueira (segundo presidente da entidade) e Íris Meinberg. Deve-se, contudo, analisar estes dados com certa cautela: há uma clara dispersão dos dirigentes da CRB quanto à origem regional por força mesmo de seu sistema federativo de representação.

Nacional de Medicina do Rio de Janeiro ou, ainda, as Escolas Superiores de Agricultura de Piracicaba, no estado de São Paulo, ou de Viçosa, no estado de Minas Gerais. Bem pouco “móveis”, ao contrário, os representantes da SRB raramente deixam seu estado para realizar seus estudos. Aqui, percebem-se deslocamentos não de um estado a outro, mas de uma cidade a outra. De 12 (sobre 19) dirigentes diplomados sobre os quais foi possível refazer o conjunto do percurso escolar, cinco realizaram estudos secundários e universitários na mesma cidade, no caso São Paulo.

Política

Os dirigentes das entidades patronais apresentam forte concentração de capital social e político, sobretudo aqueles da Confederação Rural Brasileira. Contrariamente à Sociedade Rural Brasileira, que seguia as linhas gerais da posição das elites paulistas desde a chegada de Vargas ao poder, a Confederação Rural possuía um bom número de dirigentes que compunham o *establishment* político originado no mesmo processo amplo que levará Vargas ao poder e que consolidara sua influência no período pós-1930. Isso não implicou, porém, alinhamento às iniciativas políticas do campo varguista: de 40 dirigentes (entre 64 estudados) sobre os quais pudemos identificar filiação política, todos parlamentares federais ou estaduais, 17 pertenciam à União Democrática Nacional (UDN), o grande partido liberal-conservador de oposição ao bloco varguista, e 14 ao Partido Social Democrático (PSD), principal apoio deste mesmo bloco entre os partidos, reunindo grandes proprietários e notáveis locais.

À exceção de quatro representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os dirigentes da CRB pertenciam a formações que se situavam abertamente à direita ou à centro-direita no cenário político nacional, constituindo um braço parlamentar importante para a entidade. Assim, durante o período analisado (1951-67), a CRB contou, em seus quadros diretivos, com 29 deputados federais e oito senadores, além de 20 outros deputados de assembleias estaduais.³² Em termos da composição da carreira política, 13 foram deputados estaduais e depois federais, três deputados estaduais, federais e depois senadores, e outros dois deputados federais e senadores. Considerando que três outros dirigentes exerceram apenas mandatos de senador, o número de deputados que não exerceram nenhum outro posto político estadual ou federal além de

³² Se estamos certos dos números referentes aos deputados e senadores da CRB entre 1951 (sua fundação) e 1967, o mesmo não acontece com os números aqui apresentados relativos aos deputados estaduais, que, acreditamos, esteja subestimado: nossa análise, que trata apenas de 64 dos 194 dirigentes nacionais, desconhece provavelmente os dados sobre responsáveis patronais estaduais cujas carreiras políticas regionais não receberam a atenção dos dicionários biográficos nacionais consultados.

deputado à Câmara Federal cai para 11. No total, a maioria dos 29 deputados federais que ocuparam posições de direção na CRB no período foi de parlamentares “duráveis”, uma vez que 12 deles assumiram dois mandatos, três outros três mandatos e quatro exerceram quatro ou mais mandatos na Câmara Federal.³³ Os 29 dirigentes-deputados da CRB acumularam até o final dos anos 1960 mais de 60 mandatos na Câmara.

A alta taxa de recondução entre parlamentares não é estranha à sua incorporação às instâncias diretivas da entidade. Com efeito, muitos deles utilizaram sua condição de parlamentar para avançar as teses da CRB, sobretudo quando dos trabalhos das comissões encarregadas da definição da política fundiária, da reforma agrária ou da política agrícola. Uma consulta às biografias de dirigentes permitiria compreender o formidável trunfo que consistia para a entidade a cooptação e a permanência em seus quadros diretivos desses dirigentes mais “políticos”. Podemos, é certo, emitir dúvidas sobre as eventuais vantagens eleitorais que poderiam resultar da participação associativa e profissional desses indivíduos: a CRB não poderia ser caracterizada como uma vitrina particularmente útil a parlamentares já ocupando posições de destaque na vida pública nacional e, portanto, pouco dependentes de estratégias de simples recondução de seus mandatos. Por outro lado, a entidade depende em muito desses dirigentes “visíveis” e com livre trânsito na política federal. Pouco inclinada à mobilização maciça de suas bases regionais, a Confederação fundava suas estratégias de representação profissional na capacidade de manter presença permanente nos centros decisórios e de se fazer ouvir lá onde repercutiam os grandes projetos nacionais — sobretudo a reforma agrária — e onde seriam reinterpretados à luz do jogo de forças políticas.³⁴

A participação da SRB nesse jogo é menos evidente. Apenas cinco³⁵ dos 27 dirigentes estudados foram deputados federais e quatro foram deputados à assembléia estadual. Isso não significa dizer que a SRB não participava de uma lógica semelhante: graças à sua identidade regional, a SRB apropriava-se, sobretudo, do peso político da

³³ Para esses dirigentes patronais de perfil político, o fato de assumir um mandato federal parece ter sido, com frequência, um dos requisitos para o acesso às instâncias nacionais da CRB: 19 se tornaram dirigentes após obter mandato como deputado, três outros como senador e cinco como deputados estaduais. De fato, dois terços dos deputados federais que ocuparam funções diretivas na CRB aí chegaram após terem sido investidos em seus mandatos parlamentares.

³⁴ Para uma descrição detalhada do extenso rol de comissões e agências públicas onde tinha assento a CRB, ver Heinz (1998b:406,n.105).

³⁵ Entre os dirigentes da SRB, apenas dois eram deputados federais no momento de sua incorporação à direção da entidade.

bancada regional paulista na Câmara Federal,³⁶ e isso especialmente em matéria de política agrícola para os setores do café e do algodão, questões para as quais ela conta ainda com a mobilização de parlamentares dos estados vizinhos produtores e dos parlamentares que formavam o “bloco ruralista” na Câmara dos Deputados.

Não é apenas nas instâncias do Poder Legislativo que as entidades patronais encontram seus apoios políticos. Assim, no período estudado, 29 dirigentes (45,3%) da CRB ocuparam funções à frente de uma secretaria estadual — com frequência, a pasta da Agricultura — e menor número como diretores de uma agência ou departamento estadual ou federal ligado ao setor. Se, entre as funções desempenhadas nos altos escalões do Executivo, a secretaria de estado é a função executiva mais frequente entre os dirigentes da SRB (sete casos em 27), a entidade paulista apresenta, contudo, um perfil político-administrativo menos acentuado: 18 ou dois terços de seus dirigentes nunca exerceram quaisquer funções de governo. Essa proporção é bastante inferior entre os dirigentes da CRB: apenas 29 dos 64 dirigentes (45,3%) nunca exerceram atividades de governo em nível estadual ou federal.

De 29 dirigentes que desempenharam funções de secretário de estado, 14 não conheceram outras funções de governo, ao passo que os demais 15 dirigentes assumiram em um momento ou outro também funções de prefeito (seis casos),³⁷ de governador do estado (três) ou de ministro (quatro), dois exerceram funções de prefeito, secretário de estado, governador e ministro (em um dos casos). Finalmente, dois dirigentes da CRB foram ministros e governadores de estado e outros três foram apenas prefeitos. A CRB acolheu, assim, sete ministros ou ex-ministros (ou 4% do total de seus 194 diretores e conselheiros durante o período analisado) e seis governadores de

³⁶ Segundo o número de fevereiro de 1950 de *A Rural*, órgão de imprensa da SRB, a entidade recebera em 10 de janeiro de 1950, em sua sede, a visita da bancada paulista no Congresso Nacional. Deputados e senadores receberam, na ocasião, “a expressão de reconhecimento de seus concidadãos lavradores”. O editorial da revista reproduziu o discurso feito à ocasião pelo deputado federal Altino Arantes (PR), ex-presidente do estado de São Paulo: “É um fato altamente lisonjeiro para nós, quando há uma confusão geral e todos os espíritos divergem (...) vemos que a bancada deste estado, em que se fazem representar todos os partidos, se acha unânime ao lado da Sociedade Rural Brasileira, para pleitear no Congresso as suas justas aspirações”. E o editorialista acrescentará: “Isto é a política, no mais dignificante sentido associativo (...)” (*A Rural*, fev. 1950).

³⁷ É preciso lembrar as observações sobre o caráter “nacional” de nossa amostra, que tende, no caso preciso, a superestimar o número de secretários de estado nos quadros da CRB. Disputar essa função constitui de fato estratégia importante para aspirantes a carreiras políticas nacionais (por exemplo, uma eleição como deputado federal) e nossa amostragem se encontra, portanto, prejudicada pela (sobre)notoriedade dos personagens repertoriados nos dicionários biográficos, mais representativos de carreiras políticas bem-sucedidas que outras.

estado. Esses números, bastante expressivos para uma entidade representativa de interesses setoriais, apóiam a tese da profunda imbricação entre representantes de fazendeiros, sobretudo da CRB, e os altos escalões do poder público no Brasil.

De sua parte, a SRB parece não atribuir a mesma importância ao perfil político na escolha de seus dirigentes, já que conta no período com “apenas” sete mandatos de secretários de estado, três de prefeito e um de ministro da Agricultura, repartidos entre somente nove dirigentes ou um terço da amostra. A representação política menos expressiva da SRB não significava sua ausência dos debates que se travavam no Parlamento e nas altas esferas do Estado: a Sociedade Rural, como a CRB, acionava com frequência um certo número de parlamentares solidários a suas teses e que costumavam votar de forma articulada, especialmente nos temas da reforma agrária e da sindicalização camponesa. Esse grupo era conhecido pelo nome de “bloco ruralista”.³⁸ Segundo Benedita Esteves, as relações entre a CRB e o Poder Legislativo federal foram construídas através dos contatos de seus dirigentes — que eram também parlamentares ou altos funcionários — com outros políticos na Câmara Federal.³⁹

Homens e entidades

Os representantes situados nas posições de direção das entidades das elites proprietárias apresentavam um importante capital social, econômico e político pessoal. Para alguns deles, era a combinação equilibrada desses diferentes capitais e sua projeção e valorização em uma carreira pública que determinavam o seu peso político e sindical. Em outros casos, foi a prevalência de um tipo específico de capital que assegurou o acesso a postos de responsabilidade na estrutura sindical. No entanto, à medida que as entidades tentaram preservar uma capacidade de rápida inserção nos centros de decisão, foram os capitais social e político que elas valorizaram, prioritariamente. Por último, é possível afirmar — ao menos no que se refere à CRB — que, se a nem todo fazendeiro eram dadas as condições para chegar a uma posição de representação profissional, alguns não fazendeiros possuíam as competências — o prestígio público, as relações, a cultura — necessárias para participar do “mercado” da palavra e, portanto, para falar em nome dos fazendeiros.

Dessa forma, a relevância e a distribuição dos capitais que garantem e legitimam a ação dos dirigentes variam significativamente de uma organização à outra. Se a SRB recrutava seus membros mais importantes principalmente no estado de São Paulo —

³⁸ Em 1956, o bloco ruralista era composto, segundo lista publicada na imprensa associativa (*Gleba*, set. 1956), por 64 deputados federais (sobre um total de 326), dos quais 29 do PSD, 12 do PTB, oito da UDN, seis do PSP, quatro do PR, três do PSB, um do PRP e um do PDC.

³⁹ Esteves, 1991:146.

todos os 27 dirigentes da organização estudados desenvolviam atividades privadas ou públicas em São Paulo —, é também porque era esperado que estes incorporassem uma idéia do poder onde a parte do “regional” é decisiva. Formando dirigentes identificados — e identificáveis — com a imagem que ela procurou difundir de associação tradicional, elitista e liberal, a SRB mostra um perfil tão “fundário”, econômico e privado, com seu núcleo de cafeicultores, quanto o perfil de sua concorrente direta é “político” e generalizante. Para esta, a estrutura sindical federativa herdada do modelo varguista exigia uma modalidade de recrutamento que abrangesse as diferentes regiões do país. Sem condições — ou intenção — de buscar sua legitimidade e influência na mobilização política de uma “base” social de fazendeiros, a entidade recrutou seletivamente personagens “notáveis” da política regional, com grande capacidade de mobilização clientelística e peso político consolidado. Destarte, sua estrutura lembrava um sistema de representação “pelo alto” que funcionava como uma espécie de assembleia de notáveis.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO rural e política eleitoral. *A Rural*, órgão de imprensa da Sociedade Rural Brasileira, n. 351, fev. 1950. Editorial.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Tese (Doutorado) — PUC-RS, Porto Alegre, 2001.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FGV, 1983.
- CONNIFF, Michael. The national elite. In: _____; McCANN, Frank. *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta*. Dissertação (Mestrado) — CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 1991.
- FLEISCHER David. *As bases socioeconômicas do recrutamento partidário, 1945-1965*. Comunicação ao Simpósio “Os partidos políticos no Brasil”, Rio de Janeiro: Anpocs, 28-30 mar. 1979. 22 p.
- GOMES, Eduardo. *Sociedade Nacional de Agricultura, 90 anos*. Rio de Janeiro: SNA, 1988.
- HEINZ, Flávio M. Entre a fazenda e o plenário: os representantes do patronato rural na política brasileira dos anos 1940/1960. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 18., 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998a.
- _____. *Les fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du

Septentrion, 1998b. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de Paris X — Nanterre, 1996.

_____. Do uso do *Who's who* e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo. *Barbaroi*, Santa Cruz do Sul, n. 10, p. 49-60, jan./jun. 1999.

_____. Elites rurais: representação profissional e política no Brasil, 1930/1960. *Anuário IEHS*, n. 16, 2001.

HILTON, Rodney (Ed.). *Who's who in Latin America*. 3. ed. Detroit: Blaine-Ethridge-Books, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Regional elites. In: CONNIFF, Michael; McCANN, Frank. *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.

PANG, Laura Jarnagin. *The state and agricultural clubs of Imperial Brazil, 1869-1889*. Tese (Doutorado) — Vanderbilt University, 1981.

POLIANO, Luiz Marques. *A Sociedade Nacional de Agricultura: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Gráfica Econômica, 1942.

_____. A Confederação Rural Brasileira. *A Lavoura*, set./out. 1951.

QUEM é quem no Brasil. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1948-1967. 9 t.

REPERTÓRIO biográfico da Câmara dos Deputados, 1946-1967. Introdução e pesquisa de David Fleischer. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.

RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SCHERER, Ilse. *Le syndicat et le changement de la société agraire du Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) — École Pratique des Hautes Études, Paris, 1973.

SILVA, Osvaldo Hidalgo. *Representación de intereses y organizaciones patronales en la agricultura brasileña*. Tese (Doutorado) — Universidad de Córdoba, Espanha, 1992.

STEIN, Leila. *Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira, 1930-1945*. Dissertação (Mestrado) — PUC-SP, 1991.

WHO'S who in Brazil. São Paulo: Who's Who in Brazil Editorial, 1968-1971. 3 t.

Dirigentes políticos cordobeses nos tempos da república verdadeira, 1916-30: uma aproximação prosopográfica*

Marcela P. Ferrari

Os membros das elites políticas cordobesas que ocuparam cargos eletivos nacionais no período 1916-30 participaram de uma realidade política transformada havia poucos anos. Haviam sido eleitos sob a aplicação da Lei Sáenz Peña, de 1912, que estabeleceu a lista incompleta e o sufrágio universal, masculino, adulto, secreto e obrigatório. Os objetivos implícitos na lei eram inclusivos em um duplo sentido. Por um lado, mediante a obrigatoriedade do sufrágio, buscava-se incrementar o nível de participação dos cidadãos nos comícios. Por outro, mediante a adoção da lista incompleta, que na prática permitia a incorporação de minorias, pretendia-se que a União Cívica Radical abandonasse a abstenção que havia praticado de forma sistemática, como forma de luta contra um “regime oligárquico” ilegítimo posto que fraudulento. Em ambos os sentidos, a legislação teve resultados exitosos. A participação aumentou (ainda que, a longo prazo, com menor eficácia que o esperado) e o radicalismo¹ se apresentou

* Publicado originalmente sob o título “*Las élites políticas provinciales en tiempos de gobiernos radicales. El caso de Córdoba (Argentina), 1916-1930*” (Ferrari, 2001). Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada ao Congresso LASA 2000. A participação nesse congresso foi possível graças a recursos oferecidos pela própria instituição. Olga Echeverría e Lucía Lionetti publicaram uma versão mais ampla deste estudo e concordaram com a sua publicação neste livro. Gardenia Vidal permitiu-me consultar seu arquivo pessoal e revisou com acuidade uma versão inicial deste estudo. Aníbal Arcondo possibilitou-me o contato com uma fonte de difícil acesso. O estudo foi beneficiado também, em diferentes momentos, pelos comentários de Monique de Saint Martin, Joel Horowitz, María L. da Orden e Paula Alonso. A todos vão meus agradecimentos, que os exclui, é claro, de toda responsabilidade sobre os resultados obtidos.

¹ Em seu uso particular neste texto, entende-se o termo “radicalismo”, e os adjetivos “radical” ou “radicais”, tal como utilizados na história e cultura política argentina, isto é, referindo-se ao conjunto de propostas e ações da União Cívica Radical. (N. do T.)

às eleições. Seus dirigentes ocuparam cargos eletivos desde 1912 e controlaram o Poder Executivo nacional a partir de 1916, através de uma sucessão de governos que seria bruscamente destituída pelo golpe de Estado de 1930.

O incremento da participação eleitoral e da concorrência interpartidária obrigou as direções políticas a realizar fortes esforços de mobilização, como também a adequar-se às mudanças estabelecidas, sem que através disso se operasse uma renovação brusca de seus membros. Nesse sentido, já em 1909 o presidente Figueroa Alcorta reconhecia que os atores políticos podiam ser os mesmos, mas que pouco a pouco se modificavam as condições para o exercício do poder.² Assim, a direção política — concebida, nesta análise, como aquela minoria que, “conforme à fórmula de legitimidade e à tradição institucional da mesma, está comprometida em uma competição cuja aposta é o exercício do poder”³ — teve de se adaptar a essas transformações que haviam modificado muito mais que as condições da eleição. Junto a velhos dirigentes, outros novos líderes, incorporados dos partidos tradicionais e, sobretudo, do radicalismo, influíram na conformação das elites políticas em seu conjunto.

Nesse contexto, que supõe a adequação das direções às transformações do campo político, serão analisadas neste estudo algumas variáveis que definem o perfil — ou diversos perfis — das elites políticas provenientes da província de Córdoba confirmadas em seus postos por eleições nacionais entre 1916 e 1930. O *corpus* de análise está circunscrito a dois grupos bem diferenciados, por suas funções e pela sua permanência no poder: os parlamentares nacionais e os eleitores⁴ de presidente e vice-presidente da nação, recrutados pelos partidos majoritários, Partido Democrata (PD) e União Cívica Radical (UCR) e, em menor medida, pelo minoritário Partido Socialista (PS). Não se trata de considerar *a priori* os eleitores como parte das elites governamentais. Incluímo-los nesta análise porque os parlamentares não apenas fazem parte das elites políticas a partir das funções que ocupam ou dos atributos que os caracterizam, mas também porque suas condições de “distinção” se destacam em face de um “outro” — acreditamos, os eleitores — que não as possui. Em outros termos, porque é necessário considerar as elites em perspectiva relacional. Realizada a partir de uma amostra não aleatória, esta análise procura estabelecer tendências mais do que conclusões taxativas.

² Carta de Figueroa Alcorta a Mardoqueo Molina, de 28 de maio de 1909 (Díaz de Molina, 1979:226).

³ Aron, 1965.

⁴ Na Argentina, a eleição presidencial era indireta. Os cidadãos votavam em uma lista de eleitores de segundo grau, que formavam o Colégio Eleitoral. As juntas eleitorais se reuniam em um mesmo dia, em cada uma das capitais provinciais e na cidade de Buenos Aires. Após os eleitores darem seu voto, os resultados obtidos eram enviados ao Congresso Nacional. Uma semana depois, a assembléia parlamentar realizava o escrutínio e consagrava os candidatos mais votados.

Para abordar a trajetória de 129 representantes que ocuparam 154 cargos do tipo selecionado em virtude de eleições, reeleições ou da circulação individual de um corpo de representantes a outro, foram utilizadas técnicas do método prosopográfico.⁵ Privilegiou-se o uso desse método porque ele permite observar a evolução de variáveis que contribuem para a explicação dos perfis dos membros das elites que se desenvolvem no espaço político.⁶

Senadores, deputados e eleitores de presidente e vice-presidente

Como no restante das províncias argentinas, Córdoba devia enviar ao Senado dois representantes.⁷ Para ser senador, era necessário ter pelo menos 30 anos de idade e seis anos de cidadania, contar com uma renda de 2 mil pesos por ano, ser natural da província que representava ou nela residir há no mínimo dois anos. Os senadores eram eleitos com maioria simples em cada legislatura de província e os cargos eram exercidos por nove anos.⁸ Critérios etários e censitários condicionavam o perfil dos senadores. Mas a origem partidária dos quatro senadores nacionais que ocuparam esses cargos entre 1916 e 1930, três democratas e um radical, esteve predeterminada pela origem partidária que prevalecia entre os legisladores. Como já dito, na maioria dos anos considerados, os governos provinciais eram democratas e, apesar de uma composição da legislatura provincial que se modificava em favor de uma maioria radical, a permanência no cargo permitiu aos democratas possuir mais postos de senadores que seus adversários.⁹

⁵ Os dados referentes a cada um dos membros dos elencos selecionados foram reunidos em fichas sociológicas que incluem dados pessoais, trajetórias políticas — partidárias e públicas —, nível escolar, ocupação, patrimônio etc., a partir da consulta a fontes diversas. Na maioria das vezes, a informação obtida é parcial e incompleta. Essas limitações serão discutidas quando analisarmos as variáveis consideradas.

⁶ Ver dois estudos sociológicos pioneiros, baseados no paradigma da época (tradição/modernidade), Cantón (1966) e Agulla (1968). Para o caso cordobês, a partir de uma perspectiva que condiciona a ação política à base material de poder, ver Beato et al. (1993:101-175) e Moyano (1996). Na perspectiva da “nova história política”, ver a exaustiva análise de Vidal (1995, especialmente cap. V, p. 299-336).

⁷ Nas eleições nacionais, cada província era considerada apenas um distrito.

⁸ República Argentina. *Anales de legislación*. Constitución Nacional. Título I. Gobierno Federal. Sección Ira. Cap. II. Del Senado. Art. 46-54. p. 72.

⁹ Apenas em 1915 e em 1928, coincidentemente com as eleições nacionais que consagraram Hipólito Yrigoyen, foram eleitos governadores radicais. A permanência no cargo era de três anos.

Tabela 1

**Quantidade de cargos ocupados pelas direções partidárias:
província de Córdoba (somente eleitos em 1916, 1922 e 1928)**

Ano	UCR			PD		
	Senadores	Deputados	Eleitores	Senadores	Deputados	Eleitores
1916	0	8	18	2	3	7
1922	0	7	22	2	11	9
1928	1	9	21	1	8	1

Fonte: Congreso Nacional, 1917-1931a, 1917-1931b.

Obs.: A tabela registra todos os cargos de senadores, e os deputados e eleitores eleitos em cada data. A fonte utilizada condiciona, em parte, as cifras apontadas, pois registra apenas os eleitores que se apresentavam para votar. Cabe assinalar que, na prática, quando se conhecia de antemão o resultado final da eleição de presidente, alguns dos eleitores opositores não compareciam aos colégios eleitorais.

Para eleger deputados nacionais, os requisitos e o mecanismo de eleição eram diferentes. Os candidatos deviam ter pelo menos 25 anos de idade, ser naturais da província que representavam ou nela ter pelo menos dois anos de residência. A lei não requeria nenhuma qualificação escolar ou censitária. Os deputados permaneciam quatro anos no cargo, ainda que pudessem ser reeleitos por períodos adicionais, e metade da Câmara era renovada a cada dois anos. Eram eleitos por voto direto dos cidadãos e nomeados por maioria simples, à razão de um representante para cada 33 mil habitantes ou fração não inferior a 16.500.¹⁰ Das 64 cadeiras que os deputados cordobeses ocuparam entre 1916 e 1930, 36 corresponderam a democratas, 28 a radicais e três a socialistas. A presença dos democratas era muito forte nos anos iniciais, como resultado da abstenção do radicalismo. Pouco a pouco, através de sucessivas vitórias eleitorais, os radicais foram ocupando mais espaços.

Em contrapartida, entre os eleitores de presidente e vice-presidente, registra-se uma notável maioria radical em cada uma das três convocatórias. Entre os 78 eleitores que participaram efetivamente dos colégios eleitorais de 1916, 1922 e 1928, 61 corresponderam à UCR e 17 ao PD. Resultavam eleitos por voto direto dos cidadãos que sufragavam um número de eleitores igual ao dobro do total de deputados e senadores que enviavam ao Congresso. Os eleitores de segundo grau eram eleitos por maioria simples, à razão de um para cada 20 mil habitantes ou fração superior a 10 mil. Deviam ter pelo menos 25 anos de idade e no mínimo quatro anos em exercício de cidadania. Deputados, senadores e empregados públicos não podiam ser eleitores. Uma vez selecionados, os eleitores reuniam-se na capital de seu respectivo distrito e votavam nos candidatos.¹¹

¹⁰ República Argentina. *Anales de legislación*. Constitución Nacional. Cap. I. De la Cámara de Diputados. Art. 37-42. p. 71.

¹¹ República Argentina. *Anales de legislación*. Constitución Nacional. Sec. 2. Del Poder Ejecutivo. Cap. II. Art. 81-85. p. 76.

As razões que operavam para que, em eleições diretas, o radicalismo alcançasse paulatinamente uma maioria de deputados e sempre obtivesse aquela de eleitores nacionais conjugam o incremento da atividade partidária exercida através da proliferação de comitês radicais seccionais ou locais, a influência política de dirigentes locais ou departamentais, o crescimento do eleitorado e a diversidade social do padrão qualitativamente modificado pela incorporação de filhos de imigrantes, muitos dos quais se inscreviam nesse partido — sobretudo no sul de Córdoba.

Características das elites políticas cordobesas

Que características distinguem os membros dos elencos selecionados? Como incidiam em sua promoção política? Existiam diferenças na composição das elites radicais e democratas? A interpretação de algumas variáveis pode lançar luz sobre esses pontos.

*As idades dos representantes*¹²

Do total da amostra selecionada — para aqueles cujos dados foram encontrados —, 77% nasceram entre 1860 e 1890. Os primeiros alcançavam a idade mínima para ser deputado ou eleitor nacional em 1885 e os últimos, em 1915.

Tabela 2

**Idades médias dos representantes por corpo e por partido político:
província de Córdoba (1916, 1922, 1928)**

Corpo	Ano	Socialistas	Radicais	Democratas	Médias
Eleitores	1916	—	40	36	38
	1922	—	44	47	45,5
	1928	—	42	63	52,5
Deputados	1916	—	39	44	41,5
	1922	—	43	44	43,5
	1928	42	46	46	44,5
Senadores	1916	—	—	43	43
	1922	—	—	48	48
	1928	—	45	78	61,5
Médias		42	43	50	45

Fonte: Congreso Nacional, 1917-1931a, 1917-1931b. Em cada média de idade, 0,5 equivale a seis meses.

¹² A evolução das idades dos corpos selecionados foi feita com base em três cortes que coincidem com a convocatória dos colégios eleitorais (1916, 1922 e 1928). Os eleitores e os senadores foram tratados em sua totalidade. Para o caso dos deputados, os cálculos se realizaram sobre os indivíduos que saíram, permaneceram ou ingressaram no cargo em cada um dos anos selecionados (1916, 1922 e 1928).

Tendo em conta que a esperança de vida para os homens argentinos foi calculada em 47,59 anos para o ano de 1914, pode-se afirmar que a idade média de acesso aos cargos considerados — 45 anos — era avançada para a época.¹³ Conforme aumentava a esperança de vida, cada um dos corpos apresentou um envelhecimento paulatino que, entre 1916 e 1928, foi de 14 anos para os eleitores, de quatro para os deputados e de 18 para os senadores.

Se observarmos as idades dos representantes por corpos e, sobretudo, por partido, a leitura resulta mais matizada. Os radicais registravam uma média de 43 anos, os socialistas (que conseguiram obter apenas três cadeiras de deputado em 1924, como fruto da abstenção radical) de 42 anos e os democratas de 50 anos. Em todos os corpos, estes últimos apresentavam um notável envelhecimento até 1928. O caso dos eleitores é o mais eloqüente para medir o pulso das adesões eleitorais e da comunicação dos elencos políticos com os cidadãos. Pode-se registrar apenas a idade de um eleitor democrata, em 1928, que tinha mais de 60 anos, razão pela qual a precisão desta apreciação pode estar comprometida. No conjunto, nenhum eleitor radical alcançou essa idade.

A tendência indica que os quadros democratas tendiam a renovar-se menos que os de outros partidos. Confrontada com eles, a média de idade dos radicais, que oscilou entre 39 e 46 anos, indica uma importante renovação geracional, o que permitia que sua representação permanecesse “jovem”, como fruto da incorporação de novos elementos.

Nível escolar

Existem estudos que identificaram o título universitário como *rite de passage* que permitia o ingresso e a permanência dos indivíduos nas elites cordobesas.¹⁴ Isso não era uma novidade do início do século XX. Observadas as elites do poder em sua integridade social, econômica e política, durante a primeira metade do século XIX, calculou-se que a proporção de graduados universitários elevava-se a 33%.¹⁵ Desde então, pelo menos, a universidade cumpria uma importante função social na preparação, no controle seletivo e na formação da “aristocracia doutoral” situada no topo da escala social.

Encontramos dados relacionados ao nível escolar para 45% de todos os casos. Os 57 indivíduos sobre os quais encontramos informação ocuparam 60 cargos diferen-

tes.¹⁶ Em geral, obtiveram título universitário. Apenas um obteve, como mais alto nível escolar, o bacharelado em um colégio de excelência como o Nacional Buenos Aires, e outro era professor da Escola Normal. Dois dos casos registram estudos universitários incompletos.

Em conjunto, a proporção de universitários era notável para uma população que, até o começo do período, registrava um índice de 30% de analfabetos e 3% de semi-analfabetos.¹⁷

Considerada a distribuição dos graduados universitários por corpo, 80% dos deputados possuíam título universitário. Os percentuais se reduziam a 40% entre os senadores e a 27% entre os eleitores.

Advogados, advogados e doutores em direito e ciências sociais, advogados e doutores em jurisprudência ocupavam a maioria dos postos estudados (51%). Córdoba tinha uma tradição especial na formação em direito desde que sua universidade permitiu, em 1795, conceder grau de direito civil.¹⁸ Salvo quatro títulos outorgados pela Universidad de Buenos Aires, o restante provinha da chamada “Casa de Trejo” (em honra ao fundador), em sua moderna versão de Universidad Nacional de Córdoba (1854). Essa concentração de graduados em direito não é uma originalidade cordobesa ou nacional. Em outros países da América Latina — México, por exemplo —, ou na França, observaram-se proporções semelhantes, que foram atribuídas à polivalência da formação jurídica.¹⁹

A essas carreiras tradicionais se somaram outras criadas na segunda metade do século XIX, em consonância com as demandas de uma sociedade que se modernizava. Desde 1873 começou a funcionar a Faculdade de Ciências Físico-Matemáticas e, em 1877, a de Ciências Médicas. Boa parte de seus egressos (32%) incorporou-se à atividade política. A amostra selecionada era composta por 32% de graduados em medicina e 16% de graduados em engenharia.

¹⁶ Não foram duplamente registrados os dirigentes que em períodos distintos ocuparam o mesmo cargo, mas sim aqueles que tiveram mais de um cargo — por exemplo: deputado/eleitor, deputado/senador etc. Dados do Tercer Censo Nacional, levantado el 9 de junio de 1914 (Buenos Aires, Pub. Of., 1916. t. III. Población. p. 323). Percentuais calculados para a população maior de sete anos.

¹⁷ Dados do Tercer Censo Nacional, levantado el 9 de junio de 1914 (Buenos Aires, Pub. Of., 1916. t. III. Población. p. 323). Percentuais calculados para a população maior de sete anos de idade.

¹⁸ Tanodi, 1968:85.

¹⁹ “Ao jurista, homem do escrito, se agrega o advogado, homem da palavra, o ator indispensável nos sistemas políticos, naqueles em que é preciso convencer e, sobretudo, ‘dizer’ o que o ‘povo’, que não fala, quer, sente ou recusa” (Guerra, p. 65). Para o caso francês, Karpik (1995).

¹³ Cf. Pantelides, 1983. O ano mais próximo da época de análise é 1914. O dado posterior de esperança de vida que a autora estabelece é de 61,08 anos, para 1947 (Pantelides, 1983:513).

¹⁴ Agulla, 1968. Sobre a inserção de graduados universitários no Poder Executivo provincial, ver Maldonado e Moyano Aliaga (1996:35-57).

¹⁵ Ferreyra, 1992:77.

Os médicos, notáveis e respeitados, estavam em contato com todas as camadas sociais. A possibilidade de curar gerava prestígio a partir do exercício profissional — muitas vezes desinteressado — que se transferia para a gestão de influências importantes em uma sociedade como aquela do início do século XIX, que valorizava não apenas a cura das doenças, mas também a profilaxia. Não é de estranhar que esses profissionais fossem capazes de recrutar adesões na sociedade ou que fossem cooptados pelos partidos políticos, dado o papel que desempenhavam de intermediários privilegiados entre os cidadãos, tanto no âmbito urbano como no rural.²⁰

Por último, os engenheiros “apareceram”, respondendo às necessidades de uma civilização mais técnica. Alguns dos casos estudados relacionavam seu desempenho à atividade rural, em caráter de agrimensores. Um caso excepcional vinculava a carreira militar à engenharia. É que o Exército também requeria formação especializada, ainda que fosse para compor comissões especiais, tais como para comprar armas na Europa.

Tabela 3
Tipo de estudos por representantes, por corpo e por partidos (1916-30)

Partido	Corpo	Total	Amostra	Advogados	Médicos	Engenheiros	Outros estudos
PD	Eleitores	18	3	3	—	—	—
	Deputados	25	21	12	5	2	2
	Senadores	2	1	1	—	—	—
UCR	Eleitores	60	19	6	10	3	—
	Deputados	24	17	5	6	3	3
PS	Senadores	2	1	—	1	—	—
	Deputados	3	3	1	—	—	2

Fontes: Congreso Nacional, 1917-1931a, 1917-1931b; Universidad Nacional de Córdoba, *Libro de grados, III y IV. passim*.

A informação obtida permite assinalar a existência, entre os radicais, de um notável equilíbrio entre as principais carreiras consideradas (direito, medicina, engenharia). Os democratas, por sua vez, incluíram uma notável maioria de graduados das carreiras vinculadas com o direito. Entre os socialistas, um era advogado, outro professor normal e o terceiro contador público.

No corpo que se situa mais ao rés-do-chão, como o dos eleitores, os títulos de graduação universitária eram menos freqüentes. Se os democratas provinham todos do campo do direito, os radicais representavam 47% dos egressos da Faculdade de Ciências Médicas, 29% dos egressos da Faculdade de Direito e 18% da Faculdade de Engenharia.

²⁰ Ver Vidal (1995:337-372). Para o contexto uruguaio, a partir de outro enfoque, Barrán (cap. VII, p. 193-212).

O senador radical era médico e os dois democratas para os quais se obtiveram informações eram um advogado e outro médico.

Portanto, como se disse, os radicais encontravam entre os médicos os principais recrutadores de adesões.²¹ Um partido como o Democrata, que evoluía de forças políticas mais tradicionais, concentrava entre seus dirigentes maior proporção de graduados da carreira mais tradicional.

A ocupação das elites²²

As distinções entre os diferentes corpos são notáveis.

Tabela 4
Categorias ocupacionais dos elencos políticos por partido, em quantidades absolutas
Província de Córdoba (1916-30)

Categoria	Nº	Ocupação	PS		UCR		PD		Total	
			D	E	D	S	E	D		S
Profissional universitário	59	Advogado	1	5	4		2	11	1	24
		Escrivão					1			1
		Procurador		1	1					2
		Médico		9	6	1	1	5	1	23
		Farmacêutico		1				2		3
		Engenheiro		3	2					5
		Outros				1				1
Subtotal			1	19	14	1	4	18	2	59
Profissional não-universitário	10	Professor					1	1		2
		Maestro	1							1
		Jornalista			1					1
		Militar (reserva)		1	1			1		3
		Contador	1				1			2
		Meteorologista						1		1
Subtotal			2	1	2	0	2	3	0	10

continua

²¹ “Em Córdoba, o Partido Radical busca sempre seus candidatos a governador entre os médicos da campanha. Amenábar Peralta, Ceballos, Sabattini, Gallardo, Soria y Martínez são médicos rurais, com a exceção dos dois últimos, vinculados a alguns departamentos e que exercem sua profissão na cidade” (Cárcano, 1965:382).

²² Tomamos, como fonte principal para a construção desta classificação, o *Guía de electores* da província de Córdoba (Córdoba, Pub. Of., 1928, 7 t.). Este registro eleitoral atribui uma ocupação a cada indivíduo, perdendo de vista as múltiplas ocupações possíveis de um indivíduo. Respeitamos o critério da fonte nesta aproximação, que no futuro será objeto de revisões que permitam captar a multiplicidade de ocupações dos atores, no sentido apontado por Boltanski (1975).

Categoria	Nº	Ocupação	PS		UCR		PD		Total	
			D	E	D	S	E	D		S
Proprietário rural	27	Fazendeiro	8	3			2	3	1	17
		Fazendeiro e outros*	3	2				1		6
		Pecuarista		2	2					4
Subtotal			0	13	7	0	2	4	1	27
Proprietário urbano	8	Proprietário de casas e terrenos "Pessoa que vive de rendas"		3				2		5
				3						3
Subtotal			0	6	0	0	0	2	0	8
Comerciante	11	Comerciante na capital		3					1	4
		Comerciante no interior		7						7
Subtotal			0	10	0	0	0	0	1	11
Administrativo	3	Empregado		2				1		3
Subtotal			0	2	0	0	0	1	0	3
Trabalhador qualificado	3	Mecânico		2						2
		Magarefe		1						1
Subtotal			0	3	0	0	0	0	0	3
Desconhecida	12	S/D		4			1	3		8
Total	133		3	58	23	1	9	31	4	129

Fonte: *Guía de electores*, da província de Córdoba (Córdoba, Pub. Of., 1928. 7 t.).

* "Fazendeiro e outros" refere-se a fazendeiros que eram ao mesmo tempo colonizadores, estocadores de grãos ou comerciantes de campanha.²³

Obs.: E = Eleitores; D = Deputados; S = Senadores

O único senador radical era profissional universitário (médico). Dos três senadores democratas — entre os quais estão incluídos os eleitos antes de 1913, que permanecem em seus cargos —, dois eram profissionais universitários (advogado e médico) e o terceiro era proprietário de terras.

Profissionais universitários e proprietários de terras lideraram também o corpo de deputados. Entre os democratas, a principal concentração era de advogados (42%), seguidos por médicos (19%) e fazendeiros (15%). O restante desses cargos se repartia entre outros profissionais universitários (8%) e profissionais não-universitários (11%). Não foram encontrados dados para os restantes 4%. O panorama ocupacional era mais variado entre os deputados radicais. Os profissionais universitários alcan-

²³ *Almaceneros de ramos generales*, no original. Refere-se aos comerciantes varejistas das áreas rurais argentinas. Utilizaremos doravante a expressão "comerciante de campanha" para designá-los. (N. do T.)

çaram 43%. Os médicos lideraram o grupo (26%), seguidos pelos advogados (17%). A eles se somavam dois engenheiros, um procurador, um jornalista e um estudante universitário — que seguramente optara pela atividade política (22% em conjunto). Também contavam com um militar aposentado (4%). Juntamente com os profissionais universitários, os proprietários de terras constituíam um grupo importante (30%).

O corpo mais diversificado quanto à sua composição social era o de eleitores. Entre os democratas, 17% eram profissionais universitários, com uma leve concentração a favor dos advogados; 11% eram profissionais não-universitários; outros 11% provinham dos proprietários de terras; 6% dos comerciantes urbanos; outros 6% de empregados administrativos; e 12% de proprietários urbanos. Não encontramos dados para 29% dos eleitores. Com respeito aos deputados de mesma origem partidária, registra-se um aumento no sentido da diversidade ocupacional.

A tendência de recrutar representantes entre setores ocupacionais distintos se acentuava entre os eleitores radicais. Destes, 34% eram profissionais universitários, com uma forte concentração em medicina (16%) e, em seguida, direito (9%). Ainda assim, entre os eleitores radicais era muito forte a presença de proprietários de terras, entre os quais se incluem aqueles que diversificaram sua atividade para o comércio e a estocagem de cereais ou para a colonização (23%). Mas, se algo resulta distintivo, era o recrutamento de eleitores entre membros de outras categorias ocupacionais: comerciantes da capital, de povoados e cidades do interior e comerciantes de campanha alcançaram, em conjunto, 18%; proprietários e pessoas que vivem de rendas, 11%; e, mais próximo dos setores inferiores da pirâmide social, 3,5% de empregados e 5% de trabalhadores urbanos qualificados (dois mecânicos e um magarefe). A eles se somavam 10% de indivíduos sobre os quais não possuímos informações.

Essa classificação global, realizada para o conjunto das direções partidárias de todos os anos, oculta evoluções. Com efeito, se se comparam as ocupações dos diferentes dirigentes por partido, em 1916 e em 1928, incluindo entre os parlamentares os que ingressam, saem ou permanecem, a leitura registra tendências diferentes. O único senador radical do período, que ocupou este cargo em 1928, era médico, proprietário de terras e sócio de "Canteras Quinteros". Referimo-nos a Benito Soria.

Entre os oito deputados radicais que ingressaram no Parlamento em 1916, registrava-se uma forte presença de proprietários de terras (50%). Três deles eram, além disso, profissionais universitários: um médico, um advogado e outro engenheiro. Um era somente profissional universitário (farmacêutico e médico); um era jornalista; e o último, o futuro vice-presidente da nação Elpidio González, tinha estudos universitários incompletos em direito e se dedicava exclusivamente à atividade política. Em 1928, por sua vez, dos oito deputados radicais, seis eram

profissionais universitários (75%). Destes, três eram médicos, dois advogados (que repartiam sua profissão, um com a docência universitária e outro, Carlos J. Rodríguez, com uma dedicação permanente à política). O último profissional universitário, também advogado, se dedicava a atividades rurais. Se incluímos este último, os proprietários de terras eram três. Assim, os elementos sociais entre os quais o radicalismo recrutou sua direção mudaram com o passar do tempo, evoluindo de um setor mais vinculado às atividades rurais a outro cujas competências estavam relacionadas com a formação profissional universitária — principalmente médicos e advogados. Essas comprovações refletem as afirmações de R. Caballero, que, ao descrever a composição inicial do radicalismo da primeira década do século XX nas províncias de Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba, exaltava a presença de elementos tradicionais no partido, descendentes dos “últimos sobreviventes do federalismo”, de “exemplares autênticos dos senhores rurais de nosso passado campesino”.²⁴

A tendência se repete entre os eleitores da UCR. Em 1916, dos 18 eleitores radicais, sete eram proprietários de terras (dois deles dedicados à colonização, à estocagem e ao comércio de grãos). Também havia um comerciante de campanha. Os profissionais universitários eram quatro (dois advogados, um médico e um engenheiro), aos quais se agrega um procurador.²⁵ Um empregado administrativo, um mecânico, um proprietário urbano e dois de origem desconhecida completavam o grupo. Em 1928, a composição dos eleitores radicais de segundo grau havia variado. Junto a quatro fazendeiros, registrava-se a presença de seis profissionais universitários, dos quais três eram médicos, dois advogados e um engenheiro. A eles se somava um eleitor com estudos universitários incompletos. Mas o grupo com maior presença era aquele formado por comerciantes da capital ou de povoados do interior da província, cinco no total. O grupo se fechava com a presença de uma pessoa que vivia de rendas, um empregado, um magarefe e um mecânico.

Em ambos os corpos, o recrutamento da direção radical registrou uma notável evolução. Entre os deputados, de 1916 a 1928, a preeminência dos proprietários de terras foi diminuindo paulatinamente em favor dos profissionais universitários. Para os eleitores, que no conjunto também evoluíram em sua composição social, repetiu-se uma tendência semelhante. Em 1928, os profissionais universitários, médicos em sua maioria, ocuparam o maior número de cargos, acompanhados pelos comerciantes. Mas se algo caracterizou os eleitores deste último ano foi a incorporação de elementos

²⁴ Caballero, 1975:64, 69.

²⁵ O procurador é incluído com ressalvas neste grupo devido ao fato de que esta carreira começou a ser ensinada no âmbito universitário em 1919.

dos setores menos favorecidos na escala social, vinculados à atividade manual qualificada ou semiquificada.

Registrôu-se um processo similar entre os democratas? Os senadores de 1916 eram um médico e um advogado, ao passo que em 1928 ocupava este cargo um advogado e jurisconsulto que se dedicava principalmente à política (Julio A. Roca, filho). Assim, os postos de senador ocupados pelos democratas em ambos os momentos estiveram em mãos de profissionais universitários.

Os sete deputados democratas de 1916 eram, todos, profissionais universitários (quatro advogados e três médicos). Entre os 13 de 1928, a maioria seguiu em mãos de pessoas da mesma categoria (cinco advogados, três médicos e um engenheiro). Um dos advogados era também fazendeiro. Junto a eles, havia três fazendeiros e dois deles com atividade diversificada: um comerciante colonizador e outro meteorologista. Finalmente, há ainda outro deputado de profissão desconhecida. A presença dos proprietários de terras era percentualmente menor entre os deputados democratas (29%) que entre os radicais (39%). A tendência ao recrutamento de dirigentes nos setores profissionais universitários se manteve constante, ao passo que foi menor a incorporação de indivíduos de diferente extração social.

No que diz respeito aos eleitores, os sete cargos de 1916 se repartiram entre dois proprietários de terras, um advogado, um comerciante, um proprietário dedicado aos negócios imobiliários, um empregado e outro de profissão desconhecida. Para o mesmo ano, a presença de ocupações de hierarquia inferior é semelhante àquela dos radicais. Em 1928, o único eleitor democrata era professor normal, ou seja, profissional não-universitário.

À medida que a direção do PD “envelhecia”, o recrutamento se mantinha prioritariamente vinculado ao mesmo setor sociocupacional, formado na Universidade Nacional da capital da província. Um radicalismo mais “jovem”, com dirigentes inicialmente muito vinculados ao interior pela atividade rural que desenvolviam, estendeu seu recrutamento a um leque mais amplo que aquele dos democratas e, gradativamente, foi conformando uma direção que refletia, melhor que seus opositores, a diversidade social: incorporou os filhos da transformação de uma sociedade que se tornava mais complexa.

As trajetórias políticas

De uma série de condições que contribuem para a formação da direção política e que não foram levadas em conta nesta análise — relação familiar, vínculos, laços sociais etc. —, o nível escolar, a idade e a ocupação eram importantes na hora de alavancar um candidato. Mas, dado que a política é um campo que tem suas regras próprias, a experiência militante e dirigente é considerada outra das variáveis que ajudam à definição dos perfis políticos dos dirigentes.

Experiência militante e dirigente

Onde era exercida essa experiência?²⁶ Se levarmos em conta a origem geográfica da representação pelo local de nascimento, resulta notável a forte proporção de nascidos na província e na cidade de Córdoba. Da amostra para a qual encontramos dados,²⁷ 40 eram cordobeses (78%), sete haviam nascido em outras províncias (14%), três na cidade de Buenos Aires (6%) e um na Espanha (2%). Entre os cordobeses, 19 (47%) haviam nascido na capital.

Mais interessante que a análise pelo local de nascimento é aquela que considera as áreas de influência política dos representantes, entendendo como tais os espaços onde os membros dos diferentes corpos atuavam para obter adesões das bases do eleitorado.

Da leitura geral da tabela 5, depreende-se a forte influência da capital da província no recrutamento dos elencos políticos, seguida pelas regiões Sul e Leste. Em menor medida, participaram da provisão de dirigentes as regiões Centro-Oeste e Noroeste. Os senadores sempre foram providos pela capital. Por outro lado, dado que os deputados e eleitores eram eleitos proporcionalmente à quantidade de habitantes, não é estranho que a maior concentração demográfica tivesse a maior quantidade de representantes. De acordo com o censo nacional de 1914, 26% da população da província se concentravam na capital, e 53% viviam nos departamentos do Sul e do Leste cordobês.²⁸ À primeira vista, chama a atenção a maior representação dos dirigentes influentes na capital.

Considerados em conjunto, senadores, deputados e eleitores, observa-se que a representação democrata sempre manteve sua área de influência na capital. Em 1916, 69% provinham dela. Doze anos depois, a proporção aumentou para 80%. Os representantes radicais, por sua vez, se distribuíam mais pelo interior. Em 1926, 35% tinham sua zona

²⁶ Para analisar eventuais mudanças nas zonas de gravitação política, foram localizados os espaços de recrutamento de adesões onde operava cada representante nos anos eleitorais que delimitam o período (1916 e 1928). Os dados foram identificados a partir da procedência de delegados em comitês, convenções ou assembléias partidárias, exercício de chefias políticas, cargos municipais etc. Dado que se afirmou que “os diversos trabalhos agropecuários com suas modalidades próprias (...) têm grande influência (...) nas múltiplas manifestações da vida social da população”, a informação foi cruzada com as características produtivas dos departamentos da província. A regionalização foi construída a partir da consulta a *Regiones social-agrarias de la República Argentina*, do Ministerio de Agricultura y Ganadería, División de Sociología Rural, Dirección de Economía Agraria, por J. Vicien y R. E. Dejean del Castillo (Buenos Aires, Pub. Of.). (Agradeço ao dr. Aníbal Arcondo a sugestão e o envio desta fonte.)

²⁷ Não se encontraram informações para 75 dos 127 representantes.

²⁸ Dados obtidos em Arcondo (1996:72).

de influência na capital e o mesmo percentual nos departamentos do Sul. Em 1928, 27% dos representantes tinham influência na capital e 53%, na zona sul. Assim, o radicalismo havia conseguido cooptar o voto do Sul cordobês em maior proporção que seus opositores, através da incorporação de dirigentes com trajetória prévia e da ação de comitês que começaram a proliferar na região desde a primeira década do século XX.²⁹

Tabela 5
Influência regional dos elencos por partido:
província de Córdoba (1916-28)

Região	Cargo	1916			1928	
		UCR	PD	PS	UCR	PD
1. Leste e Sul (de agricultura fina e pecuária mista) Departamentos: Río Primero, San Justo, Río Segundo, Tercero Arriba, Tercero Abajo, Unión, Marcos Juárez, Río Cuarto, Juárez Celman, General Roca	E	5	-	-	10	-
	D	3	1	-	6	2
	S	-	-	-	-	-
2. Norte e Oeste (pecuária ovina, lanar e caprina) Departamentos: Sobremonte, Río Seco, Tulumba, Ischilín, Totoral, Minas, Pocho, San Alberto, Punilla, Cruz del Eje	E	4	1	-	4	-
	D	-	-	-	-	-
	S	-	-	-	-	-
3. Centro-Oeste (produção diversificada, intensiva e irrigada) Departamentos: Colón, Santa María, Calamuchita, San Javier	E	3	-	-	2	-
	D	-	1	-	-	1
	S	-	-	-	-	-
4. Capital Departamento: Capital	E	3	4	-	5	1
	D	5	5	3	2	10
	S	3	4	-	5	1

Fonte: Congreso Nacional, 1917-1931a, 1917-1931b, passim. A divisão regional foi construída com base em *Regiones social-agrarias de la República Argentina*, do Ministerio de Agricultura y Ganadería. Não se registraram dados para um eleitor democrata e dois radicais em 1916, e para um eleitor radical em 1928.

Obs.: Em relação aos parlamentares, consideramos os que ingressam, os que saem e os que permanecem (eleitos anteriormente). A divisão regional é de elaboração própria. Não encontramos uma divisão por seções eleitorais. A mais correta regionalização socioagrária foi realizada por Arcondo (1965). Por suas particularidades, o autor considera como uma região única o departamento de Colón. Para nossos fins, reunimos este e outros departamentos que também participam, ainda que em menor medida, da produção diversificada, intensiva e irrigada.

²⁹ Esse processo surgiu da reorganização do partido posteriormente à revolução fracassada de 1905, mas já fora objeto de pronunciamento do Comitê Nacional de 1904. Um antecedente em Córdoba, fruto dessa decisão, foi a fundação do Comitê de Ballesteros, em 1907. Ver Caballero (1975:91-94).

Entre os democratas, o número de deputados da capital duplicou em 1928 em relação a 1916. E a perda de eleitores diz respeito a um partido que se concentrava neste departamento ao mesmo tempo que perdia influência no interior.³⁰ Os deputados radicais, que, em 1916, recrutavam seus dirigentes majoritariamente entre aqueles que tinham sua área de influência na capital, em 1928 os recrutam entre os pertencentes aos comitês departamentais do Sul e do Leste.

Em relação aos eleitores, a tendência permite observar que os democratas perderam, em 1928, notavelmente sua influência em toda a província, e que o único eleitor provinha da capital. Os radicais, por sua vez, conseguiram estender-se por toda a província, mas sobretudo pelo Sul e Leste.

Da gravitação das regiões cordobesas na provisão de dirigentes, surgem algumas comprovações. Entre 1916 e 1928, a capital ofereceu a maior quantidade de representantes, ainda que sua incidência fosse diminuindo ao longo do período. É provável que isso tenha respondido a uma tendência condicionada por distintos fatores. Os governos provinciais e a burocracia do Estado — onde os militantes podiam encontrar emprego — concentravam-se principalmente nela. Ali tinham suas sedes os principais bancos e ali se realizava o comércio mais importante da província. No plano educacional, era o centro de atração por sua universidade, onde se formaram numerosos quadros políticos. Os comitês centrais dos partidos nela residiam e ali se “jogavam” as decisões partidárias. E a população era, em sua maioria, de origem nacional, ou seja, formava o corpo de cidadãos que elegia os representantes.

Em face disso, a participação do interior incrementou-se com o tempo, mas as áreas mais representadas mudaram, acompanhando a gravitação econômica dos departamentos da província no contexto nacional. A zona dedicada à criação tradicional de gado *vacum crioulo* ou *lanar caprino* (do Norte e do Oeste) nunca teve participação majoritária, embora sua representação se tenha mantido praticamente constante. Por outro lado, aumentaram os dirigentes dos departamentos onde predominava a produção intensiva ou irrigada, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Leste, zona de colheita fina (trigo e milho) e de pecuária mista.

Esse deslocamento pode ser observado como reflexo do incremento populacional, que acompanhou o crescimento econômico das regiões em condições de desenvolver a produção agropecuária prioritária no contexto internacional, destinada a prover bens para satisfazer o mercado externo. Os departamentos do Sul e do Leste foram o cenário da colonização agrícola em âmbito provincial, vinculado à implantação dos prin-

³⁰ Cabe fazer uma ressalva: neste estudo, consideram-se apenas os representantes surgidos de eleições nacionais e, neste âmbito, os democratas não possuíam um partido de referência forte. Na esfera provincial, em contrapartida, conseguiram recrutar maior quantidade de adesões.

cipais ramais ferroviários que comunicaram a região com o porto de Rosário. A grande propriedade destinada à pecuária sobressaía nos departamentos sulinos de Río Cuarto, Juárez Celman, sul de Unión e General Roca — neste último, com estabelecimentos de, em média, 5 mil hectares. Desde fins do século XIX, como extensão do processo colonizador da vizinha província de Santa Fé, junto à grande propriedade coexistia uma camada de pequenos e médios produtores — proprietários, arrendatários, parceiros ou colonos —, encarregados de explorar terras que oscilavam entre 150 e 400 hectares, em média — por exemplo, nos departamentos de Río Segundo e San Justo.³¹ Esse grupo era majoritariamente formado por imigrantes que haviam sido atraídos pela expansão agrária. Por volta de 1907, 75% das famílias que viviam nas áreas agrícolas eram de origem italiana, 14,6% delas eram argentinas e o restante se distribuía entre diferentes nacionalidades.³² De par com o desenvolvimento agrário, começaram a proliferar povoados agrícolas e, sobre essa região, o radicalismo estendeu seus comitês. Os filhos de imigrantes da região nascidos na Argentina se incorporaram ao padrão nacional, alimentaram o caudal eleitoral e chegaram a ocupar postos dirigentes.

E, como insinuamos antes, ainda que os democratas tenham exercido forte influência na região através de caudilhos locais ou regionais, o recrutamento de seus dirigentes se foi restringindo à capital provincial e aos departamentos vizinhos. O radicalismo, por sua vez, estendeu sua influência por toda a província e boa parte de sua direção provinha das muito povoadas zonas do Sul e do Leste cordobês, e nelas influía.

Trajetória para chegar à representação

De que maneira se chegava à representação? Qual era a trajetória prévia dos atores políticos em questão? As respostas que se oferecem a essas questões indicam tendências gerais.³³

Um dos elementos que atuava a favor da promoção da direção política era a permanência nos partidos. A leitura da tabela 6 põe em evidência a importância da lealdade ao partido para a promoção a um cargo de representação nacional. Contudo, em que pese à intenção generalizada da direção partidária em construir organizações permanentes que robustecessem a vida política, os partidos políticos eram pouco mais que alianças de grupos personalizados, sobretudo no começo do período.

Se observarmos as trajetórias dos deputados radicais de 1916, representantes de um partido que recentemente se incorporava ao terreno eleitoral para esse tipo de

³¹ Arcondo (1996); Ferrero (1981:29-47).

³² Arcondo, 1996:76.

³³ Este ponto merecerá um tratamento futuro mais exaustivo.

eleição, chama a atenção que, de oito representantes, quatro tivessem participado da conformação de outras forças políticas.

Tabela 6

Anos de militância no partido no momento de ocupação do cargo: província de Córdoba (1916-30)

Cargo	Militância	Radicais		Democratas*	
		Nº de casos	Anos**	Nº de casos	Anos**
Eleitores	Permanente	33	10	8	7
	Migração	3	5	1	5
	Conjunto	36	10	9	6
Deputados	Permanente	16	15	22	16
	Migração	6	6	3	2
	Conjunto	22	12	25	11
Senadores	Permanente	1	24	2	22

Fonte: Congreso Nacional, 1917-1931a, 1917-1931b.

* Para os militantes do PD, o cálculo foi realizado com base na participação política prévia em alguma das forças que o integraram.

** Média.

Não se pode negar o radicalismo de Elpidio González. Mas este católico não clericalista, que foi o braço direito de Yrigoyen na província de Córdoba e chegou a ser vice-presidente da República entre 1922 e 1928, participou brevemente, antes de sua definitiva incorporação à UCR, em 1903, da Comissão Diretiva do Partido Republicano — liberal e mitrista, presidido honorariamente pelo radical Pedro C. Molina —, ao qual renunciou quando soube que a chapa presidencial estava em mãos de candidatos inclinados a apoiar Roca.³⁴

Jesús Vaca Narvaja — que militou desde jovem no radicalismo e esteve presente na fundação do comitê radical de Ballesteros de 1907, representando o departamento de Río Primero — fez parte da União Nacional que levou Roque Sáenz Peña ao poder. Este católico militante, apoiado pelo clero cordobês, foi senador provincial por Córdoba (1910-14) e candidato a deputado nacional (1912) por esse partido.³⁵ Nesse ano, foi cooptado por Elpidio González — seu ex-colega na Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Córdoba —, filiou-se ao radicalismo e ao cabo de dois anos era deputado nacional.

Julio C. Borda, um membro da poderosa corporação católica Corda Frates,³⁶ e que também militou na União Nacional, foi outro dos cooptados por Elpidio González em

1914. Em 1916, foi vice-governador de Córdoba. Sua trajetória política no radicalismo esteve marcada por uma espécie “dupla filiação” entre as linhas internas do partido: tanto atuava com Elpidio como apoiava o muito clerical Arturo M. Bas, líder da Corda.

Essas três incorporações não foram questionadas pela opinião pública radical, que se expressava através do diário *La Voz del Interior*. Em contrapartida, a decisão de mesmo tipo que Carlos J. Rodríguez tomou, em 1915, foi taxada de oportunista. Este caudilho havia fundado o Partido Democrata Social de Río Cuarto, em 1909. Com essas, suas próprias forças, apoiou de forma alternada o Partido Constitucional, que havia levado Félix Garzón ao poder, e participou da iniciativa de fundação do Partido Democrata, em 1903. Dois anos mais tarde, incorporou-se ao radicalismo. Houve quem atribuísse a essa decisão a negociação de sua candidatura a deputado nacional, o que os democratas lhe haviam negado.³⁷ No entanto, Rodríguez declarara que sua opção pelo partido do qual seria um futuro panegirista³⁸ surgira de uma avaliação racional. De acordo com o manifesto endereçado a seus seguidores e publicado no diário católico *Los Principios*, a partir da reforma eleitoral de 1912 a tendência favorecia a formação de grandes concentrações políticas ou partidos políticos nacionais. A luta, afirmava, “está colocada hoje entre o espírito conservador e o espírito novo que a UCR encarna”. Pois, enquanto as forças que haviam governado por longo tempo a nação — “as classes que desfrutavam de melhor posição social ou pecuniária, e talvez a maior parte da aristocracia intelectual” — se alinhavam em torno dos democratas, a UCR, dizia,

encarna fielmente a energia de que a idéia nova necessita para abrir caminho; e por ele correm seguindo sua bandeira os inovadores da idéia e da ação, a juventude e as classes médias e proletárias etc. Na dinâmica política de cujo desenvolvimento depende a rigor toda a vida do Estado, há uma força conservadora de resistência, que está voltada para a tradição e cujo principal empenho consiste em manter o *status quo* dos interesses criados; outra força de progresso de iniciativa voltada para o futuro e que persegue constantemente o ideal transformado, a realidade em que atua.³⁹

Esses argumentos que identificavam o radicalismo com a força do progresso foram utilizados quando da incorporação do Partido Democrata Nacional — do qual aparentemente se considerava a encarnação — na UCR. Segundo as próprias declarações de Rodríguez, quem o convenceu nesse sentido foi Francisco Beiró, que chegaria

³⁴ Torres, A. (1951:22).

³⁵ *La Voz del Interior*, 3-3-1912.

³⁶ *Ibid.*, 14-2-1917.

³⁷ *La Voz del Interior*, 6-6-1912; 14-3-1915; 14-7-1915; 19-1-1925. *Los Principios*, 26-10-1913.

³⁸ Ver Rodríguez (1943, 1964).

³⁹ *Los Principios*, 16-10-1915. Para uma análise exaustiva de sua atuação política no âmbito do caudilhismo, ver Vidal (1994).

a ser eleito vice-presidente da nação e que havia sido seu companheiro de estudos no Colégio Nacional de Entre Ríos e na Faculdade de Direito, além de seu sócio num escritório de advocacia. Beiró militava nas fileiras do radicalismo desde o período revolucionário. Em uma carta a Rodríguez — de tom muito fraternal —, afirmava que a UCR unia todos os bons argentinos e era a causa de todos os programas. E lhe colocava o seguinte dilema: “ou se está com os falsos moedeiros [que haviam governado] ou se está com a nação [a UCR]. Desculpe-me a pergunta; tenho o direito de fazê-la: para onde vais, Carlos?”⁴⁰ Em outra carta, o mesmo Beiró apontava:

Não percebeste que a União Cívica Radical é o povo, é a nação mesma em protesto? (...) Carlos, toma, como elementos intelectuais para formar teu juízo, os conceitos morais e democráticos que vertes em tua carta, e toma uma atitude. Minha opinião, meu conselho, meu pedido, enquanto legitimamente posso fazê-lo, é que te ponhas do lado da Nação.⁴¹

O perfil de Rodríguez era distinto daquele de E. Gonzáles, J. Vaca Narvaja e J. C. Borda. Quer se tenham incorporado ao radicalismo por convicção, por cooptação, por especulação oportunista etc., as decisões de todos eles se conjugavam com a necessidade da UCR de recrutar dirigentes que somassem forças ao caudal partidário.

As incorporações de dirigentes ao radicalismo não se restringiram apenas ao momento inicial. Por exemplo, Arturo M. Bas — defensor do setor mais recalcitrante do catolicismo cordobês, chamado “o Beato Negro” e líder da Corda Frates —, após uma tentativa frustrada para construir um partido católico, e após ter apoiado por três anos o radicalismo azul⁴² onde militava seu irmão, José Ignacio, incorporou-se ao radicalismo em 1919. Pertencera antes às direções do Partido Autonomista Nacional (PAN), do Comitê de Comércio da cidade de Córdoba, da União Provincial, da União Nacional e do Partido Constitucional — este último a tentativa mais próxima da formação de um partido católico que conheceu certo êxito na capital federal, em 1918.⁴³

As poucas migrações em direção ao Partido Democrata permitem pensar que a avaliação realizada por Rodríguez era correta. A fortaleza democrata assentava-se em anos de exercício de governo e na ação de caudilhos políticos que operavam com fortes vínculos em suas bases, mas poucos estariam dispostos a incorporar-se a um partido que, falto de uma referência nacional, parecia não ter futuro.

⁴⁰ Carta de Beiró a Rodríguez, de 18-3-1914 (Rodríguez, 1943:215-216).

⁴¹ Carta de Beiró a Rodríguez, de 11-5-1914 (Rodríguez, 1943:216-217).

⁴² O radicalismo azul era uma tendência interna da UCR que reunia setores elitistas da sociedade.

⁴³ Sobre a participação dos setores católicos na política cordobesa, ver o texto de Vidal (2000).

Uma vez incorporados ao partido, não existia um perfil típico para se chegar a ocupar cargos nacionais. Dois dos quatro senadores constituem um exemplo dessas diferenças. Benito Soria, médico radical,⁴⁴ após 24 anos de militância nas fileiras do partido chegou a ocupar o posto de senador nacional em 1928. Fazendeiros da região serrana de Punilla, os Soria iniciaram sua inserção na política a partir da geração de Benito. Seus irmãos Ramón e Arsenio militavam em diferentes tendências do partido. O segundo chegou a ser senador provincial pelo departamento de Punilla (1918-22), como representante do radicalismo azul; sua militância derivou depois para o antipersonalismo.⁴⁵ Ramón foi eleitor de governador em 1918 e de presidente em 1922. Teve uma destacada atuação como líder do radicalismo azul e, em seguida, do personalismo na mesma região. Atuou como tesoureiro do comitê central do partido, em 1911, e foi delegado a assembléias, comitês e convenções provinciais entre 1920 e 1927.⁴⁶

Talvez por ser o único dos irmãos que se transferiu para Córdoba para obter um título universitário, a trajetória de Benito teve como cenário a capital provincial. Não há registro de nenhum antecedente na função pública de âmbito municipal. Ele ocupou apenas dois cargos provinciais, um como eleitor de governador, em 1918, e outro como médico comissionado pelo governo cordobês para estudar, na Europa, a organização de escolas ao ar livre para crianças deficientes mentais. Salvo um posto como médico dos tribunais federais, sua carreira pública iniciou-se praticamente na condição de senador nacional (1928-30). Posteriormente ao golpe de Estado, voltou, em 1936, ao Parlamento como deputado por sua província — coincidindo com a administração provincial do radical Amadeo Sabattini.

Junto a essa trajetória pouco nutrida em cargos representativos, a atividade partidária de Benito Soria foi intensa. Em boa medida, ele conseguiu o apoio político das bases a partir do exercício da profissão entre os setores populares. Já em 1904, participou com seus irmãos da convenção nacional partidária que decidiu a reorganização da UCR em toda a República, mediante a fundação de comitês.⁴⁷ Desde então, incrementou sua atividade até chegar a ocupar espaços de primeira linha no partido, durante a década de 1920. Em várias oportunidades, foi delegado a convenções, assembléias e comitês partidários, provinciais e nacionais, candidato a governador e presi-

⁴⁴ *Libro de graduados de la UNC*, III.

⁴⁵ O antipersonalismo era uma fração do radicalismo oposta às práticas políticas personalistas utilizadas por Hipólito Yrigoyen. Nela se concentravam setores de elite. Em boa medida, havia integrado os elementos do radicalismo azul desaparecido.

⁴⁶ *La Voz del Interior*, 9-6-1911; 19 e 22-3-1921; 16-10-1924. *Los Principios*, 23-1-1926; 13-3-1927; 28-8-1927.

⁴⁷ Melo (1970:35); Caballero (1975:28).

dente de comitê central da província.⁴⁸ Utilizou-se da influência de Elpidio González e fez parte da tendência circulista que com este se identificava (1922) e, dois anos mais tarde, do personalismo. Teve ativa participação como árbitro interno da UCR. Intercedeu na fusão do partido, em meados da década de 1920, e acabou candidato a governador pela chapa personalista.⁴⁹ Apoiou Amadeo Sabattini, com quem construiu uma linha interna renovadora e muito importante, ainda que, duas décadas mais tarde, tenha se oposto a este, por indentificá-lo com a tendência personalista e esquerdizante do partido.⁵⁰

Diferentemente de Soria, os três senadores democratas se caracterizaram por pertencer a famílias tradicionais da cidade de Córdoba (Augusto Funes, Justiniano Posse e Julio A. Roca, filho). Nenhum deles ocupou cargos municipais. Sua inserção social servia como trampolim para ocupar cargos provinciais ou nacionais. A trajetória mais consistente e conhecida é a de Roca. Este advogado era filho do presidente da nação que articulara a política nacional de 1880 até o início do século XX; neto de um membro da família Funes, com fortes raízes no comércio e na produção agrícola e pecuária cordobeses; sobrinho do ex-governador de Córdoba e ex-presidente da nação Miguel Juárez Celman, e dos menos conhecidos Alejandro e Ataliva Roca, de fortes conexões políticas e vínculos com a economia pastoril; cunhado de outro filho de ex-presidente, José Evaristo Urriburu. Não lhe faltavam, portanto, conexões políticas e sociais que nutrissem seu capital político. Sua carreira pública iniciou-se pelo posto de deputado nacional por Córdoba, representando o Partido Autonomista Nacional (PAN) e sucessivos conglomerados de mesma orientação. Ocupou esse cargo, sem interrupções, entre 1904 e 1916. Em uma situação de impasse, foi membro da Constituinte provincial de 1912. Entre 1916 e 1922, foi senador nacional e interrompeu seu mandato para ser governador da província. Renunciou a esse posto em 1924, em virtude de dissidências internas do partido, mas a Legislatura não aceitou sua renúncia e ele acabou concluindo seu período de governo. Em 1926, foi novamente eleito deputado nacional. Após o golpe de 1930, restabelecida a ordem institucional, foi sucessivamente vice-presidente da nação, ministro das Relações Exteriores, embaixador na Grã-Bretanha e no Brasil.

Mais do que seus cargos públicos, tão conhecidos, interessa-nos, porém, destacar que, entre 1904 e 1938, Julio A. Roca (filho) nunca descuidou do controle interno do partido, nem em Córdoba nem no país. Sua inserção no Partido Democrata provincial foi importantíssima e decisiva quando lhe coube desempenhar a função de árbitro. A influência alcançada na capital provincial se potencializava com aquela de âmbito nacional. Dessa

⁴⁸ *La Voz del Interior*, 19 e 22-3-1921; 16-10-1924; 23-1-1926; 28-8-1927; 28-11-1927. *Los Principios*, 28-8-1927; 28-11-1927.

⁴⁹ *La Voz del Interior*, 17-10-1924.

⁵⁰ Citado em Mora y Araujo e Llorente (1980:358).

maneira, converteu-se também em árbitro inelutável das direitas. Foi um dos gestores da fundação do PD em 1913. Desde o começo, ocupou cargos dentro de sua comissão diretiva. Presidiu convenções e juntas do partido e, em 1916, foi o presidente do PDP que sustentou a chapa presidencial composta por De La Torre e Carbó. O posto de deputado nacional não foi um impedimento para que, entre 1919 e 1922, presidisse o partido em nível provincial.⁵¹ Renunciou a essa distinção apenas em 1922, quando foi designado candidato a governador. Desse posto, enfrentou a disputa interna do partido (divisão entre nuñistas tradicionalistas e rothistas liberais) e foi essa situação que o levou a apresentar sua renúncia. Seu prestígio como líder nacional da direita ficou evidente na presidência da convenção nacional de 1925. A presidência do partido voltou às suas mãos em 1925 e ele não a abandonou quando novamente ocupou o cargo de deputado nacional. Em 1927, foi novamente eleito presidente da junta do Partido Democrata de Córdoba.⁵² Fundou e presidiu, em 1928, a convenção das direitas em nível nacional.⁵³ Os enfrentamentos interpartidários cordobeses o levaram mais de uma vez a renunciar às honras conferidas, mas suas renúncias foram pontualmente recusadas.⁵⁴ E nunca se esquivou de suas atividades no seio do partido, onde sua gravitação foi central ainda depois do final da década de 1930.

As duas trajetórias mencionadas parecem comparáveis somente a partir de sua condição de senadores nacionais e de profissionais universitários. Sua diferente origem social, o capital relacional aportado e seu não menos diferenciado acesso à atividade política permitem enfatizar suas diferenças. Aproxima-os, contudo, a importância por ambos atribuída à ação intrapartidária. Se o mérito de Roca foi o de continuar uma tradição familiar de gravitação política nacional, aproveitando sua condição de “notável”, o de Soria foi o de militar a partir das bases em prol do radicalismo, do período da abstenção em diante. Nenhum dos dois começou sua carreira em governos municipais. Dirigir, intervir, negociar, nuclear tendências, entretanto, aparecem, oportunamente, como atividades fundamentais para esses políticos profissionais que se constroem como dirigentes de primeiro nível em seus respectivos partidos.⁵⁵ De forma alguma podiam abandonar o papel que confirmava seu vínculo com o partido e que, ao mesmo tempo, lhes assegurava a permanência nas primeiras fileiras da direção partidária. Isso era básico para ascender e permanecer em cargos de representação nacional.

Outro dos corpos, o de deputados, apresenta uma trajetória de conjunto interessante, à medida que mostra os fluxos de aglutinação e de dispersão dos partidos majoritários.

⁵¹ *Los Principios*, 16-12-1919.

⁵² *Los Principios*, 30-1-1926; 3 e 10-2-1926.

⁵³ *Ibid.*, 18-4-1928.

⁵⁴ *Córdoba*, 8-12-1929

⁵⁵ Utilizamos o conceito “político profissional” no sentido weberiano. Cf. Weber (1985).

O Partido Demócrata recrutou sua direção entre atores políticos com experiência no controle do poder nacional e provincial.⁵⁶ Mas houve também um número considerável de deputados que haviam participado da política agenciando forças próprias, seja a partir da política municipal, seja a partir de fusões departamentais ou provinciais.⁵⁷ Em seu conjunto, tentavam construir um partido que superasse as instâncias anteriores. Não passaram de nove os novos quadros incorporados que chegaram a ocupar postos de deputado após a fusão, e as incorporações foram apenas até 1925. Houve apenas três migrações em direção ao radicalismo e, em que pese ao profundo enfrentamento de meados da década de 1920, entre setores liberais e conservadores, não houve uma grande dispersão de tendências.

As trajetórias políticas do elenco radical permitem observar um funcionamento partidário inverso. Do conjunto de deputados, apenas seis fizeram parte de outros grupos políticos antes de sua incorporação à UCR, o que, em geral, ocorreu antes de Yrigoyen ocupar a presidência. Filiaram-se ao partido entre 1889 (quando ainda não havia ocorrido a divisão entre Cívicos e Radicais) e 1920. Quatorze entre os atores considerados (61%) foram incorporados antes de 1905.⁵⁸ Os 39% restantes ingressaram no partido antes de 1920. Desde o início do século XX, o radicalismo sofreu um processo centrífugo no interior do partido e os dirigentes analisados participaram das linhas que se enfrentaram período após período.⁵⁹ A grande divisão do partido em âmbito nacional, em

⁵⁶ Dezesesseis dos 25 deputados demócratas participaram da fundação do partido, contando com participação política prévia em diferentes agrupamentos dessa tendência. Nove entre eles se haviam iniciado no tradicional PAN, onde atuaram de 1880 a 1902. Quatro haviam participado da fusão que levou ao poder Roque Sáenz Peña — a União Nacional —, outros tantos haviam pertencido ao Partido Constitucional (1912) e sete à Concentração Popular (1913).

⁵⁷ Respectivamente, pode-se mencionar para o caso municipal da capital provincial o Comitê do Comércio, forças departamentais no caso de Río Cuarto e a União Provincial, 1909.

⁵⁸ Encontramos entre eles aqueles que atuaram nas revoluções de 1890 e de 1905, na convenção nacional de 1904 e aqueles que foram artífices da fundação de comitês departamentais no sul de Córdoba, entre as quais a mais importante — já mencionada — foi a fundação do Comitê de Ballesteros, em 1907 (Caballero, 1975).

⁵⁹ Cinco se haviam afastado do tronco partidário central, integrando o Radicalismo Insurgente de 1913 (o que lhes valeu a expulsão). Entre 1916 e 1920, apenas nove escaparam à divisão entre radicais vermelhos e radicais azuis. Iniciada a década de 1920, novas reidentificações ocorreram. Em 1922, 10 deles participaram do enfrentamento que se produziu em torno da figura de maior gravitação na província: Elpidio González. Enfrentaram-se, de um lado, elpidistas — circulistas — ou radicais de Córdoba e, de outro, principistas e antielpidistas. Os seguidores de Elpidio González e os radicais de Córdoba homogeneizavam seu discurso em torno das idéias de Yrigoyen. Ainda que sua convocatória chamasse à unificação da direção radical, encontraram imediata oposição. Como os radicais vermelhos, também se dirigiam ao povo e propunham reconstruir o partido sobre bases pessoais (Caballero, 1975, *passim*).

meados da década (1924), atribuída à adesão ou recusa aos métodos de condução personalista do líder partidário emblemático — Hipólito Yrigoyen —, percebe-se claramente em novos reagrupamentos.⁶⁰ Em meados da década, Amadeo Sabattini — um personalista de forte gravitação na política provincial, que durante o período considerado ocupou o cargo efetivo de eleitor nacional e o de ministro de Governo da província, em 1928/29, mas cuja ação pública seria muito mais destacada a partir da década de 1930 — introduziu novos reagrupamentos: sabattinistas e anti-sabattinistas.⁶¹

Assim, a partir dos deputados nacionais de ambos os partidos majoritários, registra-se um processo que vai da dispersão de forças à aglutinação entre os demócratas, e outro, inverso, da aglutinação à dispersão, entre os radicais, embora todos os deputados, do PD e da UCR, tenham se posicionado em uma ou mais das tendências apontadas durante o período estudado.

Como dito anteriormente, não existia uma trajetória individual típica para se chegar a ser deputado. Alguns podem ser identificados como notáveis, como membros do “panteão” demócrata ou radical. A partir de sua participação nas circunstâncias mais transcendentais do partido, tais como a revolução radical de 1905 ou a conformação do Partido Demócrata, eles detinham um “capital simbólico”⁶² de forte peso entre seus correligionários.⁶³ Outros eram caudilhos regionais que arrasta-

⁶⁰ Doze dos deputados considerados, pouco menos de 50%, aderiram ao personalismo e três ao impersonalismo, versão cordobesa do antipersonalismo nacional. A tendência personalista, que seguia H. Yrigoyen, se caracterizava ademais por uma concepção movimentista e plebiscitária. A figura do caudilho e o apoio popular que recebia se convertiam em elementos de unidade. Sua figura simbólica compensava a ambigüidade de sua proposta política. A oposição era, no discurso yrigoyenista, uma “elite” depositária dos vícios do “regime oligárquico”. No radicalismo, a tendência antipersonalista participava desse “elitismo”, que não passava apenas pelo nível de riqueza de seus membros, mas também pela posse de uma posição social e de uma cultura que excluía o *pueblo* e lhe negava igualdade no trato, na educação, na distribuição do poder etc. O líder do antipersonalismo, Marcelo T. de Alvear, era uma figura que impedia que se contradissesse a percepção que tinham os personalistas. Seus vínculos com membros do Partido Demócrata de Córdoba trabalhavam nesse mesmo sentido. Ver Cárcano (1965) e Vidal (1995: 273-290).

⁶¹ Entre os deputados considerados, apenas três (dois a favor e um contra) se posicionaram em relação ao novo líder provincial.

⁶² A definição de “capital simbólico” está em Bourdieu (1980:200-204).

⁶³ Tal é o caso, para os radicais, de Agustín Villarroel e do coronel Daniel Fernández, chefe militar da revolução de 1905, encarcerado em Ushuaia e liberado meses depois pela anistia de Figueroa Alcorta. Ver Ferrero (1972). Entre os demócratas, participaram da fundação do partido, em 1913/14: o médico de forte trajetória parlamentar dr. Gerónimo del Barco, Julio A. Roca (filho), Juan F. Caferatta, Rafael Núñez y Guillermo Rothe (Ortiz, 1992:102).

vam atrás de si forças próprias.⁶⁴ Em outros, a condição de dirigente provinha de uma militância que dependia da estrutura do partido. Mas eles compartilham alguns traços.

Um primeiro traço é que nenhum deles chegou a ocupar esses cargos a partir de posições extrapartidárias. A filiação era o passo inicial para obter a candidatura, ainda que a permanência prévia no partido oscilasse entre um ano e mais de 20 anos.⁶⁵ Para o lapso mínimo de tempo, o caso de referência é C. J. Rodríguez. Certamente, seu capital eleitoral próprio, alimentado por uma vasta clientela política e por sua amizade com dirigentes partidários de relevância alheios à província de Córdoba, incidiu em seu rápido ascenso, ainda que não se descarte que tenha negociado sua candidatura como condição à incorporação ao partido. Pode-se, assim, formular a hipótese de que a velocidade com que os dirigentes partidários ascendiam a uma posição de deputado nacional estava vinculada à sua bagagem política pessoal, que lhes conferia capacidade de negociação.

Outro traço comum é que a participação prévia em cargos públicos, municipais ou provinciais, contava menos para construir a trajetória política de um deputado do que a atividade como dirigente no interior dos partidos. Entre os democratas, por exemplo, a candidatura do fazendeiro Nicanor Costa Méndez — eleito deputado em 1930 — foi lançada sem que este tivesse trajetória política prévia em qualquer cargo. Constavam em seu currículo duas tentativas fracassadas para eleger-se deputado e senador provincial por seu departamento de origem, Unión. A despeito desses fracassos, a candidatura a deputado nacional foi avalizada por ser ele presidente do Comitê Central do Partido Democrata de Córdoba desde dezembro de 1929.⁶⁶ A candidatura do radical Raúl V. Martínez — advogado, filho de um rico comerciante de origem espanhola e com fortes vínculos familiares na capital provincial, irmão do vice-presidente da nação no período 1928-30 — foi proclamada nas mesmas condições. Desde os 17 anos ele se havia incorporado ao partido e um ano depois já desempenhava um

⁶⁴ Além do já tantas vezes mencionado C. J. Rodríguez, de Río Cuarto, pode-se citar Julián Maidana, do mesmo departamento, e Mariano P. Ceballos, de Unión. Para uma análise exaustiva sobre o fenômeno caudilhista na província de Córdoba, ver Vidal (1994).

⁶⁵ A permanência prévia mínima de um ano é a de C. J. Rodríguez, no radicalismo. Para o mesmo partido, um deputado que ocupou esse posto após 24 anos de militância foi Rosario Argüello Lencinas. Ele assistira, já em 1904, à reunião do Comitê Nacional do radicalismo. Sua incorporação mais permanente nos órgãos dirigentes do partido em nível provincial se deu a partir de 1924 (*La Voz del Interior*, 16-10-1924; 8-8-1925; *Los Principios*, 23-1-1926). Em 1925, foi eleito senador provincial por Río Segundo e apenas em 1928 chegou à posição de deputado nacional. Cf. Caballero (1975:28).

⁶⁶ *Córdoba*, 8-12-1929, 1-3-1930.

cargo diretivo no Comitê da Juventude. Em períodos reiterados, foi também secretário do comitê da província.⁶⁷ Ambos os casos são extremos e, em geral, os deputados contavam com uma trajetória política prévia em cargos efetivos. Mas, em 1916, 43% dos deputados democratas não tinham nenhuma experiência desse tipo. A proporção havia diminuído para 25% em 1922 e, por volta de 1928, todos haviam exercido algum cargo público. Entre os radicais, por outro lado, em 1916 apenas 12,5% não contavam com esse tipo de trajetória, que fora desenvolvida a partir de 1912. A partir desse momento, 100% dos deputados haviam ocupado algum cargo público prévio. Apesar disso, os candidatos podiam não ter feito parte dos conselhos deliberativos municipais, nem terem sido intendentes ou chefes políticos departamentais. Tampouco era imprescindível ter alcançado posto de deputado, senador ou eleitor de governador, ou tantos outros que dependessem da administração provincial. Mas, “necessariamente”, os radicais haviam passado pelo comitê central da província ou tinham sido delegados à convenção provincial. E os democratas, da mesma forma, haviam participado das juntas de governo, diretivas ou reorganizadoras.

Como terceiro traço comum, aqueles que provinham do interior da província deviam, antes de serem candidatos, passar por alguma instância de participação nos órgãos centrais do partido situados na capital, Córdoba. Ocupar um cargo nos comitês centrais de província, ou ser delegado pelo departamento de origem às convenções provinciais — convocadas estatutariamente para eleger candidatos, mas das quais não resultavam selecionados todos os delegados —, era condição prévia e *sine qua non* para se chegar a uma posição de deputado nacional. Isso é válido também para os membros dos 10 comitês de seções em que se dividia a capital.

Assim, para ser candidato a deputado, era indispensável realizar um *cursus honorum* no interior do partido, por menor que fosse. E a passagem pela capital da província, em alguma das instâncias de governo do partido, constituía-se em trampolim para ser candidato.

No caso dos eleitores de presidente e vice-presidente era diferente.⁶⁸ Sua atividade política — mas também econômica e social — encontrava-se vinculada quase exclusivamente a seus lugares de origem nos espaços partidários. Sua atuação em cargos públicos municipais levava à ascensão em apenas dois casos e, ainda que estatutariamente deveriam ser designados pela convenção provincial, sua trajetória se manteve majoritariamente vinculada aos órgãos departamentais de origem. Dos radicais para os quais se encontraram dados, 100% haviam ocupado entre um e cinco cargos partidários

⁶⁷ *La Voz del Interior*, 16-7-1923.

⁶⁸ Não foram encontradas informações para 57% dos eleitores democratas de 1916, nem para 11% dos mesmos em 1922. Entre os radicais, faltam dados para 11% de 1916, para 23% de 1922 e para 54% de 1928.

prévios nos comitês departamentais e haviam participado dos órgãos centrais do partido na qualidade de delegados dos comitês departamentais. Para os democratas, a informação é menos completa. Não se registraram antecedentes partidários prévios para os eleitores do PD de 1916, e apenas para 50% daqueles de 1922. O único eleitor democrata de 1928 foi duas vezes membro da junta consultiva do partido antes de ocupar o cargo de eleitor. Essa falta de informação nos induz a acreditar ser provável que os critérios de seleção desses representantes políticos entre os democratas — sobretudo no início do período — derivavam de decisões tomadas por notáveis do partido, mais do que acordadas no âmbito de órgãos constituídos. A condução do partido continuaria assim, entre os membros do PD, mais vinculada a decisões políticas personalizadas, mais do que entre os radicais que haviam construído uma máquina — ainda que não impessoal — hierarquicamente organizada.

A trajetória futura dos eleitores evidencia que esse cargo era uma etapa na carreira política. Todos os eleitores democratas para os quais se encontraram dados continuaram na política, mas apenas dois (9%) alcançaram o cargo de deputados nacionais após terem sido eleitores durante o período considerado. O caso mais notável — e excepcional — é o de Miguel Ángel Cárcano, que se projetou em âmbito nacional e internacional. A trajetória política prévia deste advogado não era muito alicerçada em cargos no interior do partido. Necessitava dela o filho de um ex-governador que apoiara Sáenz Peña, fora o organizador da corrente “modernista” e o factótum do PD de Córdoba? Miguel Ángel foi o braço direito de seu pai na política, além de seu secretário privado na primeira gestão. Deputado nacional por Córdoba em 1929/30 e em 1932-34, acompanhou a missão Roca a Londres em 1933, e chegou a ministro da Agricultura da nação, em 1935. A partir de 1938, foi embaixador na França, na década seguinte na Grã-Bretanha e, como embaixador em missão especial, assistiu à coroação do papa Pio XII.⁶⁹ Mas M. A. Cárcano era a exceção, não a regra. E os eleitores democratas continuariam sua trajetória principalmente em cargos partidários, ou em outros de projeção pública provincial ou departamental no período posterior ao golpe de Estado de 1930 — fundamentalmente até a chegada do novo governo radical da província (1936).

Os eleitores radicais registravam uma tendência similar após terem ocupado esse cargo. Deles, 8% chegaram a deputado antes de 1930. Os casos mais notáveis de “promoção” foram os de Amadeo Sabattini e Alejandro Gallardo, os quais integraram em 1936 a chapa de governador e vice-governador de Córdoba.⁷⁰ Mas a maior parte dos

⁶⁹ Foi além disso historiador de prestígio, membro de numerosas academias estrangeiras da disciplina, e recebeu oito condecorações internacionais (*¿Quién es quién en Argentina?*, 1939:91).

⁷⁰ Sobre a vida e a trajetória política de A. Sabattini, ver Ferrero (1981) e Vargas (1966).

eleitores radicais, assim como dos democratas, seguiu majoritariamente sua trajetória no interior dos partidos ou em cargos públicos vinculados à sua realidade local.

Assim, em conjunto, e embora existam trajetórias muito diferenciadas, o perfil da maioria dos eleitores tendeu a manter-se vinculado a uma militância que podia prolongar-se no tempo, mas que permanecia circunscrita a espaços regionais ou seccionais — para o caso da capital cordobesa. Somada essa característica a outras condições que já destacamos, tais como o escasso nível de instrução universitária — que para os radicais se elevava a 28% e para os democratas a 11% — e o recrutamento de alguns deles nos estratos inferiores das categorias ocupacionais assinaladas, poder-se-ia questionar que os eleitores sejam, a partir de uma classificação estrita, considerados um corpo de elite; ou afirmar-se que, dadas suas trajetórias políticas individuais, apenas alguns tenham pertencido à elite. Contudo, de seu estudo se reflete o modo pelo qual as estruturas partidárias permitiam superar a tensão colocada pela permanência de elites em um sistema democrático inclusivo que repousa sobre princípios igualitários. Na ordem hierárquica partidária, é provável que os eleitores tenham sido referências de um partido — ou de algum de seus membros ou tendências — e que, em escala local ou regional, detivessem notoriedade e servissem denexo entre a direção provincial e os cidadãos. A dupla adscrição ao partido e à sociedade de origem teria resultado, se não na sua promoção, pelo menos em um contato mais fluido das direções políticas provinciais com as bases eleitorais, aceitando o funcionamento do sistema político.

Algumas reflexões

No seio de uma sociedade cordobesa complexa, o recrutamento das elites dirigentes apresentava diferenças entre os partidos majoritários.

Em que pese ao controle que mantinha sobre o Executivo provincial durante a maior parte do período estudado, a direção democrata perdia seu vigor. Não fazia parte de um partido nacional. Mas os velhos quadros que haviam participado da política provincial antes de 1912 conseguiram fundir-se, incorporar poucos dirigentes jovens e manter-se unidos, apesar de não poderem evitar os enfrentamentos internos de meados da década de 1920. Nesse contexto, sua representação “envelhecia” e diminuía em números absolutos nos corpos eletivos nacionais, ao mesmo tempo que se mantinha ligada quase exclusivamente à capital.

Os radicais — que controlaram o governo provincial apenas entre 1916-19 e 1928-30 —, de par com o crescimento de sua representação em termos absolutos, se renovavam e cooptavam a influência de um espectro regional muito amplo. É inegável também, entre eles, a representatividade dos elencos da capital, embora tenha ficado evidente, por volta do final do período, sua gravitação preponderante nas zonas agrícolas e pastoris incorporadas a partir do final século XIX à economia nacional, o que, toda-

via, não significou a perda dos vínculos em regiões não contempladas por esse modelo econômico. Não acreditamos que os democratas tivessem desaparecido de tais espaços, senão que, visto no conjunto da nação, os radicais souberam interpretar melhor as necessidades de um eleitorado imerso nas transformações do período e entenderam que a forma de mobilizar politicamente os cidadãos e conseguir a maior quantidade de votos para chegar ao poder passava por construir uma máquina política de alcance nacional.⁷¹ Esse empreendimento teria permitido a renovação — quando não a improvisação — dos quadros dirigentes do partido.

A expansão geográfica do radicalismo tem sua correspondência na ordem sociocupacional. Entre as elites dirigentes, destaca-se a presença majoritária de profissionais universitários e de proprietários de terra. Esses atributos eram válidos para os senadores nacionais, mas, à medida que avançamos sobre os demais corpos de representantes, observamos uma ampliação do espectro sociocupacional. Isso é ainda mais evidente para os eleitores, entre os quais registramos a participação de indivíduos pertencentes a setores sociocupacionais inferiores, sobretudo no elenco radical. Em face de um Partido Democrata que perdia terreno “na planície”, os radicais apareciam penetrando profundamente o entrelaçado social na hora de recrutar candidatos. É certo que os profissionais, um advogado ou ainda um médico rural — um “médico dos pobres”, como eram chamados alguns dos que impregnavam seu papel profissional com uma grande dose de filantropia —, geravam reconhecimento deferencial entre os cidadãos. Um comerciante estava em contato com grande número de pessoas a partir de sua atividade específica e de seu desempenho como fonte informal de crédito (anotando dívidas nos famosos “cadernos” garantidos pela palavra do devedor, estratégia que é mais evidente no caso dos comerciantes que atuavam na campanha argentina). Mas um empregado, um mecânico ou um magarefe, que dificilmente podiam ser merecedores de reconhecimento político especial a partir de sua ocupação, tinham a vantagem de compartilhar necessidades concretas com os setores inferiores da sociedade. Ainda que tivessem uma representatividade minoritária na composição do corpo de eleitores, eram intermediários muito eficientes entre os quadros superiores do partido e as bases do eleitorado.⁷²

Chegados a este ponto, é válido perguntarmos-nos sobre quais os elementos que incidiram para que, em um sistema democrático no qual eram elegíveis todos os

⁷¹ Halperín Donghi, 1994.

⁷² Permanece como questão a explorar em um trabalho futuro, a partir de evidência empírica, saber em que medida a política constituiu um caminho no processo de mobilidade social ascendente entre os dirigentes estudados, inseridos em um contexto de possibilidade de ascensão social que se atribui como característica da Argentina do início do século XX.

cidadãos juridicamente iguais e maiores de 25 ou 30 anos — segundo se tratasse de candidaturas a deputados ou eleitores e a senadores, respectivamente —, apenas alguns tenham sido selecionados pelos partidos políticos e, depois, tenham eventualmente sido eleitos pelo conjunto dos cidadãos.⁷³ Restringindo nossa análise aos momentos de recrutamento e composição das elites,⁷⁴ acreditamos que as condições dadas pela idade dos indivíduos, o nível escolar, a ocupação ou a inserção social não bastavam para construir os representantes. As poucas trajetórias que mencionamos, descritas de maneira individual ou coletiva, mostram que era dentro do universo dos partidos que se operava a seleção da direção. Filiar-se a um partido, realizar em seu interior um *cursus honorum*, percorrendo cargos nos comitês de base local, seccional ou departamental, para depois projetar-se em outros de alcance provincial, eram as instâncias-chave para ser selecionado e projetado nas esferas de representação nacionais.

Fontes

Oficiais impressas

CONGRESO NACIONAL. *Diario de sesiones de la Cámara de Diputados*: años 1916-1930. Buenos Aires: Pub. Of., 1917-1931a.

_____. *Cámara de Senadores. Diario de sesiones*: período legislativo 1916-1930. Buenos Aires: Pub. Of., 1917-1931b.

MINISTERIO DE GOBIERNO. *Conferencias de jefes políticos*: actas y versiones taquigráficas. Córdoba: Pub. Of., 1914.

_____. *II Conferencia de jefes políticos*: actas y versiones taquigráficas. Córdoba: Biffignandi, 1928.

Periódicos

Córdoba, 1928/29.

El País, 1926.

La Voz del Interior, 1915-30.

Los Principios, 1919-30.

⁷³ Na perspectiva da etnologia política, esta pergunta foi colocada por Abélès (1989).

⁷⁴ Sobre novos núcleos de discussão em torno do tema das elites, ver Saint Martin (1995).

Inéditas

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA (UNC). *Libros índice de grado*, n. 2, 1806-1893; n. 3, 1894-1913; n. 4, 1913-1930; n. 5, 1930-1944.

_____. *Libro de títulos de abogados*, 1883-1893, 2. Bis.

Anuários e guias

Guía social de Córdoba. 1912.

Guía comercial de la provincia de Córdoba de 1921.

Todo en la provincia, anuario y guía. Córdoba: Ediciones del Diario Córdoba, 1937.

Dicionários biográficos

CUTOLO, V. *Nuevo diccionario biográfico argentino (1750-1930)*. Buenos Aires: Elche, 1983-1985. 7 v.

DE SANTILLÁN, Abad. *Gran enciclopedia argentina*. Buenos Aires: Ediar, 1956. 9 v.

PICCIRILLI, R. et al. *Diccionario histórico argentino*. Buenos Aires: Losada, 1965. 6 v.

QUIÉN es quién en la Argentina: biografías contemporáneas. Buenos Aires: Kraft, 1939.

Referências bibliográficas

ABÉLÈS, Marc. *Jours tranquilles en 89: ethnologie politique d'un département français*. Paris: Odile Jacob, 1989.

AGULLA, J. C. *Eclipse de una aristocracia: una investigación sobre las élites dirigentes de la ciudad de Córdoba*. Córdoba: Libera, 1968.

ARCONDO, A. *La agricultura de Córdoba, 1870-1880*. Córdoba: UNC, 1965.

_____. *En el reino de Ceres: la expansión agraria en Córdoba, 1870-1914*. Córdoba: UNC, 1996.

ARON, R. Catégorie dirigeante ou classe dirigeante? *Revue Française de Sciences Politiques*, n. 1, p. 7-27, fév. 1965.

BARRÁN, J. P. *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos*, 1: El poder de curar. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992.

BEATO, G. et al. La constitución de los grupos sociales dominantes en Córdoba. Siglos XIX y XX. In: BEATO, G. *Grupos sociales dominantes: México y Argentina, siglos XIX y XX*. Córdoba: UNC, 1993. p. 101-175.

BOLTANSKI, L. L'espace positionnel, multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, v. 14, n. 1, jan./mars 1975.

BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

CABALLERO, R. *Hipólito Yrigoyen y la revolución radical de 1905*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, 1975.

CANTÓN, D. *El parlamento argentino en épocas de cambio: 1890, 1916, 1946*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1966.

CÁRCANO, R. J. *Mis primeros ochenta años*. Buenos Aires: Pampa y Cielo, 1965.

DÍAZ DE MOLINA, A. *Figuroa Alcorta: de la oligarquía a la democracia, 1898-1928*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1979.

FERRARI, Marcela P. Las élites políticas provinciales en tiempos de gobiernos radicales. El caso de Córdoba (Argentina), 1916-1930. *Anuario IEHS*, v. 16, p. 129-159, 2001.

FERRERO, R. La Revolución Radical de 1905 en Córdoba. *Todo es Historia*, n. 58, feb. 1972.

_____. *Sabattini y la decadencia del yrigoyenismo*. Buenos Aires: Del Mar Dulce, 1981.

FERREYRA, A. I. *Élite dirigente y vida cotidiana en Córdoba, 1835-1852*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos, 1992.

GUERRA, F. X. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. México: Fondo de Cultura Económica.

HALPERÍN DONGHI, T. *La larga agonía de la Argentina peronista*. Buenos Aires: Ariel, 1994.

KARPIK, L. *Les avocats: entre l'État, le public et le marché, XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 1995.

MALDONADO, J. A.; MOYANO ALIAGA, A. Los universitarios y el poder político en Córdoba, 1900-1950. In: JUNTA PROVINCIAL DE HISTORIA DE CÓRDOBA. *Jornadas de Historia de Córdoba entre 1830 y 1950*. Córdoba, 1996. p. 35-57.

MELO, C. R. *Los partidos políticos argentinos*. Córdoba: UNC, 1970.

MORA Y ARAUJO, M.; LLORENTE, I. *El voto peronista: ensayos de sociología electoral argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

MOYANO, J. *Comerciantes y política municipal en Córdoba, 1908-1918: aportes al estudio de la participación política de los grupos sociales dominantes*. Dissertação (Mestrado) — Centro de Estudios Avanzados, UNC, 1996. ms.

ORTIZ, E. *Los conservadores de Córdoba y el poder*. Córdoba: [s. ed.], 1992.

PANTELIDES, A. La transición demográfica argentina: un modelo no ortodoxo. *Desarrollo Económico*, v. 22, n. 88, p. 511-534, ene./mar. 1983.

RODRÍGUEZ, C. J. *Irigoyen, su revolución política y social: la Unión Cívica Radical*. Buenos Aires: La Facultad, 1943.

———. *Un mundo nuevo nace: Argentina Radical*. Buenos Aires: La Fragua, 1964.

SAINT MARTIN, Monique de. Reversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França. *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. 30, n. 134, 4. série, p. 1023-1039, 1995.

TANODI, A. *Guía de los archivos de Córdoba*. Córdoba: UNC, 1968.

TORRES, Arturo. *Elpidio González*. Biografía de una conducta. Buenos Aires: Editorial Raigal, 1951.

VARGAS, A. *Vida de Amadeo Sabattini*. Buenos Aires: Editorial Cívica, 1966.

VIDAL, G. Los partidos políticos y el fenómeno clientelístico luego de la aplicación de la ley Sáenz Peña: la Unión Cívica Radical de la provincia de Córdoba, 1912-1930. In: DEVOTO, F.; FERRARI, M. (Org.). *La construcción de las democracias rioplatenses: proyectos institucionales y prácticas políticas, 1900-1930*. Buenos Aires: Biblos, 1994. p. 189-217.

———. *Radicalismo de Córdoba, 1912-1930: los grupos internos, alianzas, conflictos, ideas, actores*. Córdoba: UNC, 1995.

———. Reacción de la "tradición" y sus intentos de formar un partido católico. Córdoba 1918-1925. In: SPINELLI, E. et al. *La conformación de las identidades políticas en la Argentina del siglo XX*. Córdoba: UNC/Unicen/UNMdP, 2000. p. 83-108.

WEBER, Max. La política como profesión. In: ————. *Ensayos de sociología contemporánea*. Barcelona: Planeta, 1985.

Representação política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal*

Paul-André Linteau

Entre 1880 e 1914, a cena política em Montreal vive anos movimentados, caracterizados pelo longo combate que opõe populistas a reformistas e pela influência crescente dos políticos francófonos. O Conselho Municipal constitui-se, então, num espaço de poder muito procurado e contestado. Além disso, as dimensões desse campo de batalha estão consideravelmente modificadas: a anexação sucessiva de duas dezenas de municipalidades amplia suas bases territoriais, ao passo que uma maior democratização estende suas bases eleitorais.¹

Tal movimentação acontece sob fundo de forte crescimento. A população mais que triplica entre 1881 e 1911, a cidade passa de 140.747 a 467.986 habitantes, a aglomeração de 170.745 a 528.397. Apoiando-se no porto e nas estradas de ferro, em uma base industrial diversificada e em numerosas instituições financeiras, a economia da cidade está em expansão. Montreal encontra-se então no ápice de sua importância como metrópole do Canadá.

As transformações que resultam desse crescimento ocorrem sob certa tensão. Uma imponente massa operária vive penosamente os efeitos da industrialização e da proletarização. A emergência do sindicalismo lhe confere uma voz que, embora minoritária, se expressa na cena política do início do século XX, ao mesmo tempo que a abertura

* Publicado originalmente sob o título "*Le personnel politique à Montréal, 1880-1914: évolution d'une élite municipale*" (Linteau, 1998). Versão revisada de uma comunicação apresentada ao congresso da Sociedade Histórica do Canadá, em outubro de 1995. A pesquisa que está na origem deste texto pôde ser realizada graças a uma subvenção do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas do Canadá. Agradeço a Jocelyne Savaria e Christine Simard, que fizeram a coleta e o lançamento dos dados, e a François Guérard, que realizou seu tratamento informático.

¹ Linteau (1992:119-130, 253-268); Dagenais (1992b:21-25).

do sistema político lhe garante um maior peso eleitoral. Além disso, as tensões étnicas, que alcançam seu paroxismo em 1885, com o caso Riel² e com a epidemia de varíola, mantêm-se como componentes importantes da vida pública de Montreal, ainda que as relações entre as comunidades compreendam igualmente uma boa dose de compromisso, de trocas e de colaboração.³

Entre os elementos desse contexto geral, é preciso sublinhar a emergência das elites montrealenses. Esse fenômeno, central neste estudo, apresenta pelo menos três facetas notáveis. Há, primeiramente, a expansão considerável do número de empresários, favorecida pelo crescimento econômico e demográfico. É aqui necessário também liberar-se da imagem de um recrutamento restrito à elite econômica, elaborada por Acheson, e que se refere apenas à camada superior da burguesia do setor manufatureiro.⁴ Milhares de novos empresários — associados à pequena e média empresa —, promotores imobiliários e comerciantes locais surgem em função da expansão que caracteriza o período. Montreal oferece-lhes grande potencial de oportunidades.

Destaca-se também a importância crescente do grupo de especialistas e de expertos. Os profissionais liberais, especialmente os advogados, os médicos e os engenheiros, assim como os executivos das grandes empresas, adquirem uma crescente visibilidade na sociedade de Montreal e se tornam atores de peso nos debates econômicos e sociais. Um bom exemplo disso, tratando-se dos médicos, é fornecido pelo movimento higienista.

Finalmente, de maneira mais específica, é preciso assinalar a emergência de novas elites francófonas. Particularmente impressionante é o surgimento de uma burguesia empresarial que dirige um grande número de empresas francófonas e cujos esforços têm o apoio de uma Câmara de Comércio (1887) e de uma imprensa econômica. Essas novas elites francófonas são também visíveis nas profissões liberais e no mundo da mídia.⁵

Em que medida a cena política local reflete esses fenômenos sociais e, em particular, a emergência de novas forças em Montreal? Que lugar aí ocupam os meios empre-

² Refere-se ao julgamento e enforcamento pelas autoridades canadenses, em 1885, do líder mestiço de língua francesa Louis Riel, principal personagem da resistência dos mestiços do oeste canadense à penetração e colonização de suas terras por colonos brancos, incentivada pelo governo de Ottawa. A notícia do enforcamento de Riel deflagrou uma onda de protestos entre os canadenses franceses de Montreal. (N. do T.)

³ Sobre a evolução de Montreal nesse período, ver Linteau (1992:11-227); ver também Rumilly (1972).

⁴ Acheson, 1973:51-79.

⁵ Linteau, Durocher e Robert (1979 e 1989); Linteau (1986); Bélanger e Fournier (1987:20-45); Rudin (1988); Roy (1988); Sweeny (1995).

sariais em expansão? Qual o papel nela desempenhado pelo novo grupo de especialistas e expertos? Como a classe operária faz-se nela escutar? Como se manifesta, no Conselho Municipal, a expansão demográfica da população francófona na cidade? Sua presença é diferente daquela dos anglófonos? E estes últimos, quem são? De onde vêm uns e outros?

Este estudo visa fornecer elementos de resposta a essas questões. Baseando-se em uma biografia coletiva dos conselheiros municipais, examina alguns aspectos da composição etnolingüística e social da elite política municipal e de sua evolução durante o período. O estudo debruça-se também sobre certas características da carreira política municipal. Difere a carreira municipal daquela que prevalece nos níveis provincial e federal? Oferece ela um simples trampolim em direção a outros níveis de governo, ou atrai indivíduos que estão prontos a dedicar-lhe uma parte importante de suas vidas? Contudo, antes de definir os parâmetros deste estudo e de fornecer seus primeiros resultados, é necessário fazer o balanço do nosso conhecimento sobre o tema.

O estudo da cena política de Montreal

Há um quarto de século o estudo da cena política de Montreal do período 1880-1914 é dominado pela questão da oposição entre reformistas e populistas. Os trabalhos de D. J. Russell, Michel Gauvin e Francine Nagant⁶ inscrevem-se na perspectiva da história dos movimentos reformistas norte-americanos. Eles acentuam a questão das orientações, das políticas e das estratégias dos atores. Salvo no caso de Russell, que faz uma biografia de H. B. Ames, não realizam uma análise sistemática da carreira desses atores. O mesmo acontece no caso de Annick Germain,⁷ que defende a tese da emergência de uma cena política municipal autônoma em relação à esfera econômica, cena a propósito da qual ela corretamente sublinha a complexidade. Ela apresenta, no entanto, tendência a subestimar as bases econômicas da elite política francófona. Em outra perspectiva, Michèle Dagenais⁸ abordou as principais questões e os embates administrativos da política de Montreal.

A ação política operária que se manifesta no início do século XX em Montreal foi objeto do trabalho de uma equipe de historiadores da Universidade de Quebec em Montreal, assim como de Jacques Rouillard,⁹ além daqueles já citados de Annick Germain. Esses trabalhos examinam brevemente a presença operária na cena municí-

⁶ Russell (1971); Gauvin (1972, 1978); Nagant (1982).

⁷ Germain, 1983, 1984.

⁸ Dagenais, 1992a.

⁹ *Groupe de recherches sur l'histoire des mouvements politiques ouvriers de l'Université du Québec à Montréal* (1976a, 1976b); Rouillard (1980).

pal, embora nem os eleitos nem suas intervenções no Conselho Municipal sejam alvo do estudo.

O único estudo que se aproxima do nosso é a análise prosopográfica realizada pelo cientista político Guy Bourassa¹⁰ há mais de 30 anos. Este último distingue três períodos na evolução dos quadros políticos de Montreal. Durante o primeiro, de 1849 a 1873, Montreal teria sido dirigida por uma aristocracia financeira, de origem predominantemente britânica. O segundo período, de 1873 a 1914, seria de transição, marcado pela afirmação dos francófonos e pela emergência de membros das profissões liberais e de “administradores médios”, o que conferiu à elite política um caráter mais heterogêneo. No momento em que a “influência intelectual, o número e a força étnica tornam-se qualidades de primeira grandeza”,¹¹ a riqueza não será mais o único recurso político. O terceiro período, de 1914 a 1960, seria caracterizado pela profissionalização dos políticos, doravante mais próximos de seus eleitores. O segundo período identificado por Bourassa corresponde muito proximamente ao nosso, o que torna a comparação particularmente interessante. É preciso, contudo, afirmar que o estudo de Bourassa permanece sobretudo global¹² e que os trabalhos sobre a história de Montreal realizados desde então permitem examinar a questão de outro ângulo.

Uma obra recente sobre os prefeitos de Montreal não nos esclarece muito mais sobre o tema. As notas biográficas, originalmente redigidas para um jornal, dão pouco espaço à biografia dos personagens e se concentram em acontecimentos ocorridos durante seus mandatos na prefeitura.¹³

A pesquisa prosopográfica que realizamos deveria, portanto, poder contribuir para o conhecimento da cena política municipal. Um dossiê biográfico foi constituído para cada um dos 234 homens que ocuparam a função de prefeito, de conselheiro municipal ou de comissário junto à Prefeitura de Montreal, entre as eleições de 1880 e aquelas de 1914 (excluindo estes últimos). Entre eles, encontram-se 16 prefeitos (11 dos quais tendo também sido conselheiros), 224 conselheiros — frequentemente chamados *échevins* — e cinco comissários.¹⁴

Os dossiês individuais foram constituídos a partir de um amplo leque de fontes. Os repertórios biográficos, dos quais uma lista se encontra anexada, forneceram a matéria-prima; deve-se sobre isso destacar a utilidade da obra de Cléophas Lamothe,

que contém uma nota biográfica de todos os prefeitos e de uma parte dos conselheiros eleitos entre 1840 e 1903.¹⁵ Em seguida, foram utilizados os dossiês biográficos, assim como as listas dos membros do Conselho e de seus comitês, disponíveis nos Arquivos Municipais de Montreal. Os anuários de Lovell e as listas nominiais dos recenseamentos de 1871, 1881 e 1901 foram examinados sistematicamente; pesquisas pontuais nos registros de avaliação e de valores de locação e no registro civil foram também efetuadas. As informações contidas nos dossiês biográficos foram, em seguida, inseridas em um arquivo informático padronizado.

Os primeiros resultados dessa pesquisa, aqui apresentados, distribuem-se em três assuntos: as origens étnicas, lingüísticas e regionais; as características profissionais; e os principais parâmetros da carreira política. Essas são as variáveis para as quais as informações são bastante completas. Os dados foram analisados com base em três reagrupamentos: primeiro, o conjunto dos políticos municipais, não importando a função desempenhada; depois, apenas os conselheiros, distinguindo-se aí dois sub-grupos (aqueles que foram eleitos pela primeira vez antes de 1898 e aqueles que o foram em 1898 ou depois);¹⁶ enfim, todos os membros do Conselho (prefeito e conselheiros) em determinados anos (1881, 1888, 1894, 1900, 1908 e 1912).¹⁷

As origens

A origem étnica e lingüística é uma dimensão fundamental da política municipal em Montreal. É bem sabido que os francófonos, majoritários na cidade desde meados dos anos 1860, devem esperar até 1882 para obter maioria de uma cadeira no Conselho e que sua influência cresce de maneira notável a partir de então. A pesquisa permitiu avançar muito na análise desse fenômeno. Para o conjunto do período estudado (ver tabela 1), a parte de canadenses franceses entre os políticos atinge 62,4%, o que corresponde muito bem a seu peso demográfico na cidade, que passa de 56,1% em 1881 a 63,5% em 1911. Os políticos de origem britânica atingem 36,7%: entre eles encontramos 36 irlandeses, 31 ingleses, 18 escoceses e um outro britânico cuja origem precisa não pôde ser determinada. A presença irlandesa no Conselho Municipal é tangível (15,4%) e representa um fenômeno que, ao que sabemos, nunca foi objeto de análise. Lembremos que a proporção de nascidos

¹⁰ Bourassa (1965), reproduzido em Desrosiers (1972:117-142); nós utilizamos esta última versão.

¹¹ *Ibid.*, p. 126.

¹² Aliás, o estudo não contém nenhuma tabela de dados e permanece impreciso no plano metodológico.

¹³ Marsolais, Desrochers e Comeau, 1993.

¹⁴ O Bureau dos Comissários é formado em 1910.

¹⁵ Lamothe, 1903.

¹⁶ O ano de 1898 foi retido porque se situa a meio caminho no período estudado e porque marca o início do desmembramento da organização política de Raymond Préfontaine pelos reformistas e, portanto, de uma renovação dos políticos locais.

¹⁷ Nem todos os três reagrupamentos utilizados no texto estão presentes nas tabelas; seu número foi voluntariamente restringido para não tornar a demonstração demasiadamente pesada.

de origem britânica em Montreal é de 41,4% em 1881 e de 25,7% em 1911.¹⁸ Notemos também a eleição, no final do período, de um representante de cada um dos dois mais importantes grupos étnicos: um judeu russo e um italiano.

Tabela 1
Origem étnica e grupo lingüístico dos políticos de Montreal
(1880-1914)

Origem étnica	Grupo anglófono	Grupo francófono	Total	% do total
Inglesa	27	4	31	13,2
Britânica indeterminada	1	-	1	0,4
Escocesa	18	-	18	7,7
Francesa	-	146	146	62,4
Irlandesa	35	1	36	15,4
Italiana	1	-	1	0,4
Russa	1	-	1	0,4
Total	83	151	234	100,0
% do total	35,5	64,5	100	-

Essa partição evolui de maneira notável ao longo do período, como o mostra o exame dos anos selecionados (ver tabela 2). Em 1881, o Conselho de 28 membros conta apenas com 12 de origem francesa, claramente sub-representados.¹⁹ Os irlandeses, que formam então a metade da população britânica da cidade, possuem oito representantes; ingleses e escoceses possuem quatro representantes cada grupo. Em 1888, os canadenses franceses ocupam mais da metade das cadeiras e seu peso aumenta sobretudo em detrimento de ingleses e escoceses, ao passo que os irlandeses mantêm sua posição. A partir da década seguinte, os canadenses franceses são ligeiramente sobre-representados e monopolizam, em 1908 e 1912, dois terços dos postos. A amplitude dessa inversão aparece de forma ainda mais nítida quando levamos em conta o ano de ingresso no Conselho: somente 55% dos conselheiros eleitos pela primeira vez antes de 1898 são de origem francesa, ao passo que eles são 72% a partir dessa data. Além disso, a presença irlandesa declina de maneira clara na última década do século XIX (ver tabela 2). Os dados sobre a primeira eleição o confirmam: os irlandeses são 21% dos recém-eleitos em 1898, mas apenas 8,5% a partir daquele momento. Isso não surpreende muito, já que a parte de irlandeses na população da cidade encontra-se em rápido declínio. O peso de ingleses e escoceses é flutuante ao longo dos anos e, ainda que de forma menos nítida que entre os irlandeses, também está em declínio. Juntos, esses dois grupos passam de aproximadamente 24% dos novos eleitos, antes de 1898, para 18% nos anos que seguem.

¹⁸ Sobre a repartição dos grupos étnicos em Montreal, ver Linteau (1982).

¹⁹ Note-se, todavia, que dois dos indivíduos de origem britânica são considerados francófonos, o que dá a estes últimos uma representação de 50%.

Tabela 2
Origem étnica dos membros do Conselho Municipal de Montreal,
segundo ano selecionado (1881-1912)

Origem étnica	1881	1888	1894	1900	1908	1912
Inglesa	4	4	1	5	6	2
Britânica indeterminada	-	-	1	1	1	-
Escocesa	4	2	2	2	3	5
Francesa	12	21	17	22	28	22
Irlandesa	8	10	5	4	4	2
Italiana	-	-	-	-	-	1
Russa	-	-	-	-	-	1
Total	28	37	26	34	42	33

Vários fatores podem explicar essas flutuações. A crescente participação dos canadenses franceses é alimentada pelo seu crescimento demográfico na cidade, pelas numerosas anexações de municipalidades dos subúrbios e pela abertura do sistema eleitoral.²⁰ Para os outros grupos, deve-se levar em conta a concentração em certos pontos do território. É necessário lembrar também que as circunscrições eleitorais são de tamanhos muito diferentes. Para levar mais adiante esta explicação, precisaríamos realizar uma análise detalhada da representação, bairro por bairro, e examinar os efeitos dos novos recortes territoriais que sobrevêm no curso do processo.

A composição étnica evolui da mesma forma no que se refere aos prefeitos? O prestígio associado a essa função conduz a uma dura luta entre os dois blocos étnicos? Há muito, uma regra não-escrita exige que haja alternância nessa função, mas ela nem sempre é rigorosamente respeitada. Assim, durante o período, 10 dos prefeitos são de origem francesa, ao passo que apenas seis são de origem britânica. Isso aponta para uma proporção (62,5% e 37,5%) muito próxima daquela que fora calculada para o conjunto dos quadros políticos. A divergência se manifesta sobretudo na temporalidade do fenômeno. Assim, de 1880 a 1887, quando os britânicos são ainda numerosos no Conselho, os prefeitos são todos de origem francesa (esta seqüência de dominação francófona havia começado já em 1877). Em seguida, retorna-se a uma certa alternância que se torna absolutamente perfeita entre 1902 e 1914, em uma época em que o domínio dos canadenses franceses está plenamente estabelecido. Pode-se observar aí um indício do caráter mais honorífico da função de prefeito: o verdadeiro poder está nas mãos dos conselheiros e isso permite conferir uma imagem de abertura ou de harmonia étnica à pessoa do primeiro magistrado. Seja como for, esse regime chegará ao fim em 1914. A eleição de Médéric Martin à prefeitura quebra definitivamente a alternância

²⁰ Lembremos, por exemplo, que até 1887 o não-pagamento da taxa de corvéia retirava o direito a voto de muitos pequenos eleitores, sobretudo canadenses franceses. Esta obrigação é suprimida pela Lei 50 Vict. (1887), cap. 56.

e, durante todo o resto do século XX, todos os prefeitos serão de origem francesa. Isso explica que o nosso estudo se interrompa às vésperas das eleições de 1914, habitualmente vistas como um ponto importante de ruptura na história política de Montreal.

Os limites impostos pela definição de origem étnica nos censos canadenses (a origem do primeiro ancestral de sexo masculino a ter chegado na América) nos levaram a examinar a questão do vínculo lingüístico dos políticos (tabela 1). Diversos indícios²¹ de transferência lingüística nos permitiram constatar que cinco políticos de origem britânica (quatro ingleses e um irlandês) pertencem de fato e são percebidos como pertencendo ao grupo francófono. Além disso, os dois indivíduos de outras origens estão identificados ao grupo anglófono. Essa repartição permite constatar que, no que se refere ao conjunto dos políticos locais, 64,5% são francófonos e 35,5% anglófonos. A parte dos francófonos passa de 57,6% entre os novos conselheiros eleitos antes de 1898, para 73,6% daqueles que o são a partir desta data; a parte dos anglófonos, de 42,4% para 26,4%. Na seqüência de nossa análise, referimo-nos, sobretudo, ao grupo lingüístico, sem deixar de examinar, quando necessário, as especificidades da origem étnica.

No plano da religião, os católicos formam, como seria de se esperar, a maioria (ver tabela 3) e sua proporção aumenta com o crescimento da participação "francesa" no Conselho (68% dos novos eleitos antes de 1898 e 83% a partir de então). Entre eles, seis são de origem inglesa e três de origem escocesa. Somente 21 dos 36 irlandeses são católicos, ao passo que 15 outros pertencem aos diferentes grupos protestantes.

Tabela 3
Religião de políticos de Montreal (1880-1914)

Religião	Número	(%)
Anglicana	17	7,2
Batista	2	0,9
Católica	174	74,4
Congregacionista	1	0,4
Episcopal	2	0,9
Judaica	1	0,4
Metodista	9	3,8
Presbiteriana	22	9,4
Protestante	1	0,4
Unitariana	2	0,9
Não identificada	3	1,3
Total	234	100,0

²¹ Entre esses indícios estão: a origem da mãe; a resposta "origem francesa" por vezes dada ao recenseador; os estudos em francês; a carreira em meio francófono; e a língua em que está redigida a nota biográfica na obra de Lamothe, que redigiu cada uma delas na língua do biografado.

O exame do país de nascimento (ou da província, no caso do Canadá) permite constatar que os imigrantes compõem menos de um quinto dos efetivos (ver tabela 4). As ilhas britânicas fornecem a maior parte desse contingente, repartidos entre Irlanda, de um lado, e Inglaterra e Escócia, de outro; em seguida, vêm os Estados Unidos. Os indivíduos nascidos em províncias ou colônias da América do Norte britânica, excluindo-se Quebec, são pouco numerosos. Quebec domina nitidamente como lugar de origem, com 81,2% do total. Sua parte, que ainda é apenas 61% em 1881, está em torno de 90% no início do século XX. A imigração representa então um fator cada vez menos importante na formação da elite política municipal. Isso reflete, sem dúvida alguma, o fato de que, nas últimas décadas do século XIX, a imigração contribui muito menos para o crescimento da população de Montreal que o fizera anteriormente, ao passo que as migrações internas têm um peso mais considerável.

Tabela 4
País ou província de nascimento de quadros políticos municipais de Montreal (1880-1914)

País/província	Anglófonos	Francófonos	Total	% do total
Inglaterra	6	-	6	0,26
Argentina	1	-	1	0,4
Escócia	8	-	8	3,4
Estados Unidos	8	1	9	3,8
Irlanda	14	-	14	6,0
Nova Escócia	1	-	1	0,4
Ontário	4	-	4	1,7
Quebec	40	150	190	81,2
Terra Nova	1	-	1	0,4
Total	83	151	234	100,0

No entanto, apenas uma minoria nasceu em Montreal (54) ou no resto da ilha (16), ou seja, 30% de todos os políticos municipais e 37% dos nascidos em Quebec. O maior número (84) provém da planície de Montreal, fora da ilha, ou seja 36% do total e 44% dos nascidos em Quebec. Eis aqui uma indicação do papel extremamente importante então desempenhado por essa região na migração rural dirigida a Montreal. Pouco mais da metade deste último grupo é originário da margem norte. O resto de Quebec fornece apenas 23 indivíduos, ao passo que é desconhecida a localidade de nascimento de 13 outros políticos nascidos na província.

A análise das origens etnolingüísticas confirma o crescimento dos francófonos no Conselho Municipal, ao mesmo tempo que define seus ritmos e contornos. Ela permite identificar um ponto de ruptura importante no final dos anos 1880: a partir daí, a parcela de britânicos, especialmente aquela de irlandeses, declina ou não avan-

ça.²² Ela chama a atenção sobre as diferenças existentes entre o grupo dos prefeitos e o conjunto dos políticos municipais. A análise coloca em destaque a origem essencialmente provincial (de Quebec) dos membros do Conselho. Ela precisa o fenômeno da migração rural, mostrando que ele é antes de tudo regional, pois a metrópole e sua hinterlândia imediata fornecem dois terços dos conselheiros e quatro quintos daqueles que são originários da província.

As características profissionais

O meio social a que pertencem os políticos representa outra característica fundamental para o estudo da elite política municipal. Lembremos primeiramente que o recrutamento dos políticos é balizado por uma exigência importante. Com efeito, durante quase todo o período, prefeitos e conselheiros estão submetidos à exigência da qualificação fundiária. Para serem candidatos, os primeiros devem possuir bens fundiários de um valor de, ao menos, Can\$4 mil, soma que sobe a Can\$10 mil em 1892. Quanto aos conselheiros, estes devem possuir propriedades cujo valor some ao menos Can\$2 mil. Ou seja, numa cidade onde, aproximadamente, apenas 15% dos chefes de família são proprietários, essa exigência tem um efeito de acentuada seleção social e limita o recrutamento a uma minoria de proprietários. Aliás, os líderes sindicais denunciam essa situação e pedem a eliminação da qualificação fundiária. Inexistente para os comissários eleitos a partir de 1910, essa obrigação é finalmente abolida para o prefeito e para os conselheiros em 1912.

Os estudos de prosopografia atribuem seguidamente uma grande importância à profissão do pai, a fim de determinar a origem social dos indivíduos. Nossos dados não são suficientemente completos para que avancemos muito em tal tipo de análise. Essa informação é conhecida para apenas 123 políticos, ou seja, apenas para pouco mais da metade do total. Entre estes, constatamos pouco mais de um terço de filhos de agricultores e um sexto de filhos de artesãos; 29% dos pais são empresários e 10%, profissionais liberais. Haveria, portanto, um número um pouco maior de políticos de origem modesta, mas também um número bastante expressivo daqueles que se originam em um meio identificado com a elite. Mesmo parciais, esses resultados revelam uma significativa mobilidade social ascendente na elite de Montreal; não é preciso surpreender-se, pois, durante esse período de forte êxodo rural, a cidade oferece aos recém-chegados possibilidades bastante diferentes daquelas de seu meio de origem. Será necessário complementar essas informações e, sobretudo, comparar uma a uma

²² Guy Bourassa (1972:130) pretende que o crescimento dos canadenses franceses “se dá sobretudo em detrimento do grupo escocês”, mas nossa análise mostra que a situação é mais complexa e que são os irlandeses os que mais recuam.

as profissões dos pais e dos filhos para se chegar a “cercar” melhor o fenômeno da mobilidade social. Este não é nosso objetivo: interessa-nos antes a posição social dos políticos no momento em que são membros do Conselho Municipal.

O principal indício dessa posição social é a inserção profissional. Muitos dos indivíduos que formam as elites urbanas do final do século XIX possuem múltiplos interesses em diferentes campos de atividades, e têm mais de uma profissão ao longo de sua carreira. Essa diversidade foi levada em conta na constituição de arquivos biográficos e todas as menções profissionais foram apuradas. Todavia, a análise que segue diz respeito à profissão principal de cada membro do grupo, tal como aparece nas fontes.

As profissões individuais foram reunidas por grupo profissional (ver tabela 5). Uma primeira constatação se impõe: a preponderância dos empresários entre os políticos de Montreal. Comerciantes, industriais, empresários da construção e outros empresários representam 72,6% dos 234 indivíduos. No entanto, essa preponderância é mais acentuada entre os conselheiros eleitos pela primeira vez antes de 1898 (82%) que entre aqueles eleitos em 1898 ou depois (65%). O Conselho de 1881 contava com 22 empresários entre seus 28 membros; em 1912, são 21 empresários entre 33 conselheiros.

Ao longo do período, os comerciantes formam o grupo mais numeroso, com mais de um terço dos efetivos. Entre esses 85 indivíduos, 37 vendem produtos alimentares, principalmente de mercearia, mas também carnes, vinhos, destilados e frutas; 11 trabalham com lenha, carvão ou combustíveis; 10 possuem um comércio de novidades e cinco vendem roupas. Ao que parece, há entre eles um bom número de pequenos comerciantes varejistas de bairro, mas pelo menos 21 são identificados como atacadistas.

Em seguida, vêm os industriais (14,1%). Seu peso relativo tende a declinar, já que dois terços deles são eleitos pela primeira vez antes de 1898. Eles são 11 entre 37 conselheiros em 1888, mas somente três entre 33 em 1912. Eles representam setores muito diversificados, mas encontramos cinco no setor de calçados e três no setor de gráfica e edição.

Tabela 5

Profissão principal por grupo profissional de representantes políticos municipais de Montreal (1880-1914)

Grupo	Anglófonos	Francófonos	Total	% do total
Comerciantes	31	54	85	36,3
Industriais	19	14	33	14,1
Empresários de construção	7	26	33	14,1
Outros empresários	7	12	19	8,1
Administradores	3	–	3	1,3
Profissionais liberais	13	43	56	23,9
Empregados	2	1	3	1,3
Operários e artesãos	1	1	2	0,9
Total	83	151	234	100,0

Os empresários do ramo da construção aparecem em mesmo número que os industriais e sua presença se faz sentir ao longo do período estudado. Eles são, evidentemente, de um interesse particular para o desenvolvimento urbano, o que poderia explicar sua participação política. O mesmo serve para os sete corretores ou promotores imobiliários que representam mais de um terço do grupo dos “outros empresários”. Trata-se de relacionar aqui aqueles que têm nesta sua profissão principal, mas é necessário destacar que um grande número de políticos — tanto no que se refere aos empresários quanto no tocante aos profissionais liberais — são também ativos no setor imobiliário.

Somente dois outros empresários têm como profissão principal a de financista ou banqueiro, mas aqui também as fontes revelam que muitos membros do Conselho estão igualmente presentes nesse setor. Assim, pelo menos 19 entre eles são membros de conselhos de administração de bancos, ao passo que vários são administradores de companhias de seguro ou de sociedades fiduciárias.

A segunda grande categoria representada no Conselho, com quase a quarta parte do total, é a dos profissionais liberais. Contrariamente aos empresários, seu peso aumenta no século XX. Eles representam apenas 15% dos conselheiros eleitos pela primeira vez antes de 1898, mas 32% dos que o são a partir dessa data. O Conselho de 1881 conta com cinco profissionais liberais; o de 1912, com 11. As profissões jurídicas dominam sem surpresa, com 28 advogados e seis notários. As profissões da saúde também estão bem representadas: 14 médicos, quatro farmacêuticos e um dentista. Com apenas dois engenheiros, um arquiteto e nenhum contador, as outras profissões liberais dispõem apenas de uma fraca representação.

Deve-se destacar que não há divisões estanques entre o mundo dos negócios e aquele das profissões liberais. Por exemplo, o fenômeno advogado empresário é ainda muito presente e diz respeito à situação de pelo menos uma dúzia de advogados. Entre os mais famosos encontramos Raymond Préfontaine, cujo casamento o associa à família Rolland, Henri-Benjamin Rainville, muito ativo nas empresas de eletricidade, Sévère Rivard e Joseph-Ulric Émard, dois promotores imobiliários, o primeiro em Saint-Jean Baptiste, o segundo em Ville-Émard. Pelo menos três dos seis notários são também ligados à promoção imobiliária. As atividades dos médicos parecem mais concentradas na própria profissão, mas pelo menos quatro deles são igualmente ativos no meio empresarial, entre os quais o prefeito J. J. E. Guerin e o comissário Emmanuel Persillier Lachapelle. Os farmacêuticos são, por sua vez, e de uma certa maneira, comerciantes.

Quanto aos administradores, aos empregados e aos operários (um carroceiro e um carpinteiro e marceneiro), sua presença no Conselho é apenas simbólica. Entre os últimos, o mais conhecido é o sindicalista Joseph Ainey, comissário a partir de 1910. Pelo contrário, os conselheiros eleitos em 1910 ou 1912 com o apoio do Partido Operário²³ incluem dois empresários do ramo da construção (Ludger Clément e Noé Leclair), um

empresário de serviços hidráulicos (Napoléon Turcot), um advogado (Ernest Tétrau) e um notário (Georges Mayrand), mas nenhum trabalhador assalariado.

Como se manifesta a repartição profissional dos dois lados da fronteira linguística? A tabela 5 indica algumas diferenças. Como se poderia esperar, os empresários dominam nitidamente entre os anglófonos, com 77% das profissões declaradas, mas sua presença é também forte entre os francófonos (70%). Os comerciantes têm um peso comparável nos dois grupos. As diferenças vêm dos industriais, proporcionalmente mais numerosos entre os anglófonos, e dos empresários do ramo da construção, cuja proporção de francófonos é de três quartos do total. Poderíamos esperar que os profissionais liberais fossem mais numerosos entre francófonos: é bem o caso, já que entre estes os profissionais liberais correspondem a 28,5% do total, contra apenas 15,7% entre os anglófonos.

Há também diferenças segundo os grupos étnicos. A metade dos efetivos irlandeses é composta de comerciantes, e um quinto é de industriais. Entre os escoceses, os industriais perfazem um terço, e os comerciantes e empresários do ramo da construção um quinto cada grupo. Entre os ingleses, as profissões liberais dominam com mais de um terço dos efetivos, seguidos de perto pelos comerciantes; depois destes, encontramos os industriais, com um quinto.²⁴ Os comerciantes ocupam a primeira posição entre os canadenses franceses (35%), seguidos pelos profissionais liberais (28%) e pelos empresários do ramo da construção (18%).

Essa análise do vínculo profissional já permite destacar uma característica da cena política de Montreal que a distingue da cena política federal ou provincial: o peso muito maior, entre os conselheiros municipais, dos empresários em relação aos profissionais liberais, que, por sua vez, vêm em primeira posição entre os deputados.²⁵ Duas hipóteses podem ser sugeridas para explicar essa situação. A natureza das intervenções municipais, especialmente os pesados investimentos em infra-estrutura, pode incitar os primeiros beneficiários a se interessarem de perto pelo assunto. Além disso, a dimensão reduzida dos territórios de representação, os bairros, talvez favoreça a participação política daqueles que têm interesse direto na economia local.

Em seu artigo de 1965, Guy Bourassa nota a diminuição de detentores de “altos postos na administração” em benefício de “seus subalternos”, “os administradores de um nível intermediário”.²⁶ O autor não explica a composição dessas categorias nem diz a partir de quais informações ele as constituiu. Ora, os dados presentes nas coleções biográficas não permitem alardear tal certeza. É inegável que existe uma hierar-

²⁴ É preciso não esquecer que quatro dos 31 indivíduos de origem inglesa são considerados francófonos: dois comerciantes, um médico e um advogado.

²⁵ Boily, 1967.

²⁶ Bourassa, 1972:130.

²³ Groupe de recherches, 1976a:101, 122.

quia entre os empresários. Alguns, como J. J. C. Abbott, estão associados a grandes empresas de envergadura nacional ou internacional; outros, como Hormisdas Laporte ou Alphonse Desjardins, participam de empresas de porte regional ou provincial, ao passo que um grande número tem apenas atividade empresarial local, no pequeno comércio de bairro. Para definir a posição de cada empresário nessa hierarquia, será necessário ir além das menções profissionais e examinar, de forma minuciosa, o conjunto de empresas às quais eles estão associados.

Se a informação sobre a profissão fornece um primeiro retrato social dos representantes políticos municipais, ela é ainda insuficiente para realizar um quadro completo. Seria preciso também avaliar a fortuna ou a riqueza dos indivíduos, levar em conta sua presença em instituições sociais, culturais, religiosas ou outras, e os postos de prestígio ou de influência que nelas ocupam, reconstituir suas redes familiares e sociais. Os repertórios biográficos oferecem informações úteis quanto a esse aspecto, mas são sabidamente incompletos ou imprecisos. Será necessário ampliar a pesquisa para se chegar a apreender de maneira adequada a composição social do grupo político e sua evolução durante o período.

Em uma pesquisa complementar à nossa, Christine Simard examinou as características residenciais dos membros do Conselho Municipal em 1881 e em 1912.²⁷ Nela revelaram-se fenômenos muito interessantes. Em 1881, quase todos os representantes políticos anglófonos residem no Golden Square Mile e suas imediações, no eixo da rua Sherbrooke Ouest, e quase todos os representantes francófonos encontram-se no setor burguês canadense francês, em torno da rua Saint-Denis. Portanto, trata-se de afirmar que muitos conselheiros não residem nos bairros que representam. O caráter elitista da delegação ao Conselho sobressai aqui de forma ainda mais nítida.

Em 1912, os políticos dividem-se em dois blocos iguais, metade residente no interior dos antigos limites da cidade (aqueles que existiam em 1881), e outra metade nos novos bairros gradualmente anexados a partir de 1883. O primeiro grupo reproduz características que prevaleciam em 1881 e a maior parte dos seus membros reside nas duas zonas burguesas (alguns francófonos encontram-se, todavia, naquela do oeste); somente uma minoria reside no bairro que representa. Em contraste, os membros do segundo grupo estão dispersos na maior parte dos novos bairros e a quase totalidade deles reside no bairro que representa. Além disso, quatro quintos dos membros do primeiro grupo possuem residência cujo valor anual de locação é superior a Can\$300, ao passo que, exatamente na mesma proporção, os membros do segundo grupo ostentam um valor anual de locação de Can\$300

²⁷ Simard, 1997.

²⁸ Ibid., p. 60-92.

ou menos.²⁸ Isso faz crer que houve uma diversificação da composição social dos políticos de Montreal entre essas duas datas. Haveria, por um lado, uma elite abastada, identificada com o centro da cidade, e, por outro, uma nova elite, mais modesta e enraizada nos bairros periféricos, onde estaria mais próxima de seus eleitores. Essas informações parecem também indicar que as anexações das municipalidades suburbanas representam um fator importante da transformação política de Montreal nessa época.

A carreira política

A inserção profissional dos representantes políticos municipais permite observar que vários possuem um interesse direto no desenvolvimento da cidade ou, pelo menos, de seu bairro de origem. Como se manifesta seu engajamento na cena política de Montreal? Trata-se de um fenômeno pontual ou de longa duração? O mandato municipal é apenas um trampolim na direção de uma atividade política em outro nível?

É bom lembrar que o eleitorado varia segundo o posto ocupado. Os prefeitos e os comissários são eleitos pelo conjunto dos proprietários e dos locatários de Montreal que possuem a qualidade de eleitor. Os conselheiros devem seu mandato apenas aos eleitores — proprietários e locatários — de seu bairro.

Examinemos primeiramente o caso dos 224 conselheiros municipais. A maioria obteve apenas um (26%) ou dois (31%) mandatos. Mas, como a duração dos mandatos muda ao longo do período (antes de 1894 é de três anos, passando a dois anos a partir desta data), é melhor recorrer ao número de anos de serviço no Conselho (ver tabela 6). Trata-se aqui do número total para cada conselheiro presente entre 1880 e 1914; ele leva em conta, portanto, os anos de serviço que alguns asseguraram antes ou depois do período estudado. O leque das durações é considerável e indica uma vasta gama de situações. Pouco mais da metade (53,1%) dos conselheiros foram por um período inferior a seis anos. Esse fenômeno incide mais entre os francófonos (56,8%) que entre os anglófonos (46,1%), e mais entre aqueles que são eleitos pela primeira vez em 1898 ou a partir desta data (62,3%), que aqueles que foram antes (44,9%). Há, portanto, manifestamente, maior circulação no início do século XX, o que afeta mais os francófonos, então mais numerosos. Isso pode ser explicado pelos efeitos do movimento reformista e pela redução do número de conselheiros, ocorrida em 1894 e em 1910, mas seria preciso examinar a situação caso a caso para se ter certeza a esse respeito. Note-se, além disso, que as situações de elevada longevidade política (10 anos ou mais) dividem-se de forma bastante equilibrada entre os dois grupos lingüísticos, ainda que os francófonos dominem nitidamente no grupo dos 16 anos ou mais.

Tabela 6

Número total de anos como conselheiro municipal de Montreal entre 1880 e 1914

Número	Anglófonos	Francófonos	Total	% do total
1	3	10	13	5,8
2	11	41	41	18,3
3	9	18	18	8,0
4	11	38	38	17,0
5	2	9	9	4,0
6	11	31	31	13,8
7	2	10	10	4,5
8	6	16	16	7,1
9	2	4	4	1,8
10	2	5	5	2,2
11-15	15	24	24	10,6
16-20	0	11	11	4,8
21-32	0	4	4	1,2
Total	78	146	224	100,0

Obs.: Esta tabela não inclui os cinco prefeitos e os cinco comissários de Montreal que nunca foram conselheiros.

Durante o período, Montreal anexa várias municipalidades suburbanas. Ora, com muita frequência, os primeiros representantes desses territórios anexados eleitos ao Conselho Municipal são ex-prefeitos ou conselheiros de sua localidade. Os exemplos mais notórios são os dos antigos prefeitos de Hochelaga e de Saint-Jean-Baptiste, Raymond Préfontaine e Joseph Octave Villeneuve, que se tornam conselheiros e, mais tarde, prefeitos de Montreal. Levar em conta essa variável permitiria constatar que a carreira em nível municipal é, para muitos, mais longa do que aquela que aparece aqui. No entanto, na ausência de informações suficientemente completas, ela não é integrada à análise.

Calculamos a idade dos conselheiros no início de seu primeiro mandato na cidade de Montreal (ver tabela 7). O Conselho Municipal não se constitui manifestamente em uma reunião de jovens e ser eleito antes dos 35 anos é caso excepcional. Deveríamos ver aí um efeito da exigência de qualificação fundiária? O Conselho também não é o local onde se manifestam vocações tardias, pois poucos homens aí ingressam após os 55 anos. Três quartos dos recém-chegados aí ingressam entre 35 e 54 anos e se encontram bem distribuídos nas faixas etárias. A idade média de ingresso é 44,8 anos. Note-se, todavia, uma diferença entre os dois grupos lingüísticos: os anglófonos estão proporcionalmente mais representados nas faixas de 45 anos e mais (59% contra 47,7% para o conjunto do grupo), os francófonos naquelas de 44 anos e menos (56,1% contra 50%).

Tabela 7

Idade no início do primeiro mandato por grupo de idade: conselheiros municipais de Montreal entre 1880 e 1914

Número	Anglófonos	Francófonos	Total	% do total
<30	1	1	2	0,9
30 a 34	5	19	24	10,7
35 a 39	12	31	43	19,2
40 a 44	12	31	43	19,2
45 a 49	16	28	44	19,6
50 a 54	13	21	34	15,2
55 a 59	11	9	20	8,9
60 ou mais	6	3	9	4,0
Indeterminada	2	3	5	2,2
Total	78	146	224	100,0

Obs.: Esta tabela não inclui os cinco prefeitos e os cinco comissários de Montreal que nunca foram conselheiros.

A carreira dos prefeitos se apresenta diferentemente daquela dos conselheiros. Antes de 1894, as eleições para a prefeitura acontecem todos os anos e a maior parte obtém dois mandatos, com exceção de Alphonse Desjardins, que não solicita reeleição, e de Jean-Louis Beaudry, que monopoliza a função durante 10 anos (seis dos quais antes de 1880). A partir de 1894, os mandatos passam a ser de dois anos e todos os prefeitos obtém apenas um — a exceção é Raymond Préfontaine, que obtém dois. Assim, a maior parte dos 16 indivíduos que ocupam a prefeitura entre 1880 e 1914 aí estão por apenas por dois anos. Quando de sua ascensão a essa função, eles têm, em média, 52,5 anos: o mais jovem tem 37 anos, três estão na faixa dos 40 anos, 10 na faixa dos 50 e o mais idoso tem 66 anos. É necessário acrescentar que 11 prefeitos haviam sido anteriormente conselheiros municipais em períodos mais ou menos longos.

As comissões *échevinales* ou comitês, como são então chamados, representam espaços de poder importantes no interior do Conselho. Cada comitê gerencia um dos serviços municipais — ou um conjunto de serviços — e o orçamento atinente. Esse regime dura até 1910, quando o Bureau dos Comissários assume essas funções. A presidência dos comitês é particularmente cobiçada. É, por exemplo, graças a seu posto de presidente do Comitê de Vias Públicas, aquele que gerencia o maior orçamento, que Raymond Préfontaine pôde organizar a “máquina” política que o tornará famoso. No total, 89 conselheiros (cinco dos quais serão prefeitos), ou seja, 40% dos efetivos, ocupam a presidência de um ou outro dos comitês ao longo de sua carreira. Entre eles, 38 exercem essas funções durante quatro anos ou mais e são quase todos conselheiros durante seis anos ou mais. Esse pequeno grupo, 17% de todos os conselheiros, associa poder e longevidade e representa, sem dúvida alguma, a elite do Conselho. Ele merece uma análise mais aprofundada, o que exigirá que levemos em conta o peso relativo de cada comitê.

Quanto aos cinco comissários que serão eleitos entre 1910 e 1914, seu número é pouco expressivo para que dele pudéssemos fazer uma análise estatística. Dois entre eles estão em função apenas por dois anos, dois outros por quatro anos e o último permanecerá por oito anos. Nenhum fora conselheiro anteriormente.

Além disso, o Conselho Municipal de Montreal constitui um espaço de gestação de carreiras para os partidos que atuam nos escalões superiores. Em nível federal, encontramos 15 deputados, dos quais quatro são também deputados provinciais em Quebec²⁹ e um tornar-se-á conselheiro legislativo.³⁰ Quatro entre eles serão ministros, um dos quais (J. J. C. Abbott) primeiro-ministro do Canadá. Há também dois senadores que foram, inicialmente, deputados, um em Ottawa e outro em Quebec. Além disso, 12 outros membros do Conselho Municipal são candidatos — derrotados — em eleições federais, ainda que dois deles venham a se eleger deputados provinciais em Quebec.

Em nível provincial, a colheita é ainda mais farta, já que 25 deputados provêm do Conselho Municipal, quatro dos quais sendo inclusive deputados federais em Ottawa; um outro será senador. Nove entre eles tornam-se ministros, um dos quais primeiro-ministro (Lomer Gouin) da província. Contam-se também oito conselheiros legislativos, três dos quais já haviam sido deputados. Acrescentamos ainda cinco candidatos derrotados.

Portanto, no total, 41 indivíduos ocuparam postos de deputado, de senador ou de conselheiro legislativo: 24 liberais e 17 conservadores. Se acrescentarmos aí os 15 candidatos que não conseguem eleger-se, obtemos um total de 56 pessoas ou quase um quarto dos políticos municipais durante o período. É provável que muitos outros tenham sido ativos no interior dos grandes partidos como organizadores ou conselheiros. A filiação política de pouco mais da metade dos membros do Conselho é conhecida: 62 são conservadores, 59 são liberais e quatro se declaram independentes. Entre os cinco conselheiros eleitos com o apoio do Partido Operário, três são ainda identificados como liberais.

Não há, portanto, um modelo único ou dominante de carreira política em Montreal. Para um núcleo importante, trata-se de uma verdadeira profissão que se pratica em dois, ou mesmo três níveis de governo. Além disso, o mandato municipal é, com frequência, exercido de forma concomitante àquele de nível superior. O político por excelência é, sem dúvida alguma, Raymond Préfontaine que, além de ter sido conselheiro e prefeito de Hochelaga, é conselheiro municipal em Montreal durante 14 anos, nove dos quais como presidente de comitê, prefeito durante quatro anos, deputado provincial durante cinco e deputado federal durante 19, três dos quais como ministro. Entre os deputados e os ministros, vários têm uma longa folha de serviços prestados

²⁹ Trata-se aqui da capital da província de Quebec. (N. do T.)

³⁰ No Canadá, membro do Conselho Legislativo, câmara alta provincial, equivalente ao Senado federal, cujos membros são indicados pelo governo provincial. (N. do T.)

como conselheiro: Joseph Brunet, 21 anos; Henri-Benjamin Raiville, 18; James McShane, 17; Hormistad Jeannotte e Louis Audet Lapointe, 16; Cléophas Beausoleil, Patrick Kennedy e George Washington Stephens, 14 anos. Em contrapartida, certos políticos de um nível superior fazem apenas uma breve aparição na cena municipal: é o caso de J. J. C. Abbott, Alphonse Desjardins e Lomer Gouin.

Não obstante, permanece o fato de que, para três quartos dos representantes eleitos em Montreal, a carreira pública é dedicada exclusivamente ao âmbito municipal. Observam-se, entre eles, numerosos exemplos de longevidade política. Jacques Grenier tem assento durante 26 anos como conselheiro (além de ter sido prefeito); A. A. Stevenson, 24 anos; Émery-François Larivière, 18; Peter Donovan e Arthur Dubuc, 14; Joseph B. Clearihue, 12; Louis-Arsène Lavallée, 11 (e dois anos como prefeito); Napoléon Giroux e Jean-Damien Rolland, 10 anos; todos gozam de certa influência e são também presidentes de comitês durante uma parte de seus mandatos. Há muitos outros nesse caso. Alguns não obtêm nenhuma presidência, mas servem durante muito tempo seus eleitores como simples conselheiros: Richard Turner, com 16 anos George William Sadler, 14 John Bumbray, 11 ou Philéas Wilson, com oito anos, são alguns exemplos.

Contudo, o Conselho Municipal é também testemunha de muitas carreiras efêmeras, normalmente de dois ou quatro anos. A saída desses conselheiros é conseqüência de uma derrota eleitoral, de falecimento, da perda de qualificação fundiária ou se explica por outra razão? Seria preciso uma análise caso a caso para responder a essa pergunta.

O estudo da cena política municipal é certamente o primo pobre da história política de Quebec. Ora, nossa pesquisa mostra que existe uma verdadeira carreira política municipal, seguidamente coroada com a presidência de um comitê do Conselho. Talvez este não seja o caso da maioria, ainda que o exame detalhado dos postos ocupados anteriormente nas municipalidades suburbanas permitisse avaliar diferentemente a duração de uma carreira. Ele diz respeito, mesmo assim, a um número suficientemente importante de representantes eleitos para que se lhe confira maior atenção do que aquela dispensada até aqui. Aliás, essa constatação leva-nos a nos interrogarmos sobre a natureza da “profissionalização” da carreira política que, segundo os cientistas políticos, surge após a I Guerra Mundial. Em Montreal, ela parece manifestar-se bem antes. De qualquer forma, a longevidade política não é um apanágio do século XX e muitos conselheiros parecem muito enraizados nesse meio. Aliás, a análise confirma — tornando-a mais precisa — aquela de Guy Bourassa sobre a presença significativa dos políticos municipais nos níveis provincial e federal.

Conclusão

Esses primeiros resultados da pesquisa sobre os políticos de Montreal, entre 1880 e 1914, permanecem evidentemente parciais. Ainda assim, são suficientemente interessantes para que se tente encontrar neles alguns traços significativos.

O historiador Marc V. Levine estudou a “reconquista” de Montreal pelos francófonos a partir de 1960.³¹ Todavia, é preciso constatar que essa reconquista se deu ao longo de mais de um século e que primeiramente se manifestou na arena política. O estudo do período 1880-1914 confirma e detalha a amplitude e o ritmo dessa primeira fase. A dominação numérica dos canadenses franceses no Conselho Municipal ganha crescente destaque à medida que avançamos em direção ao século XX. Essa evolução se produz paralelamente à emergência de novas elites francófonas no interior da sociedade civil. Particularmente notável é a afirmação de uma burguesia empresarial cuja presença se faz também sentir no Conselho Municipal. Com efeito, os empresários são 70% dos políticos francófonos e esse percentual não é muito inferior àquele verificado entre os anglófonos. Frequentemente proposta, a íntima associação entre político canadense francês e profissional liberal aqui não funciona. Claro, os efetivos das profissões liberais vão crescendo — e são mais numerosos entre os anglófonos —, mas não o suficiente para que isso se torne uma característica específica entre os representantes políticos francófonos.

Corolário do fenômeno precedente, a parte de anglófonos declina ao longo do período. Uma quebra importante foi identificada, no final dos anos 1880. Diferenças significativas segundo os grupos étnicos foram também destacadas. Os irlandeses, de quem não se suspeitava o peso político nos anos 1880, são os que mais nitidamente sofrem com esse declínio, ao passo que os ingleses e os escoceses se mantêm melhor em suas posições e assistem a sua participação baixar de maneira menos abrupta.

Os políticos são majoritariamente originários de Quebec e o peso dos imigrantes declina visivelmente à medida que nos aproximamos do século XX. Os indivíduos nascidos em Montreal são apenas uma minoria em uma época em que o êxodo rural é um componente importante do crescimento urbano. No entanto, o território dessas migrações é bem delimitado: é a grande região de Montreal que fornece à cidade de Montreal a maior parte de seus políticos.

O estudo permitiu igualmente constatar que a ligação entre a política e os negócios privados permanece muito estreita antes de 1914. A nítida preponderância dos empresários o confirma sem a menor sombra de dúvida. No entanto, será preciso definir a natureza e a amplitude de suas atividades para se chegar a melhor apreender a hierarquia no interior desse grupo e vê-lo evoluir. O peso dos profissionais liberais aumenta — sem se tornar predominante — e vários de seus representantes são participantes ativos no mundo empresarial. Em contrapartida, as camadas sociais emergentes — engenheiros, arquitetos, contadores e executivos assalariados — estão, assim como operários e empregados, praticamente ausentes do Conselho Municipal. Assim, o Conselho não reflete adequadamente a composição social da população de Montreal.

³¹ Levine, 1997.

Os políticos de Montreal constituem claramente uma elite que se alimenta de certas elites setoriais da sociedade civil. O Conselho Municipal representa um lugar de encontro de membros das elites da cidade, aquelas dos principais grupos étnicos e lingüísticos e aquelas dos grupos profissionais dominantes. O Conselho é, ainda, um espaço de poder cobiçado onde se opõem e se aliam interesses diversos e, por vezes, divergentes.

Essa elite política possui, todavia, uma especificidade própria, à medida que atrai indivíduos para quem a vida pública forma a base de uma segunda carreira, distinta da profissão principal, embora mantendo com esta evidentes laços. Ela dá vida a uma elite mais restrita, que ascende aos postos de poder ou de prestígio como os de presidente de comitê ou prefeito. O estudo desse núcleo deveria permitir uma melhor compreensão das características dos detentores do poder político.

Os dados biográficos recolhidos ao longo do trabalho, mesmo parciais, não se limitam aos fenômenos apresentados aqui. Examinando os casamentos e os outros espaços de parentesco, a participação na vida associativa, a presença nos conselhos de administração, investigando de maneira mais minuciosa o desenvolvimento das carreiras individuais ou ainda a acumulação de propriedades, será possível tornar claros outros fenômenos mais complexos e fazer surgir as redes de parentesco, de negócios, de sociabilidade e de poder que se constituem, na época, na sociedade de Montreal.

Contudo, mesmo que consigamos fazê-la produzir todos os seus frutos, uma pesquisa prosopográfica apresenta sérios limites e não pode responder a todas as questões. Assim, para compreender a presença no Conselho de um ou outro indivíduo, não podemos basear-nos unicamente em dados biográficos. É preciso conhecer o meio no qual ele age, o meio que ele representa. É preciso saber quem são seus eleitores e qual apoio lhe conferem, examinar suas posições nos debates, as políticas que defende ou que combate. A prosopografia esclarece apenas uma parte de um processo político mais amplo cuja reconstituição histórica requer a utilização de fontes e métodos variados.

Ao lançar luz sobre os fenômenos coletivos de vinculação, a prosopografia não deve deles deduzir comportamentos coletivos. Por exemplo, constatar o crescimento dos francófonos é uma coisa; examinar o alcance e as conseqüências desse crescimento é outra. Francófonos e anglófonos formam blocos compactos ou estanques? Sob certas circunstâncias, sim; na maior parte das vezes, não. E isso porque intervêm também todos os demais vínculos: religiosos, sociais, profissionais, geográficos, políticos etc. Michèle Dagenais oferece um bom exemplo disso em seu relato das intermináveis discussões — tanto sobre o princípio, quanto sobre as modalidades ou a localização — que precederam a decisão de construir a biblioteca municipal.³² Seria necessário

³² Dagenais, 1996.

multiplicar as análises desses debates políticos locais para chegarmos a melhor compreender o peso dos diversos vínculos e o complexo jogo das alianças.

Além disso, se o Conselho Municipal oferece uma excelente vitrina para observar as tensões e as alianças, sua análise não poderia esgotar a realidade do fenômeno político em nível local. As relações de poder exprimem-se em muitos outros espaços e as elites possuem outros meios para fazer valer seus pontos de vista. Essas elites são tão divididas quanto o próprio Conselho. David C. Hammack o mostrou, em sua obra sobre a Nova York do mesmo período, constatando que “*altogether, Greater New York's economic and social elites were divided so deeply and in so many ways that they could not agree on any single set of economic, cultural, or political initiatives*”.³³ O que sabemos sobre Montreal nos incita a pensar que a situação aqui não é muito diferente.

Todavia, os primeiros resultados do estudo da biografia coletiva dos representantes municipais de Montreal permitem erguer uma ponta do véu que encobre a descrição do complexo do poder e das elites em Montreal e provam a utilidade do método prosopográfico.

Referências bibliográficas

ACHESON, T. W. Changing social origins of the Canadian industrial elite, 1880-1910. In: PORTER, Glenn; CUFF, Robert (Ed.). *Enterprise and national development: essays in Canadian business and economic history*. Toronto: Hakkert, 1973.

BÉLANGER, Yves; FOURNIER, Pierre. *L'entreprise québécoise: développement historique et dynamique contemporaine*. Montréal: Hurtubise HMH, 1987.

BOILY, Robert. Les hommes politiques du Québec, 1867-1967. *Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 21, n. 3a, p. 611-614, 1967.

BOURASSA, Guy. Les élites politiques de Montréal: de l'aristocratie à la démocratie. *Canadian Journal of Economics and Political Science/Revue Canadienne d'Economie et de Science Politique*, v. 31, n. 1, p. 35-51, fév. 1965. Reproduzido in: DESROSIERS, Richard (Dir.). *Le personnel politique québécois*. Montréal: Boréal, 1972. p. 117-142.

DAGENAIS, Michèle. *Dynamiques d'une bureaucratie: l'administration municipale de Montréal et ses fonctionnaires, 1900-1945*. Tese (Doutorado) — Universidade de Quebec em Montreal, Montreal, 1992a. 413 p.

_____. *La démocratie à Montréal de 1850 à nos jours*. Montréal: Ville de Montréal, 1992b.

³³ Hammack, 1982. [Em inglês no original. Tradução sugerida: “Em geral, as elites econômicas e sociais da grande Nova York estavam tão profundamente divididas, de tantas diferentes maneiras, que não poderiam concordar em um único conjunto de iniciativas econômicas, culturais ou políticas”. (N do T.)]

_____. Vie culturelle et pouvoirs politiques locaux. La fondation de la bibliothèque municipale de Montréal. *Urban History Review/Revue d'Histoire Urbaine*, v. 24, n. 2, p. 41-56, mars 1996.

GAUVIN, Michel. *The municipal reform movement in Montreal, 1886-1914*. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Ottawa, Ottawa, 1972. 163 p.

_____. The reformer and the machine: Montreal civic politics from Raymond Préfontaine to Médéric Martin. *Journal of Canadian Studies/Revue d'Etudes Canadiennes*, v. 13, n. 2, p. 16-26, été 1978.

GERMAIN, Annick. L'émergence d'une scène politique: mouvement ouvrier et mouvements de réforme urbaine à Montréal au tournant du siècle — essai d'interprétation. *Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 37, n. 2, p. 185-199, sept. 1983.

_____. *Les mouvements de réforme urbaine à Montréal au tournant du siècle: modes de développement, modes d'urbanisation et transformation de la scène politique*. Montréal: Centre d'Information et d'Aide à la Recherche, Departamento de Sociologia, Universidade de Montreal, 1984. 415 p.

GROUPE de recherches sur l'histoire des mouvements politiques ouvriers de l'Université du Québec à Montréal. *Chronologie des mouvements politiques ouvriers au Québec de la fin du 19ème siècle jusqu'à 1919*. Montréal: RCHTQ, 1976a. 293 p.

_____. *L'action politique des ouvriers québécois (fin du XIXème siècle à 1919): recueil de documents*. Montréal: Presses Universitaires du Québec, 1976b. 176 p.

HAMMACK, David C. *Power and society: Greater New York at the turn of the century*. New York: Russell Sage Foundation, 1982. 306 p.

LAMOTHE, J. Cléophas. *Histoire de la Corporation de la Cité de Montréal depuis ses origines jusqu'à nos jours*. Montreal: Montreal Printing and Publishing Co., 1903. 848 p.

LEVINE, Marc V. *La reconquête de Montréal*. Montreal: VLB Editeur, 1997. 404 p.

LINTEAU, Paul-André. La montée du cosmopolitisme montréalais. *Questions de culture*, n. 2, p. 23-53, 1982.

_____. Rapports de pouvoir et émergence d'une nouvelle élite canadienne-française à Montréal, 1880-1914. *Études Canadiennes/Canadian Studies*, revue interdisciplinaire des études canadiennes en France, v. 21, n. 1, p. 163-172, 1986.

_____. *Histoire de Montréal depuis la Confédération*. Montréal: Boréal, 1992.

_____. Le personnel politique à Montréal, 1880-1914: évolution d'une élite municipale. *Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 52, n. 2, automne 1998.

_____; DUROCHER, René; ROBERT, Jean-Claude. *Histoire du Québec contemporain, 1: De la Confédération à la crise (1867-1929)*. Montréal: Boréal, 1979, 1989. caps. 8 e 5.

MARSOLAIS, Claude-V.; DESROCHERS, Luc; COMEAU, Robert. *Histoire des maires de Montréal*. Montréal: VLB Editeur, 1993. 323 p.

- NAGANT, Francine. *La politique municipale à Montréal, 1910-1914: l'échec des réformistes et le triomphe de Médéric Martin*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Montreal, Montreal, 1982. 297 p.
- ROUILLARD, Jacques. L'action politique ouvrière au début du 20ème siècle. In: HARVEY, Fernand (Dir.). *Le mouvement ouvrier au Québec*. Montréal: Boréal, 1980. p. 185-213.
- ROY, Fernande. *Progrès, harmonie, liberté: le libéralisme des milieux d'affaires francophones à Montréal au tournant du siècle*. Montréal: Boréal, 1988. 301 p.
- RUDIN, Ronald. *Banking en français: les banques canadiennes-françaises, 1835-1925*. Montréal: Boréal, 1988. 244 p.
- RUMILLY, Robert. *Histoire de Montréal*. Montréal: Fides, 1972.
- RUSSELL, D. J. H. B. *Ames as municipal reformer*. Dissertação (Mestrado) — Universidade McGill, Montreal, 1971.
- SIMARD, Christine. *Le personnel politique municipal de Montréal, 1881-1912: espace urbain, richesse et propriété foncière*. Dissertação (Mestrado em História) — Université du Québec à Montréal, Montréal, 1997. 142 p.
- SWEENEY, Robert C. H. Un effort collectif québécois: la création, au début du XXème siècle, d'un marché privé et institutionnalisé de capitaux. *Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 49, n. 1, p. 35-72, été 1995.

Anexo

Principais repertórios biográficos utilizados

- ATHERTON, W. H. *Montreal 1535-1914*. 1914. v. 3. Biographical.
- BIOGRAPHIES canadiennes-françaises. Diversos anos, de 1920 a 1931.
- BOTHWICK, J. D. *History and biographical gazetteer of Montreal*. 1892.
- CANADIAN Parliamentary companion. Diversos anos, de 1863 a 1885.
- COCHRANE, W. *The Canadian album: men of Canada*. 1893-1896. v. 2-5.
- DICTIONNAIRE biographique du Canada. 1982-1994. v. 11-13.
- GUIDE parlementaire canadien. Diversos anos, de 1901 a 1938.
- INDUSTRIES of Canada. City of Montreal, 1886.
- JOHNSON, J. Keith. *Canadian directory of Parliament, 1867-1967*.
- LAMOTHE, J. Cléophas. *Histoire de la Corporation de la Cité de Montréal depuis son origine jusqu'à nos jours*. 1903.
- MONTREAL BOARD OF TRADE. *A souvenir of the opening new building*. 1893.

- MONTREAL fin-de-siècle. 1899.
- MONTREAL illustrated. 1894.
- MONTREAL of to-day. 1896.
- MORGAN, Henry James. *The Canadian men and women of the time*. 1898, 1912.
- PRINCE, Lorenzo. *Montreal old and new*. 1915.
- PROMINENT people of the province of Quebec. 1923-1924.
- RÉPERTOIRE des parlementaires québécois, 1867-1978. 1980.
- ROSE, G. M. *A cyclopedia of Canadian biography*. 1886-1888.
- SAINT-PIERRE, T. *Histoire du commerce canadien-français de Montréal 1535-1893*. 1894.
- SOUVENIR de Maisonneuve. 1896.
- TERRILL, F. W. *A chronology of Montreal*. 1893.
- WOOD, William. *The storied province of Quebec*. 1931-1932. v. 3-5.

A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920)*

Fernande Roy
Jocelyn Saint-Pierre

Afirma-se com freqüência que a imprensa de Quebec viveu, na virada do século, uma profunda transformação, caracterizada pela passagem de uma imprensa de opinião, que tem como eixo o comentário partidário e engajado, para uma imprensa de informação, orientada para a notícia. O que acontece à profissão de jornalista nessas transformações do mundo midiático?

Apesar da utilização freqüente dos jornais pelos historiadores, como fontes históricas sobre diferentes temas e como difusores de ideologias, conhece-se pouco sobre o conjunto dos jornalistas encarregados de divulgar as informações e as ideologias, assim como sobre as condições de exercício de sua profissão. Os trabalhos sobre a imprensa, como os de André Beaulieu e de Jean Hamelin, os de Jean de Bonville e, tratando de um período anterior àquele aqui trabalhado, os de Claude Galarneau, trouxeram informações preciosas sobre os profissionais do jornalismo.¹ Várias biografias tornaram conhecidos alguns jornalistas — por exemplo, Henri Bourassa, Arthur Buies, Françoise (Robertine Barry), Olivar Asselin, ou ainda Robert Sellar —, assim como os trabalhos de Jean-Marie Lebel² lançaram luz sobre o grupo de imprensa de Ludger Duvernay. No entanto, essas monografias dedicadas a indivíduos não permitem inferir um perfil de conjunto. A tese de doutorado de Jocelyn Saint-Pierre³ sobre um gru-

* Publicado originalmente sob o título "*La haute rédaction des quotidiens québécois entre 1850 e 1920*" (Roy e Saint-Pierre, 1996). Gostaríamos de agradecer calorosamente a Dominique Marquis, Isabelle Lambert, Marc Bolduc, Isabelle Ouellet e Ulric Deschênes, que nos ajudaram nesta pesquisa.

¹ Beaulieu e Hamelin (1966); de Bonville (1988); Galarneau (1984).

² Lebel, 1983.

³ Saint-Pierre, 1993.

po particular de jornalistas, aqueles da tribuna de imprensa em Quebec, é uma exceção. A dissertação de mestrado de Line Gosselin⁴ constitui também uma exceção, mas ela trata apenas de um grupo ainda relativamente pequeno: o das mulheres jornalistas. Logo, não dispomos para Quebec, por exemplo, de uma análise semelhante àquelas de Marc Martin ou de Bernard Voyenne sobre os jornalistas franceses.⁵

Já realizamos uma ampla pesquisa sobre os jornalistas de Quebec entre 1870 e 1920. No entanto, neste estudo, trataremos de um subgrupo no interior do mundo jornalístico, um subgrupo suscetível de ter sido particularmente marcado pelas mudanças na imprensa já evocadas, ou seja, os responsáveis pela alta redação da imprensa diária. O principal redator do jornal de opinião, um advogado engajado no combate político, dá lugar, no jornal de informação, a um profissional da redação cuja única atividade é essa?

Nosso estudo apresenta, inicialmente, a metodologia e as fontes utilizadas; em seguida, aborda um problema próprio de nosso objeto de estudo, qual seja, o das denominações das diversas funções de jornalista; enfim, ele esboça um perfil preliminar da alta redação dos jornais de Quebec.

O método: uma abordagem prosopográfica⁶

Nosso método é o da prosopografia. Como *monsieur* Jourdain, os historiadores e as historiadoras com frequência fizeram prosopografia sem sabê-lo.⁷ O *Grand Larousse de la langue française*⁸ a define da seguinte forma: “ciência auxiliar da epigrafia e da história antiga que estuda a filiação e a carreira dos grandes personagens”. Etimologicamente, a prosopografia é a descrição das características externas de um corpo; no caso de que tratamos, é uma espécie de “biografia coletiva” e de “multibiografia”;⁹ uma coleção de indivíduos reunidos a partir de características observáveis, como a educação ou a carreira. A prosopografia reúne dados biográficos de um grupo de atores históricos que têm

⁴ Gosselin, 1994.

⁵ Martin (1981); Voyenne (1985).

⁶ A palavra não é tão recente, dataria de 1743 (Stone, 1971:346).

⁷ Verger, 1986:346.

⁸ *Grand Larousse de la langue française* (1963, t. 8, p. 845; 1976, t. 5, p. 4706). Os outros dicionários definem assim o termo prosopografia: “espécie de descrição que tem por objeto dar a conhecer os traços exteriores, a figura, a atitude de um homem, de um animal” (*Littré*, 1957, v. 3, p. 5059); “descrição de uma pessoa” (*Le Grand Robert*, 1976, t. 7, p. 843); “descrição das qualidades físicas de um personagem real ou fictício” (*Trésor de la langue française*, 1988, t. 13, p. 1358). A definição do *Larousse* é mais próxima do sentido que atribuímos a esta palavra.

⁹ Autrand, 1986:14.

algo em comum, seja uma função, uma atividade, ou ainda uma posição social;¹⁰ ela é, portanto, um “estudo coletivo” de suas vidas.¹¹ O objetivo consiste em, através do estudo do singular, conhecer o “singular plural”.¹² “A prosopografia supõe seriação, ela coloca em evidência o individual e o excepcional apenas para salientar, por contraste, o coletivo e o normal”.¹³ Em suma, a prosopografia permite, graças à biografia, um gênero histórico mais tradicional, tratar um grupo social em seu conjunto.

Prosopografia não é uma panacéia, ela tem seus limites. As críticas colocam frequentemente em evidência o fato de que esse método permite apenas o estudo da elite, aquele dos “privilegiados da história”.¹⁴ É sabido que a prosopografia somente pode ser feita sobre grupos bem documentados e que a qualidade e a quantidade das informações a limitam, por vezes, consideravelmente. Claro, os representantes do estrato inferior da profissão de jornalista serão menos conhecidos. Como escreve Stone: “*the lower one goes in the social system the poorer becomes the documentation*”.¹⁵ Mas, já que no tocante aos jornalistas de Quebec a documentação é relativamente abundante, nossa pretensão é de, pelo menos, ampliar a elite até aqui considerada.

Uma crítica freqüente às pesquisas prosopográficas baseadas em amostras é a dificuldade de avaliar a relação entre os indivíduos estudados e o número total de membros do grupo de origem.¹⁶ Em nosso caso, essa dificuldade é real, já que desconhecemos o número total de indivíduos trabalhando como jornalistas durante o período. Todavia, preferimos, no projeto global de pesquisa, conservar o conjunto dos jornalistas mais do que proceder a uma amostragem. Não obstante, o perfil obtido não é representativo do conjunto dos jornalistas; sem ser atípico, contudo, corresponde, sobretudo, aos estratos superiores da profissão.

As pesquisas prosopográficas ignoram, por definição, o qualitativo, o individual e o excepcional. Ainda que pudéssemos considerar este fato uma limitação do método, são aspectos que entendemos sacrificar em benefício do quantitativo e do plural.

Toda abordagem prosopográfica comporta três etapas.¹⁷ O estabelecimento de uma lista geral de indivíduos que formam a população é a primeira coisa a se fazer. Foi

¹⁰ Autrand, 1986:13.

¹¹ Stone, 1971:46.

¹² Andreau, 1986:546.

¹³ Nicolet, 1970:1226.

¹⁴ Genet, 1986:9.

¹⁵ Stone, 1971:58. [Tradução sugerida: “quanto mais baixo se avança no sistema social, mais pobre é a documentação”. (N. do T.)]

¹⁶ Nicolet, 1970:1226.

¹⁷ Chastagno, 1970:1229.

com a ajuda do repertório de Beaulieu e Hamelin¹⁸ que constituímos esta população: o projeto global atinge mais de 3 mil indivíduos. Uma vez a listagem pronta, a segunda etapa consiste em levantar a documentação e criar um verbete ou nota biográfica para cada indivíduo, retomando os momentos importantes de sua vida e de sua carreira. Essa etapa é crucial e exige muito rigor. É preciso ter cuidado na uniformidade no tratamento dos dados: com efeito, encontra-se aí um dos principais obstáculos da prosopografia. A terceira etapa consiste em, a partir do material reunido, analisar comparativamente o conjunto de notas biográficas para realçar os pontos em comum e as particularidades, para se chegar, enfim, a uma síntese.

As possibilidades da prosopografia são multiplicadas graças ao computador. Colocar em relação um grande número de variáveis tiradas de uma massa de informações reunidas sobre uma mesma base, eis o que o computador pode fazer de melhor.¹⁹ A criação de um repertório informatizado consiste em transformar uma fonte documental constituída de textos lineares em uma série de fichas informatizadas que formarão a base de dados. O tratamento informático foi realizado com o programa Édibase.

Fontes e metafonte

Para o conjunto do projeto, as fontes são bastante variadas e muito numerosas. No entanto, utilizamos nessa etapa apenas uma dúzia de repertórios biográficos, sobre o que é oportuno fazer um breve comentário.

O principal problema a resolver é o da fiabilidade dos dados. Ernest Labrousse já explicou, muito corretamente, que não se tira do computador mais do que nele se colocou.²⁰ Ora, as fontes não são isentas de erros ou de contradições. Elas copiam umas às outras e são, portanto, muito parecidas. As diferenças encontram-se nos repertórios especializados que foram construídos com um objetivo preciso. Em cada caso, os autores devem fazer uma seleção nas biografias para publicação e, nesse processo de seleção, os menos conhecidos são sempre descartados.²¹ Os títulos examinados são de quatro tipos: Beaulieu e Hamelin, as obras de época, o *Dictionnaire biographique du Canada (DBC)* e os repertórios especializados (literários, políticos, imprensa judia). Passemos-los em revista nesta ordem.

¹⁸ Beaulieu, Hamelin et al., 1973-1985.

¹⁹ Stone, 1971:72.

²⁰ “Quais sejam o refinamento dos métodos e a força da máquina com os quais tratamos a matéria-prima, reencontramos essa matéria na saída do computador, com seus defeitos e suas riquezas” (obtido em “*Entretiens avec Ernest Labrousse*”, 1980, p. 122).

²¹ Katz, 1987:262.

A obra de base em história da imprensa é ainda, apesar de certos problemas, o repertório construído por André Beaulieu e Jean Hamelin,²² esses dois precursores da história da imprensa em Quebec. Ela serviu de ponto de partida para determinar a população em estudo. O tamanho e a riqueza das notas biográficas variam segundo a população recenseada. Cada nota fornece sobretudo listas de jornalistas e os elementos essenciais do periódico. Esta coleção foi para nós o que Verger chama de “uma fonte-tronco”.²³

Como obra biográfica de época, mencionemos em primeiro lugar *Canadian men and women of the time*, de Henry James Morgan, cuja primeira edição data de 1898 e a segunda de 1912.²⁴ Ela contém quase 8 mil biografias concisas.²⁵ Trata-se de uma obra de base que, com frequência, foi por outros — especialmente por William Stuart Wallace — copiada, nem sempre de forma fiel. O livro de George Maclean Rose, publicado em 1886, contém aproximadamente 2 mil biografias²⁶ de pessoas que se distinguiram na vida profissional ou política, no mundo do comércio e da indústria no Canadá. O *Borthwick*,²⁷ publicado em 1892, é exclusivamente dedicado a 534 personagens de Montreal²⁸ e à história da cidade. O dicionário em dois tomos de Charles G. D. Roberts e Arthur L. Tunnel compreende aproximadamente 800 biografias²⁹ de personagens falecidos entre 1875 e 1937.³⁰ O volume de Hector Willoughby Charlesworth, publicado em 1919, reúne aproximadamente 600 biografias de pessoas provenientes dos meios

²² Beaulieu, Hamelin et al., 1973-1985.

²³ Verger, 1986:351.

²⁴ Morgan, que publicou outros repertórios, inspirou-se em uma obra britânica, *Men and women of the time*, publicada em Londres de 1852 a 1895 (Ryder, 1981:49).

²⁵ Os Arquivos Nacionais do Canadá conservam os questionários enviados por Morgan aos personagens importantes da época. O questionário que descobrimos de François Langelier compreende 13 questões que vão do nome ao endereço de residência (Archives Nationales du Canada, Fonds Henry-James-Morgan, MG 29, D61, v. 13, p. 4700).

²⁶ Ryder, 1981:50.

²⁷ Jean Claude Robert faz uma boa crítica desta obra, que utilizou para estudar os notáveis de Montreal.

²⁸ John Douglas Borthwick deseja oferecer a seus leitores “a book of reference and a guide in which many interesting items (in connection with the old and modern families of the City) will be found therein” (Borthwick, 1892:5).

²⁹ Ryder, 1981:50.

³⁰ “Todo esforço foi feito, e tem sido feito, para assegurar novas e independentes referências sobre todas as figuras nacionais bem conhecidas”, escrevem Roberts e Tunnell em seu prefácio (Roberts e Tunnell, 1934:v).

profissional, militar, político, comercial e industrial do Canadá no século XX.³¹ O *Macmillian Dictionary*, de Wallace, cuja primeira edição data de 1926, inclui cerca de 5 mil biografias curtas de personagens³² que ocuparam postos importantes no governo do Estado, políticos, juristas, cientistas, artistas, exploradores, soldados e empresários. Esta obra copia as precedentes e apresenta muitos erros.³³

O *Dictionnaire biographique du Canada (DBC)*, o mais confiável de todos, encaixa a lista das principais fontes. Seus fundadores inspiraram-se em uma obra inglesa e uma obra norte-americana: o *Dictionary of national biography* e o *Dictionary of American biography*.³⁴ O *DBC* contém várias biografias de jornalistas. Como sabemos todos, ele propõe “biografias detalhadas, precisas e concisas de todos os habitantes distintos”³⁵ do país, conforme o desejo de seu financiador, James Nicholson. As notas biográficas são mais longas que em outros dicionários; elas contêm entre 200 e 10 mil palavras. Observamos que, desde que Jean Hamelin assumiu este vasto empreendimento, as biografias dos personagens relacionados ao jornalismo são mais completas e mais bem documentadas que o eram anteriormente.

Uma palavra agora sobre os repertórios parlamentares que, produzidos pela Biblioteca da Assembléia Nacional, relatam a carreira dos parlamentares de Quebec antes, durante e depois de suas atividades políticas, o *Répertoire des parlementaires québécois, 1867-1978 (RPQ)* e o *Dictionnaire des parlementaires du Québec, 1792-1992 (DPQ)*. As biografias contidas nestas obras foram redigidas a partir de fontes primárias e oficiais e de fundos documentais. Em ambos os casos, estamos em presença “de um inventário metódico dos acontecimentos e dos fatos que formam a trama da carreira profissional e política” dos parlamentares, sem julgamento ou análise.³⁶ Para Ottawa, o Parlamento federal, o equivalente é o Johnson, publicado em 1968 e que compreende mais de 3 mil biografias de parlamentares federais, da Câmara ou do Senado. Essas breves biografias (500 palavras) foram redigidas a partir da documentação oficial e do *Canadian parliamentary guide*.³⁷

³¹ Ryder, 1981:48.

³² *Ibid.*, p. 49.

³³ Encontramos vários erros nesse livro. No entanto, o bibliotecário norte-americano Eugene E. Sheehy o considera o melhor dicionário biográfico do Canadá, para todos os períodos e para todas as classes de indivíduos (Sheehy, 1986:292). O dicionário de Wallace permanecerá, contudo, útil, enquanto o *Dictionnaire biographique du Canada* não tiver avançado mais no século XX.

³⁴ É interessante notar que os historiadores britânicos que fizeram prosopografia também utilizaram o *Dictionary of national biography*.

³⁵ *Dictionnaire biographique du Canada*, 1966, t. 1, p. xi.

³⁶ *Répertoire des parlementaires québécois*, 1980:ix.

³⁷ Johnson, 1968:vii.

Os jornalistas foram, com frequência, escritores. Alguns possuem mesmo várias obras publicadas. Encontramos um certo número deles no excelente *Dictionnaire des oeuvres littéraires du Québec*, de Maurice Lemire, e no *Dictionnaire pratique des auteurs québécois*, de Réginald Hamel, John Hare e Paul Wyczynski. No tocante à alta redação dos jornais da comunidade judaica, examinamos o repertório de Zvi Cohen, publicado em 1933, e o de Arthur Daniel Hart, de 1926.

A coleta da informação e sua introdução em uma base de dados estruturada levam à criação de uma nova fonte, uma “metafonte”,³⁸ um documento que engloba e que é mais do que o conjunto de fontes biográficas examinadas. Essa metafonte, mais confiável (em princípio!) e mais completa que todas as outras, torna possível a confrontação desses dicionários ou repertórios entre si, bem como a comparação das notas biográficas entre elas, o que assim permite corrigir suas lacunas ou imprecisões. O resultado é, portanto, superior à soma das partes. Além disso, a atualização dessa base de dados informatizada pode ser facilmente realizada.

Os jornalistas: quem faz o quê?

Nessa pesquisa, um primeiro desafio consistiu em reencontrar-se no quebra-cabeça dos vocábulos múltiplos utilizados para designar as diversas funções exercidas pelo pessoal de imprensa. Mais especificamente, tratava-se neste estudo de saber quem exercia no século XIX a função que chamamos hoje de redator ou redatora-chefe.

As diversas funções eram por vezes acumuladas, inicialmente, por apenas um homem: um impressor fundava um jornal, tornava-se seu redator-impressor-proprietário.³⁹ Essa prática se prolongou por muito tempo. As pessoas que trabalhavam na imprensa eram designadas de maneiras diversas. O título que alguém se atribuía, ou que recebia, não representava sempre a função exercida. Assim, Trefflé Berthiaume, proprietário de *La Presse*, se dizia jornalista sem, contudo, estar engajado na redação.⁴⁰ Com frequência, os empregados dos jornais eram designados por termos que correspondiam às suas tarefas. A principal função, a de redator,⁴¹ é a primeira atividade intelectual a aparecer no jornal. À medida que os jornais se desenvolveram, essa função fracionou-se em várias outras atividades. Novas categorias apareceram então, especialmente os repórteres que se deslocavam para recolher a informação e reportá-

³⁸ Genet, 1985:354.

³⁹ Galarneau, 1984:156-157.

⁴⁰ De Bonville, 1988:158.

⁴¹ A palavra vem do latim *redactus*, participio de *redigere*, que significa “organizar, dispor da maneira correta” [arranger, no original. (N. do T.)] (*Petit Larrousse illustré*, 1983:853).

la ao jornal.⁴² Em um jornal minimamente importante, onde o diretor não era ao mesmo tempo chefe da administração e da redação, nomeava-se um redator-chefe.⁴³ Este termo designa o responsável por todos os serviços de redação de um jornal ou de um periódico. Às vezes, o próprio redator-chefe redigia um artigo, mas, na maior parte do tempo, ele confiava a outros redatores essa tarefa. A *Classification nationale des professions* fala de um diretor de um jornal ou de um diretor da redação que organiza, dirige e fiscaliza as atividades de um jornal sob a autoridade do editor.⁴⁴ É um animador que aconselha, estimula, guia e propõe assuntos para artigos.⁴⁵

Não se deve confundir o termo “redator-chefe” com “editor”.⁴⁶ No final do século XVIII, este vocábulo designa a pessoa que garante a publicação e a venda de obras impressas. No século XIX, a palavra tomou, sobretudo, o sentido de diretor político de uma publicação periódica. Antigamente a palavra inglesa *editor* era frequentemente traduzida por *éditeur*, quando seria preferível o termo redator-chefe. O editor é o responsável por uma publicação periódica perante os acionistas e perante a lei.⁴⁷ Seu papel é o de planejar, organizar, dirigir e controlar uma empresa jornalística, com a colaboração de subalternos.⁴⁸

No século XIX e no começo do século XX, essa terminologia não é sempre respeitada. A confusão provém com freqüência dos próprios jornais, que nomeiam diversamente funções semelhantes. Assim, Henri Bourassa era diretor de *Le Devoir*, Arthur Dansereau era diretor político de *La Presse*, Guillaume-Alphonse Nantel tinha título idêntico em *La Minerve*, ao passo que Henri d’Hellencourt era redator-chefe de *Le Soleil*. No entanto, todos os quatro ocupavam funções similares. Acontece também que o contrário se produza, que indivíduos possuindo o mesmo título exerçam funções inteiramente diferentes. Essa confusão persiste ainda nos dias atuais; o nome das funções não é o mesmo de um jornal a outro. A fim de montar esse quebra-cabeça, preferimos falar de alta redação.

⁴² De Bonville, 1988:158.

⁴³ Entende-se hoje por “jornalista” uma pessoa que investiga, verifica, comenta e comunica notícias e informações locais, nacionais ou internacionais (CNP, 1993, ficha 5123).

⁴⁴ CNP, 1993, ficha 0512.

⁴⁵ Henry-Coston, 1952:101-102.

⁴⁶ Editor [*éditeur*, no original. (N. do T.)] é um empréstimo da palavra latina *editor*, que significa “aquele que produz” (*Dictionnaire historique de la langue française*, 1992, t. 1, p. 662). No sentido de “pessoa que prepara um texto para impressão”, a palavra é um anglicismo (*Dictionnaire historique de la langue française*, 1988, t. 1, p. 662).

⁴⁷ Aslangul, 1991:52.

⁴⁸ CNP, 1993, ficha 0016; CCP, 1971, t. 1, p. 40.

A alta redação dos jornais

Definição do corpus

Por alta redação entendemos o pessoal da direção, ligado mais à redação que à propriedade, à administração ou à impressão do jornal, ou seja, as pessoas responsáveis pelo conteúdo do jornal, pela sua produção intelectual, por aquilo que Jacques Kayser chama a superfície redacional.⁴⁹

Partindo do repertório de Beaulieu e Hamelin, ficamos com 90 jornais publicados antes de 1920, o que significa que excluimos um certo número de diários efêmeros (menos de três semanas) ou sobre os quais não existe quaisquer informações, ou ainda publicações cuja periodicidade é diária mas cujo fim está previsto desde o início de sua circulação, como as folhas eleitorais ou publicitárias, os jornais de tómbola, bazar etc.

Em seguida, selecionamos, entre os membros da direção do jornal, aqueles que poderiam ter mantido uma ligação com a redação, não importando que sua função fosse designada pelos termos de diretor, de redator-chefe ou mesmo simplesmente de redator (quando inexistente o título de redator-chefe), de editor ou de proprietário-editor, o que resultou numa lista de 227 indivíduos.

Concebemos uma grade comportando 40 campos que reúnem as etapas da vida e da carreira dos jornalistas: nomes e pseudônimos, datas e locais de nascimento e falecimento, nomes e profissões do pai, mãe e cônjuge, línguas faladas e religião, formação, viagens e migrações, atividades sociais e culturais, filiação e atividades políticas, carreira jornalística, associações profissionais e sindicais, eventos ligados à censura, carreiras em outros setores que não a imprensa, publicações etc. Enfim, para cada informação, uma ligação entre a fonte e a base de dados é conservada. Construindo as biografias desses indivíduos, pudemos constatar que 102 entre eles não tinham nada a ver com a redação, o que nos deixou uma população de 169 membros da alta redação dos diários.

Perfil sociodemográfico

O estudo que segue é forçosamente preliminar porque não exaurimos todas as fontes disponíveis, utilizando momentaneamente apenas os 15 repertórios ou dicionários biográficos anteriormente referidos. Apesar de tudo, esta primeira série de fontes fornece informações sobre 116 responsáveis pela redação, ou 69% do corpus. Os 53 indivíduos sobre os quais não conhecemos quase nada, nem a data

⁴⁹ Kayser, 1963:85.

de nascimento nem a data de falecimento, foram excluídos da análise. Esperando poder perceber uma evolução, no tempo, das características desses jornalistas, dividimos o *corpus* em dois, utilizando a data de nascimento mediana que é o ano de 1845.

Tabela 1

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a língua usual e a data de nascimento

Discriminação	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total	Descartados
Anglófonos	23	18*	41	17
Francófonos	35	40	75	36
Total	58	58	116	53

* Onze anglófonos mais sete redatores judeus.

Como mostra a tabela 1, os responsáveis pela redação são majoritariamente francófonos, ou 75 de 116 casos; 34 são anglófonos, aos quais acrescentamos os sete redatores judeus, cuja segunda (ou terceira) língua é o inglês.

Duas constatações que não oferecem surpresa: todos são homens e a grande maioria deles, ou pelo menos 89 (já que certos casamentos nos podem ter escapado), são casados.

Tabela 2

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a localidade de origem dos francófonos

Origem	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Quebec	32	35	67
França	1	2	3
Suíça	1	0	1
Desconhecida	1	3	4
Total	35	40	75

Os francófonos nasceram todos em Quebec, com exceção de três franceses e um suíço. Quatro são de origem desconhecida (ver tabela 2). Ao contrário, a maioria dos anglófonos nasceu no exterior: de 41, apenas 12 nasceram em Quebec e cinco no resto do Canadá, ao passo que 16 imigraram da Inglaterra, da Escócia, da Irlanda, ou dos Estados Unidos, e seis nasceram no Leste europeu; dois são de origem desconhecida (tabela 3).

Tabela 3

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a localidade de origem dos anglófonos

Origem	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Quebec	6	6	12
Ontário	0	3	3
Ilha do Príncipe Eduardo	1	0	1
New Brunswick	1	0	1
Inglaterra	7	2	9
Escócia	3	0	3
Irlanda	3	0	3
Estados Unidos	0	1	1
Leste europeu	0	6*	6
Desconhecida	2	0	2
Total	23	18	41

* Esta cifra se divide como segue: três da Rússia, um da Lituânia, um da Ucrânia e um da Polônia.

O estudo da profissão dos pais, conhecida para 46 dos 75 redatores francófonos, mostra que estes provêm de meios bastante diferentes, mas sobretudo da agricultura (17 ocorrências) e do comércio (12 ocorrências). Não há variação sensível entre os grupos de redatores nascidos antes ou depois de 1845. Dois são filhos de notários em cada um dos dois grupos e um é filho de médico no segundo grupo (ver tabela 4).

Tabela 4

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a profissão dos pais dos francófonos

Profissão	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Agricultores	8	9	17
♦ Cultivadores	7	9	16
♦ Jardineiro	1	0	1
Comércio e negócios	9	3	12
♦ Empresário	1	0	1
♦ Livreiro	1	0	1
♦ Negociantes ou comerciantes	7	3	10
Profissões liberais	2	3	5
♦ Médico	0	1	1
♦ Notários	2	2	4
Artesanato	2	3	5
♦ Marceneiro	1	2	3

continua

Profissão	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
♦ Oleiro	1	0	1
♦ Curtidor	0	1	1
Diarista	1	0	1
Outros	2	4	6
♦ Artista	0	1	1
♦ Oficial de justiça	1	0	1
♦ Navegadores	0	2	2
♦ Proprietário fundiário	1	0	1
♦ Sacristão	0	1	1
Não disponível	11	18	29
Total	35	40	75

Pela profissão do pai, podemos medir o nível de riqueza desses meios de origem. Por outro lado, se acrescentamos a este dado a análise do nível de escolaridade dos redatores francófonos, constatamos que este é elevado (ver tabela 5). Esses redatores experimentaram, sem dúvida, uma clara ascensão social, mas em geral provêm de meios suficientemente abastados para que os filhos sejam instruídos (e isto mesmo se, por exemplo, levarmos em conta os casos onde párocos pagavam os estudos de jovens promissores). Assim, com algumas poucas exceções (dois possuem apenas um curso técnico comercial), todos fizeram o curso clássico (dois não o concluíram) e se direcionaram em seguida para profissões liberais, especialmente o direito (havia apenas cinco profissionais graduados e nenhum advogado entre os pais de jornalistas). Trinta e sete redatores francófonos foram autorizados a exercer a profissão de advogado e seis outros iniciaram, mas não concluíram, estudos de direito.

Tabela 5

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo o nível de escolaridade dos francófonos

Escolaridade	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Estudos comerciais	1	1	2
Estudos clássicos	3	9	12
♦ Completos	2	8	10
♦ Incompletos	1	1	2
Direito	24	19	43
♦ Estudos clássicos	15	8	23
♦ Estudos clássicos incompletos	2	0	2
♦ Estudos universitários	6	6	12
♦ Estudos universitários incompletos	0	3	3
♦ Clericado incompleto	1	2	3
Notariado	1	2	3
♦ Estudos clássicos	1	1	2
♦ Estudos universitários	0	1	1

continua

Escolaridade	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Medicina	1	2	3
♦ Estudos clássicos	1	0	1
♦ Estudos universitários	0	2	2
Outros estudos universitários	0	1	1
Outros	0	2*	2
Não disponível	5	4	9
Total	35	40	75

* Trata-se, nos dois casos, de estudos no Colégio Militar de Saint-Cyr.

Se acrescentarmos a esses advogados os três notários, constatamos que, entre os francófonos, mais de dois terços de redatores do primeiro grupo e mais da metade daqueles do segundo grupo foram originalmente atraídos pelo direito.

Tabela 6

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a profissão dos pais dos anglófonos

Profissão	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Agricultura	0	1	1
♦ Cultivador	0	1	1
Comércio e negócios	6	1	7
♦ Banqueiros	2	0	2
♦ Negociantes ou comerciantes	4	1	5
Profissões liberais	2	1	3
♦ Advogado	1	0	1
♦ Engenheiro civil	0	1	1
♦ Médico	1	0	1
Artesão	0	1	1
♦ Fabricante de fornos	0	1	1
Outros	4	2	6
♦ Funcionário	1	0	1
♦ Pastores	2	0	2
♦ Proprietário de empresa jornalística	1	2	3
Não disponível	11	12	23
Total	23	18	41

Infelizmente, de um modo geral, nossas informações são mais escassas no que se refere aos anglófonos. Assim, os dados relativos às profissões dos pais de redatores anglófonos, em sua maioria nascidos no exterior, são insuficientes para serem considerados significativos (18 conhecidas em 41), sobretudo para aqueles nascidos a partir de 1845 (seis conhecidas em 18) (ver tabela 6). O estudo de seu nível de escolaridade aponta também um grupo de pessoas instruídas; aqui, da mesma forma, um bom número é atraído pelo direito, mas os dados não nos permitem dizer mais a esse respeito (ver tabela 7).

Tabela 7

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo o nível de escolaridade dos anglófonos

Escolaridade	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Total
Estudos secundários	4	8	12
Direito	8	1	9
♦ Estudos clássicos	1	0	1
♦ Estudos universitários	1	1	2
♦ Clericado	4	0	4
♦ Clericatura incompleta	2	0	2
Outros estudos universitários	2	3	5
Estudos universitários incompletos	0	1	1
Não disponível	9	5	14
Total	23	18	41

Esses membros da alta redação dos jornais ingleses e franceses não apenas possuem uma formação de alto nível, como também pertencem à elite cultural de sua época. É bem sabido que os jornalistas são, em princípio, profissionais da escrita. Mas, no caso específico, o subgrupo que nos interessa conta com um expressivo contingente de escritores. Assim, 72 dos 116 redatores (65% dos francófonos e 56% dos anglófonos) publicaram livros ou opúsculos. Os gêneros principais são a literatura e o ensaio político. Além disso, 14 redatores (nove francófonos e cinco anglófonos) obtiveram um doutorado honorífico, na maior parte dos casos por contribuições de caráter literário ou cultural. Outro indício de um alto nível cultural: 18 redatores (15 francófonos e três anglófonos) eram membros da Sociedade Real do Canadá. Enfim, esses jornalistas são também abertos para o mundo, já que um bom número entre eles (41% dos francófonos e 29% dos anglófonos) viaja ao exterior.

Perfil de carreira

Como se dão em relação às suas carreiras jornalísticas? Primeiro, constatamos que eles ingressam bem cedo na carreira, aos 20 e poucos anos para os francófonos e por volta de 26 anos para os anglófonos (ver tabela 8). Na imensa maioria dos casos, eles já possuem uma experiência jornalística anterior ao momento de assumir a responsabilidade na redação dos jornais. A idade média com a qual chegam a essa responsabilidade está entre os 30 e os 40 anos. A idade média um pouco mais elevada dos redatores nascidos antes de 1845 é explicada pelo fato de os jornais diários aparecerem apenas a partir dos anos 1850.

Tabela 8

Carreira jornalística dos responsáveis por jornais diários antes de 1920

Carreira	Francófonos		Anglófonos	
	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845	Nascidos antes de 1845	Nascidos a partir de 1845
Idade média na primeira participação em um periódico	23,7	23,6	27,2	25,8
Experiência anterior à redação de um diário				
♦ Nenhuma	0	4	6	5
♦ Apenas um periódico	10	11	6	6
♦ Número médio de periódicos	3,9	2,6	2,5	2,1
Idade média ao se tornar responsável pela redação	38,3	31,0	42,2	33,1
Número médio de anos na redação de um ou de vários diários	5,1	9,6	11,2	8,9
Experiência jornalística subsequente				
♦ Nenhuma	13	17	10	8
♦ Apenas um periódico	4	7	4	5
♦ Número médio de periódicos	2,6	3,1	1,1	1,1

Obs.: Estas medidas não são exatas já que, para calcular a experiência jornalística anterior e posterior à redação de um diário, consideramos apenas o número de periódicos nos quais os redatores colaboraram, sem nos preocuparmos com a função ocupada nem com a duração desse trabalho. No que se refere ao número médio de anos passados na redação de um diário, arredondamos as cifras.

Em seu conjunto, o período ao longo do qual é exercida a função de responsável pela redação é bastante importante: 11 anos e nove anos, respectivamente, para os dois grupos de anglófonos, e cinco anos e 10 anos, respectivamente, para os dois grupos de francófonos. Podemos, então, pensar em uma certa persistência na atividade e, no caso dos francófonos, há uma notável tendência ao aumento da duração de exercício da atividade. No caso destes últimos, podemos falar, sem dúvida, de uma profissionalização mais acentuada entre os redatores nascidos a partir de 1845. Enfim, para 41% de todos os redatores de jornais essa função marca o fim da sua carreira jornalística.

A carreira jornalística é exercida em íntima relação com a política. A metade dos membros da alta redação exerceu alguma atividade política e, na maior parte dos casos, de forma concomitante a suas atividades como redatores. Assim, encontramos entre eles 39 deputados, 17 ministros, nove senadores, oito conselheiros legislativos, 15 prefeitos e seis conselheiros municipais.⁵⁰ A proporção de políticos é bastante elevada entre os anglófonos (37%), porém ainda mais elevada entre os redatores francófonos (57%) (ver tabela 9). Ainda que apresente uma tendência de ligeira diminuição entre os jornalistas nascidos a partir de 1845, o fenômeno permanece ainda muito importante, mais importante do que poderíamos ter imaginado, particularmente entre os francófonos. Sem dúvida, a diminuição mais acentuada entre os anglófonos deve-se, em parte, à presença, no interior da segunda coorte, de um grupo de judeus anglófonos de imigração recente e globalmente fora da atividade política.

Tabela 9

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a atividade política e a língua usual (levando-se em conta os dossiês descartados)

Discriminação	Nascidos		Nascidos antes de 1845		Total a partir de 1845	
	Número	%	Número	%	Número	%
Anglófonos	10 em 23	44	5 em 18	28	15 em 41	37
Francófonos	21 em 35	60	22 em 40	55	43 em 75	57
Total	31 em 58	53	27 em 58	47	58 em 116	50

Poderíamos talvez supor que os 53 dossiês descartados em razão de ausência de informação podem aqui falsear os dados. Com efeito, é mais ou menos certo que esses 53 indivíduos não assumiram funções políticas em nível provincial ou federal (senão nossas fontes teriam fornecido notas biográficas); por outro lado, um certo número de redatores podem ter sido ativos em nível municipal. Tentamos, então, atribuir a cada um desses “desconhecidos” uma data de nascimento aproximada a partir da idade média com a qual um jornalista se torna redator-chefe. Em seguida, supomos que nenhum deles tenha exercido função política. O resultado (apresentado na tabela 10) permite constatar que a proporção de jornalistas tendo ocupado funções políticas é ainda muito alta e que a tendência de baixa é pequena. Para os francófonos, ela cai apenas alguns pontos, de 41,2% a 36,6%.

⁵⁰ Échevins, no original. (N. do T.)

Tabela 10

A alta redação dos jornais antes de 1920, segundo a atividade política e a língua usual (levando-se em conta os dossiês descartados)

Discriminação	Nascidos antes de 1845		Nascidos a partir de 1845		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Anglófonos	10 em 30	33,3	5 em 28	17,9	15 em 58	25,9
Francófonos	21 em 51	41,2	22 em 60	36,6	43 em 111	38,7
Total	31 em 81	38,3	27 em 88	30,7	58 em 169	34,3

Enfim, uma última análise diz respeito à relação entre carreira jornalística e obtenção de posto na função pública. Aqui aparece que um posto de funcionário é uma recompensa freqüente para os serviços jornalísticos: 51 jornalistas, dos quais 41 francófonos, tornar-se-ão funcionários. Esse fenômeno tipicamente francófono é acentuado tanto na primeira quanto na segunda coorte (54% e 55%). Se incluímos nesse dado os cinco jornalistas nomeados juizes, os nove nomeados senadores e os oito nomeados conselheiros legislativos, podemos afirmar que os partidos políticos reconheceram, de forma muito evidente, a importância de “seus” redatores de jornais.

Esta é, com efeito, uma das conclusões que surgem de nossa análise. As pessoas envolvidas na alta redação dos jornais publicados antes de 1920 formam uma elite cultural no interior da sociedade de Quebec. Os jornais são confiados a jornalistas instruídos, provavelmente letrados, e experientes. Em média, essa função é assumida ao longo de um número razoável de anos, e essa duração apresenta tendência a crescer entre os redatores francófonos; daí a idéia de uma certa profissionalização da atividade. Além disso, a alta redação dos jornais é, ao longo de todo o período, e apesar de uma ligeira tendência de baixa, inseparável da política. Parece-nos, portanto, impossível acreditar que o aparecimento, na virada do século, da imprensa dita de informação tenha eliminado o caráter engajado da imprensa. Ao contrário, a política continua certamente a desempenhar um papel central no interior da imprensa diária.

Referências bibliográficas

- ANDREAU, Jean. Prosopographie. In: BURGUIÈRE, André. *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: PUF, 1986. p. 546-548.
- ASLANGUL, Madeleine. *Lexique des termes de presse*. Paris: Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes, 1991.
- AUTRAND, Françoise. Y a-t-il une prosopographie de l'État médiéval? In: _____ (Dir.). *Prosopographie et genèse de l'État moderne*. Paris: École Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 14-18.

- BEAULIEU, André; HAMELIN, Jean. Aperçu du journalisme québécois d'expression française. *Recherches Sociographiques*, v. 7, n. 3, p. 303-348, sept./déc. 1966.
- CHASTAGNOL, André. La prosopo-graphie, méthode de recherche sur l'histoire du Bas-Empire. *Annales: Économies Sociétés Civilisations*, n. 3, p. 1229-1235, 1970.
- CCP (Classification canadienne descriptive des professions). Ottawa: Maind'oeuvre et Immigration, 1971. 2 v.
- CNP (Classification nationale des professions. Description des professions). Ottawa: Groupe Communication Canada, 1993.
- DE BONVILLE, Jean. *La presse québécoise de 1884 à 1914: genèse d'un média de masse*. Québec: PUL, 1988.
- ENTRETIENS avec Ernest Labrousse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 32-33, p. 111-125, avr./juin 1980.
- GALARNEAU, Claude. La presse périodique au Québec de 1764 à 1859. *Mémoire de la Société Royale du Canada*, 4. série, n. 22, p. 143-166, 1984.
- GENET, Jean-Philippe. Conclusion. In: MILLET, Hélène. *Informatique et prosopographie*. Actes de la table ronde du CNRS, Paris, 25-26 oct. 1984. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1985. p. 353-358.
- . Prosopographie et genèse de l'État moderne: introduction. In: AUTRAND, Françoise (Dir.). *Prosopographie et genèse de l'État moderne*. Paris: École Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 9-12.
- GOSELIN, Line. *Les journalistes québécoises, 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em História) — UQAM, Montreal, 1994.
- HENRY-COSTON, Gilberte. L'A.B.C. du journalisme. Cours élémentaire en trente leçons. *Clubinter-Presse*, jan. 1952. Numéro especial.
- KATZ, William A. *Introduction to reference work*, 1: Basic information sources. New York: McGraw-Hill, 1987.
- KAYSER, Jacques. *Le quotidien français*. Paris: Librairie Armand Colin, 1963. (Coll. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 132).
- LEBEL, Jean-Marie. *Ludger Duvernay et La Minerve, étude d'une entreprise de presse montréalaise de la première moitié du XIXe siècle*. Dissertação (Mestrado em História) — Université Laval, 1983.
- MARTIN, Marc. Journalistes parisiens et notirieté (vers 1830-1870): pour une histoire sociale du journalisme. *Revue Historique*, n. 266, p. 31-74, 1981.
- NICOLET, Claude. Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie à l'époque républicaine. *Annales: Économies Sociétés Civilisations*, n. 3, p. 1209-1228, 1970.

- ROBERT, Jean-Claude. Les notables de Montréal au XIXe siècle. *Histoire Sociale/Social History*, v. 8, n. 15, p. 54-76, May 1975.
- ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. La haute rédaction des quotidiens québécois entre 1850 e 1920. In: ROBY, Yves; VOISINE, Nive (Dirs.). *Érudition, humanisme et savoir*. Actes du colloque en honneur de Jean Hamelin. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval, 1996.
- RYDER, Dorothy E. *Canadian reference sources: a selective guide*. 2. ed. Ottawa: Canadian Library Association, 1981.
- SAINTE-PIERRE, Jocelyn. *Les chroniqueurs parlementaires, membres de la tribune de la presse de l'Assemblée législative de Québec, 1871 à 1921*. Tese (Doutorado em História) — Université Laval, 1993. 755 p.
- SHEEHY, Eugene P. *Guide to reference books*. Chicago: American Library Association, 1986.
- STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.
- VERGER, Jacques. Conclusion. In: AUTRAND, Françoise (Dir.). *Prosopographie et genèse de l'État moderne*. Paris: École Normale Supérieure de Jeunes Filles, 1986. p. 345-355.
- VOYENNE, Bernard. *Les journalistes français: d'où viennent-ils? Qui sont-ils? Que font-ils?* Paris: Centre de Formation et de Perfectionnement des Jeunes Journalistes, 1985.

Obras biográficas examinadas

- BEAULIEU, André; HAMELIN, Jean et al. *La presse québécoise des origines à nos jours*. Québec: PUL, 1973-1985. 10 v.
- BORTHWICK, John Douglas. *History and biographical gazetteer of Montreal to the year 1892*. Montreal: John Lovell, 1892.
- CHARLESWORTH, Hector Willoughby. *A cyclopedia of Canadian biography*. Toronto: Hunter Rose, 1919.
- COHEN, Zvi. *Canadian Jews: prominent Jews of Canada*. Toronto: Canadian Jewish Historical Publishing Company, 1933.
- DICTIONNAIRE biographique du Canada. Québec: PUL, 1966-. 13 v.
- DICTIONNAIRE des parlementaires du Québec, 1792-1992. Québec, Sainte-Foy: Assemblée Nationale: PUL, 1993.
- HAMEL, Réginald; HARE, John; WYCZYNSKI, Paul. *Dictionnaire pratique des auteurs québécois*. Montréal: Fides, 1976.
- HART, Arthur Daniel. *The Jew in Canada*. Montreal: Jewish Publications, 1926.
- JOHNSON, J. K. *The Canadian directory of Parliament, 1867-1967*. Ottawa: Public Archives of Canada, 1968.

LEMIRE, Maurice (Dir.) *Dictionnaire des œuvres littéraires du Québec*. Montréal: Fides, 1978. t. 1, 2.

MORGAN, Henry James. *The Canadian men and women of the time: a handbook of Canadian biography*. 2. ed. Toronto: William Briggs, 1912. 1. ed., 1898.

RÉPERTOIRE des parlementaires québécois, 1867-1978. Quebec: Bibliothèque de la Législature, 1980.

ROBERTS, Charles G. D.; TUNNELL, Arthur L. *A standard dictionary of Canadian biography: Canada who was who*. Toronto: Trans-Canada Press, 1934, 1938. 2 v.

ROSE, George Maclean. *Cyclopaedia of Canadian biography*. Toronto: Rose, 1886-1919. 3 v.

WALLACE, William Stewart. *Macmilian dictionary of Canadian biography*. [1. ed., 1926]. 4. ed. Toronto: Macmilian, 1978.

Sobre os autores

Christophe Charle é historiador. Professor na Universidade de Paris I — Panthéon Sorbonne, dirige o Instituto de História Moderna e Contemporânea (IHMC), ligado ao CNRS, na Escola Normal Superior. Recebeu a medalha de prata do CNRS em 2001. É autor de numerosas obras, como *Les élites de la République, 1880-1900* (Paris, Fayard, 1987), *Naissance des intellectuels, 1880-1900* (Paris, Minuit, 1990), *Histoire sociale de la France au XIX^e siècle* (Paris, Points Seuil, 1991), *La République des universitaires* (Paris, Seuil, 1994), *La crise des sociétés impériales — Allemagne France et Grande-Bretagne, 1900-1940* (Paris, Seuil, 2001), *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle* (Paris, Seuil; tradução em espanhol por Siglo XXI Editores, 2001). No Brasil, publicou, com Jacques Verger, *História das universidades* (São Paulo, Unesp, 1996).

Jacqueline Lalouette é historiadora e professora na Universidade de Paris XIII. É autora de *La libre pensée en France: 1848-1940* (prefácio de Maurice Agulhon; Paris, Albin Michel, 1997) e de *La République anticléricale, XIX^e-XX^e siècles* (Paris, Seuil, 2002). Organizou, com Alain Corbin e Michèle Riot-Sarcey, *Les femmes dans la cité* (Paris, Creaphis, 1997); com C. Charle, Michel Pigenet e Anne-Marie Sohn, *La France démocratique. Mélanges offerts à Maurice Agulhon* (Paris, Publications de la Sorbonne, 1998); com Jean-Pierre Machelon, *1901: les congrégations hors la loi?* (Paris, Letouzey et Ané, 2002).

Joseph L. Love é historiador e professor na Universidade de Illinois, *campus* Urbana-Champaign, onde dirigiu por oito anos o Centro de Estudos Latino-Americanos e do Caribe. É autor de *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30* (Perspectiva, 1975), *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira, 1889-1937* (Paz e Terra, 1982), *A construção do Terceiro Mundo: teorizando o subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil* (Paz e Terra, 1998).

Bert J. Barickman é historiador e professor no Departamento de História da Universidade do Arizona. É autor de *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo baiano, 1780-1860* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003).

Michael L. Conniff é historiador e diretor do Global Studies Program, da Universidade San José (SJSU), Califórnia; foi professor na Universidade do Sul da Flórida (USF), onde dirigiu o Programa de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos. É autor e organizador de numerosas obras sobre a América Latina, como *Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1925-1945* (Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1981), *Latin American populism in comparative perspective* (Albuquerque, University of New Mexico Press, 1982), *Populism in Latin America* (2. ed., University of Alabama Press, 2002); com Frank McCann, *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective* (University of Nebraska Press, 1991); com T. J. Davis, *Africans in the Americas* (St. Martin's Press, 1994); e com Lawrence Clayton, *A history of modern Latin America* (Harcourt, 1999).

Flávio M. Heinz é historiador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinus), em São Leopoldo (RS). É autor de *Les fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967* (Villeneuve-d'Ascq, Septentrion, 1998). Organizou, com Ronaldo Herrlein, *Histórias regionais do Cone Sul* (Edunisc, 2003) e publicou com A. Flach, J. Vargas e D. Milke, *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados, 1947-1982* (Porto Alegre, Corag, 2005).

Marcela P. Ferrari é historiadora. Professora e diretora do Departamento de História da Universidade Nacional de Mar del Plata (Argentina), é pesquisadora do Centro de Estudos Históricos (Cehis) da mesma universidade. Organizou, com Fernando Devoto, *La construcción de las democracias rioplatenses: proyectos institucionales y prácticas políticas, 1900-1930* (Buenos Aires, Editorial Biblos, 1994) e, com M. E. Spinelli, A. Servetto e G. Closa, *La conformación de las identidades políticas en la Argentina del siglo XX* (Córdoba, UNC/Unicen/UNMdP, 2000).

Paul-André Linteau é historiador e professor na Universidade de Quebec em Montreal (UQAM). É autor de *Histoire du Canada* (Presses Universitaires de France, 1997), *Histoire de Montréal depuis la Confédération* (Montréal, Boréal, 2000) e, com outros autores, de *Histoire du Québec contemporain* (Montréal, Boréal, 1989).

Fernande Roy é historiadora e professora na Universidade de Quebec em Montreal (UQAM). É autora de *Progrès, harmonie, liberté: le libéralisme des milieux d'affaires francophones de Montréal au tournant du siècle* (Montréal, Boréal, 1988), *Histoire des idéologies au Québec* (Montréal, Boréal, 1993) e *Histoire de la librairie au Québec* (Montréal, Leméac, 2000).

Jocelyn Saint-Pierre é historiador, tendo realizado pesquisas sobre história da imprensa e história política de Quebec. É o responsável pelo Serviço dos Arquivos, da Reconstituição dos Debates e da Documentação de Imprensa da Biblioteca da Assembléia Nacional de Quebec, na cidade de Quebec.

elites e método das biografias coletivas (ou prosopografia). A inclusão dos textos obedeceu, portanto, à decisão de lançar luz sobre esses temas e fornecer ao leitor um caminho seguro para incursionar em seu território, para aventurar-se no desvelamento de sua história acumulada de pesquisa. Na seleção, o autor procurou se guiar pela utilidade dos textos, seja como referência historiográfica, seja pelo seu caráter instrumental e metodológico. Esta não é uma coletânea cuja organização se tenha orientado pela busca aos “últimos” textos publicados, embora a maioria dos artigos aqui reunidos seja recente. Antes, partiu-se de uma perspectiva “pedagógica”, didática mesmo (várias destas traduções foram feitas originalmente para o uso dos alunos de Flavio Heinz), procurando o equilíbrio entre a oferta de balanços historiográficos densos — que expusessem um certo estado-da-arte dos temas *elites* e *prosopografia* — e aquela de estudos pontuais que sugerissem “modelos” para se pensar a aplicabilidade do método.